

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

CULTURA PÚBLICA E APRENDIZADO SOCIAL:
*a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa
brasileira (1960-2008)*

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

Belo Horizonte

2010

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

CULTURA PÚBLICA E APRENDIZADO SOCIAL:
*a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa
brasileira (1960-2008)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea
Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientador(a): Prof^a Dr^a Rousiley C. M. Maia

Belo Horizonte

2010

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

CULTURA PÚBLICA E APRENDIZADO SOCIAL:

*a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa
brasileira (1960-2008)*

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação
Social, da Universidade Federal de Mi-
nas Gerais, como requisito parcial para
a obtenção do título de mestre em Co-
municação Social.

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Rousiley C. M. Maia
(Orientadora)
UFMG

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
FJP

Prof^a Dr^a Alessandra Aldé
UERJ

Belo Horizonte, 20 de maio de 2010

Ao Renato, pelo esforço diário para me fazer feliz.

Agradecimentos

Ao Renato, que foi além do apoio incondicional de marido e companheiro – o que já seria mais que o suficiente –, e colocou efetivamente a mão na massa, me auxiliando na coleta do material, no cruzamento dos dados e na formatação do trabalho. Foi ele que me apresentou o RapidMiner e o L^AT_EX, softwares fundamentais para a execução deste estudo. E foi ele também que, mesmo à distância, no período final de desenvolvimento da dissertação, me deu forças para superar as dificuldades e concluir a pesquisa.

À Rousiley, minha orientadora, pelo carinho, incentivo e dedicação durante toda a jornada do mestrado. De referência bibliográfica, ela passou a ser um exemplo não só profissional, mas também pessoal. A delicadeza com que conduziu toda a orientação foi certamente fundamental para a concretização do trabalho. Mesmo nos momentos de cobrança e crítica, ela demonstrou que conhecimento e doçura podem caminhar juntos.

Aos amigos do EME – grupo do qual orgulhosamente faço parte –, por todas as colaborações diretas ou indiretas ao trabalho. Certamente, nossos encontros de trabalho às sextas foram indispensáveis para a execução da pesquisa. E os encontros de lazer, também às sextas, foram fundamentais para manter a cabeça em bom estado! Muito obrigada a Aline, Vanessa, Augusto, Vitor, Rennan, Ângela, Jú, Van, Thaiane, Diogo, Regiane, Helen, Edna e Luciana.

Do EME, um agradecimento especial à Marcela, querida Pequeta, pela amizade e cumplicidade de sempre. Mais que amiga, se tornou uma grande irmã que me ajudou a resolver inúmeros problemas acadêmicos, me auxiliou na codificação do material, sem contar que sua companhia sempre foi deliciosa, seja no shopping, no buteco ou no Mineirão!

Ainda aos emeanos, um agradecimento especial também ao Diógenes e ao Rafa, grandes amigos, grandes pessoas, que tive o prazer de conhecer no mestrado e que sempre deram pitacos valiosos, além de também terem me presenteado com momentos muito alegres nos pastéis da vida e na famosa Fleming, a rua da orla de BH. Ao Jamil, que além de ser um exemplo profissional, virou um amigo durante o estágio docente. Aprendi demais acompanhando suas aulas e ri demais das suas piadas e do seu bom humor. Ao Ricardo,

companheiro atleticano do grupo, que contribuiu com diversas indicações de bibliografia, sempre incentivando e apoiando a pesquisa desde seu início, quando ainda era um projeto. Suas contribuições na qualificação também foram muito importantes para refinar certos conceitos e noções abordadas na dissertação. Além disso, sua humildade e competência são exemplos, difíceis de se alcançar, mas que demonstram que existem muitas pessoas legais fazendo coisas muito legais por aí.

Aos colegas de turma, que em inúmeras oportunidades deram dicas e conselhos para o desenvolvimento da pesquisa. Especialmente, à Carol Cotta, Carla e Denise. Mais especial ainda é o agradecimento à Marina, pela amizade, que veio ainda antes do mestrado, e que perdurou e que vai perdurar por muito tempo. Escutar o seu típico “arrasa” deixa qualquer um animado para estudar e fazer um bom trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, em especial à Vera e à Simone, fundamentais em minha formação acadêmica.

À professora Ana Lúcia Modesto, pelas contribuições na banca de qualificação.

À Ana Thereza Soares, orientadora da graduação, que me despertou para a vida acadêmica e que virou uma grande amiga, que continuou contribuindo sempre que possível para o desenvolvimento deste trabalho. Seu incentivo ainda na iniciação foi fundamental para que eu decidisse fazer o mestrado.

Aos amigos, alguns dos quais me afastei um pouco nesses últimos tempos, e que continuam gostando de mim e me procurando mesmo assim! Um agradecimento especial à Mary, à Lu, à Dri, à Isabella e ao Marcos, que sempre que eu estava exausta ou entristecida faziam questão de me botar pra cima.

À minha família, pelo apoio, confiança, amor e carinho de sempre. Minha mãe, o maior exemplo da minha vida, e meu pai, meu xodó, que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Meu irmão Bruno e minha tia-irmã Alessandra, que fizeram esses dois anos do mestrado serem muito mais fáceis por suportarem meu mau humor quando o trabalho apertava e por serem meus grandes companheiros. Ao João, meu sobrinho e afilhado, que nasceu exatamente quando iniciei o mestrado e que, quando eu pensava que estava me atrapalhando ao me tirar do trabalho, estava na realidade facilitando tudo. Seu sorriso e seu carinho gratuito foram os grandes refúgios para os dias de estresse.

À Capes, pela bolsa, que propiciou a dedicação exclusiva ao trabalho nestes dois anos.

À Fundação Biblioteca Nacional por ceder parte de seu acervo à pesquisa.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de identificar e analisar as diversas interpretações públicas sobre a temática da *deficiência* que foram construídas discursivamente de 1960 a 2008 na mídia brasileira – aqui representada pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e pela revista semanal *Veja*. Partindo da idéia de *enquadramento*, nosso intuito é compreender os distintos discursos publicizados e como eles se transformam historicamente no decorrer da trajetória discursiva mediada da questão, num possível processo de *aprendizado social* ou numa evolução moral sobre o assunto. Para isso, adotamos um quadro metodológico que tem como pressuposto a idéia de que os enquadramentos se materializam através de diversos elementos, e que através desses elementos é possível apontar os *frames* indiretamente. A corrente deliberacionista de política serviu de pano de fundo da pesquisa, mas tentamos aqui apontar a diferença existente entre deliberação e *cultura pública*, que é um dos conceitos-chave do trabalho. Identificamos duas fases historicamente datadas nesta cultura pública sobre o tema da deficiência. Uma que se estende pelas décadas de 60 e 70 e tem como pontos centrais a idéia de integração, uma visão piedosa acerca da deficiência e uma abordagem médica. E uma segunda, que começa na década de 80 e perdura na atualidade, e é marcada pelo surgimento de uma perspectiva de direitos e compartilhamento de alguns valores tidos como inclusivos. Indicamos aqui a necessidade de distinguirmos valores compartilhados amplamente pela sociedade daqueles compartilhados por grupos identitários – as interpretações gerais e as coletivas – para compreendermos em que medida os “valores inclusivos”, e não o chamado “ideal inclusivo”, fazem parte do horizonte de valores sociais. Nesse sentido, a inclusão, pensada da forma como os movimentos sociais a pensam, parece se tratar muito mais de um tipo de interpretação coletiva do que efetivamente uma interpretação amplamente compartilhada pela sociedade. No caso da inclusão, ela está decretada no papel, faz parte do marco legal brasileiro, e é compartilhada em algum nível pela sociedade, mas não da forma articulada como esperam essas entidades. Sendo assim, percebemos uma evolução moral acerca do assunto, ainda que o ideal inclusivo não seja compartilhado socialmente em sua totalidade.

Palavras-chave: deficiência; enquadramento; cultura pública; aprendizado social; debate público.

Abstract

This work aims to identify and analyze several public interpretations about the topic of disability that were discursively built from 1960 to 2008 in the Brazilian media – represented by the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo*, and by *Veja*, a weekly magazine. Our goal is, through the concept of frame, understand several publicized discourses and how they historically changed during the mediated discursive path of the subject in a possible social learning process, or a moral evaluation about the topic. We adopted a methodological framework that departs from the idea that frames materialize themselves through various elements, and that those elements may indirectly indicate the frames. The deliberative approach of politics was a background for the research, but we attempt to point out the existing differences between deliberation and public culture, one of our key concepts. We identify two historically phases in this disability public culture: one that extends itself from the 60's through the 70's, which has the notion of integration, a mercy point of view about disability, and a medical approach as its central points; and a second period from the 80's through nowadays that is characterized by the raising of a perspective of rights, and by the sharing of inclusive beliefs. We indicate the necessity of discerning some beliefs that are broadly shared from those that are shared by identity groups – “common interpretations” and “shared interpretations” – to understand how the “inclusive beliefs”, and not the “ideal of inclusion”, are in the horizon of social beliefs. In this sense, inclusion, as the social movements think about it, seems to be rather one kind of collectivity interpretation than a broadly shared interpretation. In the case of inclusion, it is instituted in the Brazilian legal framework, and it is somehow shared by the society, but not in the same articulated way as those foundations expect. Thus, we note a moral evolution about the subject, even though the inclusion ideal is not totally shared by the society.

Key words: disability; frame; public culture; social learning; public debate.

Sumário

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

Introdução	13
1 Deficiência: do quê e de quem estamos falando?	19
1.1 Que grupo é esse?	21
1.1.1 <i>A deficiência do ponto de vista biológico</i>	24
1.1.2 <i>A deficiência do ponto de vista sociológico</i>	29
1.1.3 <i>Analisando a deficiência sob um viés discursivo</i>	33
1.1.3.1 <u>Aprendizado social: a relação de momentos deliberativos com a cultura pública geral</u>	40
1.1.4 <i>Como chamá-los?</i>	46
1.2 Um breve levantamento das idéias associadas à deficiência: pensando a exclusão e a inserção	50
2 Construindo interpretações coletivas: enquadramentos da mídia	57
2.1 Da relação entre esfera pública, debate mediado e enquadramentos	58
2.2 <i>Frame: do quê estamos falando?</i>	62
2.2.1 <i>Abordagens teóricas</i>	64
2.2.2 <i>Enquadramentos dos media: nossas opções conceituais</i>	67
2.3 Enquadramento como ferramenta conceitual e metodológica	72
3 Clareando nossas opções metodológicas	74

3.1	Formulando operadores analíticos: “pacotes interpretativos” e seus dispositivos simbólicos	75
3.1.1	<i>Elementos que compõem os frames</i>	81
3.2	Novos rumos metodológicos para a <i>framing analysis</i> : utilizando a mineração de dados	84
4	Mergulho na empiria: amostra e coleta do material	87
4.1	Recorte temporal e definição do <i>corpus</i>	89
4.1.1	<i>Amostra representativa: analisando uma questão não controversa</i>	90
4.1.2	<i>Detalhamento da clipagem manual e da busca por palavras-chave</i>	93
4.2	Codificação: elementos de <i>frame</i> e suas variáveis	96
5	Agrupando as notícias: resultados empíricos	103
5.1	1º Eixo Analítico: Panorama geral de enquadramentos	104
5.1.1	<i>1ª fase: de 1960 a 1976</i>	107
5.1.1.1	<u>Enquadramento da Caridade</u>	108
5.1.1.2	<u>Enquadramento Educacional</u>	111
5.1.1.3	<u>Enquadramento do Trabalho</u>	115
5.1.1.4	<u>Enquadramento Médico</u>	120
5.1.1.5	<u>Enquadramento da Capacitação</u>	122
5.1.1.6	<u>Aprofundando a análise das mudanças nos panoramas gerais de 1960 a 1976</u>	124
5.1.2	<i>2ª fase: de 1984 a 2008</i>	129
5.1.2.1	<u>Enquadramento dos Direitos</u>	129
5.1.2.2	<u>Enquadramento Médico</u>	134
5.1.2.3	<u>Enquadramento da Acessibilidade</u>	137
5.1.2.4	<u>Enquadramento da Vida Social Ativa</u>	141
5.1.2.5	<u>Enquadramento da Mudança Social</u>	143

5.1.2.6	<u>Enquadramento Ético</u>	144
5.1.2.7	<u>Enquadramento da Qualidade de Vida</u>	146
5.1.2.8	<u>Enquadramento das Limitações e Capacidades</u>	148
5.1.2.9	<u>Enquadramento do Preconceito</u>	150
5.1.2.10	<u>Aprofundando a análise das mudanças nos panoramas gerais de 1984 a 2008</u>	152
5.2	2º Eixo Analítico: Mudanças internas nos enquadramentos recorrentes em vários anos	160
5.3	3º Eixo Analítico: meta-análise acerca da aplicação metodológica dos ele- mentos do enquadramento	163
	Considerações finais	168
	Referências	174
	Apêndice A – Lista de palavras-chave utilizadas na busca digital	180
	Apêndice B – Codebook final	181
	Apêndice C – Apresentação detalhada dos enquadramentos, ano-a-ano	189

Lista de Tabelas

1	Distinção entre os conceitos de deficiência, incapacidade e desvantagem, segundo a CI-DID (OMS, 1989).	26
2	Quatro abordagens dos estudos sobre deficiência (PRIESTLEY, 1998)	32
3	Elementos dos enquadramentos que compõem os pacotes interpretativos de nossa análise	84
4	Número de notícias que compõem a amostra retiradas de cada publicação.	96
5	Número de variáveis em cada elemento dos enquadramentos.	98

Lista de Figuras

1	Recorrência de cada enquadramento ano a ano	105
2	Percentual dos enquadramentos reincidentes em mais de um ano	106

Introdução

Começamos este trabalho, fazendo um breve exercício de memória. Provavelmente, muitos se recordam de pelo menos um personagem com deficiência que tenha feito parte, recentemente, das histórias ficcionais que a mídia nos conta. Para ajudar a lembrar, em 2005, por exemplo, a novela *América*, da Rede Globo, trouxe em seu elenco Jatobá, que era interpretado pelo ator Marcos Frota e tinha deficiência visual. A novela mostrava, entre outras coisas, os problemas de acessibilidade que o personagem enfrentava no dia-a-dia e as aptidões que ele tinha para desempenhar certas atividades. Já em 2006 e 2007, foi a novela *Páginas da Vida*, também da Globo, que chamou atenção para a questão. A menina Clara, que tinha *Síndrome de Down*, foi entregue para adoção por sua avó, que se negava a criá-la por causa da deficiência. Regina Duarte, que interpretava a mãe adotiva, lutava para que a filha tivesse o mesmo tratamento que as outras crianças na escola ou em qualquer outro ambiente de convivência social. Em 2009, é a vez de *Caras & Bocas*, que conta a história de Anita, que também tem deficiência visual. A jovem preocupa-se em ter um trabalho e viver experiências como apaixonar-se e casar. Esses exemplos foram acionados, entre os inúmeros que poderíamos citar, para demonstrar as dificuldades, desafios e preconceitos que quem tem uma deficiência passa no cotidiano. Mas essas histórias e outras tantas que são narradas pelos meios de comunicação também retratam como a realidade das pessoas com deficiência mudou nas últimas décadas.

Num passado não muito distante, a maioria daqueles que tinham uma deficiência viviam segregados em suas próprias casas, em abrigos ou em casas de saúde. As famílias tinham vergonha e os escondiam. Trabalho, raríssimo fora de casa. Eles não atuavam nem mesmo nos cargos de baixo escalão. Sim, muitos já frequentavam escolas. Mas esse “privilegio”, porque há 50 anos isso era um privilégio, não era para todos e nem mesmo para a maioria. Isso sem contar a total falta de integração com os alunos ditos “normais”. Aqueles que tinham deficiência mental então viviam “jogados” pelos cantos, muitos confundidos com doentes mentais. Eram trancafiados e permaneciam distantes da convivência social. Os personagens que citamos acima são um retrato de como as coisas se transformaram.

Jatobá, por exemplo, era independente e locomovia-se com a ajuda do labrador

Quartz, seu cão-guia. Esportista, em sua rotina diária, treinos e mais treinos para as paraolimpíadas. E nada de isolamento ou segregação. Ele era falante, comunicativo e empenhado em reconquistar a namorada da juventude, época em que ele ainda não tinha a deficiência. A novela mostrou um homem como qualquer outro, com seus medos, suas dificuldades, mas também com alegria de viver. Muito diferente da vida de uma pessoa com deficiência visual há algumas décadas. Sobretudo em um aspecto: na forma como elas eram vistas pela sociedade. E não é porque as novelas podem estereotipar a vida de seus personagens. Basta olhar para o seu lado e você perceberá como as coisas estão se modificando. Quantos não têm um colega com deficiência no ambiente de trabalho? Quantos não têm um amigo de escola ou um vizinho? Só pensar em como os ônibus são projetados levando-se em conta esse grupo ou os prédios são desenhados tendo em vista o que chamam de “desenho universal”. Ou mesmo as muitas embalagens de produtos que hoje vêm com escrito em Braille. Isso só para citar alguns poucos exemplos. Enfim, os valores e também a forma como a sociedade olha para as pessoas com deficiência estão se modificando. E é esse processo que pretendemos analisar neste trabalho.

O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar as diversas interpretações públicas sobre a deficiência que foram construídas discursivamente nas últimas décadas, mais precisamente de 1960 a 2008, nos meios de comunicação de massa brasileiros, especificamente na imprensa – representada aqui pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e pela revista *Veja*. Através da noção de cultura pública e do conceito de enquadramento, nosso intuito é compreender a trajetória discursiva mediada da questão e o processo de aprendizado social desencadeado publicamente sobre o tema. Nesse sentido, queremos perceber nos *media* como se manifesta uma possível *evolução moral* acerca do assunto. Muito se fala que estamos na era da *inclusão*, em contraposição a um passado segregador e excludente. Todavia, esta trajetória precisa ser melhor explorada.

A nosso ver, as idéias associadas à deficiência se modificaram, contudo não de forma linear e nem tampouco podemos dizer que estamos, enfim, no ponto final de uma trajetória. O caminho entre exclusão e inclusão plenas é bem mais sinuoso. Na verdade, esses conceitos não parecem existir de forma absoluta. Vivemos hoje em uma época em que os valores se modificaram, mas entendimentos nem tão inclusivos assim continuam a rondar a esfera pública e mesmo a idéia de inclusão é discutida, não significando uma mesma coisa para todas as pessoas com deficiência. Enfim, é preciso buscar vestígios discursivos em diferentes contextos temporais para compreendermos de forma mais complexa esse processo de debate que se estabelece acerca de temas de concernência pública – que dizem respeito ao interesse comum – como o da deficiência. Assim, podemos, inclusive, enten-

der contextualmente o atual estágio da temática, que mostra-se mais “nuançado” do que simplesmente a convergência do debate público para a idéia de *inclusão*.

Nosso olhar, nesse sentido, é um olhar plural, que atenta para as diferentes décadas de nossa amostra buscando não o que poderiam ser as formas singulares de entendimento de cada época, mas, sim, tentando apreender justamente o debate público sobre a temática em sua dimensão de embate. Como veremos, a questão da deficiência se caracterizava, até meados da década de 60, como uma questão “não pública”. O surgimento de movimentos sociais e o início da tematização dos direitos humanos acabam por fazer o assunto mudar de âmbito e passar a ser discutido na esfera pública. Porém, ele ainda assim não é exatamente uma controvérsia, em sentido *stricto*. Os constrangimentos da publicidade muitas vezes fazem supor que não temos um debate. Alguns atores sociais não se expressam claramente em contraposição a certos esquemas de entendimento. Quem diria hoje, por exemplo, publicamente, que é contra a inclusão? Estabelece-se uma espécie de temática não controversa, já que não há, num primeiro momento, lados opostos, um conflito claramente expresso.

Contudo, por mais que a realidade das pessoas com deficiência tenha se modificado, a questão não está plenamente resolvida, assim como a declaração dos direitos civis, nos EUA, por exemplo, não pôs fim ao debate público sobre a questão racial. Os valores sociais se modificaram, a chamada *inclusão* está decretada no papel, mas será que as interpretações compartilhadas socialmente sobre a temática acompanharam em uníssono o ideal da inserção plena? Mesmo o dia-a-dia de Jatobá, o personagem de América, nos aponta que não. Por mais que a história da novela nos mostre que há uma modificação nesses entendimentos sociais, ela também nos indica que esses valores não são tão compartilhados assim. Há uma pluralidade de entendimentos, mas que não são claramente delineados, explícitos.

Aqui então entra em cena a noção de enquadramento. Argumentamos que, apesar de atores sociais que compartilham posições não defensáveis publicamente não se expressarem explicitamente em alguns momentos, dando a impressão da não existência de um conflito, ainda assim é possível perceber um embate discursivo, ou, um ambiente plural em termos de enquadramentos. A identificação do que chamamos de “interpretações públicas” através da idéia de *frame* nos possibilita a compreensão desse debate não como uma troca clara de argumentos e contra-argumentos, mas como lances discursivos dispersos em que valores, crenças, formas específicas de apreensão do mundo são construídas por intermédio da linguagem. Enfim, nosso objeto é o que chamamos de *trajetória discursiva mediada* sobre

a temática da deficiência. E perceberemos esses discursos sociais sobre a questão através da noção de enquadramento.

Para isso, fizemos uma revisão conceitual e metodológica da idéia de *frame* e chegamos a uma opção que reúne tanto o que é chamado de uma perspectiva mais textual, atenta à formatação das mensagens, quanto uma outra abordagem, vista como mais cultural, que olha para os enquadramentos como construções abstratas, que estão ligadas a formas mais amplas de pensamento presentes na sociedade. Defendemos que, para analisar o texto midiático e tendo em vista o nosso objetivo, precisamos estar atentos a forma de disposição específica da mídia e também aos valores compartilhados socialmente.

A partir dessa aproximação de duas vertentes conceituais, transformamos essas opções teóricas em nosso quadro metodológico. Para isso, fizemos uma extensa revisão dos formatos que a pesquisa empírica na *frame analysis* toma, para então indicarmos a possibilidade de trabalharmos com uma noção de análise indireta dos enquadramentos. Essa análise é feita a partir de determinados elementos de *frame*, que, conjuntamente, definem o que está em jogo, ou o enquadramento presente naquele material. Esses elementos foram então extraídos das considerações e características teóricas que indicamos em nossa análise conceitual de enquadramento.

Em nossa análise empírica, contávamos com uma informação de pesquisa anterior, realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a Rede ANDI, uma entidade da sociedade civil, que analisou material jornalístico do ano de 2002 e indicou que os “valores inclusivos” não estavam tão presentes assim no conteúdo midiático. Os resultados da pesquisa contrastavam com um volume grande de bibliografia específica sobre a questão da deficiência que nos posicionava na era da inclusão. Esse contraste, moveu, de certa forma, nosso interesse pela temática, pois, afinal, os valores inclusivos seriam ou não compartilhados pela sociedade? Esses valores, afirmam diversos pesquisadores do assunto, estão presentes no marco legal brasileiro e internacional, mas será que efetivamente o que circula no nível da opinião pública estaria em relação com o âmbito da tomada de decisão?

Guiados por esses questionamentos, mergulhamos em nossa empiria para encontrarmos as respostas. Especificamente, sobre nossa amostra, tivemos que superar alguns problemas que se impunham à pesquisa. Grande parte desse material não está digitalizada e, então, tivemos que optar por uma amostra representativa dentro dos limites de prazo de realização do estudo. Sendo assim, selecionamos sete anos deste período de 48 anos para compor o material de análise. Recolhemos esse material fazendo saltos de oito anos no recorte, de 1960 em diante. Ou seja, selecionamos 1960, 1968, 1976, 1984,

1992, 2000 e 2008. Destes anos indicados, recortamos para nossa amostra dois meses de cada um. O conteúdo da revista *Veja*, por estar digitalizado na íntegra, foi tomado por completo as edições desses mesmos anos.

Como veremos, para compreender esses contrastes na questão, precisamos entender o que são valores compartilhados amplamente e aqueles que são compartilhados por grupos identitários, coletividades. Assim, é possível entender o que é o “ideal da inclusão” e os “valores inclusivos”. Sem adiantarmos em demasia os resultados, a mídia mantém uma relação de circularidade com os processos sociais e com aquilo que é compartilhado de uma forma geral pela sociedade. Menos que uma promotora exatamente de valores de grupos específicos, ela trabalha mais no nível do senso comum, daquilo que é de conhecimento amplo. Sendo assim, os “valores inclusivos” estão muitas vezes presentes no material noticioso. O que a mídia não dá a ver num nível elevado de articulação é o “ideal inclusivo” ou “ideal da inclusão”, que diz respeito muito mais a valores compartilhados por uma coletividade específica. Muitas vezes, as entidades da sociedade civil esperam que as pessoas, em geral, entendam profundamente de temas que não as dizem respeito diretamente. Todavia, o fato de que o público em geral não consegue articular de forma tão completa os valores defendidos por certos grupos, não significa que esses valores não tenham algum tipo de compartilhamento por este mesmo público.

Dessa forma, em nosso primeiro capítulo, apresentamos o assunto *deficiência*, identificando as vertentes de estudo do tema, que são importantes inclusive para a compreensão do próprio debate público que cerca a temática. Apontamos quem são essas pessoas que formam esse grupo e qual nossa abordagem, que aqui chamamos de *discursiva*. Também tentamos delinear qual o nosso foco de pesquisa pelas idéias de *trajetória discursiva mediada*, *aprendizado social* e *cultura pública*. Num segundo capítulo, indicamos de que forma abordamos o embate que tem lugar nos *media*, tentando estabelecer a forma como essa discussão específica se relaciona com um debate “maior”, que seria aquele que ocorre na esfera pública como um todo. Logo em seguida, apresentamos as vertentes de estudo sobre os enquadramentos e fazemos nossas opções conceituais tendo por base nossos objetivos e a fundamentação teórica desenvolvida anteriormente.

Em nosso terceiro capítulo, apontamos nossas escolhas empíricas e metodológicas com base na definição conceitual de *frame* estabelecida no capítulo antecedente. Também traçamos nossos operadores analíticos e o quadro metodológico que servirá de base para a análise. No quarto capítulo, detalhamos como se deu a escolha pela amostra da pesquisa, como foi feita a coleta do material e a codificação. Ressaltamos também os desafios que

se impõem a pesquisas dessa natureza quanto a essas definições acerca do recorte. Por fim, o último capítulo apresenta, de forma detalhada, os enquadramentos encontrados nesse quase meio século escolhido para análise. A apresentação e análise dos dados é feita a partir de duas fases distintas de desenvolvimento na trajetória da questão. Também fazemos uma espécie de meta-análise, ao final deste último capítulo, sobre nossas escolhas metodológicas.

1 *Deficiência: do quê e de quem estamos falando?*

O que pensaríamos caso nos deparássemos com termos como “débil mental” e “criança retardada” sendo utilizados em um texto jornalístico para fazer referência a uma pessoa com deficiência? No mínimo, causaria-nos um certo incômodo. Se levarmos em conta que esses termos foram retirados de títulos de algumas notícias publicadas em um dos mais renomados jornais brasileiros, a *Folha de São Paulo*, aí o estranhamento poderia ser maior ainda. Porém, se olharmos para o período em que tais matérias foram veiculadas, a década de 60, talvez o contexto nos possibilite compreender a utilização de tais expressões. É justamente isso que queremos fazer neste trabalho. Analisar, a partir de indícios discursivos, entre eles as expressões adotadas para fazer referência ao assunto, qual o tipo de interpretação sobre a questão da deficiência que foi construída ao longo das últimas décadas nos meios de comunicação brasileiros, mais especificamente, nos dois jornais e na revista de maior circulação do país - *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Veja*, respectivamente. A nomenclatura, logicamente, foi utilizada apenas como exemplo do tipo de modificação que é possível perceber nos enquadramentos adotados na mídia para a construção das notícias relacionadas ao tema. Muito além disso, a idéia de analisar os enquadramentos ou o que chamaremos neste trabalho de *trajetória discursiva mediada* da temática tem o objetivo de apreender, ainda que de forma restrita ao ambiente midiático, o debate público sobre o assunto no Brasil nos últimos 48 anos.

A escolha do período entre 1960 e 2008 será justificada de forma mais detalhada adiante, mas, de início, podemos dizer que este período representa um dos momentos mais “agitados” na história em termos de modificações no que coletivamente entendemos por deficiência. O surgimento e fortalecimento de movimentos sociais por direitos humanos e, em especial, pelos direitos desse grupo é uma das marcas desse período e, conseqüentemente, o debate público sobre o assunto praticamente surge ou ganha efetiva consistência justamente a partir de meados da década de 60. Antes, a questão, poderíamos dizer, não havia adquirido o caráter de tema de concernência pública e, assim, era tratada como um

“problema” único e exclusivamente de responsabilidade das pessoas que tinham alguma deficiência e de suas famílias e, em raros momentos, minimamente do Estado - por exemplo, quando da criação de casas de saúde e hospitais públicos dedicados ao tratamento das deficiências. Esse período que vamos analisar, segundo a literatura que trata sobre a questão, é quando se fortalecem as noções ligadas ao *modelo integrativo* ou à *matriz da integração* e é também quando surge a idéia de *inclusão* ou o *modelo inclusivo*.

O que tentaremos narrar ao longo das próximas páginas é a forma como os entendimentos que temos acerca do que seja a deficiência se transformaram neste período sob um ponto de vista discursivo. A idéia não é delinear necessariamente uma trajetória ascendente em termos de progresso ético-moral sobre o assunto. Não é uma abordagem positivista a que adotaremos aqui. Queremos perceber as nuances da questão, como diversos tipos de enquadramento e discursos, alguns mais defensáveis publicamente e outros menos, concorrem para criar um ambiente muito mais plural em termos de interpretações sobre a questão do que a idéia de *trajetória* num primeiro momento poderia fazer supor. Velhas concepções não foram simplesmente substituídas pelo ideal da *inclusão*, que é tão venerado, mas, talvez, pouco posto em prática nos dias de hoje. Velhas concepções ganham novas roupagens e concorrem no ambiente midiático com novas formas de pensamento, como a idéia de *inclusão*, que data de meados da década de 80.

Neste primeiro capítulo, em especial, delinearemos melhor quem são as pessoas que fazem parte desse grupo. Existem diferentes definições e muitas vezes uma certa confusão sobre o que é, em termos biológicos, uma pessoa com deficiência. Porém, esse tipo de esclarecimento faz-se necessário uma vez que é preciso saber quem são, por exemplo, aqueles que têm direitos assegurados pelo Estado por terem uma deficiência e também porque é com base nesta definição que nossa amostra de notícias será construída. Além disso, é preciso explorar mais detalhadamente o porquê de não abordarmos uma deficiência específica, como, por exemplo, a mental ou a física. Esta é inclusive uma pergunta recorrente quando se afirma que o objeto da pesquisa é a temática da deficiência. Assim, é necessário que conheçamos os diferentes tipos de deficiência já que todas elas, de certa forma, fazem parte de nosso *corpus*.

Também neste capítulo faremos um retrospecto sobre os estudos que têm um olhar mais sociológico sobre o assunto, já que eles são importantes não só em função de uma abordagem teórica que tem pertinência em termos conceituais para nosso trabalho, mas também porque esse olhar ajuda a explicar inclusive essa *trajetória discursiva mediada* da questão, uma vez que debate acadêmico e debate público não são exatamente dois

“rios” que correm sem misturarem suas águas em algum momento. O surgimento de um olhar sociológico sobre a temática coincide com a entrada na cena pública de um viés menos clínico e mais social sobre a deficiência, presente já na idéia de *integração*, mas, principalmente, na de *inclusão*. Essas duas dimensões, biológica e social, têm muito a dizer não só sobre o debate acadêmico travado entre especialistas na temática ao longo das últimas décadas, como também sobre os enquadramentos presentes no debate público mediado sobre o assunto. Por fim, ressaltaremos a escolha pela adoção do termo *pessoas com deficiência* neste trabalho, assim como resgataremos historicamente importantes heranças culturais relacionadas à deficiência que servirão de subsídio para compreendermos essa trajetória.

1.1 Que grupo é esse?

Muitas pesquisas que abordam a questão da deficiência têm início com citações das estatísticas sobre a temática. E isso não é simplesmente pelo fato de que é preciso delinear bem os objetos de estudo em trabalhos acadêmicos. Mas é também porque os números relativos à questão são geralmente desconhecidos pela maioria das pessoas, que imaginam que, ao abordar a deficiência, estamos a falar de uma pequena parcela da população. Mas não é bem assim. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), existem, hoje, no mundo, cerca de 650 milhões de pessoas com deficiência, sendo que 80% dessas vivem em países em desenvolvimento. Já no Brasil, o Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que são 24,5 milhões as pessoas que têm algum tipo de deficiência, cerca de 14,5% da população.

Apesar dos dados do IBGE serem alvo de questionamentos, já que incluem neste grupo pessoas com quaisquer limitações físicas, mentais ou sensoriais, ainda que essas limitações sejam muito pequenas, eles nos indicam que essa temática não é só de interesse coletivo porque se configura como um tema válido, publicamente relevante e defensável, atualmente, na esfera pública. Podemos dizer que esse tema também é de interesse público porque envolve um grupo imenso, certamente uma das “maiores minorias” do mundo. Isso sem contar que a ONU indica que, nos países com expectativa de vida de mais de 70 anos, as pessoas vivem em média oito anos, ou 11,5% de suas vidas com alguma deficiência.

Entretanto, não apenas numericamente precisamos definir quem são esses indivíduos sobre os quais queremos apreender o que a sociedade pensa sobre eles, entende sobre o papel deles e o que representa uma peculiaridade biológica que eles possuem. Algu-

mas questões merecem ser mencionadas para chegarmos a algum entendimento sobre que grupo estamos estudando. Primeiro, apesar desse grupo ser tão numeroso, preconceito, discriminação, abandono e descaso são palavras que ainda indicam bem o que muitas dessas pessoas passam no dia-a-dia, em suas casas, nas escolas, nas ruas, no trabalho. Histórias não faltam de crianças que têm a matrícula negada em escolas comuns – apesar de por lei ser proibido; pessoas com deficiência que não são selecionadas em vagas de emprego mesmo tendo a qualificação exigida; e ainda casos e mais casos de preconceitos vivenciados em situações como andar de ônibus, ir ao banco, ao shopping ou qualquer outra atividade rotineira.

Por outro lado, nem só de dificuldades e preconceito vivem as pessoas com deficiência no Brasil. Mesmo que ainda exista muito pelo que lutar, a situação desse grupo já melhorou consideravelmente se levarmos em conta um passado ainda mais segregador e desumano que nem tão longe assim está. Temos leis que são consideradas modelo em inclusividade; empresas que não só atendem às cotas regulamentadas legalmente como também tentam criar programas de inserção desses trabalhadores para que eles sejam bem recebidos no ambiente de trabalho; escolas comuns que têm histórias muito bem sucedidas de inclusão escolar; além de vermos que, mesmo que vagarosamente, os ambientes urbanos têm sido planejados e construídos cada vez mais seguindo padrões de acessibilidade.

Pelo lado das conquistas e do aprimoramento substancial da estima social em relação a esse grupo, não só a luta empreendida por movimentos sociais, ONG's e outras entidades da sociedade civil ao longo dos últimos anos contribuiu para o avanço. Cada dia mais, tecnologias e soluções práticas são pensadas para facilitar a inserção desses indivíduos nas atividades sociais. Assim, não só o esforço político, por meio do discurso, explica tal situação mais favorável, mas também as tentativas da sociedade em facilitar fisicamente a idéia de inclusão.

Essas questões foram mencionadas porque a temática vem sendo pensada em duas dimensões, biológica e social, pelos estudos que se dedicam à questão. Abordagens essas que se diferenciam de nossa abordagem, que chamamos de discursiva. Mas o que chamamos aqui de uma abordagem discursiva? Definiremos melhor tal perspectiva mais à frente, ainda neste primeiro capítulo, entretanto, por ora, pode-se dizer que essa abordagem poderia também ser chamada de comunicativa, na medida em que tenta apreender, no processo comunicativo em que diferentes discursos entram em cena, a forma como se dá a constituição dos sentidos compartilhados socialmente sobre a questão. Aqui, está em jogo o caráter intersubjetivo da comunicação, já que é na cena pública, através do discurso,

por intermédio da linguagem, que construímos nossas concepções acerca do mundo. A objetividade aparente que este mundo tem para nós tem por trás justamente esses processos, de troca, de construção de terrenos comuns, em que compartilhamos entendimentos e modificamos formas até então estabelecidas de pensamento.

Essas trocas discursivizadas são sim ordenadas por um sistema que as antecede, porém um sistema que sobrevive e é atualizado em cada nova troca. Assim, é possível apreender o contexto social por esse tipo de análise. Um contexto dinâmico, que é movimentado a cada nova enunciação. O viés aqui adotado parte do que hoje é chamado de política discursiva ou modelo procedimental de democracia, que tem entre seus expoentes o filósofo germânico Jürgen Habermas. Partimos das bases filosóficas da idéia de democracia discursiva, mas não a adotamos exatamente, não a aplicamos diretamente. Para sermos mais claros: esse modelo, pensado por Habermas, dá origem, junto com os trabalhos do filósofo americano John Rawls, a uma vertente de estudos baseada na idéia de deliberação democrática. Aqui, não estudaremos efetivamente a trajetória discursiva da temática enquanto uma deliberação. Como apontamos, partiremos de algumas das premissas filosóficas de Habermas, sobretudo em sua ancoragem pragmática, para a análise dos fenômenos sociais. A importância dada pelo autor aos processos comunicativos desencadeados no dia-a-dia para a formação de uma esfera pública informal que se relaciona, comunicativamente, com a política em seu sentido institucional, é o que nos interessa.

Essas questões têm relação com uma característica específica do discurso que é central neste trabalho, que é o que Habermas (2006) chama de função epistêmica. De acordo com o autor, é justamente esse caráter epistêmico do discurso que revela a idéia da comunicação enquanto momento constituinte dos conceitos e idéias. Essa função também é fulcral ao se pensar na possibilidade do debate público sobre uma determinada temática gerar uma espécie de ganho cognitivo ou o que alguns autores chamam de aprendizado social. Este ponto também é fundamental neste estudo, já que, como indicamos, é bastante visível e apontada por diversos estudos, as mudanças interpretativas da questão, que vêm no esteio de conquistas legais e simbólicas obtidas pela luta que as pessoas com deficiência e os grupos que as representam vêm travando no cenário público ao longo das últimas décadas.

Como dissemos, essa abordagem discursiva contrasta com duas outras perspectivas bastante recorrentes nos estudos sobre deficiência (AMIRALIAN et al., 2000; FARIAS; BUCHALLA, 2005; CARVALHO-FREITAS, 2007; OMOTE, 1996). Uma, que é chamada de abordagem médica ou biológica, focaliza nas características individuais que conferem ao sujeito

o “rótulo” de pessoa com deficiência. Essa perspectiva pensa nas soluções para o problema sob um ponto de vista físico. Outra, mais ampla, se preocupa com a definição do que seja sócio-historicamente uma pessoa que tem uma deficiência. Essa abordagem indica que a situação desse grupo só será melhorada com uma mudança de atitudes da sociedade.

Essa divisão, feita aqui de forma simplista, poderia, num primeiro momento, nos levar a pensar que estamos a criar uma nova abordagem para os estudos sobre a deficiência. Porém, a intenção não é essa. Essas duas vertentes, que caminham na verdade mais para serem subdivisões dentro da perspectiva social, já têm suas trajetórias constituídas e não é aqui nosso objetivo apontar um outro viés que poderia ser melhor ou mais interessante que esses. Trata-se, em realidade, de objetivos distintos, os traçados por essas outras perspectivas e os nossos. Nosso trabalho olha para a comunicação, para os processos discursivos publicizados em torno da questão, o que não é claramente o objetivo dos estudos desenvolvidos sob essas outras ancoragens. Como dissemos, essas duas outras abordagens têm ligação com duas interpretações sobre a questão fundamentais para a explicação dessa *trajetória discursiva mediada*. Como veremos, debate teórico e debate público parecem se encontrar em muitos pontos quando a temática é a deficiência.

1.1.1 *A deficiência do ponto de vista biológico*

Do ponto de vista biológico, uma das definições de deficiência que é bastante mencionada na literatura é a que é dada pela Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, ou Convenção da Guatemala¹, um importante documento nesta área. Em seu artigo I, a Convenção define que

o termo ‘deficiência’ significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (OEA, 1999)

De acordo com Fávero (2004), essa definição é muito ampla, já que não explica quão grave deve ser a limitação para ser caracterizada como deficiência, bastando que haja

¹A Convenção da Guatemala é para Fávero (2004) o documento mais importante para o Brasil, entre os vários documentos internacionais que seguem a linha da *inclusão*. De acordo com a autora, ela é importante porque tem valor constitucional ou legal, isso porque além do Brasil ter assinado o documento, ele também foi internalizado através do Decreto Legislativo n. 198, de 13 de junho de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional, e promulgado pelo Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. Conforme Fávero (2004), a importância da Convenção “está em definir o que é DISCRIMINAÇÃO, deixando clara a IMPOSSIBILIDADE de diferenciação, exclusão ou restrição com base na deficiência” (p. 43).

uma limitação, mesmo que pequena. Fávero (2004) indica então outra definição, que também tem uma abordagem biológica: a que foi dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua IX Assembléia, em 1976, através da *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease* (ICIDH), cuja tradução, a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), foi publicada em 1989. Este documento define que deficiência é a

perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (OMS, 1989)

A CIDID² é importante, segundo Amiralian et al. (2000), porque propõe uma classificação da deficiência que se aplica a vários aspectos da saúde e da doença, funcionando como um referencial unificado na área da saúde. Para os autores, ela consegue estabelecer, com “objetividade, abrangência e hierarquia de intensidades, uma escala de deficiências com níveis de dependência, limitação e seus respectivos códigos, propondo que sejam utilizados com a CID³ pelos serviços de medicina, reabilitação e segurança social” (AMIRALIAN et al., 2000, p. 98).

Essa classificação além de conceituar a deficiência também define o que seria a incapacidade e a desvantagem. A incapacidade, segundo a CIDID (OMS, 1989), é a restrição, *resultante* da deficiência e está sempre aliada a algo específico, como “incapacidade para andar”, “de falar”, “de ouvir”. Já a desvantagem seria a situação em que fica a pessoa com deficiência por ausência de condições favoráveis no meio. Representaria, assim, a socialização da deficiência, caracterizando uma discordância entre a capacidade do indivíduo de realização e as expectativas do indivíduo e seu grupo social. De acordo com Amiralian et al. (2000), na CIDID, evitou-se utilizar a mesma palavra para designar deficiências, incapacidades e desvantagens, optando-se por adotar um adjetivo ou substantivo

²A CIDID, assim como a CIF, que será mencionada mais à frente, fazem parte da *Família de Classificações Internacionais* da OMS. Essas classificações, explicam Farias e Buchalla (2005), “representam modelos consensuais a serem incorporados pelos Sistemas de Saúde, gestores e usuários, visando a utilização de uma linguagem comum para a descrição de problemas ou intervenções em saúde. [...] Estas facilitam o levantamento, consolidação, análise e interpretação de dados; a formação de bases de dados nacionais consistentes, e permitem a comparação de informações sobre populações ao longo do tempo entre regiões e países” (p. 188).

³Classificação Internacional de Doenças. Esta classificação já está em sua 10ª revisão e é utilizada no diagnóstico das doenças. Segundo Amiralian et al. (2000), a CIDID surge diante da limitação da CID para descrever as consequências das doenças, visto que ela excluía as perturbações crônicas, evolutivas e irreversíveis, abordando apenas as manifestações agudas.

para uma deficiência, um verbo no infinitivo para uma incapacidade, e um dos papéis de sobrevivência no meio físico e social para a desvantagem. Ou seja,

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Da audição	De ouvir	Na orientação
Física	De andar	Na independência física/na mobilidade

Tabela 1: Distinção entre os conceitos de deficiência, incapacidade e desvantagem, segundo a CIDID (OMS, 1989).

A CIDID acaba, então, também tendo o mérito de não confundir “incapacidade” com a própria deficiência, já que a vendo como consequência da deficiência, de forma localizada, impediria aquela visão de que a pessoa com deficiência é incapaz para todas atividades. Mas muitas críticas recaem sobre a CIDID. Uma das críticas vem da estreita relação que esse tipo de definição estabelece com o modelo médico de deficiência – ainda que ela tente instituir um elo com o aspecto social através da idéia de desvantagem. Segundo Amiralian et al. (2000), tendo como referência o trabalho de R. Rieser, “o modelo médico enfatiza a dependência, considerando a pessoa incapacitada como um problema” (p. 100). De acordo com os autores, esse modelo se apóia no positivismo, e “se encontra atrelado aos estereótipos e à figura do médico no que tange ao estabelecimento dos procedimentos de reabilitação” (AMIRALIAN et al., 2000, p. 101). Segundo Sasaki (1997), o modelo médico tem sido responsável, de certa forma, pela resistência encontrada na sociedade em aceitar a necessidade de mudanças estruturais e atitudinais para incluir as pessoas com deficiência ou outras necessidades atípicas para que, então, elas possam buscar o desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Certamente, esse modelo tem seus problemas. Como veremos adiante, olhar a deficiência com uma abordagem mais sociológica é importante e fundamental neste trabalho, que pretende identificar as interpretações que foram construídas ao longo das últimas décadas *com e pela* mídia sobre a temática⁴. Porém, além da utilidade da CIDID (OMS, 1989) na área da saúde, ela também é importante na área jurídica. E aqui, precisamente, ganha importância para entendermos quem é tradicionalmente visto como pessoa com deficiência nesses domínios e, conseqüentemente, tem alguns direitos específicos. Assim, ainda sob um enfoque biológico, Fávero (2004) define quais são as limitações que caracterizam a deficiência física, a auditiva, a visual, a mental e a múltipla⁵.

⁴No próximo capítulo, deixaremos mais claro porque dizemos de um debate *com e pela* mídia. A idéia aqui é que os *media* não só servem de palco, veiculam o debate sobre a questão, como também têm agência na estruturação do próprio debate. Aqui, mídia e vida social são pensados como em uma relação circular.

⁵Essas definições são feitas com base nas conclusões da Coordenadoria Nacional para a Integração da

A autora esclarece que a deficiência física caracteriza-se pela

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, tendo como consequência o comprometimento da função física, apresentado-se sob a forma de paraplegia⁶, paraparesia⁷, monoplegia⁸, monoparesia⁹, tetraplegia¹⁰, tetraparesia¹¹, triplegia¹², triparesia¹³, hemiplegia¹⁴, hemiparesia¹⁵, amputação¹⁶ ou ausência de membro, paralisia cerebral¹⁷, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto de deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (FÁVERO, 2004, p. 30)

A deficiência auditiva, conforme Fávero (2004), caracteriza-se pelas disacusias¹⁸ leves, moderadas, severas e profundas. Ou ainda, é a perda parcial ou total bilateral de 25 decibéis (db) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferida nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Já a deficiência visual¹⁹, “é a perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, em caráter definitivo, e que não pode ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e tratamento clínico ou cirúrgico” (FÁVERO, 2004, p. 32). A deficiência mental ou intelectual, por sua vez, é o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas” (FÁVERO, 2004, p. 32). A autora cita as seguintes habilidades adaptativas: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais;

Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) para a regulamentação das Leis 10.098/00 e 10.048/00 e também nos termos do Decreto 3.298/99. Trataremos adiante da legislação atinente à questão para esclarecer a importância de cada uma das leis, decretos, regulamentações, tratados e convenções em vigor no Brasil e no exterior

⁶Paraplegia: perda total das funções motores dos membros inferiores. (FÁVERO, 2004)

⁷Paraparesia: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores. (FÁVERO, 2004)

⁸Monoplegia: perda total das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou inferior). (FÁVERO, 2004)

⁹Monoparesia: perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou inferior). (FÁVERO, 2004)

¹⁰Tetraplegia: perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores. (FÁVERO, 2004)

¹¹Tetraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores. (FÁVERO, 2004)

¹²Triplegia: perda total das funções motoras em três membros. (FÁVERO, 2004)

¹³Tri paresia: perda parcial das funções motoras em três membros. (FÁVERO, 2004)

¹⁴Hemiplegia: perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). (FÁVERO, 2004)

¹⁵Hemiparesia: perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). (FÁVERO, 2004)

¹⁶Amputação: perda total de determinado segmento de um membro (superior ou inferior). (FÁVERO, 2004)

¹⁷Paralisia cerebral: lesão em uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental. (FÁVERO, 2004)

¹⁸Problemas auditivos relacionados a sons comuns

¹⁹Fávero (2004) ainda acrescenta que na cegueira, “a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 a 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica, é a situação na qual a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de qualquer uma das condições anteriores” (FÁVERO, 2004, p. 32).

utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. Por fim, Fávero (2004) afirma que a deficiência múltipla se refere “à concomitância de duas ou mais deficiências, que se manifestam numa mesma pessoa” (p. 33).

Esse enfoque biológico começa a ter uma abordagem mais positivada da deficiência com a publicação, em maio de 2001, da *International Classification of Functioning, Disability and Health*, pelo OMS, que, posteriormente, em 2003, é traduzida para o português para Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2003). Segundo Farias e Buchalla (2005), a CIF é fruto de um processo de revisão da CIDID, que “apontou suas principais fragilidades, como a falta de relação entre as dimensões que a compõe, a não abordagem de aspectos sociais e ambientais, entre outras” (p. 189). As autoras ressaltam que

O modelo da CIF substitui o enfoque negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspectiva positiva, considerando as atividades que um indivíduo que apresenta alterações de função e/ou da estrutura do corpo pode desempenhar, assim como sua participação social. (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 187)

Isso porque o termo utilizado na CIF é a *funcionalidade*, que é determinada pelo contexto ambiental onde as pessoas vivem. Funcionalidade e seu aspecto negativo, a incapacidade, estão relacionadas às condições de saúde, “identificando que uma pessoa ‘pode ou não pode fazer na sua vida diária’, tendo em vista as funções dos órgãos ou sistemas e estruturas do corpo, assim como as limitações de atividades e da participação social no meio ambiente onde a pessoa vive” (p. 189).

Assim, a classificação da CIF (OMS, 2003) começa a se aproximar de uma perspectiva mais sociológica. Nesse sentido, Farias e Buchalla (2005) afirmam que a CIF é baseada em uma abordagem biopsicossocial, incorporando componentes de saúde nos níveis corporais e sociais. As autoras esclarecem que

os conceitos apresentados na classificação introduzem um novo paradigma para pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade: elas não são apenas uma consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e de legislação. (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 190)

Entenderemos melhor, na próxima seção, o que é o modelo social de deficiência, do qual, mesmo as definições da área da saúde, têm se aproximado cada vez mais. Aqui, é importante termos em vista que essas mudanças em termos de instrumentos utilizados

para se classificar as deficiências acompanham, mesmo que de forma indireta, a mudança da idéia de integração para a idéia de inclusão. Isso porque os autores da área, seja aqueles que se dedicam ao tema no campo da saúde, seja aqueles do campo das ciências sociais, apontam que o modelo médico da deficiência, este calcado na figura do médico e na reabilitação, está diretamente ligado às concepções integracionistas e o modelo social, que veremos na próxima seção, tem relação com o conceito de inclusão.

A relação estabelecida entre as idéias de inclusão e integração e os modelos médico e social de deficiência também indica uma certa proximidade entre o debate teórico e o debate público. Os dois, como indicamos na introdução do capítulo, não caminham separadamente. Ao contrário, eles parecem se misturar em muito momentos. Por isso, também a importância de delinear essas duas formas de abordar a questão. Não são apenas trajetórias teóricas de campos do conhecimento distintos, ciências da saúde e ciências sociais. Essas classificações indicadas acima, suas modificações e a aproximação dessa vertente com uma perspectiva mais social têm relação com a trajetória que queremos observar.

1.1.2 *A deficiência do ponto de vista sociológico*

Segundo Omote (1996), é no final da década de 50, início da de 60, que surgem importantes trabalhos que serviram como sementes para o aparecimento de concepções sociais da deficiência. Omote (1996) afirma que tiveram influência decisiva os trabalhos sobre as concepções sociais acerca dos desvios de Becker (1963), Dentler e Erikson (1959), Erikson (1962) e Kitsuse (1962). Sob influência dessas concepções sociais de desvio, conforme Omote (1996) indica, surgem trabalhos importantes voltados para questões psicossociais e educacionais e para a análise das relações interpessoais e sociais de pessoas com deficiência, entre eles os de Bartel e Guskin (1972), Freidson (1965), Mercer (1965, 1973), os de Scott (1969) e de Wright (1960).

Nessa outra abordagem, a deficiência deixa de ser vista como um atributo individual, perdendo o caráter oficial e universal. Ela passa a ser contingencial e, assim, “as pessoas começam a compreender que alguém é deficiente somente em um contexto temporal, espacial e socialmente determinado” (OMOTE, 1996, p. 130). Nesse sentido, para se compreender a deficiência é necessário reconstruir as contingências históricas que conferem significado à questão, sendo insuficiente o estudo das características específicas dos membros daquele grupo (OMOTE, 1996).

Carvalho-Freitas (2007), por sua vez, atribui a Parsons (1951) o início da problema-

tização de questões ligadas à saúde, doença e deficiência pela ciências sociais. A autora explica que a ligação de Parsons com a temática da deficiência está em seu estudo sobre a moderna medicina prática, em que a doença ou a deficiência passa a ser considerada como um estado social e a autoridade médica como um sistema de controle social.

Para esse autor, a sociedade, para ter um funcionamento apropriado, todos os seus membros devem desempenhar seus papéis adequadamente. A saúde é definida como um estado estável, normal, associado a uma capacidade ótima. Ao contrário, a doença e a deficiência são consideradas estados ‘anormais’, que tornam os indivíduos improdutivos e dependentes, enfim, formas similares ao desvio social. A profissão médica é considerada como tendo uma função crucial no controle social da doença e um papel importante para a sociedade. (CARVALHO-FREITAS, 2007, p. 63)

Segundo a autora, apesar do mérito de trazer para a sociologia questões que até então não eram tidas como importantes neste campo, Parsons é muito criticado desde o final da década de 60 por não explorar a articulação entre as experiências individuais, morais e sociais da deficiência. Outra crítica recorrente ao autor é que ele não focalizou o poder e o domínio profissional do médico sobre o paciente e as desigualdades sociais na saúde. A partir dos estudos sobre as concepções sociais do desvio indicados acima e do trabalho de Parsons, têm proliferado os estudos sobre a deficiência no campo da sociologia, seguindo caminhos diversos nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos prevaleceria o que é denominado de Sociologia Médica (*Medical Sociology*), que teria alguma ligação com o modelo médico de deficiência (apresentado na seção 1.1.1), porém iria além por não desconsiderar a dimensão cultural da questão. Segundo Carvalho-Freitas (2007), a Sociologia Médica considera a deficiência como uma consequência inquestionável de uma perda ou anormalidade biológica, estando associada à doença, à patologia ativa, a problemas genéticos e a acidentes ou traumas. De acordo com a autora, sem negar que algumas restrições advindas da deficiência tenham causas culturais, essa linha de estudos critica o modelo social por acreditar que ele é inútil, já que ele ultravaloriza as dimensões sociais e políticas da questão. Entretanto, apesar da crítica, essa perspectiva acaba por admitir o valor do modelo social pois se opõe ao legado de Parsons, que considera os pacientes como agentes passivos nas relações.

Já na Europa, a abordagem adotada é a do modelo social, chamado por lá de *Disability Studies*. Carvalho-Freitas (2007) afirma que essa abordagem considera a deficiência como centralmente estruturada pela opressão, desigualdade e exclusão social. Essa perspectiva

tem por foco principal a relação social, e o modelo adotado é o ‘modelo

social da deficiência', que define a deficiência como o resultado de barreiras sociais que restringem as atividades das pessoas com deficiência. A principal crítica dirigida aos pesquisadores dessa abordagem é a descon sideração da dimensão biológica da deficiência. (CARVALHO-FREITAS, 2007, p. 67)

No entanto, eles se defendem dizendo que os trabalhos ancorados nas premissas dos *Disability Studies* consideram sim a dimensão biológica como ponto de partida, porém o foco está na dimensão social da deficiência.

Apesar dessas tipificações, que podem em alguma medida dar a impressão de abordagens estanques, em que ou o pesquisador se encaixa em uma perspectiva ou em outra, existem caminhos alternativos, que buscam conciliar características das diversas opções teóricas adotadas para a questão. Priestley (1998) aponta que muitos pesquisadores têm adotado uma perspectiva mais plural, buscando reconciliar as abordagens. O autor criou um quadro explicativo com quatro possibilidades. Neste quadro (Tabela 2, p. 32), existem duas entradas, uma vertical e outra horizontal. Horizontalmente, os estudos são classificados nas dimensões de análise individual e social. Verticalmente, eles são classificados de acordo com a perspectiva epistemológica que os ancora – materialista ou idealista.

Segundo Carvalho-Freitas (2007), o que dividiria as teorias do modelo social (posições 3 e 4) das teorias do modelo individual (posições 1 e 2) é a idéia de que a deficiência tem alguma existência coletiva real além da existência ou experiência individual. Neste trabalho, apesar da forte relação que ele estabelece com a posição 4 ou com uma abordagem que se ancore nos valores culturais ou no que estamos chamando aqui de interpretações coletivas sobre a deficiência, tentaremos conciliar essa abordagem com as perspectivas que não ignoram a existência concreta da deficiência. Assim, não queremos aqui dizer qual a melhor abordagem ou a mais adequada. Parece claro que nenhuma das vertentes atuais opta por um lado ou outro (social ou biológico). A tentativa, mesmo entre aqueles que se dedicam ao assunto na área da saúde, é tentar olhar também para a dimensão social. Já pelo lado dos cientistas do modelo social, parece haver um cuidado para não se cair num construtivismo radical, em que a deficiência deixa de ter uma realidade concreta.

O que queremos aqui não é optar por uma dessas abordagens do quadro de Priestley. A idéia foi apenas fazer uma investigação das formas como a deficiência tem sido analisada porque esse debate acadêmico, como dissemos anteriormente, acaba nos indicando que o caminho trilhado pela questão publicamente não está totalmente distanciado do que os especialistas estão discutindo. O surgimento de concepções menos individualistas e de um olhar menos clínico sobre a temática, que ganha força na década de 60, parece ter alguma

	Materialismo	Idealismo
Individual	Posição 1 - Modelos materialistas individuais; - Deficiência é um produto físico da ação biológica sobre o funcionamento do corpo; - As unidades de análise são as condições biológicas do corpo – <i>impairments</i>; - Preocupação: reabilitação física – ênfase na importância do desenvolvimento de medicamentos, intervenção cirúrgica e projeto do genoma humano; - Não pode ser considerado necessariamente opressor.	Posição 2 - Modelos idealistas individuais; - Deficiência é o produto de vontades individuais (pessoas com e sem deficiência) envolvidas na criação de identidades e na negociação de papéis; - As unidades de análise são as crenças e as identidades; - Foco: interação cognitiva e experiência afetiva; - Abordagens privilegiadas: fenomenologia, interacionismo simbólico.
Social	Posição 3 - Modelos da criação social; - Deficiência é o produto material das relações socioeconômicas desenvolvidas em um contexto histórico específico; - As unidades de análise são barreiras físicas, estruturais e institucionais, e as relações materiais de poder; - Posição sociomaterialista.	Posição 4 - Modelos da construção social; - Deficiência é um produto dos valores sociais desenvolvidos em um contexto cultural específico; - As unidades de análise são os valores culturais (percepção cultural do que seja a diferença) e as representações.

Tabela 2: Quatro abordagens dos estudos sobre deficiência (PRIESTLEY, 1998)

congruência com as análises teóricas, que passam a se deslocar para um olhar mais amplo da questão. Inclusive, Dryzek (1997), ao explorar a trajetória discursiva do ambientalismo da década de 60 ao final dos anos 90, remete a trabalhos acadêmicos para delinear o debate público sobre a temática. Fica claro no trabalho do autor que os discursos teóricos acabam tendo ressonância em outros âmbitos e mesmo podem estruturar ações de movimentos sociais, governos, instituições públicas etc. A mudança de interpretações, de entendimentos sobre a questão não se restringe ao âmbito público. É na esfera pública que uma multiplicidade de discursos, advindos de arenas mais restritas, se encontram e constituem esse caleidoscópio de perspectivas, enquadramentos que uma mesma temática pode ter.

Menos do que escolher uma ou outra abordagem, vamos, em verdade, analisar o

embate entre elas, através da materialização discursiva e pública nas idéias de integração e inclusão. Análise essa que também precisa levar em conta essas duas dimensões para compreender como esses discursos são construídos, contestados e modificados.

Para finalizarmos esta sub-seção, falta-nos explicitar melhor o porquê de não trabalharmos com um tipo de deficiência específica, como alguns estudos têm optado por fazer (GARCÊZ, 2008; GUHUR, 1994; GIORDANO, 2000). Logicamente, ao fazermos essa opção, não estamos ignorando o fato de que cada deficiência gera necessidades e dificuldades específicas e, logo, merecem ser tratadas separadamente. Porém, como afirma Carvalho-Freitas (2007), ainda que o grupo de pessoas com deficiência seja muito heterogêneo e apresente características distintas a depender do tipo de deficiência, eles enfrentam barreiras comuns na participação efetiva na sociedade e, particularmente, em termos da discriminação advinda da percepção das pessoas e das estruturas de acesso aos diferentes espaços sociais. Assim, mesmo que cada deficiência possa ser abordada individualmente, pensamos ser mais produtivo na análise das interpretações coletivas sobre o assunto, a adoção de um olhar sobre a temática não focado em uma característica apenas. Isso porque se estamos pensando em interpretações sociais, a tendência é que, ao enquadrar essa temática, acabemos por colocar no mesmo “pacote” todas as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Então, sempre que falarmos em deficiência, não estamos dizendo de uma deficiência específica, mas desse grupo, das pessoas que são tidas como pessoas que têm alguma deficiência em nossa sociedade.

1.1.3 *Analizando a deficiência sob um viés discursivo*

Como antecipamos no início do capítulo, nossa tentativa, neste trabalho, é adotar uma abordagem que chamamos de discursiva. Esse viés se ancora na função epistêmica do discurso apontada por Habermas. É a idéia da comunicação enquanto momento constituinte de nossas formas de pensamento que nos interessa. Essa noção está claramente ligada ao pragmatismo e também à idéia de esfera pública. Daí que a tendência seria então relacionar nossa análise à vertente de estudos que justamente co-relaciona esfera pública, pressupostos pragmáticos e discurso, que é aquela que se dedica ao estudo do modelo de democracia deliberativa.

Esse modelo, pensado por Habermas, dá origem, como já apontamos acima, junto com os trabalhos de Rawls, a toda uma corrente teórica interessada em apreender as

trocas argumentativas que têm lugar em sociedades democráticas e que serviriam de base para decisões políticas mais legítimas. Essa idéia, de um sistema deliberativo, passa, inevitavelmente, pela revitalização da noção de esfera pública²⁰, conceito complexo, que já gerou diversas formulações, sendo que, entre as mais influentes, estão justamente as de Habermas.

No clássico *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), o autor defendia que a comunicação e a cultura de massa teriam sido responsáveis pela perda de autenticidade da esfera pública burguesa. Hoje, a tendência tem sido abandonar a visão determinista e pessimista desta primeira obra, reconhecida pelo próprio autor (HABERMAS, 1999), e trabalhar com concepções mais ambíguas sobre o papel da mídia na constituição dos debates políticos. Pressupõe-se então que o espaço público não entrou em decadência, como defendeu Habermas (1984) nesses primeiros escritos, mas sim se transformou. Não falamos mais de uma única esfera pública situada em um dado espaço, como na polis grega, e sim de diversas arenas sobrepostas, com fronteiras reais, sociais e temporais fluidas (HABERMAS, 1997). É este o espaço do debate, do argumento, da discussão política.

A importância do conceito de esfera pública reside no papel que Habermas (1997) dá à comunicação na constituição das questões de interesse público em seu modelo procedimental de democracia. Através deste modelo, o autor acredita que é possível uma gênese legítima da lei, que religue questões normativas e empíricas, ou seja, que responda de forma mais satisfatória às lacunas deixadas pelos modelos republicano e liberal de democracia. No modelo procedimental, “são os próprios indivíduos que produzem validade normativa, através de um ato de livre assentimento” (HABERMAS, 1997, p. 14). É através do discurso que os próprios sujeitos definem o que é justo e, portanto, legítimo em cada momento da história do desenvolvimento humano. Essa característica chama a atenção para a possibilidade de o discurso operar mudanças no sistema político e social. É por isso que o autor revitaliza o conceito de esfera pública e propõe um modelo de circulação de poder em duas vias (HABERMAS, 1997).

Neste modelo, o sistema político tem um centro administrativo, que é responsável pelas tomadas de decisão, e níveis periféricos, que têm diferentes formas de influência. Entre esses níveis, abarcando tanto atores desse núcleo quanto das periferias, temos a esfera pública, onde se dá a formação da opinião e de onde é possível pensar em um poder comunicativo. Assim, o autor separa a constituição da vontade e a da opinião, mas indica a possibilidade de fluxos comunicativos iniciados pelos cidadãos comuns de pressionarem

²⁰No próximo capítulo, discutiremos melhor a relação que se estabelece entre esfera pública contemporânea e meios de comunicação.

a tomada de decisão desse núcleo administrativo.

O modelo procedimental ou deliberativo de democracia pressupõe a idéia de que o discurso tem uma função epistêmica, como já indicamos acima, noção que Habermas ressalta em trabalho posterior (HABERMAS, 2006). Esse caráter epistêmico do discurso revela a idéia da comunicação enquanto momento constituinte dos conceitos e idéias, já que, para Habermas (1997), é irrealista pensar que as preferências possam ser tratadas como algo dado, e simplesmente representadas por meio do voto, visto que elas podem se modificar no próprio processo político. Ou seja, é preciso que os cidadãos participem e construam as próprias noções políticas, já que o que é justo em cada sociedade não é algo metafísico ou pré-determinado, mas sim construído através da troca de argumentos, no nível da esfera pública e suas diversas arenas discursivas. Assim, trata-se de encarar os fenômenos sociais e políticos de forma não essencializada e perceber as construções do que se concebe, em determinados espaço-tempo, por de interesse público e válido. Ou seja, ele destaca uma das características da deliberação: que as interpretações e concepções de bem comum podem ser transformadas, concebidas no “vai-e-vem” argumentativo.

Cohen (1997), outro autor que aborda questões referentes à noção de deliberação, afirma que a democracia deliberativa está ligada à idéia de uma associação democrática, na qual a justificativa dos termos e condições da associação advém da argumentação pública e racional entre cidadãos considerados iguais. A deliberação, assim, é vista não como uma prática pontual, mas sim um processo de discussão, “uma troca pública de razões” (COHEN, 1997). Ela é uma prática interativa, já que envolve dois ou mais agentes, e pressupõe a isenção de coerção. As deliberações devem ser inclusivas e públicas, já que os interessados têm chances iguais de participação. O acordo resultante dessas trocas deve ser motivado racionalmente, além delas deverem ser idealmente desenvolvidas sem restrições e poderem ser retomadas a qualquer momento (COHEN, 1997).

Estas definições de Cohen partem de um procedimento ideal de deliberação e de tomada de decisão. Neste trabalho, adotaremos uma concepção de deliberação mais ampliada, não entendida como “um processo restrito a uma única prática argumentativa, que aconteceria aqui e agora, mas também como um processo de interpretação coletiva” (MAIA, 2006a, p. 153), nos moldes da competição de discursos de Dryzek (2004). Para este autor, formulações mais exigentes tiram a plausibilidade da idéia de democracia procedimental. Dryzek afirma que formulações como a de Cohen, de que “os resultados são legítimos na medida em que recebam o assentimento refletido por meio da participação em uma deliberação autêntica da parte de todos aqueles sujeitos à decisão em questão”, ou de Seyla

Benhabib, de que “a legitimidade democrática em sociedades democráticas complexas deve ser pensada como resultando da deliberação livre e desimpedida de todos sobre assuntos de interesse comum” parecem inviabilizar a própria democracia deliberativa e mesmo a conquista de legitimidade (DRYZEK, 2004, p. 41). Isso porque “nas deliberações do mundo real, a totalidade ou certamente a maioria dos afetados não parece participar, tornando desta forma a democracia deliberativa vulnerável ao destronamento de suas pretensões de legitimidade” (p. 41). Assim, para Dryzek, a esfera pública passa a ser “o local mais importante para a deliberação” e a deliberação é vista como “um intercâmbio ou disputa multifacetados entre discursos dentro da esfera pública”. De acordo com o autor, a legitimidade discursiva é assegurada “pelo grau em que os resultados coletivos são responsivos ao balanço de discursos concorrentes na esfera pública, na medida em que este balanço é ele mesmo sujeito a um controle difuso e competente” (DRYZEK, 2004, p. 42).

Alguns aspectos trabalhados pelos estudiosos da deliberação serão interessantes para nosso trabalho, como a idéia de aprendizado social, que indicamos acima. Porém, este estudo não se constitui em uma aplicação do modelo deliberativo. Isso porque, para analisarmos a trajetória dessa temática na mídia através da noção de deliberação, teríamos que observar os aspectos que são tidos como indispensáveis para se caracterizar um processo deliberativo. Mesmo adotando uma noção ampliada de deliberação, ainda assim teríamos que analisar certos aspectos, como a argumentação, que não estão claramente presentes no debate sobre a temática da deficiência que tem no lugar dos *media*.

Como bem aponta Warren (2007), a deliberação é um fenômeno excepcional enquanto forma de comunicação e, como tal, não é tão fácil assim caracterizar o debate sobre uma temática como uma deliberação a longo prazo. Pensar em deliberação a longo prazo e, ainda, nos *media*, seria tarefa para um trabalho que abordasse alguma questão que se configura como controversa em diversos momentos históricos, o que não parece ser o caso da deficiência. Aliás, seria difícil encontrar um caso assim. As temáticas têm seus ciclos e, na mídia, dificilmente um assunto é problematizado diversas vezes ao longo do tempo.

Assim, não partiremos para uma análise deliberativa, ou da deliberatividade, tendo em vista algumas questões: 1) a temática da deficiência não parece se configurar efetivamente como um embate em que diversos atores sociais têm vez, apontam seus argumentos e embatem discursivamente em torno do assunto. Algumas idéias, que não são defensáveis publicamente, por mais que ainda perdurem nas interpretações coletivas sobre a questão, não necessariamente são vocalizadas na mídia. Não há, com relação à esta temática, em particular, a formação efetiva de uma contenda, em que os atores disputam sentidos

através da argumentação. Assim, ficaria praticamente impossível verificar a existência de requisitos como a reciprocidade e a reversibilidade de posições. Muitas vezes não há argumentos sendo acionados. Os sentidos são tomados como dados e não há grandes discussões em torno da questão. Os valores aparecem de forma menos argumentativa. Eles estão implícitos na maioria das vezes. Não há uma questão específica, em que os atores são convidados a se posicionar. Em alguns momentos, isso poderá ocorrer, mas, em geral, não há um embate explícito.

Também seria inviável analisar esse debate a longo prazo enquanto uma deliberação no sem sentido *stricto* pela 2) análise deliberativa ser uma análise minuciosa e impraticável em um corpus tão extenso. Localizar argumentos e contra-argumentos em um contexto tão amplo seria de difícil manuseio dado que os momentos deliberativos que porventura tenham ocorrido nesses 48 anos estão dispersos e há uma dificuldade em localizá-los. Fizemos uma tentativa de procurá-los tendo por referência regulamentos, publicações legais sobre a questão e não tivemos êxito.

Assim, optamos por recorrer à análise dos enquadramentos, na tentativa de apreendermos o que Chambers (1996) chama de “pano de fundo cultural” e que está intrinsecamente ligado à formação da opinião pública sobre o assunto. Isso porque, como afirmamos acima, não queremos analisar a deliberatividade em torno da temática, até porque não tratamos efetivamente de uma questão que é vista como um problema, uma contenda em disputa. Eventualmente, nessas décadas de análise, poderemos ter momentos argumentativos/deliberativos em que diferentes posições/discursos entram em cena para tentar resolver determinadas questões relacionadas à temática. Porém, aqui, nosso interesse é olhar para esse processo de debate mediado a longo prazo, entendendo que ele se relaciona com os possíveis momentos mais ou menos deliberativos que ocorreram em torno da questão nas últimas décadas, seja em arenas mais formais ou menos formais do sistema político.

Olharemos para esse debate mediado a longo prazo entendendo-o como a tessitura de uma pano de fundo cultural que permeou e permeia as diversas discussões que podem ter um caráter mais ou menos deliberativo sobre a questão. Chambers (1996) explica de forma precisa qual a dimensão do processo político que queremos apreender:

O processo comunicativo e cognitivo de formação da opinião e das crenças não são usualmente o foco dos estudos de cultura política. Mas se opiniões e crenças dão suporte para sistemas estáveis, então nós devemos nos interessar em *como* opiniões são formadas e não simplesmente quais variáveis podem ser relacionadas a sua formação. Nós devemos nos interessar em como crenças são enfraquecidas ou fortalecidas, como

elas se modificam. Em resumo, nós devemos nos interessar pelos processos comunicativos através dos quais a cultura política é reproduzida ou modificada.[...] Isso é a política de formação da opinião pública. O que acontece no nível da cultura – isto é, como as atitudes, crenças e convicções que determinam os interesses que iremos possuir na arena política se modificam e se alteram como resultado do discurso – é uma importante dimensão da política. (CHAMBERS, 1996, ps. 228-229) (tradução nossa)

Ainda com relação a esse pano de fundo cultural e às discussões menos formais que têm lugar na esfera pública, a autora explora a idéia de uma *cultura política discursiva* com o famoso caso do Quebec, em que francófonos e anglófonos, através do discurso, chegaram a um entendimento sobre a proteção do francês, língua oficial da província canadense. Chambers (1996) chamou a atenção justamente para o fato de que olhar apenas para o aspecto formal/legal de uma questão pode não explicar a realidade social. Neste caso, ela demonstra como mudanças legais não acarretam necessariamente em uma nova interpretação de valores. A mudança de valores depende muito mais da formação de uma “opinião pública discursiva” do que da simples adoção de novas leis. No caso da deficiência, essa consideração se faz necessária, tendo em vista que a legislação brasileira é vista geralmente como modelo para os movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Porém, não necessariamente essa mudança legal – com a vigoração de convenções internacionais amplamente aprovadas por movimentos inclusivos e a promulgação de decretos e leis que são defendidos pelas próprias pessoas com deficiência – reverbera em uma mudança tão clara das interpretações.

O movimento que geralmente é descrito por Habermas (1997, 2006) de formação de uma opinião pública que pressiona os centros do poder decisório para que haja uma compatibilidade entre esses debates e a tomada de decisão não necessariamente ocorre dessa forma. Nesse sentido, nos preocupamos, então, em olhar para esse pano de fundo cultural, já que ele pode nos dar indícios para entendermos mais precisamente o contexto político que permeia o assunto. A famosa noção brasileira de leis que “não pegam” acaba tendo relação com esta questão. Não basta decretar a *inclusão* legalmente se esse pano de fundo cultural ainda pode não estar em sintonia com os parâmetros legais.

O que podemos apreender nos *media* são resquícios dessas lutas, dos embates, que certamente ocorreram também em outras arenas discursivas, como debates de associações e movimentos, nos mais variados tempos históricos²¹. Perceber essa trajetória discursiva sem, necessariamente, lançar mão dos critérios da deliberação tem o intuito de observar como essas mudanças de valores ocorrem a longo prazo e também perceber como essas

²¹Aqui, será importante a compreensão do tipo de relação que a mídia tem com outros âmbitos discursivos da esfera pública. Esse assunto será melhor trabalhado no segundo capítulo.

transformações são apresentadas na mídia. É esse pano de fundo cultural discursivo que queremos desvendar para que ele nos auxilie a compreender de forma mais detalhada a dimensão política da questão da deficiência que não pode ser apreendida através apenas do histórico das legislações sobre a temática ou mesmo das deliberações sobre o assunto, que têm vez em conselhos e outras instâncias mais formais.

Não estamos afirmando que não há uma certa ressonância entre aspectos legais e culturais. Estamos ressaltando a importância de se olhar para esse âmbito discursivo, já que apenas o âmbito legal não é o bastante para se explicar situações de preconceito, abandono e discriminação. Como indica Chambers (1996), a política discursiva pode informar e criar um contexto no qual outras práticas políticas têm lugar. Por isso, é preciso também compreendê-la. Dryzek (1997), que também trabalha com uma perspectiva discursiva, afirma que para além de afetar as instituições, os discursos podem ser incorporados por estas. De acordo com o autor, quando isso acontece, os discursos constituem os entendimentos informais que fornecem o contexto para a interação social. “Ou colocando isso de forma ligeiramente diferenciada, discursos podem constituir um software institucional enquanto as regras formais constituem o hardware” (DRYZEK, 1997, p.19)(tradução nossa). Ou seja, é preciso entender qual o tipo de software que construímos ao longo das últimas décadas para entendermos como ele opera com os hardwares que estão no “mercado” das regras formais.

Para Dryzek, os discursos podem não ter efeitos diretos nas políticas institucionais dos governos, mas têm efeitos noutro lugar. Esses efeitos seriam de outra natureza e poderíamos relacioná-los ao que Habermas (2006) chama de ganhos cognitivos ou epistêmicos. O debate discursivo, nesse sentido, mesmo quando não tendo efeitos institucionais, possibilita um ganho cognitivo, ou um aprendizado, advindo da consideração de perspectivas diversas, da complexificação das questões. E aí, cabe nos perguntarmos qual o caminho ou as relações que têm sido estabelecidas entre política discursiva e política institucional com relação à deficiência. A tentativa, no Brasil, é de implantar regras que não têm tanto respaldo discursivo como ocorreu no Quebec? Ou não, o debate público sobre o assunto tem impulsionado a instituição de tais regras? A apreensão do debate público sobre o assunto é o primeiro passo para que possamos tentar delinear as relações entre a trajetória discursiva e a trajetória legal.

É importante, neste ponto, destacar que Dryzek (1997, 2004) e Habermas (1997) trabalham com concepções distintas do que seria “discurso”. Para o primeiro, “um discurso pode ser definido em termos não habermasianos como um modo compartilhado de se

compreender o mundo incrustado na linguagem” (DRYZEK, 2004, ps. 48 e 49). Ou seja,

Nesse sentido, um discurso sempre apresentará determinadas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões. Estes termos comuns significam que os aderentes a um dado discurso serão capazes de reconhecer e processar estímulos sensoriais em histórias ou relatos coerentes, os quais, por seu turno, podem ser compartilhados de uma maneira intersubjetivamente significativa. Conseqüentemente, qualquer discurso terá em seu centro um enredo, o qual pode envolver opiniões tanto sobre fatos como valores. (DRYZEK, 2004, p. 49)

Porém, para Habermas, como bem diferencia Cal (2006), o discurso é algo próprio do processo argumentativo no qual as pretensões de validade podem ser testadas. Nesse sentido, a noção habermasiana é mais exigente e contrapõe-se a de Dryzek, que defende que a esfera pública deve ser vista a qualquer tempo como o lar de uma constelação de discursos. O conceito de Dryzek, assim, parece mais condizente com nossa opção de não analisar a deliberatividade encontrada nos *media* ou a deliberação em sentido *stricto*.

Com relação à idéia de aprendizado social, ela é de difícil apreensão, sobretudo quando pensamos em debates a longo prazo. O risco, como apontamos acima, é de adotarmos uma posição progressista, em que os debates geram aprimoramentos inesgotáveis e sempre ascendentes das temáticas. Porém, parece-nos que a idéia de aprendizado social tenha a ver mais com a complexificação de uma questão, que passa a ser vista de uma forma menos unilateral. Parece-nos ser esse o caso da temática que estamos abordando. Na próxima seção, discutiremos brevemente como esta noção tem sido discutida pelos estudiosos da deliberação e, então, apontaremos como iremos trabalhar com a noção de aprendizado social sem necessariamente atrelá-la diretamente à deliberação.

1.1.3.1 Aprendizado social: a relação de momentos deliberativos com a cultura pública geral

A noção de aprendizado social, segundo afirma Kanra (2009), tem sido colocada em segundo plano pelos estudiosos da deliberação. A tendência geral, neste campo de estudos, tem sido tratar a deliberação como um procedimento de tomada de decisão. Essa abordagem, segundo o autor, deixa de avaliar por completo os benefícios do processo deliberativo. Ela falha em ver que a deliberação também funciona como um processo de formação de opinião orientado para o aprendizado. E isso difere substancialmente, de acordo com Kanra (2009), do processo de tomada de decisão em termos dos elementos estruturais e também nos elementos cognitivos envolvidos. O autor defende então a divisão do processo deliberativo em dois momentos, o de aprendizado social e o de tomada de

decisão. A intenção de Kanra é fazer uma divisão que propicie um detalhamento analítico mais fino acerca dos benefícios que tanto a deliberação como tomada de decisão, quanto como aprendizado social têm a oferecer para a democracia.

A principal diferença entre o aprendizado social e a tomada de decisão é a orientação que os rege. No primeiro, ela está direcionada para o entendimento e, no segundo, para o consenso. Mas também é possível apontar outras distinções. O processo de tomada de decisão é geralmente limitado em termos de tempo e espaço, o que pode interferir no processo de aprendizado. Além disso, a urgência de alcançar uma decisão domina a formação da opinião e impede o alargamento do escopo do aprendizado. Sendo assim,

Um elemento precioso da deliberação, o tempo, é caracteristicamente limitado nos procedimentos de tomada de decisão, o que restringe a quantidade de informação a compartilhar. Nesse sentido, a função hermenêutica do aprendizado social cessa sua operação e recua para segundo plano uma vez que a deliberação se move para um estágio diferente. (KANRA, 2009, p. 7) (tradução nossa)

O fluxo de informação, nos processos de tomada de decisão, segue um padrão vertical para a obtenção de um resultado final, em contraste com o movimento horizontal do aprendizado social. Essa mudança na forma como a deliberação funciona resulta na subordinação do entendimento e do aprendizado às pressões de alcançar um consenso. De acordo com Kanra (2009), uma das consequências mais importantes da mudança do aprendizado social para a obtenção do consenso ocorre no nível do engajamento dos participantes. A orientação para a tomada de decisão acaba por minar a função da interação cooperativa pelo desencadeamento de uma inclinação para proteger a configuração existente de interesses, levando a luta por poder estratégico entre os participantes.

Ainda segundo Kanra (2009), a definição do aprendizado social como perspectiva, imediatamente, ressalta a natureza intersubjetiva da deliberação, em que indivíduos aprendem a como lidar com a natureza fragmentada do mundo social em relações recíprocas uns com os outros. Essas relações recíprocas, diz o autor, invocam um certo tipo de interação no qual participantes aceitam que suas ações carregam uma substância dialógica, ou seja, existe uma tentativa sincera de entendimento entre eles, eles operam em uma base intersubjetiva.

O autor se pergunta, nesse sentido, quais seriam os benefícios de uma discussão que não busca uma decisão, o consenso. Lançando mão de discussões desenvolvidas por outros autores, ele aponta alguns desses benefícios: pode-se vir a entender outras perspectivas que não as nossas; podemos aprender com essas outras perspectivas; se a deliberação

funciona com uma orientação para o aprendizado isso poderia promover a provável implementação das decisões; a qualidade das discussões ajuda a dar legitimidade à decisão final aos olhos do grupo, contribuindo assim para a solidariedade de grupo; a discussão pública sem restrições aumenta a qualidade das decisões porque leva em conta todas as posições existentes; a discussão pública mais dispersa e menos institucionalizada também tem sua importância porque pode trazer à tona, tornar visível aos olhos do público diferentes posições; além disso, a inclusividade mais ampla poderia não só contribuir para a qualidade das decisões no longo prazo, mas também pode conter, impedir, certos argumentos contrários à deliberação, o que favorece a articulação argumentativa.

Lançando mão dos trabalhos de Habermas, Kanra (2009) persiste na tarefa de explicitar o que seria exatamente esta fase de aprendizado social e como ela se encaixa no modelo deliberativo de democracia. Segundo Kanra (2009), a premissa sob a qual o autor alemão trabalha, que se baseia nas regras do discurso argumentativo, tem como pano de fundo o fato de que o autor considera que a comunicação é o principal meio para se estabelecer a coordenação da atividade social; e que se a comunicação objetiva chegar à concordância ela tem que satisfazer um certo nível de racionalidade que já está incorporado nas estruturas da linguagem.

Conforme aponta Kanra (2009), Habermas afirma que as idéias fundamentais da moralidade, tais como igualdade de respeito e bem comum, são digeridas na consciência moral dos indivíduos através de um processo de aprendizado social alcançado a partir do diálogo de cada indivíduo com os outros. A ênfase de Habermas nas condições dialógicas e intersubjetivas do desenvolvimento moral fornecem uma rica base para a capacidade de aprendizado social dos processos deliberativos. De acordo com Kanra (2009), vários aspectos facilitariam a formulação de um quadro no qual o aprendizado social da deliberação poderia ser resgatado de sua posição negligenciada. Esses aspectos estão relacionados com o fato de que o desenvolvimento de uma consciência moral caminha lado a lado com o reconhecimento de outras visões de mundo e que para alcançar esse estágio é necessário olhar para o mundo sob os pontos de vista de outros, sendo que tudo isso constitui um processo de aprendizado construtivo.

Habermas, indica Kanra (2009), fornece aspectos relevantes para essa tentativa de se retirar a noção de aprendizado social desta posição negligenciada, mas, no decorrer de seus trabalhos, acaba mudando o foco de sua atenção para os âmbitos formais de deliberação, como o parlamento e o corpo administrativo. Ele faz isso através do desenvolvimento do modelo de circulação do poder em duas vias, onde ele separa tomada de decisão e a

formação da opinião. A preocupação de Habermas é que se a pressuposição de alcance de consenso fosse retirada do diálogo, então o processo deliberativo perderia seu senso racional e se tornaria algo diferente da argumentação racional. Assim, ele compreende a argumentação racional como a principal alternativa contra a coerção e a manipulação. Desta maneira, seria essencial para a manutenção de uma política democrática forte, não fragilizada, a proteção das formas de argumentação racional nas instituições formais de deliberação. A consequência desse pensamento, segundo aponta Kanra (2009), é que a formação da opinião fica desconectada da decisão, ou melhor, essa relação ou a influência de uma sobre a outra é indireta, por isso a idéia de que discursos não governam, que a opinião pública não decide.

Kanra (2009) acredita ser necessário o resgate da noção de aprendizado social dessa relação apenas indireta, tênue, de participação dos cidadãos, sujeitos da opinião pública, nos processos de formação da vontade. O autor está preocupado com o fato de que o processo de aprendizado social fica, nesse sentido, descolado do processo de decisão política e ele questiona até que ponto isso é o suficiente.

Baseado na noção de fusão de horizontes de Gadamer, Kanra (2009) propõe o que ele chama de Modelo de Deliberação Binária, onde ele religa o processo de formação da opinião à tomada de decisão, ao dividir esse modelo em duas fases: o Aprendizado Social Estruturado e a Tomada de Decisão. A preocupação de Kanra, nesse sentido, é dar ao processo de entendimento, de aprendizado, um lugar nos procedimentos formais de deliberação. E ele faz isso ao propor essa divisão em duas fases, que ele afirma, deveriam ocorrer como um contínuo, e em relação, em fóruns de deliberação formal. Porém, nossa preocupação neste trabalho não é o processo de aprendizado social em sua faceta institucional, como Kanra (2009) propõe. O autor se detém a dar ao processo de entendimento uma influência mais efetiva sobre o processo de tomada de decisão, por isso defende a criação de um espaço formal para o aprendizado social. Todavia, o processo de aprendizado social não se restringe ao âmbito formal, assim como Habermas já apontava.

A criação de um modelo que visualiza em termos analíticos as diferenças desses dois estágios da deliberação é importante para clarear o tipo de orientação que norteia o processo de aprendizado social e a tomada de decisão. E a institucionalização desse processo de entendimento também no âmbito formal pode, conforme Kanra (2009), promover um melhor entendimento e um aumento da confiança dos cidadãos no sistema político, além de criar um senso de pertencimento, de uma identidade compartilhada, e trazer satisfação para os participantes, na medida em que há inclusividade e igualdade de princípios

no processo formal. Este estágio de entendimento também poderia levar ao aumento da legitimidade quando ligado à fase de tomada de decisão.

Contudo, o processo de aprendizado social também ocorre de forma informal, sem a necessidade estrita de procedimentos formais que o promovam. Esse processo, ainda que não possa exatamente ser tomado como um procedimento deliberativo, já que em muitas vezes ele não se desenvolve exatamente sob os requisitos da deliberação, ainda assim é importante para compreendermos tanto os processos deliberativos sobre a temática, quanto as decisões tomadas em uma direção ou noutra. Nesse sentido, é importante percebermos a diferenciação que Peters (2008) faz entre deliberação e cultura pública.

O autor afirma que cultura pública diz respeito àqueles símbolos e sentidos que circulam publicamente ou são acessíveis publicamente, relacionados ou endereçados a um público ampliado. Essa cultura, diz Peters (2008), pode se articular de forma discursiva ou apresentativa. Para ele, sentidos discursivos são aqueles articulados na linguagem escrita ou falada e que podem ser contestados. Já os apresentativos são representados por símbolos não linguísticos, práticas simbólicas ou por usos não literais, figurativos e poéticos da linguagem. O foco de Peters (2008) em seu trabalho, assim como também é o nosso, são os sentidos discursivos.

Conforme o autor afirma, na cultura pública discursiva, existem muitos elementos que estão circulando de alguma forma entre o público em geral – é aquilo que ele chama de *interpretações gerais*. E existem aquelas que pertencem de certa forma a uma coletividade, a uma forma específica de vida de um grupo, que ele chama de *interpretações coletivas* ou *auto-entendimento coletivo*. São espécies de identificações culturais, que são comuns em um grupo e que, em algum momento, podem se tornar compartilhadas, aceitas por aqueles que não são daquele grupo.

A tentativa de Peters (2008) é justamente relacionar essa *cultura pública* com o processo deliberativo. Segundo o autor, a deliberação envolve sim a parte discursiva da cultura, mas nem tudo o que é discursivo é necessariamente deliberação. Como já apontamos acima, a deliberação é um tipo bastante específico de comunicação e é justamente isso que o autor ressalta ao fazer a diferenciação entre deliberação e cultura discursiva. Nesse sentido, ele diz que no material jornalístico mesmo existem aqueles formatos que ressaltam a argumentação, como editoriais e artigos de cunho mais opinativo. E aquela parte, mais informacional, que não pode ser considerada como efetivamente deliberação.

Entretanto, o fato desse material informacional, de cunho jornalístico, não se tratar de deliberação, não retira a importância dele para a cultura pública. Peters (2008) mostra

claramente que os *momentos deliberativos* se relacionam com a cultura pública. Todavia ele afirma que nem só de deliberação vive a cultura pública. Textos que não têm caráter argumentativo também oferecem insumos para a mudança da cultura pública. Além disso, a experiência prática pode testar certos valores, transformando-os ou reafirmando-os, sem que necessariamente essas mudanças tenham lugar nos processos deliberativos.

Ou seja, a cultura pública se relaciona com os momentos deliberativos. Idéias e interpretações que são parte do repertório cultural funcionam como um *background* e como uma fonte para a deliberação pública. Nos debates, algumas partes desses repertórios culturais são articuladas e outras se mantêm como idéias implícitas no horizonte. Nesse sentido, a deliberação pública tem efeitos na cultura pública, assim como a própria cultura pública é articulada e reproduzida pela deliberação. Contudo, a cultura pública não é afetada apenas pelas formas deliberativas da comunicação discursiva. A cultura pública não se reproduz e se transforma apenas através da deliberação. Aquele material que circula pela esfera pública, nos noticiários, mas não tem características argumentativas, também transforma a cultura pública. Além disso, a própria experiência prática, do cotidiano, também reforça ou coloca em xeque certos valores.

Levando em conta os aspectos apontados tanto por Kanra (2009) quanto por Peters (2008), fica perceptível que a noção de aprendizado social precisa ser resgatada de sua posição secundária nos estudos de deliberação. Essa tentativa, para Kanra (2009), está em promover a comunicação voltada para o entendimento nos âmbitos formais do Estado. Ou seja, uma etapa a mais seria acrescentada nos fóruns institucionalizados de deliberação, etapa essa que não poderia ser constrangida pela orientação voltada para o consenso. Fica claro também que nem tudo que circula em termos de comunicação é deliberação, o que não significa que os *momentos deliberativos* não se relacionem com esses outros tipos de comunicação e com essa cultura pública geral. Sendo assim, se se pensa em aprendizado social derivado de um processo formal ou do processo de aprendizado social presente na troca comunicativa que constrói a cultura pública, estamos falando de trocas intersubjetivas, que estão relacionadas de alguma forma. O processo de aprendizado social que ocorre no nível da cultura pública, que não é “forjado” em instituições formais, também precisa ser resgatado de sua posição negligenciada, já que ele mantém uma relação de imbricamento com esses momentos deliberativos. Como bem indicou Chambers (1996), a política discursiva ou o pano de fundo cultural que permeia os processos políticos precisa também ser investigada já que ela também é um componente importante para compreendermos as mudanças sociais e as transformações, rupturas e permanências de certos valores e a tomada de decisão com relação a temáticas específicas.

É importante ressaltar, nesse sentido, que as deliberações formais não acontecem entre indivíduos que não têm preferências iniciais, conhecimentos distintos, relações diferenciadas de pertencimento etc. Esses momentos deliberativos não acontecem num “vácuo” em que os participantes debatem sem levar em conta qualquer valor ou crença compartilhada pela sociedade. Essa noção de momentos deliberativos exatamente aponta como esse pano de fundo cultural, essas interpretações compartilhadas, estão em relação com o que é debatido formalmente. Ainda que não olhemos para essa *trajetória discursiva mediada* sob o ponto de vista da deliberação, insistimos aqui na relação que a cultura pública compartilhada em geral ou em como esse pano de fundo cultural é importante para se pensar nesses momentos deliberativos.

E o queremos analisar é justamente esse pano de fundo cultural para entendermos até que ponto há congruência e em que pontos não há entre os aspectos legais, entendidos como inclusivos pela maioria dos especialistas, e a opinião pública. Além disso, queremos perceber de que forma se dá esse aprendizado, já que há claramente uma mudança de valores que são acionados publicamente em relação à deficiência. Porém, não acreditamos que saímos da “era da exclusão”, passamos para a “era da integração” e agora estamos na “era da inclusão”. Essa trajetória é bem mais ramificada, cheia de idas e vindas, do que uma linha reta. Há aprendizado? Parece-nos que sim. Há algum aperfeiçoamento ético-moral com relação aos discursos? Parece-nos que sim. Mas como se dá esse aprendizado, já que ele não é linear e ininterrupto, é o que queremos perceber. Como se dá esse aperfeiçoamento ético-moral, que parece caminhar mais para a idéia de “complexificação” da questão, no sentido não de simplesmente termos discursos “politicamente mais corretos” agora do que no passado. Parece-nos que a questão se complexificou e caminhamos moralmente porque existe hoje uma pluralidade maior de discursos povoando a esfera pública, do que simplesmente a idéia de uma “unidade” na idéia de inclusão.

1.1.4 *Como chamá-los?*

Antes de continuarmos a explorar conceitualmente a temática da deficiência, faz-se necessário fazermos algumas considerações acerca das nomenclaturas que têm sido utilizadas ou foram utilizadas no passado para referir-se à uma pessoa com deficiência. Esclarecermos quais são os termos que remetem à questão não só é importante para clarear o motivo pelo qual viemos ao longo dessas primeiras páginas tratando a *pessoa com deficiência* sempre por essa expressão; é necessário também porque essas nomenclaturas não dizem de palavras aleatórias, escolhidas sem qualquer relação com o contexto social

em que elas são empregadas. Elas dão indícios de quais são as matrizes interpretativas em cada momento da história sobre a deficiência. Como afirma Sassaki (2003), em “cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência” (p. 12).

Sassaki (2003) enumera alguns dos nomes pelos quais as pessoas com deficiência já foram chamadas ao longo da história aqui no Brasil. Segundo o autor, dos primeiros séculos de vida do país até meados da década de 80, o termo *inválido* foi bastante utilizado. A idéia que estaria por trás deste termo é que aquele que tinha uma deficiência era socialmente inútil, um peso morto para a sociedade. O termo foi largamente utilizado no fim do século XVIII e no século XIX. No século XX, ganha espaço também um outro termo: *incapacitado* ou *incapaz*. Conforme Sassaki (2003) nos conta, este termo, no início, significava literalmente “indivíduo sem capacidade”, mas, mais tarde, passou-se a pensar no indivíduo com alguma capacidade residual. A nomenclatura teria sido utilizada até meados de 1960.

A partir de 1960, entram em cena o *defeituoso*, o *deficiente* e o *excepcional*. Este último termo, segundo Figueira (2008), ganha força com a atuação da psicóloga Helena Antipoff no Brasil. Ela foi responsável pela criação, na década de 30, da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, além de ter o mérito de tentar se afastar do modelo estritamente médico-pedagógico, com a adoção de equipes multiprofissionais, formadas por médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Visando a adoção de um termo neutro, Antipoff recorre ao termo *excepcional* para indicar as crianças e adolescentes que se desviavam acentuadamente para cima e para baixo da norma de seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou quaisquer dessas, de forma a criar um problema essencial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social (FIGUEIRA, 2008). Esses termos perduram fortemente até a década de 80, mas ainda hoje é possível vermos eles a serem utilizados.

A partir de 1981, com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promovido pela ONU, pela primeira vez, o substantivo *deficiente* (como em *o deficiente*) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo *pessoa*. Dessa forma, com a adoção do *pessoa deficiente*, é atribuído o valor pessoa àqueles que tinham deficiência.

No final da década de 80, alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência começam a contestar o termo *pessoa deficiente* sob a alegação de que ele sinalizaria que a pessoa inteira é deficiente (SASSAKI, 2003). Passa-se a adotar então o termo *pessoa*

portadora de deficiência, que acaba reduzido à *portador de deficiência*. Segundo Sasaki (2003), o *portar uma deficiência* passou a ser um valor agregado à pessoa, um detalhe. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.

Por fim, no final da década de 90, surgem várias outras nomenclaturas como *pessoas com necessidades especiais*, *portadores de necessidades especiais*, *pessoas especiais*, *portadores de direitos especiais*, *pessoas com deficiência* etc. Este último é o termo mais utilizado, atualmente, pelos movimentos e entidades que atuam em defesa desse grupo. Sasaki (2003) enumera sete motivos em defesa da utilização deste termo:

1. Ele não esconde ou camufla a deficiência;
2. Ele não nos levaria a aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostra com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valoriza as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combate neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como *pessoas com capacidades especiais*, *pessoas com eficiências diferentes*, *pessoas com habilidades diferenciadas*, *pessoas dEficientes* e *pessoas especiais*, e frases como “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, ou então “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.e., “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);
6. Ele defende a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Ele identifica nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí é possível encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

Aqui, não estamos a defender a utilização de uma terminologia ou outra. Apenas contextualizamos a questão para se compreender porque as pessoas com deficiência são

chamadas diferentemente em cada situação. Logicamente, optamos por adotar, no texto do trabalho, o termo defendido pelos movimentos pró-inclusão, já que é, inclusive, publicamente defensável a sua utilização nos dias de hoje. Porém, o mais interessante de percebermos a multiplicidade de nomenclaturas utilizadas é que elas podem fornecer pistas sobre quais as interpretações que a deficiência ganha em cada momento histórico, ainda que esses nomes sejam utilizados, na maioria das vezes, inadvertidamente pelas pessoas. Nem sempre quem utiliza certos termos traz consigo o objetivo de expressar os significados atribuídos àquela nomenclatura pelos movimentos sociais, entidades e estudiosos do tema. Porém, a existência ou desaparecimento de certos termos pode indicar que os debates em torno da questão estão transformando a forma de conceber a deficiência.

Uma das formas que encontramos para utilizar esses termos como indícios das interpretações vigentes é identificar quem são os promotores das diferentes nomenclaturas e perceber a força discursiva de diferentes campos sociais em distintos tempos históricos. Nesse sentido, é preciso indicar com mais clareza de onde vêm determinados termos, qual a origem deles.

Como já mencionamos, o termo *excepcional* e seus derivados, como *criança excepcional*, são promovidos pelo campo da educação e tem como sua mentora principal Helena Antipoff. Alguns termos como *paraplégico*, *hemiplégico*, *criança trissômica* etc. são claramente oriundos do campo médico. A sigla *PPD*, por exemplo, é atribuída ao campo do trabalho, ainda que o termo *pessoa portadora de deficiência*, que dá origem à essa sigla, tenha sido proposto por movimentos sociais nos finais da década de 80, início da de 90 (SASSAKI, 2003).

Também foram sugeridos, em diferentes momentos históricos pelos movimentos sociais, os termos *pessoa deficiente* e *pessoa com deficiência* e os derivados de ambos, como *atleta deficiente*, *criança deficiente* etc. Já termos como *necessidades especiais* e derivados foram adotados por documentos legais e ganharam força discursiva a partir de então. Outros termos não têm exatamente uma origem, mas são interessantes para a análise como as nomenclaturas que remetem à pessoa com deficiência como vítima, como *pessoa confinada à cadeira de rodas* e *pessoa que sofre de paralisia*.

Enfim, a remissão a certos termos é pensada aqui em termos mais amplos. Eles são acionados em cada momento porque fazem parte dos “quadros” de sentidos compartilhados socialmente naquele momento e têm relação com a força discursiva de diferentes campos sociais na definição dos valores atinentes à questão. Utilizaremos os termos encontrados na mídia como um dos indicadores das interpretações vigentes em cada época histórica.

1.2 Um breve levantamento das idéias associadas à deficiência: pensando a exclusão e a inserção

Como dissemos acima, nosso objetivo é recontar um pouco da história das interpretações ou dos conceitos construídos sobre deficiência ao longo do último meio século. É uma perspectiva claramente sócio-histórica, que busca reconstruir discursivamente a trajetória trilhada pelo assunto. A forma como a sociedade tem entendido o que vem a ser a questão será apreendida através do debate público que serve de pano de fundo cultural para a temática. Assim, é também uma análise política, mas da dimensão cultural da política. Mas não é qualquer debate e sim o que ocorre na arena discursiva de maior visibilidade na contemporaneidade, a mídia. Ou seja, é também uma análise comunicacional, não só por se deter ao tradicional objeto das pesquisas em comunicação, os meios de massa, mas também porque delinea a partir dos discursos, dos processos comunicativos estabelecidos publicamente, como uma temática de concernência política se constrói e se reconstrói através do embate de discursos e enquadramentos.

Para tal, precisamos resgatar alguns sentidos que são relacionados à deficiência historicamente. Isso porque, apesar da bibliografia sobre o assunto traçar, em alguns momentos, quase que um caminho linear – que começa com a exclusão, passa para a integração e, posteriormente, para a idéia de inclusão²² –, optamos por uma abordagem mais plural, de uma trajetória multilinear, em que diversos discursos povoam ao mesmo tempo o ambiente público. Nessa disputa de sentidos, formas de pensamento que têm origens no passado acabam ganhando novas roupagens e, assim, configura-se um ambiente público mais pluralizado, em que esses discursos não só embatem para formar a opinião pública sobre o assunto, como mesmo se misturam e originam formas de pensamento que não são puramente ancoradas nos conceitos exclusivistas ou inclusivistas.

Para tal empreitada, é preciso que entendamos que, na história da humanidade, existiram níveis diversos de entendimento sobre o que representaria a deficiência e como deveríamos tratá-la. Porém, pode-se perceber que, independentemente dos níveis de entendimento, dos pré-científicos, que acreditavam no sobrenatural, aos científicos, que tentariam fazer uma leitura empiricamente fundamentada, “a trajetória das pessoas com deficiência inscreveu-se, no processo da história, como um longo capítulo de exclusão e preconceito” (CORRER, 2003, p.24). No século XX, essa situação começa a se transformar.

²²Vivarta (2003) utiliza o termo *inserção* quando não se deseja falar nem em *inclusão* e nem em *integração*, já que é um vocábulo que não está associado a qualquer ideologia consituída nacional ou internacionalmente.

Como apontamos no início do capítulo, é justamente esse momento “agitado” da questão, de mudanças interpretativas sobre a temática, que queremos apreender empiricamente nos *media*.

Os primeiros indícios dessa mudança surgem com o movimento pela integração da pessoa com deficiência na Europa. Segundo Santos (1995), esse movimento aparece como decorrência de três fatores: as duas grandes guerras, o fortalecimento do movimento pelos Direitos Humanos e o avanço científico. As duas grandes guerras tiveram importante papel nesse processo por dois motivos. O primeiro foi o retorno de indivíduos fisicamente debilitados, o que causou a necessidade de se criar e implantar programas de reintegração destas pessoas. O segundo foi a escassez de mão-de-obra ocasionada pela sequência de duas guerras e pela, conseqüente, perda de soldados. Conforme Santos, foram estes dois fatores que promoveram o aparecimento de programas de educação, saúde e treinamento específicos para trabalhadores com deficiência que visavam, ao mesmo tempo, reintegrar tais indivíduos e preencher as lacunas na força de trabalho européia.

Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, a tendência passa a ser não só integrar a pessoa com deficiência em função da necessidade de força de trabalho, mas também, seguindo a Declaração, integrá-los com base em seus direitos enquanto seres humanos nascidos em uma sociedade. Conforme Santos (1995) nos conta, “se no pós-guerra a perspectiva de reintegração destes indivíduos se dava no sentido de ‘preencher lacunas’ ou num sentido paternalista, a partir dos anos 60 essa perspectiva não mais será satisfatória” (p. 22).

Assim, passa-se à idéia de integração social ou “normalização das pessoas com deficiência”, como indica Correr (2003). Especificamente no Brasil, mais ou menos a partir da década de 60, o movimento em defesa da integração social surge e começa a procurar inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais, como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Porém, aqui, é a partir da década de 80 que a prática da integração tem mais impulso. Segundo Sassaki (1997), esse fôlego é dado pelo movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, que tem início em 1962 nos EUA (e, por isso, lá, o processo tem datas diferenciadas) e em 1979 no Brasil.

Nesse modelo da integração, pressupõe-se a necessidade de “um processo de preparação de pessoas com deficiência a fim de que elas pudessem ser inseridas numa sociedade des-preparada para conviver com elas” (CERIGNONI; RODRIGUES, 2005, p.16). Ou seja,

a sociedade, praticamente de braços cruzados, aceita receber pessoas com

deficiência desde que estas sejam capazes de: moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados [...]; acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc.); contornar os obstáculos existentes no meio físico [...]; lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas [...]; desempenhar papéis individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc.) com autonomia, mas não necessariamente com independência (SASSAKI, 1997, p. 37).

De acordo com Vivarta (2003), uma das principais críticas à idéia de integração advém do fato dela nos induzir a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nos ambientes de trabalho etc. Esses seres humanos seriam apenas os que conseguissem se *adaptar* ao mundo dos sem deficiência. É, por isso, que, a partir dos anos 80, o conceito começa a ser questionado pelo então emergente movimento internacional das organizações de pessoas com deficiência.

Este movimento denunciou a injustiça do modelo integrativo, que só aceitava inserir na sociedade as pessoas com deficiência que fossem consideradas prontas – ou quase prontas – para conviver nos sistemas sociais gerais. Prontas no sentido de aptas para aprender, trabalhar, se expressar, se locomover mais ou menos bem pelas ruas das cidades. E caso não estivessem prontas? Que se esforçassem para estar... (VIVARTA, 2003, p. 19)

Assim que surgem os conceitos que hoje são chamados de inclusivistas. Para Sassaki (1997), as idéias de autonomia, independência, empoderamento, equiparação de oportunidades vão ao encontro do que chamamos de inclusão. Correr (2003) mostra essa mudança de perspectiva sob o ponto de vista das pessoas com deficiência. Ele narra uma situação que George Hohmann vivenciou.

Alguns anos atrás, Carolyn Vash, Nancy Kerr e eu (todos deficientes severos, todos psicólogos da reabilitação) estávamos tomando um drinque num bar em Kansas City, quando Carolyn introduziu esta idéia na conversa [...] que a deficiência pode ser um aspecto especial da própria pessoa que oferece novas oportunidades para experiência, crescimento, maturação e auto-realização. Eu havia sido totalmente treinado, pelo processo de reabilitação, na idéia de que minha deficiência era o inimigo a ser derrotado, controlado, minimizado, compensado e negado. Não era nunca, nunca certo gostar de ser o eu era (entre outras coisas): deficiente (VASH, 1988, p.30-31).

Esta passagem mostra que as discussões começam a apontar para a necessidade de pensar a deficiência como parte do fenômeno humano. Dessa forma, as energias que vinham sendo gastas no processo de normalização ou integração “poderiam ser canalizadas

para intervir na pessoa e no ajuste da sociedade, na tentativa de minimizar as consequências sociais e históricas do fato concreto que é ser acometido por deficiências” (CORRER, 2003, p. 31). Assim, desenvolve-se esse novo conceito, onde a sociedade deve se modificar como pré-requisito para a pessoa com deficiência buscar seu desenvolvimento e exercer cidadania (SASSAKI, 1997). Mas esse processo não é exatamente contínuo e, no início do século 21, é possível dizer que estamos em transição, logo, os conceitos ligados tanto à integração quanto à inclusão ainda são usados (SASSAKI, 1997). Mesmo as idéias de exclusão permanecem arraigadas por terem permeado nossos valores sociais por séculos.

Esse breve relato desse movimento exclusão > integração > inclusão pode sugerir em alguns momentos uma trajetória linear e progressista. Porém, apesar da intensificação de trabalhos acadêmicos sobre a idéia de inclusão, muitos com um viés militante, e da proliferação de ONG’s e movimentos sociais que adotam essa perspectiva, é possível percebermos que não há exatamente um consenso social em torno dessa abordagem. Uma pesquisa desenvolvida pela Rede ANDI, ONG que atua na promoção dos direitos humanos, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, indicou que quando a questão da educação de pessoas com deficiência é abordada pela mídia, 45,9% das matérias tratam ou das escolas especiais ou de classes especiais ou então de situações, experiências relacionadas à integração escolar. Apenas 12,5% falam de escolas inclusivas. Ou seja, por mais que, na literatura, a inclusão seja aclamada como o conceito forte de nossa época, em verdade, há indícios de que as idéias integracionistas podem estar bem mais arraigadas do que num primeiro momento poderíamos supor.

Assim, é preciso pensar que não só conceitos e noções ligadas ao que é chamado de integração e à inclusão podem povoar a mídia. Outros valores, que estão relacionados a outras formas de pensamento, que tinham um caráter mais exclusivista, também têm espaço nas interpretações que nossa sociedade tem sobre a temática e apontam para um contexto bem mais plural em termos de enquadramentos da temática. Aliás, mesmo essa divisão que fizemos, exclusão/integração/inclusão, e que é a apresentada por muitos autores, é bem mais ramificada do que parece – por exemplo, não necessariamente os atores sociais proferem discursos completamente fechados em um ou outro conceito.

Como já apontado, a questão da deficiência ganha publicidade no Brasil a partir da década de 60, com o surgimento dos movimentos em defesa da integração das pessoas com deficiência e a problematização do tema como não concernente apenas àqueles que têm

uma deficiência e às suas famílias, mas sim como um assunto de caráter público. A partir de então, a temática tem recebido atenção de campos distintos do conhecimento, levando a uma abordagem mais médica e outra mais social acerca do tema. Menos do que optarmos por uma abordagem ou outra, indicamos anteriormente nosso intuito de apresentar tais perspectivas no sentido de clarear a trajetória discursiva mediada da questão, que se mistura com essa trajetória acadêmica, científica, do tópico.

As discussões que têm lugar entre os especialistas na temática reverbera em outras arenas de debate e são importantes para compreendermos essa trajetória. No entanto, o que queremos aqui é analisar o que chamamos de cultura pública da temática da deficiência. A noção de cultura pública está relacionada com os sentidos, símbolos, elementos que são compartilhados de forma ampla pelo público em geral. Uma das possibilidades de se analisar esse tipo de fenômeno, é recorrer a determinados ambientes onde encontramos material que nos dê a ver essa cultura pública. Como discutiremos a seguir, a mídia é um desses locais onde podemos observar fluxos discursivos que povoam justamente a cultura pública.

Com relação à temática da deficiência, ela tem ganhado espaço razoável nos meios de comunicação nos últimos tempos. Não faltam exemplos de novelas que trazem entre seus personagens alguém que tenha uma deficiência, programas tanto em canais abertos quanto fechados que se dedicam ao assunto, revistas especializadas e notícias sobre a questão, em qualquer que seja o meio, são comuns. Porém são pouquíssimos os trabalhos que se debruçam sobre a relação entre mídia e essa temática.

Um dos poucos é o aqui já citado estudo feito pela Rede ANDI em parceria com a Fundação Banco do Brasil, intitulado “Mídia e Deficiência”. A pesquisa, que foi publicada em 2003, analisou 1.192 matérias publicadas em diversos jornais brasileiros no ano de 2002. A intenção do trabalho era mapear o debate público sobre o assunto naquele dado momento, tentando observar onde apareciam os valores ligados à integração e os valores ligados à inclusão. O estudo indica quais os temas que são mais abordados, quais as fontes presentes nas notícias, qual o perfil da notícia, entre outras coisas. Não há uma explicação muito clara sobre o método de codificação das matérias, mas o trabalho é importante justamente por nos indicar que a temática da inclusão, que é tão defendida por alguns autores, pode não ser algo tão consensual no debate público quanto parece ser em alguns trabalhos que adotam uma abordagem quase militante. A já mencionada porcentagem de matérias que tratam da inclusão escolar, que é inferior ao número de matérias que falam de questões ligadas à integração, é um indício desse não consenso.

Olhar para a mídia para recontar essa “trajetória discursiva” nos parece bastante interessante, todavia é preciso ressaltar que esse debate público não ocorre apenas nessa arena. Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, a relação da mídia com a esfera pública é de pré-estruturação, não de determinação (MAIA, 2004). Isso porque esse não é o único espaço de discussão contemporâneo, nem um espaço exclusivo de debate. Porém, a mídia, como indicam alguns autores, pode ser o lugar mais apropriado para se recontar a trajetória de uma temática se se quer olhar para a opinião pública sobre o assunto e não apenas para o aspecto legal ou regulamentado da questão. Os *media* se tornam, nesse caso, a memória viva de um debate que ocorre há anos e que está lá, disperso, entre as milhares de páginas de inúmeras edições dessas últimas décadas.

Para apreendermos o debate público sobre a deficiência através do debate mediado, precisamos ter em mente que devemos olhar para a mídia entendendo-a como instituição que está inserida nas estruturas da sociedade de forma sistêmica (MAIA, 2006b). Mídia e social estão imbricados, há uma relação simbiótica, que exploraremos no capítulo seguinte. Assim, dá-se ênfase para as relações de reciprocidade e interdependência entre a mídia, os outros subsistemas e a vida cotidiana, sem ignorar, entretanto, a relativa autonomia que cada um desses âmbitos têm.

Contudo, não podemos ignorar a especificidade dos produtos midiáticos, suas formas de disposição dos conteúdos, os constrangimentos relacionados à prática jornalística, por exemplo, e mesmo o caráter econômico inerente às produções dos meios massivos. Porém, ao se ter em vista que a relação entre mídia e vida social é de imbricamento, os embates discursivos mediados passam a também dizer dos embates em torno da questão da deficiência na própria sociedade, já que os temas não “brotam” simplesmente na mídia e não são apenas resultado de uma intenção prévia dos meios de darem visibilidade a um assunto. Eles se constituem como tema noticiável e de interesse público no embate de forças que cercam a própria questão da deficiência e o discurso da própria mídia.

No próximo capítulo, entenderemos melhor essa relação e mesmo as especificidades que marcam a mídia ao tratarmos do conceito central deste trabalho, o de *enquadramento*. Por ora, basta ressaltar o que foi dito acima: a mídia é uma das arenas em que podemos reconstruir esse debate público sobre a questão e se mostra especificamente interessante para uma análise a longo prazo. Por mais que o texto jornalístico tenha suas especificidades, as interpretações sobre a deficiência que nele surgem são fruto de uma construção compartilhada sobre a questão e não são pensadas aqui sob uma perspectiva individual. São escolhas feitas que dizem das interpretações vigentes, ainda que possam desestabilizar

essas concepções.

2 *Construindo interpretações coletivas: enquadramentos da mídia*

Analisar o debate sobre a temática da deficiência que tem lugar nos *media* demanda um olhar específico. Como já afirmamos acima, o nosso intuito é perceber como se delineia o “pano de fundo cultural” que marca a questão. Contudo, se vamos olhar para o debate mediado sobre o assunto, precisamos indicar mais claramente quais as relações entre o que chamamos de “cultura temática” ou a “cultura pública” e o discurso público veiculado especificamente nos meios de comunicação. O nosso foco são as interpretações que povoam uma arena discursiva distinta, que deve ser compreendida levando-se em conta o tipo de relação que esta estabelece com a esfera pública política e as peculiaridades da sua forma de produção. Sendo assim, torna-se importante discutir qual a ligação que o espaço de visibilidade dos *media* estabelece com as arenas informais do sistema político, espaço este onde se dá a “constituição da opinião”. Este será um de nossos objetivos neste capítulo.

Olhar para o debate que ocorre nos *media* também tem implicações para a própria identificação desses entendimentos coletivos. Aliás, este é um ponto ainda inexplorado no trabalho. A idéia de “interpretações públicas” permanece sem uma definição conceitual que possibilite sua operacionalização metodológica para, conseqüentemente, as identificarmos. Sendo assim, procuraremos neste capítulo, fundamentar esta noção através do conceito de enquadramento. Esta opção foi feita tendo em vista nossos objetivos e o tipo de fenômeno empírico que queremos observar. Isso porque o conceito de *frame* apresenta afinidades teóricas e aportes metodológicos que permitem a articulação necessária para identificarmos entendimentos gerais, construídos com base na cultura, de forma ampla, e que se materializam discursivamente, criando então uma *trajetória discursiva*.

Todavia, ao solucionarmos um problema, o da definição sobre o que são as “interpretações públicas”, esbarramos em outro, a escolha por um conceito de enquadramento adequado para nossos propósitos. Tão frutífera quanto problemática, a idéia de enqua-

dramamento merece uma análise detida para que se opte por uma noção que não ignore o fato de que, neste trabalho, eles dizem dessas “interpretações” que têm seu fundamento na cultura, e que se materializam textualmente no conteúdo dos *media*. Para tal, é preciso que se considere as fragilidades e potencialidades tanto da corrente mais “conteudística” quanto de outra mais “cultural”, para que se construa uma definição que tenha afinidades teóricas com os conceitos trabalhados até então e que possa ser operacionalizada no próximo capítulo, que tratará de nossas opções metodológicas.

Neste capítulo em especial, então, exploramos as relações estabelecidas entre a esfera pública e, especificamente, o debate que queremos apreender, ou seja, aquele que tem lugar nos *media*. Apresentamos as diversas vertentes teóricas sobre o conceito de enquadramento. E, por fim, fazemos nossas opções conceituais sobre os *frames*, que têm o intuito de harmonizar conceitualmente e metodologicamente o trabalho.

2.1 Da relação entre esfera pública, debate mediado e enquadramentos

Diversos estudos têm se preocupado com a relação que os *media* estabelecem com a esfera pública contemporânea. Alguns mais céticos, colocam em dúvida a possibilidade de argumentação crítica no âmbito dos meios de comunicação, tendo em vista as ligações destes com o ambiente político e as elites. O aspecto comercial inerente às produções midiáticas também é reiterado como fator a impedir que se pense em alguma porosidade entre a esfera de visibilidade midiática e o espaço de constituição da opinião racional.

Outros acreditam que os *media*, em especial o jornalismo, podem funcionar como um fórum para o debate cívico e apontam para a possibilidade de controvérsias e outras questões de interesse público se desdobrarem em debates no próprio ambiente midiático. Nesse sentido, alguns apostam em debates deliberativos *intra* midiáticos, como a noção de “deliberação mediada” faz supor (SIMON; XENOS, 2000; MAIA, 2008a, 2007). Outros, sem necessariamente lançarem mão dos aspectos normativos que devem caracterizar o processo de deliberação, indicam a possibilidade de um “debate mediado”, em que o espaço de visibilidade dos meios se articula com outros espaços discursivos de forma a compor um processo de deliberação ampliado (MAIA; MARQUES; MENDONÇA, 2008).

Seja como for, pode-se dizer que as discussões sobre a interface entre esfera pública e comunicação de massa vêm ganhando força nas últimas décadas, sobretudo porque não há, na contemporaneidade, “espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo,

de discurso, discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade” como os *mass media* (GOMES, 2008, p. 118). É por isso que podemos dizer que a cena midiática é hoje o espaço discursivo predominante de nossa sociedade, daí sua intensa ligação com a esfera pública.

Maia (2004) afirma que esse espaço de visibilidade “promove uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e aqueles da sociedade civil, bem como entre a política e a cultura” (p.09). Isso porque os meios de comunicação de massa fazem parte do processo pelo qual as questões culturais são produzidas (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), já que é neste espaço que diversos atores sociais e instituições lutam pela definição e construção da realidade social. Gamson e Modigliani (1989) trabalham com a idéia de que discurso público mediado e opinião pública são dois sistemas paralelos. Segundo os autores, os dois sistemas interagem, sendo que podemos entender o discurso da mídia como “parte do processo pelo qual os indivíduos constróem significados” e a opinião pública como “parte do processo pelo qual jornalistas e outros empresários culturais desenvolvem e cristalizam sentidos no discurso público” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 2)(tradução nossa). Os autores afirmam que o discurso público tem lugar em diferentes fóruns. Para eles, mais do que um único discurso público, é mais útil pensar em uma variedade de discursos que interagem de forma complexa. Assim,

Os meios de massa, então, são apenas um dos fóruns para o discurso público sobre uma questão. Se se está interessado em prever os efeitos políticos, eles não são necessariamente o mais importante fórum. Mas, se se está interessado na opinião pública, então o discurso da mídia domina a ampla cultura de uma temática, tanto refletindo ela quanto contribuindo para a sua criação. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 3) (tradução nossa)

Nesse mesmo sentido, Habermas (1997) cria uma tipologia de esfera pública para caracterizar a relação dos *media* com os outros fóruns de debate público. Segundo o autor,

Em sociedades complexas, a esfera pública (...) representa uma rede super-complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais (...); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública (HABERMAS, 1997, p. 107).

O primeiro tipo de esfera pública é a episódica, que se caracteriza por interações simples. Experiências e problemas pessoais e sociais são tematizados em bares, encontros

na rua, ou outros espaços. Essas interações são efêmeras e de baixo alcance. Na esfera pública de presença organizada, a segunda tipologia proposta pelo autor, os processos comunicativos seguem procedimentos mais formais de discussão, como em congressos e reuniões de partidos. Existem regras, assuntos pré-definidos. É nesse âmbito que atores da sociedade civil, por exemplo, tematizam questões concernentes à vida ordinária. Os problemas são vivenciados no cotidiano e, então, debatidos em locais específicos, com grupos que podem vocalizá-los em uma dimensão pública. Por fim, o terceiro tipo é aquela esfera pública produzida e estimulada pelos próprios *media*, sem, no entanto, se confundir com os próprios meios, o que ele chama de esfera pública abstrata. Habermas ressalta que as esferas públicas parciais são porosas e permitem que pontes possam ser estabelecidas entre elas. Nesse sentido, as fronteiras entre as diferentes esferas não são rígidas e elas se conectam, de forma que questões tematizadas em determinados âmbitos podem ser retomadas em outros.

Como a noção de esfera pública pressupõe a idéia de publicidade, enquanto visibilidade, não há como negar o potencial da mídia para dar a ver questões e tematizar publicamente problemas de natureza política. Porém, a noção de esfera pública também pressupõe a idéia de discutibilidade. Gomes (2008) aponta que alguns autores acreditam que não encontramos nos meios massivos esse aspecto, daí que eles não podem ser vistos como esfera pública legítima. Entretanto, o autor também afirma que, “embora a cena pública não possa ser entendida, obviamente, como sendo integralmente esfera pública, por outro lado não parece fazer parte da lógica que domina a cena pública a exclusão do debate público” (GOMES, 2008, p.151). Assim, é preciso, empiricamente, detectar momentos mais argumentativos e de debate nos *media* e aqueles que se constituem de forma diferenciada dos valores normativos da esfera pública¹.

É também nessa direção que Maia (2004, 2008b) aponta que a relação que se estabelece entre mídia e esfera pública é de pré-estruturação: os meios de comunicação pré-estruturam a esfera pública, mas não a determinam, já que esse não é o único espaço de

¹Como afirma Gomes (2008), é preciso termos em mente que, na contemporaneidade, a esfera pública ou as esferas públicas não se constituem mais como a metáfora da *ágora* grega. Isso porque essa imagem predominante nos imaginários, apesar de carregar algumas características irrenunciáveis da esfera pública – como acessibilidade, visibilidade, vinculação à comunidade –, sobrecarrega a noção com características que não parecem fundamentais e que dificilmente se aplicam a uma sociedade dominada pelos meios de comunicação de massa. Essas características não tão essenciais são: contigüidade e contemporaneidade dos parceiros e dos discursos, acessibilidade física ou presença dos parceiros, o “face-a-face”, a duração temporal da discussão, o fato de que as discussões sempre se concluem. Para pensarmos em debates mediados, preferimos adotar a noção de lances discursivos. Nesse sentido, os debates não necessariamente ocorrem em uma matéria jornalística ou em uma edição de um jornal ou ainda entre dois atores sociais que respondem necessariamente um ao outro. Os debates se dão num nível de redes de discursos, disponibilizados anarquicamente (HABERMAS, 1997).

discussão contemporâneo, nem um espaço exclusivo de debate. Para a autora, é preciso olhar para a mídia entendendo-a como instituição que está inserida nas estruturas da sociedade de forma sistêmica (MAIA, 2006b). Assim, dá-se ênfase para as relações de reciprocidade e interdependência entre a mídia, os outros subsistemas e a vida cotidiana, sem ignorar, entretanto, a relativa autonomia que cada um desses âmbitos tem. A mídia é vista então numa relação circular com as dinâmicas sociais, daí que olhar para a mídia diz também dos debates que temos na sociedade, sejam eles deliberativos ou não. Contudo, não podemos ignorar a especificidade dos produtos midiáticos, suas formas de disposição dos conteúdos, os constrangimentos relacionados à prática jornalística, por exemplo, e mesmo o caráter econômico inerente às produções dos meios massivos.

Esse embate de discursos que tem lugar na mídia ocorre, sobretudo, porque o espaço midiático, como dissemos acima, é o espaço de visibilidade predominante em nossa sociedade. É neste âmbito que diferentes atores sociais lutam para participar da definição e construção da realidade social. Por isso, Gamson e Modigliani (1989) apontam que o discurso da mídia acaba por ser um conjunto de “pacotes interpretativos” que dão sentido para uma questão – esse conceito será trabalhado mais adiante.

O encontro de diversos discursos e atores sociais faz com que a mídia abrigue uma multiplicidade de formas de compreensão de temáticas específicas. Está aqui a articulação entre os conceitos de esfera pública, debate mediado e enquadramentos. Esses debates, que são, em verdade, “constelações de discursos”, como aponta Dryzek (2004), podem ser acessados através da noção de *frame*. Esses diversos discursos sociais são, então, formados por interpretações sobre uma questão, que são articuladas através dos enquadramentos. Assim, podemos identificar essas interpretações públicas sobre a deficiência, construídas através do debate público e compartilhadas por grupos sociais, através da identificação dos enquadramentos que a temática recebeu na mídia desde a década de 60.

É preciso ressaltar aqui que esses debates se relacionam tanto com a cultura pública geral, quanto com os momentos mais deliberativos. Esses fluxos de discursos, argumentativos ou não, fazem parte de uma rede que envolve os valores e interpretações estejam eles articulados argumentativamente ou, de forma mais implícitas, em enquadramentos. Na próxima seção, explicaremos melhor o que vêm a ser os enquadramentos.

2.2 *Frame*: do quê estamos falando?

A idéia de enquadramento tem ganhado bastante proeminência nos estudos da comunicação, sobretudo entre aqueles que se dedicam a analisar as relações entre a comunicação e os processos políticos. Mas apesar do termo ter atingido um nível de popularidade, ainda permanece uma certa indefinição conceitual e uma falta de sistematização metodológica entre os estudos sobre o tema. Vem daí então as principais críticas a essa corrente de estudos. E essas críticas são bem fundamentadas. A impressão que se dá quando se faz um apanhado das publicações sobre o tema é que o conceito é utilizado de maneiras muito díspares (mesmo quando remetendo a uma mesma tradição teórica) e que, metodologicamente, os resultados das pesquisas poderiam ser outros caso outros pesquisadores as tivessem conduzido. Ou seja, há uma tamanha falta de sistematização, que as tentativas de aplicação empírica parecem cair em um subjetivismo extremado.

Logicamente, essa indefinição, tanto conceitual quanto metodológica, não é ignorada pelos pesquisadores. Existem muitos esforços no sentido de delimitar de forma mais consistente vertentes que trabalham diferentemente com o mesmo conceito (ZHONGDANG; KOSICKI, 2001; PORTO, 2004; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007; MAIA et al., 2008; REESE, 2001). E também não faltam estudos que tentam estabelecer parâmetros metodológicos mais sistemáticos para o desenvolvimento da *frame analysis* – esses serão abordados no próximo capítulo. Isso porque menos do que exatamente uma falta de definição conceitual, o que existe nos trabalhos que abordam a temática do enquadramento é justamente uma multiplicidade de conceitos que acabam por dar a impressão de imprecisão. Aqui, tentaremos, rapidamente, apresentar essas abordagens no sentido de clarearmos nossas opções teóricas.

Alguns autores têm optado por dividir os trabalhos que tratam da temática do enquadramento na comunicação entre aqueles que falam dos enquadramentos da mídia (*media frame*) e aqueles que tratam dos enquadramentos da audiência (*thought frame*, *individual frame* ou *frame effects*). Já outros trabalham com uma distinção entre estudos que abordam o conceito de enquadramento e o aplicam de uma forma mais restrita, individualizada, textual e trabalhos que optam por uma perspectiva mais ampla, substantiva, abstrata, cultural. Optamos por explorar mais detalhadamente esta segunda opção de divisão do campo de estudos porque ela se refere efetivamente à conceituação e aplicação empírica da noção de *frame*.

De qualquer forma, optando por uma divisão ou por outra, toda a gama de estu-

dos dessa linha de pesquisa é fortemente influenciada pelo trabalho do sociólogo Erving Goffman (1974). Goffman (1974), baseado nos trabalhos de autores da tradição fenomenológica, sobretudo Gregory Bateson, desenvolve a primeira articulação conceitual mais sistemática sobre o que seriam os *frames*. Segundo Goffman (1974), os enquadramentos são quadros de referência geral, construídos socialmente, que são acionados pelas pessoas para dar sentido aos eventos e às situações sociais. Para o autor, então, enquadrar envolve a organização da realidade, o que permite aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 1974, p.21). Dessa forma, os enquadramentos auxiliam as pessoas na própria ordenação da realidade percebida, na medida em que tornam cognicíveis uma infinidade de eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing*. Assim, o ato de enquadrar é visto como a forma como os atores sociais agem e interagem para criar formas organizadas de entendimento do mundo.

Além da sociologia de Goffman, também são fontes importantes para a estruturação do conceito de enquadramento, trabalhos desenvolvidos por correntes da psicologia cognitiva. Aqui, destacam-se, sobretudo, os estudos de Kahneman e Tversky (1984). Os autores examinaram como distintas formas de apresentação de cenários essencialmente idênticos influenciam as escolhas das pessoas e suas avaliações sobre as alternativas disponíveis². Os estudos de Goffman (1974) e de Kahneman e Tversky (1984) marcam as origens do conceito e são referências para os trabalhos que serão desenvolvidos na comunicação. Na próxima seção, apresentaremos as duas vertentes indicadas acima: a que trata dos enquadramentos de forma mais restrita e aquela que os aborda de uma maneira mais ampla.

²O estudo, realizado através de experimentos controlados, consistia na apresentação aos participantes de uma dada situação de crise em que era preciso optar entre alternativas de ação. Em um experimento, eles criam uma situação imaginária em que os EUA teriam um surto de uma doença desconhecida, proveniente da Ásia. Dois programas alternativos são então apresentados aos participantes: o primeiro salvaria 200 pessoas e, no segundo, haveria 1/3 de probabilidade de 600 pessoas serem salvas e 2/3 de que nenhuma seria. As pessoas eram, então, chamadas a escolher entre os dois programas. Neste experimento, 72% escolheram o primeiro e 28% o segundo programa. Num segundo experimento, opções idênticas eram oferecidas para a mesma situação, porém enquadradas de maneira diferenciada. Neste, o primeiro programa era apresentado como o em que 400 pessoas morreriam. O segundo programa era aquele em que haveria 1/3 de probabilidade de que ninguém morreria e 2/3 de que 600 pessoas morreriam. Nesse segundo experimento, apesar de na essência as opções serem idênticas às do primeiro experimento, a primeira opção foi escolhida por 22% e a segunda por 78%.

2.2.1 *Abordagens teóricas*

Como apontamos acima, nossa opção é diferenciar os conceitos de *frame* trabalhados por distintos estudos entre uma noção mais restrita e uma mais ampla. Aqui, trataremos, especificamente, dos enquadramentos da mídia, que é o nosso plano analítico. Nesse enfoque mais restrito, os enquadramentos dizem da formatação, da disposição das mensagens, dos diversos recursos visuais e verbais utilizados na apresentação de uma notícia. Segundo Entman (1993), enquadrar envolve essencialmente seleção e saliência. Nesse sentido,

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993, p. 52, itálico no original)(tradução nossa).

O termo saliência, aqui, assim como no estudo, merece ser definido. Ele diz respeito à idéia de fazer uma parte da informação mais notável, signficante ou memorável para a audiência. Nesse sentido, textos podem fazer algumas informações mais salientes pela colocação ou repetição ou por associá-las a símbolos culturalmente familiares. Entman (1993) recorre ao trabalho de Kahneman e Tversky (1984) para demonstrar como os *frames* selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares da realidade descrita, o que significa que, simultaneamente, eles tiram a atenção de outros aspectos. Nesse sentido, o autor está especialmente preocupado com o fato de que a exclusão de alguns aspectos da realidade também pode definir o que é um enquadramento.

Outros autores definem o enquadramento com base em formas narrativas ou modelos não substantivos. É o caso, por exemplo, de Iyengar (1991) ao diferenciar enquadramento episódico (com foco em eventos) do temático (aquele que destaca o contexto analítico mais geral). O autor se preocupa especialmente com os processos de estruturação da informação e parte da definição de que “enquadramento se refere a súbitas alterações em proferimentos ou nas apresentações de julgamentos ou escolha de problemas” (IYENGAR, 1991, p. 11)(tradução nossa). Como afirma Maia et al. (2008),

Nesta acepção, confere-se destaque aos recursos de produção da notícia e estruturação de sentido – através de mecanismos de seleção e ênfase, de construção de pistas e rótulos – que produzem direcionamentos interpretativos (“*bias*”) manifestos nos textos dos media. (p. 2)

Essa perspectiva traz contribuições efetivas ao demonstrar como a estrutura da mídia cria, rotineiramente, certos tipos de *frames* e exclui outros. Porém, como indica Reese

(2001), “o enquadramento deve nos lembrar que o conteúdo [e sua estruturação] é apenas a ponta de um enorme iceberg” (p. 17). O autor chama atenção para esse aspecto para não cairmos no perigo que ronda os trabalhos que se debruçam apenas sobre a estruturação da mensagem: a de que voltemos facilmente ao modelo informacional. Maia et al. (2008) também menciona tal perigo ao afirmar que os estudos que trabalham apenas com esse enfoque restrito tendem a “tomar as práticas dos agentes dos media e a construção dos ‘direcionamentos’ como fruto da vontade ou da consciência individual” (p. 2), o que pode levar a um individualismo metodológico.

Uma outra forma então de olhar para os enquadramentos da mídia seria entendê-los como processos de construção de sentidos baseados na cultura, que dizem menos do individual e mais do social. Aqui, os enquadramentos são tratados como *esquemas interpretativos*, *chaves de sentido*, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social. Ou seja, os *frames* são as idéias organizadoras centrais que indicam sentidos para os eventos relevantes e sugerem o que está em questão (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Nesse mesmo sentido, Gitlin (1980) afirma que

Media frames são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais aqueles que tem a produção simbólica em mãos rotineiramente organizam o discurso, seja ele verbal ou visual. Enquadramentos possibilitam que os jornalistas processem altos níveis de informação rapidamente e rotineiramente: para reconhecer algo como informação, alocar em categorias cognitivas, e empacotar para transmitir eficientemente para suas audiências. (p. 7, itálico no original)(tradução nossa)

Zhongdang e Kosicki (2001), que também optam por essa acepção, trabalham com a idéia de que os frames têm uma função de definir os limites (*boundary-defining function*) de uma dada questão. Nesse sentido, os enquadramentos podem ser vistos como recurso para uma “construção comunitária”, comunitária aqui não dizendo sociologicamente de uma unidade fechada em uma área geográfica, mas sim de um grupo com limites transitórios e construídos discursivamente. É nesse mesmo caminho que Reese (2001) afirma que os enquadramentos são “*princípios de organização* que são socialmente *compartilhados* e *persistentes* pelo tempo, que trabalham *simbolicamente* para significativamente *estruturar* o mundo social” (p. 11, itálico no original)(tradução nossa).

Nessa linha de pensamento, os enquadramentos dizem menos das disposições individuais dos jornalistas e outros profissionais dos *media* e mais de sentidos compartilhados socialmente. Esses sentidos ultrapassam a cobertura de eventos específicos e têm relação com “esquemas interpretativos” mais gerais que podem ser captados tanto na mídia

quanto em outras arenas discursivas. Ou seja, os *frames* não são uma especialidade da mídia – apesar da mídia ter suas especificidades ao enquadrar os eventos, como indica a primeira corrente apresentada. Os enquadramentos são construtos sociais, articulados por meio do discurso, que circulam pelo ambiente social e que podem se manifestar e, logo, serem analisados, em diversos âmbitos. Como bem esclarece Maia et al. (2008), essa forma de compreender os enquadramentos é bastante útil para se entender o fenômeno de construção de sentidos de modo mais geral, fenômeno esse que se desdobra por diversos planos analíticos³. Os autores reiteram que essa perspectiva dá a ver que os processos de enquadramento são complexos e não podem ser explicados apenas por estruturas textuais e pela formatação das mensagens.

A perspectiva dos enquadramentos enquanto *princípios organizadores* é importante para compreendermos que os *frames* que encontramos na mídia são fruto das dinâmicas sociais, do “jogo” discursivo em que se envolvem os atores sociais para a construção da realidade social. Eles dizem sim de forças sociais e de poder político. Mas não exatamente do poder que corre-se o risco de dar aos “produtores simbólicos” no caso de apenas se considerar a dinâmica intertextual. Os próprios jornalistas e outros produtores de conteúdo midiático estão imersos nesse pano de fundo cultural que os transpassam e que eles também ajudam a construir. Nesse sentido, as mensagens, em determinados momentos, dizem de escolhas individuais, mas de escolhas que são feitas com base no mundo significativo do qual eles fazem parte e o qual eles participam da construção. Assim, os enquadramentos encontrados na mídia precisam ser analisados tendo em vista essa dinâmica que se estabelece entre os meios e a vida social, dinâmica essa marcada pelo imbricamento, pela circularidade (MAIA, 2006b; FRANCA, 2006; CASTRO, 2006).

Isso não quer dizer que adotaremos essa perspectiva social do *framing* e que a primeira abordagem será ignorada. Como ressaltamos acima, os estudos que se detêm à estruturação das mensagens trazem contribuições importantes para o desenvolvimento da *frame analysis*. Nossa opção aqui é menos a de estabelecer conceitualmente o que é enquadramento, tentando solucionar essa dispersão conceitual (ENTMAN, 1993), e mais colhermos os frutos que diferentes formas de trabalhar com o conceito podem oferecer para analisarmos nosso objeto de estudo (D'ANGELO, 2002).

³Segundos os autores, pode-se explorar a noção de enquadramento sob esse viés mais social nos seguintes planos analíticos: na construção de enquadramento pelos agentes dos media; na disputa entre diferentes atores sociais para a conquista de espaço na mídia de seus “enquadramentos preferenciais”; e na influência que os enquadramentos dos media exercem no processo cognitivo e interpretativo dos receptores (*frame setting*) e em processos de formação da opinião (MAIA et al., 2008). Esse último plano analítico é explorado, por exemplo, pelo estudo que citamos acima de Gamson (1992) e o segundo por Zhongdang e Kosicki (2001).

Dessa forma, partimos da concepção que entende os enquadramentos como “esquemas interpretativos” baseados na cultura, mas não deixaremos de olhar para as estruturas das notícias buscando indícios que possam nos falar sobre os *frames*. Nesse sentido, a definição de Reese (2001), citada acima, parece-nos a mais interessante para trabalharmos, já que ele destaca tanto o textual quanto o contextual. Ao afirmar que os “frames são *princípios de organização* que são socialmente *compartilhados* e *persistentes* pelo tempo, que trabalham *simbolicamente* para significativamente *estruturar* o mundo social” (REESE, 2001, p. 11, *itálico no original*), o autor destaca seis características que se manifestam nos enquadramentos e que devem ser levadas em conta nas pesquisas sobre o tema. No próximo tópico, explicaremos cada uma delas e como elas podem ser observadas de forma a contribuir para nossos objetivos.

2.2.2 *Enquadramentos dos media: nossas opções conceituais*

Reese (2001) aponta seis características relacionadas aos *frames* que podem auxiliar na compreensão de como eles funcionam no mundo social. Segundo o autor, as idéias de *organização*, *princípios*, *persistência*, *compartilhamento*, *simbolismo* e *estrutura* podem sugerir uma série de perguntas de pesquisa. O autor afirma que os enquadramentos *organizam* a realidade social de duas maneiras principais: cognitivamente e culturalmente. A organização cognitiva tem relação com as conclusões dos estudos de Kahneman e Tversky (1984), citados acima. Conforme Reese (2001), “a organização cognitiva dos frames nos convida a pensar sobre os fenômenos sociais de uma certa forma, frequentemente através do apelo a tendências psicológicas básicas” (p. 12). Já ao organizar culturalmente a realidade social, os *frames* nos encorajam a buscar os entendimentos culturais, indo além da informação imediata. Ou seja, cognitivamente fazemos apostas em determinadas mensagens de acordo com tendências psicológicas. Logo, por exemplo, a tendência na escolha entre sentenças sinônimas que enfatizem perdas ou ganhos é por esta última. Culturalmente, os *frames* organizam camadas de sentidos que são acionadas em determinados contextos. Daí que, além da informação em si, imediata, que pode ser formatada enfatizando um dado aspecto ou outro – negativos e positivos, mortes ou vidas salvas, etc. –, a mensagem carrega consigo uma carga semântica que é acionada conforme o contexto cultural onde se dá a comunicação. Como afirma Reese (2001), o termo “Guerra Fria”, por exemplo, contém uma vasta gama de formas de entender e representar as relações internacionais que vai além do fato de formatar uma mensagem sobre o assunto de uma forma ou outra.

Os *princípios* que Reese (2001) menciona têm relação direta com a organização cultural indicada acima. Eles dizem do caráter abstrato que os *frames* têm. Segundo o autor, o enquadramento não é a mesma coisa que sua manifestação simbólica, o que significa que na *frame analysis* é preciso ir além dos atributos superficiais e compreender o princípio que gera uma forma de enquadrar específica. Reese (2001) afirma que “isso sugere que devemos inferir o princípio organizador do discurso da mídia, o qual é um conglomerado de idéias organizadoras interligadas e em competição” (p. 14). Aqui, cabe ressaltar também a idéia de *associação*, que está implícita na idéia de *princípios organizadores*. Basicamente, o *frame* funciona através de associações de sentido. Quando usamos o termo *camadas de sentido* nos referimos a essa rede de sentidos, que organiza e estrutura um enquadramento. Quando se usa a palavra *débil mental*, por exemplo, ela convoca uma série de idéias que estão associadas a ela, que acabam por construir o enquadramento de uma mensagem que utiliza tal termo. Ao mesmo tempo, o termo *portador de necessidades especiais* já tem outras camadas de sentido que corroboram para a construção de um enquadramento diferenciado. Não necessariamente as mensagens que usam um termo e o outro terão enquadramentos opostos, ou muito diferenciados, mas, a depender do contexto, as associações feitas com um termo são diferentes das associações que são feitas com o outro. Porém, a idéia de associação não funciona apenas com relação a termos. Por exemplo, a associação constante da temática da deficiência ao âmbito da saúde carrega consigo uma série de significados. Essa associação é construída de forma diversa da associação da temática ao campo da política. As imagens que são acionadas são diferentes e as idéias que acompanham os enquadramentos não são as mesmas, como veremos em nosso capítulo empírico. Logo, precisamos compreender quais são esses *princípios organizadores* e podemos dizer que eles se materializam, de certa forma, através da associação de idéias, de termos, de imagens que são feitas em um mesmo enquadramento.

Para explicar essa mesma dinâmica, Gamson e Modigliani (1989) utilizam-se da idéia de “pacotes interpretativos” (*interpretative packages*). Para os autores, os “pacotes” têm uma estrutura interna que abriga, no centro, uma idéia organizadora central, ou seja, o *frame*. Esses “pacotes interpretativos”, de acordo com os autores, oferecem um número de símbolos condensados que sugerem o cerne do enquadramento. Assim, seria possível revelar o pacote como um todo através das metáforas, slogans ou outros dispositivos simbólicos (*symbolic devices*) que encontramos nos textos. Resumidamente, os “pacotes interpretativos” são agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos e que têm como cerne, como essência, o enquadramento, que seria um princípio abstrato e geral. Dessa forma, é possível permitir um certo nível de controvérsia mesmo entre

aqueles que compartilham um mesmo *frame*, já que a idéia central sempre está presente, todavia os pacotes implicam uma faixa de posições mais do que um único grupo fechado de símbolos. Ou seja,

Existe um discurso em curso que se desenvolve e muda ao longo do tempo, promovendo interpretações e significados para eventos relevantes. Um arquivista poderia catalogar as metáforas, slogans, imagens visuais, apelos morais e outros dispositivos simbólicos que caracterizam um discurso. O catálogo seria organizado, logicamente, desde que os elementos fossem agrupados; assim, nós os encontramos não como itens individuais, mas como pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, ps. 1 e 2)(tradução nossa).

Assim, através dos dispositivos é possível organizar os pacotes, que têm, então, como essência, no cerne, o enquadramento. Essa idéia é importante para compreendermos como o enquadramento funciona, se materializa discursivamente, e também será de extrema valia no próximo capítulo quando formos definir nossos operadores analíticos. Além disso, é interessante para discutir um outro aspecto levantado por Reese (2001) acerca dos enquadramentos, o fato deles trabalharem *simbolicamente*. O que chamamos aqui de *simbolismo* se refere a “como eles estão manifestos e são comunicados em suas várias formas, através de qualquer combinação de dispositivos simbólicos” (p. 16). Segundo Reese (2001) aponta, certamente, os textos da mídia representam a evidência mais prontamente disponível dos *frames* e, sendo assim, a criação de características verbais e visuais pode ser útil. Alguns autores têm tentando transformar a *frame analysis* em um trabalho mais sistemático, com a criação de categorias para se tentar apreender os enquadramentos e seus princípios organizadores. Certamente, como dissemos, por mais que não possamos nos restringir à análise dos símbolos, isso não significa que eles não nos dão indícios do que Gamson e Modigliani (1989) chama da “cultura de uma temática”. Explicitaremos quais os dispositivos simbólicos que iremos utilizar na análise empírica como indicadores no próximo capítulo. Por ora, só chamamos a atenção para a importância da manifestação textual dos enquadramentos para a apreensão dos “pacotes” de sentido.

Outra característica apontada por Reese (2001) para os enquadramentos é a *persistência*. Nesse sentido, Gamson e Modigliani (1989) são úteis novamente quando eles comparam o conteúdo de um discurso à idéia de processo de valor agregado. Segundo os autores, o discurso é sempre o resultado de uma dinâmica, em que novos eventos vão sendo interpretados de tal forma que eles podem criar novos enquadramentos ou fazerem parte já de um enquadramento em curso. Para fazerem parte desses enquadramentos já em curso, os pacotes precisam conter uma interpretação para o evento que seja consistente com o enredo daquele enquadramento. Ou seja, à medida que as interpretações ainda são válidas,

dão sentido para os eventos, os enquadramentos persistem, ainda que, como dissemos, eles suportem níveis de controvérsia em termos internos, ou nos “pacotes interpretativos”. Nesse sentido, os pacotes declinam ou ganham proeminência e são constantemente revisados e atualizados para acomodar novos eventos. Como os enquadramentos são vistos aqui como construtos sociais baseados na cultura e como idéias abstratas, eles ganham esse caráter de persistência, uma vez que não são analisados como manifestações individuais, mas sim entendimentos coletivos, que não são estáveis, mas também, justamente por se tratarem de construções discursivizadas e compartilhadas, não desaparecem de uma hora para outra. Eles se tornam enquadramentos na medida em que se repetem e, com isso, constroem um repertório de dispositivos simbólicos que formam um pacote interpretativo para aquela dada questão.

Essa questão da *persistência* chama à tona outro aspecto apontado por Reese (2001): o fato do enquadramento envolver o *compartilhamento*. Segundo o autor, uma vez que a utilidade dos *frames* se encontra no fato deles serem compartilhados e de seus dispositivos organizadores serem notáveis, é preciso questionar então quão compartilhados eles são. De certa forma, é isso que Gamson e Modigliani (1989) fazem ao analisar o discurso público mediado sobre a questão do poder nuclear da década de 40 até o final dos anos 80. Os autores examinam a “dança” dos enquadramentos tendo como marcos episódicos para a análise as bombas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki, em 1945, o acidente nuclear em Three Mile Island, nos EUA, em 1979, e o desastre de Chernobyl, na Ucrânia, àquela época parte da União Soviética, em 1986. Eles percebem que no início da amostra o pacote interpretativo do “progresso” (*progress*) era amplamente dominante, o que nos leva a crer que era profundamente compartilhado à época. Com o decorrer dos eventos, os autores percebem que essa proeminência decai com o surgimento de pacotes anti-nucleares, como o “caminho da simplicidade” (*soft paths*), o da “accountability pública” (*public accountability*) e o “não produtivo” (*not cost effective*). Ao final, o que se vê, segundo os autores, é o surgimento de um novo pacote dominante, o fatídico “fora de controle” (*runaway*). Assim, torna-se perceptível que de amplamente compartilhado nas décadas de 40, 50, 60 e 70, o pacote do “progresso” perde força já que não conseguia dar interpretações para os novos eventos que sucediam. Com isso, o pouco compartilhado pacote “fora de controle” passa a ser largamente compartilhado, uma vez que os novos eventos acabam por levar a atitudes mais receosas do que progressistas. Como afirma Reese (2001),

Os enquadramentos podem ser considerados como sempre em um processo de ganhos ou perdas em valor organizatório – e são adotados e

abandonados de acordo com isso. Daí que os enquadramentos variam em algum dado momento no número de pessoas que podem achá-los úteis e compartilhá-los. (p. 15)(tradução nossa)

Nosso objetivo também é perceber de que forma a “cultura temática” da questão da deficiência se transforma. E para isso será necessário percebermos o nível de compartilhamento que cada enquadramento tem em cada momento da história. Logicamente, como afirmam Gamson e Modigliani (1989), não queremos afirmar que as mudanças no discurso público acarretam mudanças na opinião pública. Ao pensarmos a relação entre mídia e vida social de forma sistêmica, abordamos o discurso midiático e os enquadramentos mais ou menos presentes como um “termômetro” do discurso público disponível sobre uma determinada temática. Assim, como os sentidos são compartilhados e não simplesmente acionados individualmente pelos agentes midiáticos, acreditamos que o conteúdo midiático é capaz de nos dar indícios de quais os sentidos que circulam na sociedade acerca de uma temática, ainda que possamos captar a opinião pública sobre um assunto em diversas arenas.

Por fim, a idéia de *estrutura* diz dos padrões que o *frame* cria no mundo social, padrões esses que são constituídos por vários dispositivos simbólicos. Para explicar a forma como os enquadramentos estruturam, Reese (2001) cita como exemplo um enquadramento que pode não “emplacar” em um primeiro momento, mas, posteriormente, pode ganhar em complexidade e coerência. Foi o caso, por exemplo, do pacote “fora de controle” do estudo de Gamson e Modigliani (1989). Se quando ele surge, em época anterior ao acidente de Three Mile Island, ele tem pouca força, aparecendo apenas em *cartoons* da época, sem recorrência em revistas, notícias de TV ou colunas de jornais – material analisado pelos pesquisadores –, após o desastre de Chernobyl ele passa a dominar a “cultura temática” sobre o poder nuclear. Ele ganha em complexidade e coerência diante nos novos eventos, já que as sugestões de sentido deste pacote eram condizentes com esses novos episódios. Como os autores citam, a utilização da conhecida imagem das torres de resfriamento das usinas nucleares reforçava, por exemplo, esse enquadramento. Além dessa imagem, o pacote deixou de ser apenas a atitude resignada de alguns pessimistas quanto à energia nuclear para se tornar condizentes com os novos episódios. Os temas, por exemplo, que ganhavam espaço no noticiário, como a “confusão das autoridades” e os “efeitos invisíveis da radiação”, também impulsionavam tal interpretação. Enfim,

A metáfora do enquadramento chama nossa atenção para essa estrutura – como os princípios de organização criam um “pacote” coerente através da combinação de símbolos, dando a eles relativa ênfase e os vinculando a amplas idéias culturais. (REESE, 2001, p. 17)(tradução nossa)

Nesse sentido, o autor reafirma a necessidade de se pensar no enquadramento em termos de um “pacote interpretativo”, assim como Gamson e Modigliani (1989). Dessa forma, reforça-se a idéia de que os enquadramentos têm um método associativo de atuação, sendo necessária a análise de diversos dispositivos simbólicos e dos princípios organizadores para se compreender os *frames*. No próximo capítulo, indicaremos exatamente quais serão os dispositivos que iremos analisar, mas, antes disso, na próxima seção, ressaltaremos a importância de se conjugar opções teóricas e metodológicas em análises como a que nos propomos a fazer.

2.3 Enquadramento como ferramenta conceitual e metodológica

A nossa opção pela vertente de estudos do enquadramento não se dá exclusivamente porque o conceito pode operacionalizar nosso objetivo de analisar as interpretações coletivas sobre a temática da deficiência. Como apontamos acima, a definição dos *frames* com que vamos trabalhar vai ao encontro do nosso intuito de analisar a *trajetória discursiva mediada* sobre a questão ou, olhar para o tema sob um viés discursivo. Como veremos no próximo capítulo, o conceito de enquadramento nos fornece elementos para identificarmos essas formas de interpretação e assim delineararmos esse caminho discursivo. Ou seja, aqui, o que queremos ressaltar é que há uma afinidade teórica entre as idéias debatidas no primeiro capítulo – *abordagem discursiva, pano de fundo cultural e trajetória discursiva mediada* – e as discutidas na primeira seção deste capítulo – esfera pública, opinião pública e debate mediado – com o conceito de enquadramento que adotamos como marco teórico e também, como veremos, com a operacionalização de tal definição. Ressaltamos isso porque, como nos indica Dryzek (1990), certamente os instrumentos metodológicos não são neutros e acabam por dizer de opções teóricas feitas pelos pesquisadores. Daí inclusive a necessidade de ter isso em mente para que, cuidadosamente, façamos nossas opções metodológicas.

No caso da temática da deficiência, o emprego teórico do conceito de enquadramento vem ao encontro da própria natureza do debate que se estabelece nos meios de comunicação. Como já indicamos anteriormente, a questão não se encaixa em uma análise deliberativa em si ou da deliberatividade. Não podemos perceber os lances discursivos através, por exemplo, de argumentos lançados discursivamente pelos atores sociais – como o faz, por exemplo, Maia et al. (2008). Para identificarmos os discursos sobre a questão teremos de focarmos muito mais em indícios discursivos menos explícitos, já que não há

claramente a caracterização de uma questão controversa. Sendo assim, nossa opção é teórica, como apontamos acima, e metodológica, já que a operacionalização do conceito de *frame* pode nos fornecer um quadro analítico mais apropriado para a apreensão de um debate que existe, mas que é muito tênue e disperso.

Enfim, no próximo capítulo tentaremos sistematizar tal conceito em operadores para que possamos identificar os discursos sobre a temática a partir dos enquadramentos. Na materialização da pesquisa em operadores, tentamos manter uma certa harmonia entre opções teóricas e metodológicas. Por isso, o conceito de enquadramento que trabalhamos ao longo deste capítulo será retomado no próximo para que ele nos forneça os elementos necessários para a identificação dos *frames* e dos discursos sobre a temática da deficiência.

3 *Clareando nossas opções metodológicas*

Assim como há uma certa profusão conceitual em torno da idéia do que seja teoricamente o enquadramento, também há uma certa falta de sistematização quanto à forma como deve ser guiada metodologicamente a *frame analysis*. Isso se dá em parte em função da falta de clareza de alguns estudos que não especificam a maneira como trabalham com o conceito, mas também por empiricamente ainda termos muito a avançar nesse campo. Apesar do termo ter sido cunhado há mais de 30 anos por Goffman, as análises efetivas dos *media frames* começam realmente na década de 80 com Todd Gitlin e seu estudo sobre a cobertura jornalística ao *Students for a Democratic Society* (SDS), tradicional movimento estudantil dos EUA e um dos grandes representantes da *New Left* (Nova Esquerda), na década de 60. Depois de Gitlin, o estudo de Gamson e Modigliani (1989), bastante citado neste trabalho, é a principal referência dos anos 80. Na década de 90, vários trabalhos são desenvolvidos tanto na vertente que chamamos de conteudística, quanto por outros autores que trabalham em uma linha mais construtivista. Entretanto, é nos anos 2000 que proliferam os estudos empíricos nessa linha, e, portanto, grande parte das referências em termos metodológicos é posterior à mudança de milênio.

Cabe ressaltar aqui, que as dificuldades encontradas para a criação da metodologia da pesquisa se devem em grande parte à escassa explicitação metodológica de muitos trabalhos que aplicam a *frame analysis*. São poucos os que descrevem a “cozinha” da pesquisa, o que dificulta em alguns momentos nossas escolhas. Sendo assim, optamos por criarmos este capítulo, no intuito de definir e dar a ver minuciosamente nossas opções na análise empírica. O objetivo é que com o detalhamento da metodologia outros estudos possam aprimorá-la, no sentido de aperfeiçoarmos a *frame analysis*.

Enfim, este capítulo tem o intuito de traçar metodologicamente como se dará a análise de nosso objeto empírico. Começaremos explicitando as etapas da análise e os operadores analíticos que utilizaremos em tal empreitada.

3.1 Formulando operadores analíticos: “pacotes interpretativos” e seus dispositivos simbólicos

Os estudos sobre enquadramentos têm esbarrado frequentemente em obstáculos metodológicos. Isso porque mesmo quando se opta conceitualmente por uma vertente de estudos ou outra, ou mesmo por conjugar formas distintas, porém, complementares de se pensar os *frames*, ainda assim as aplicações empíricas são bastante destoantes. Matthes e Kohring (2008) afirmam que o *frame* é uma variável completamente abstrata, que é difícil de identificar e de codificar na análise de conteúdo. O fato dos enquadramentos dizerem de princípios abstratos dificulta o trabalho do pesquisador que muitas vezes recorre a métodos pouco seguros e válidos cientificamente (MATTHES; KOHRING, 2008; TANKARD, 2001). Inúmeros esforços têm sido feitos neste campo na tentativa de delinear uma metodologia que garanta tanto confiabilidade quanto avaliações válidas. Tendo em vista nossas opções conceituais indicadas acima, tentaremos nesta seção construir um quadro analítico que dê conta de nossos objetivos e que consiga conjugar as vertentes que atentam para a importância da estruturação das mensagens com a perspectiva cultural dos enquadramentos, possibilitando assim, através dos elementos simbólicos dispostos nos textos, ver além da significação imediata das notícias.

Para construirmos esse quadro, retornamos novamente ao conceito de Reese (2001) que utilizamos no capítulo anterior. Quando o autor implica em uma mesma definição tanto a faceta mais explícita dos enquadramentos, que diz respeito à formatação das mensagens, quanto a mais implícita, que tem relação com a cultura, ele nos indica uma necessidade de transformar tais elementos em indicadores analíticos que possibilitem que tenhamos acesso aos *frames* exatamente pela conjugação de tais aspectos. É exatamente a esse desafio que tentaremos começar a dar resposta nesta seção.

Como discutimos acima, os enquadramentos se materializam enquanto “pacotes interpretativos” que reúnem diversos dispositivos simbólicos para, em conjunto, construir o sentido acerca de uma temática (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Matthes e Kohring (2008) são bastante elucidativos quando afirmam que o *frame* diz de um certo padrão em um dado texto, que é dado por vários elementos. Esses elementos, segundo os autores, não são palavras, mas componentes previamente definidos ou dispositivos de enquadramento. Apesar de trabalhar com concepção teórica diferenciada da nossa, aqui, apontamos a mesma necessidade que Matthes e Kohring (2008): a necessidade de transformarmos os “pacotes interpretativos” de Gamson e Modigliani (1989) em operadores analíticos que possibilitem uma análise que garanta confiabilidade e validade. Eles chamam os disposi-

tivos simbólicos de “elementos de enquadramento” (*frame elements*).

O intuito é trabalhar numa perspectiva que não defina os enquadramentos *a priori*, mas que os estabeleça a partir desses elementos. Isso porque, como afirma Matthes e Kohring (2008), diversos métodos vêm sendo utilizados para a análise dos *frames* que recaem em erros que podem minar a confiabilidade e a validade das pesquisas. Um desses erros comuns é justamente a definição, nos estudos, diretamente, dos próprios *frames*. Nosso intuito é trabalhar com os “pacotes interpretativos” e os “elementos de enquadramento” de forma a fazer uma análise indireta dos *frames*. Explicitaremos melhor o método através da diferenciação entre ele e outros métodos que dominam a *frame analysis*.

Segundo Matthes e Kohring (2008), os estudos sobre enquadramento podem ser divididos em cinco diferentes perspectivas metodológicas de apreensão de *media frames*: a perspectiva *hermenêutica*, a *linguística*, a *holística manual*, a *assistida por computador* e a *dedutiva*. De acordo com Matthes e Kohring (2008), a perspectiva *hermenêutica* é adotada por diversos estudos que tentam identificar os enquadramentos através do fornecimento de uma avaliação interpretativa dos textos da mídia, ligando os *frames* a elementos culturais amplos. Partindo de um paradigma qualitativo, esses estudos se baseiam em pequenas amostras que refletem o discurso de uma temática ou de um evento. Tipicamente, dizem os autores, os enquadramentos são descritos detalhadamente e nenhuma quantificação é fornecida. Conforme Matthes e Kohring (2008) indicam, esses estudos, ainda que bem documentados e bem conduzidos nas discussões acerca dos enquadramentos da mídia, não deixam claro como os *frames* são extraídos do material. Além disso, eles incorrem no risco dos pesquisadores encontrarem aqueles enquadramentos que eles conscientemente ou inconscientemente estão buscando. Tankard (2001) também atenta para os perigos desse tipo de método em que o “pesquisador trabalha sozinho, como um especialista, para identificar os enquadramentos no conteúdo da mídia”:

Essa perspectiva faz da identificação dos enquadramentos um processo bastante subjetivo. [...] Há um perigo nesse tipo de análise solitária, que a identificação de uma série de enquadramentos possíveis possa ser feita arbitrariamente. (TANKARD, 2001, p. 98)(tradução nossa)

Downs (2002) fala de uma subjetividade inerente da perspectiva *hermenêutica*. Segundo o autor, nesses estudos, uma descrição cuidadosa pode ser a única forma de convencer os leitores da existência e validade dos *frames*.

A perspectiva *linguística*, segundo Matthes e Kohring (2008), é aquela que marca os estudos em que os enquadramentos são identificados pela análise da seleção, localização

e estrutura de palavras e sentenças específicas no texto. A idéia básica dessa perspectiva é que palavras específicas são os “tijolos” dos *frames* (ENTMAN, 1993). Essa vertente se diferencia da *hermenêutica* pelo fato dos pesquisadores determinarem claramente os elementos linguísticos que significam um enquadramento, além dos pressupostos teóricos serem claramente diversos. De acordo com Matthes e Kohring (2008), a maior vantagem dessa abordagem é a análise sistemática e cuidadosa dos textos noticiosos. Todavia a complexidade desordenada desses trabalhos faz com que a *frame analysis* padronizada de grandes amostras se torne bastante difícil de ser realizada sob essa perspectiva. Além disso, “permanece um pouco obscuro como todas essas características são finalmente tecidas juntas para significar um enquadramento” (MATTHES; KOHRING, 2008, p.260)(tradução nossa).

A perspectiva *holística manual* é aquela em que os enquadramentos são primeiramente gerados por uma análise qualitativa de alguns textos noticiosos e então são codificados como variáveis holísticas em uma análise manual de conteúdo. São dois movimentos que marcam os estudos levados a cabo por este método: primeiro, cria-se uma espécie de lista de códigos – o que Matthes e Kohring (2008) chamam de *codebook* – a partir da análise em profundidade das notícias. E, então, o material é analisado quantitativamente a partir desses códigos pré-definidos. Matthes e Kohring (2008) afirmam que “a confiabilidade e a validade dessa abordagem dependem fortemente da transparência na extração dos enquadramentos” (p. 260). Do ponto de vista metodológico, o problema é o mesmo da perspectiva *hermenêutica*: sem a determinação de critérios para a identificação dos *frames*, a avaliação cai em uma “caixa-preta metodológica”. Nesse sentido, o risco é que façamos a “extração dos enquadramentos do pesquisador e não os enquadramentos da mídia” (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 260)(tradução nossa). Além disso, outro problema que esse tipo de método precisa lidar é com o fato de que, uma vez que foram definidos os *frames*, outros enquadramentos dificilmente serão descobertos. Essa característica pode dificultar uma análise como a que pretendemos fazer, já que a tendência é que a cada nova década novos enquadramentos apareçam sobre a temática da deficiência e eles poderiam passar despercebidos.

A quarta perspectiva apontada por Matthes e Kohring (2008) é a *assistida por computador*. Essa perspectiva está preocupada com a criação de métodos mais objetivos e confiáveis e se parece bastante com a perspectiva *linguística*, porém conta com o auxílio de computadores que auxiliam no processamento das informações. Miller (1997), por exemplo, trabalha com a idéia de *mapeamento dos frames* (“frame mapping”). O autor parte da mesma noção de Entman (1993) de que os enquadramentos se manifestam pelo

uso de palavras específicas. Assim, o *mapeamento dos frames* pode ser descrito como um método de encontrar palavras específicas que aparecem juntas em alguns textos e que tendem a não ocorrer juntas em outros (MILLER, 1997). Aí que então entra a ajuda dos computadores. Essas recorrências de grupos de palavras são identificadas com o auxílio de *algoritmos¹ de agrupamento* (“cluster algorithms”). Esses algoritmos agrupam de acordo com as variáveis que são indicadas pelo pesquisador. No caso de Miller (1997), as variáveis eram as palavras, daí que os algoritmos agrupavam os textos com frequências similares de determinados termos. Uma vantagem clara desse método é a objetividade na identificação dos *frames*, que não são encontrados pelos pesquisadores, mas sim pelos algoritmos. Porém, ainda que traga importantes contribuições para o avanço da *frame analysis*, esse método acaba por reduzir os enquadramentos a grupos de palavras (MATTHES; KOHRING, 2008). Assim, menos que *frames*, os pesquisadores acabam por descobrir os tópicos das histórias. Além disso, nem sempre é necessário que algumas palavras sejam recorrentes para serem centrais para o sentido do texto (HERTOG; MCLEOD, 2001). Sendo assim, Matthes e Kohring (2008) ressaltam que a maior lacuna do “mapeamento dos frames” de Miller não é a falta de confiabilidade, mas sim de validade.

Segundo Matthes e Kohring (2008), métodos como o “mapeamento dos frames”, que ele chama de abordagens “baseadas em dicionário” (*dictionary-based approach*), são os que têm recebido mais atenção entre os pesquisadores que se dedicam à *framing analysis* sob a perspectiva das análises assistidas por computador. Porém, outros estudos têm trabalhado, também com o auxílio de computadores, em uma segunda vertente dentro dessa mesma perspectiva, no que ele chama de abordagem “sintática” (*syntactical approach*). Esses trabalhos buscam ir além do agrupamento de palavras. Shah et al. (2002), por exemplo, fazem uma análise em três etapas. Primeiro, eles entram com categorias de idéias no programa – no caso, eles utilizam o *Infotrend* –, depois, especificam palavras que revelam essas categorias e, então, programam regras que combinam as categorias de idéias de forma a dar um sentido mais complexo. A diferença das *dictionary-based approaches* para as *syntactical approaches*, segundo Matthes e Kohring (2008), é que o programa pode estabelecer regras sintáticas comparativamente mais sofisticadas que capturam o sentido das sentenças. Por isso, “não é um mapeamento de palavras mas uma análise do sentido por trás das relações entre as palavras” (p. 262). No caso do estudo de Shah

¹Algoritmos são uma sequência lógica de instruções para a solução de um problema. Frequentemente, eles são usados para cálculos e processamento de dados. Os softwares são a “materialização” dos algoritmos. Dessa forma, os algoritmos são as regras que vão guiar o funcionamento dos softwares. Existem diversos tipos de algoritmos, alguns são empregados em programas que são utilizados mais rotineiramente, como editores de texto, e outros em softwares para usos mais específicos, como softwares de análise de dados, como o SPSS, SAS e o Atlas.TI. Diversos softwares oferecem ferramentas de agrupamento.

et al. (2002), as relações entre as palavras são criadas manualmente por um codificador humano. Apesar de também avançar no campo da análise de enquadramentos, sobretudo por automatizar de forma eficaz uma parte trabalhosa e, muitas vezes, não segura das pesquisas que envolvem a identificação de *frames*, ainda assim existem algumas lacunas nesses estudos: 1) todos os métodos auxiliados por computador partem da premissa que uma palavra e uma frase sempre têm exatamente um significado em todos os contextos; 2) essas análises são limitadas apenas a textos eletrônicos – a menos que se digitalize todo o conteúdo do que não estiver disponível eletronicamente; e 3) os estudos que usam esse método não deixam sempre claro como os *frames* são encontrados na primeira etapa. Assim, novamente, corre-se o risco de cair em uma “caixa-preta metodológica”.

O quinto método que Matthes e Kohring (2008) identificam entre os estudos sobre enquadramento é o que eles chamam de abordagem *dedutiva*. Segundo os autores, todos as outras perspectivas identificam os *frames* de forma indutiva. Porém, alguns trabalhos identificam os enquadramentos na literatura e então os codificam em uma análise de conteúdo padronizada. É o caso de estudos que partem de *frames* genéricos, que não são identificados conforme o tema, mas sim já previamente criados. Como Iyengar (1991) e os enquadramentos *episódico* e *temático*, ou de Semetko e Valkenburg (2000) e os enquadramentos *conflito*, *interesse humano*, *consequências econômicas*, *moralidade*, e *responsabilidade*. De acordo com Matthes e Kohring (2008),

Entre esses, talvez o mais crítico seja o pré-requisito crucial de que os enquadramentos são, de fato, conhecidos de antemão e que eles se adaptam ao tópico sob investigação. Em outras palavras, essa abordagem pede uma clara idéia de que os enquadramentos serão provavelmente encontrados. Por isso, estudos dedutivos são limitados aos enquadramentos já estabelecidos. (p. 262)(tradução nossa)

Matthes e Kohring (2008) então propõem um novo método para se analisar os enquadramentos, que se baseia na idéia de que é preciso identificar claramente quais são os elementos singulares dos *frames*. Reconhecendo a importância das outras abordagens, os autores tentam construir uma metodologia que não seja tão problemática em termos de confiabilidade, como aquelas que tentam capturar os significados culturais de um texto de forma direta, e em termos de validade, como as que se baseiam apenas nos aspectos textuais das mensagens. Os autores então descrevem como será o novo procedimento:

Nós entendemos um enquadramento como um certo padrão em um dado texto que é composto por diversos elementos. Esses elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Ao invés de codificar diretamente o enquadramento

como um todo, nós sugerimos partir o enquadramento em seus elementos isolados, os quais podem ser mais facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses elementos deve revelar os enquadramentos. Isso significa que quando alguns elementos agrupam-se sistematicamente de uma forma específica, eles formam um padrão que pode ser identificado através de diversos textos em uma amostra. Nós chamamos esses padrões de enquadramentos. (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 263)(tradução nossa)

Esses elementos indicados pelos autores nos parecem bem similares à idéia de “pacote interpretativo” de Gamson e Modigliani (1989). Porém, Matthes e Kohring (2008) avançam na sistematização da análise, indicando não só operadores, como a forma como são encontrados os *frames*: através de algoritmos de agrupamento. Essa é uma análise indireta dos enquadramentos, o que destaca a importância de se identificar quais elementos desses “pacote” são importantes para indicar qual o princípio abstrato que está por trás daqueles textos. Matthes e Kohring (2008) indicam a importância, para esse tipo de análise, de um conceito de enquadramento que dê conta de fornecer definições operacionais dos elementos dos *frames* de forma clara. Ele parte da definição dada por Entman (1993) citada acima², já que eles acreditam que esses elementos indicados pelo autor dão conta de caracterizar o enquadramento. Assim, na análise, os elementos que eles levam em conta para definir o enquadramento são: definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento. Contudo, eles indicam que o método não só poderia ser aplicado à definição de Entman, como a qualquer outra que indique os elementos dos *frames*. Na próxima seção, indicaremos claramente quais os elementos que acreditamos formam nossos “pacotes”, tendo em vista a definição de enquadramento que trabalhamos. Por ora, é importante destacar algumas características dessa análise indireta que podem auxiliar no aumento da confiabilidade e da validade dos resultados.

A partir da quebra do enquadramento em elementos componentes de um “pacote interpretativo”, os *frames* não são identificados de antemão e nem codificados em uma variável singular. Ao invés disso, as variáveis que formam o enquadramento são agrupadas de forma a criar grupos com baixas diferenças internas e altas diferenças entre eles. Logicamente, o problema da confiabilidade não está completamente resolvido. Todavia, ele muda da avaliação de um único elemento abstrato, o enquadramento, para a avaliação de diversos elementos mais objetivos. Como afirmam Matthes e Kohring (2008), “elementos singulares dos enquadramentos alcançam uma confiabilidade maior em comparação com

²“Enquadrar é *selecionar alguns aspectos da realidade percebida e faz-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento*” (ENTMAN, 1993, p. 52, *itálico no original*).

enquadramentos holísticos, abstratos” (p. 264). Outra característica da análise indireta ou quebrada é que os codificadores não sabem quais os enquadramentos estão codificando, já que eles não trabalham com os enquadramentos como unidades singulares. Assim, o impacto dos esquemas interpretativos do próprio codificador e suas expectativas é mais baixo. Dessa forma, também novos *frames* são mais facilmente identificados. Em resumo, de acordo com os autores, esse método

revela grupos de artigos que compartilham um certo padrão de elementos de enquadramento (isto é, as variáveis da análise do conteúdo). Esses grupos estão sendo interpretados como enquadramentos para uma dada questão. A diferença crucial para as avaliações comuns sobre os enquadramentos é que os enquadramentos são determinados empiricamente e não subjetivamente. Além disso, a análise fornece critérios para quantos enquadramentos podem ser encontrados no material. (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 265)(tradução nossa)

Neste trabalho, também optaremos por desmembrar o enquadramento em elementos, que formam agrupamentos ou “pacotes”, que juntos criam padrões de interpretação para uma temática. Porém, precisamos indicar nossos elementos ou dispositivos de *frames* a partir da opção conceitual que fizemos acima. É isso que faremos no próximo item.

3.1.1 *Elementos que compõem os frames*

A definição de Reese (2001), apesar de não indicar claramente quais são os elementos que devem ser analisados para se encontrar os enquadramentos, pode ser explorada, estendida, destrinchada, a partir das características dos *frames* que ele aponta, de forma a possibilitar a construção de nosso quadro analítico. As idéias de *princípios*, *persistência* e *compartilhamento* não nos parecem dizer de elementos dos enquadramentos que podem ser operacionalizados. Os *princípios* são a própria noção de *frame* e é justamente do caráter abstrato que os marcam que queremos nos afastar. Eles serão percebidos indiretamente, através da análise dos elementos que materializam esses *princípios*. Quão persistente e compartilhado é um enquadramento também poderemos perceber a partir do agrupamento dos textos através dos elementos de *frame* encontrados na amostra. O nível de compartilhamento poderá ser apreendido pela dominância ou não de determinados enquadramentos e o grau de persistência será identificado através da recorrência de agrupamentos com características semelhantes ao longo dos anos que compõem a amostra. A função de significar ou agir de forma simbólica do enquadramento estará presente em todas as categorias, já que nosso material de análise são os textos, as formas simbólicas explicitamente disponíveis e que podem nos auxiliar a desvendar aquilo que está implícito.

Parece-nos então que as funções de *organizar* e *estruturar* do enquadramento, indicadas por Reese (2001) em sua conceituação, são os aspectos que podem ser operacionalizados em indicadores ou elementos de *frame*. Quando o autor trata da organização ele deixa claro que os enquadramentos organizam a realidade social de duas principais maneiras: culturalmente e cognitivamente. A organização cultural e cognitiva por trás de um *frame* parece ser justamente a principal preocupação de Gamson e Modigliani (1989). Os autores trabalham com a idéia de “dispositivos de enquadramento” para dizer dessa organização e operacionalizam tal idéia em cinco elementos: as metáforas, os exemplos, os slogans ou chavões, as representações e as imagens visuais. Como nossa tentativa é justamente de nos afastarmos das idéias abstratas, parece-nos útil retirar desses elementos as representações. Os outros quatro dispositivos são frequentemente acionados em matérias jornalísticas e são elementos importantes para não cairmos no perigo de reduzirmos nossa análise ao conteúdo imediato das mensagens.

No nosso caso, parece-nos interessante acrescentar mais um elemento que atua na organização dessas mensagens: os termos utilizados para fazer referência à pessoa com deficiência. Como indicamos no primeiro capítulo, esses termos não dizem de palavras aleatórias, mas vão se modificando conforme a cultura da temática de modifica. Assim, menos do que atentar apenas para as palavras em si, acreditamos que os termos utilizados para fazer referência à questão indicam valores compartilhados culturalmente. Isoladamente, a nomenclatura pode não dizer nada. Mas a recorrência de determinados termos sendo acionados em notícias com determinadas imagens e metáforas, por exemplo, pode ser um elemento interessante para nos auxiliar a indicar as idéias centrais, os enquadramentos dos textos.

Com relação à idéia de estruturação, nos parece pertinente os elementos de Entman (1993, 2004) utilizados por Matthes e Kohring (2008), já que eles dizem dos aspectos que Reese (2001) indica como estruturantes dos *frames*. Reese (2001) fala em inclusão e exclusão de algumas idéias. Nós aprofundamos a noção e podemos dizer que a estrutura nos revela, através da inclusão e exclusão, o que está em questão, quais as possíveis causas, soluções, culpados, responsáveis, etc. Gamson e Modigliani (1989) também apostam na importância desses elementos para a identificação dos enquadramentos quando apontam como componentes da “matriz de assinatura” os “dispositivos de razão” (*reasoning devices*). Segundo os autores, as origens ou causas, as consequências e os apelos a determinados princípios indicados no material midiático, juntamente com os “dispositivos de enquadramento” – metáforas, exemplos, slogans, representações e imagens visuais – são os elementos definidores dos *frames*. Eles são os elementos de assinatura do modelo

da “matriz de assinatura”. São eles que, de maneira condensada, sugerem a essência do “pacote interpretativo”. Assim, acrescentamos mais alguns elementos ao nosso “pacote”. São eles: a definição do problema, causas, possíveis soluções e julgamentos morais.

Matthes e Kohring (2008) subdividem a definição do problema em duas variáveis: qual o assunto ou subtópico em questão e quem é o ator social mais importante. Acreditamos que essas características são importantes para a definição do problema em questão na matéria. Porém, ao invés de indicar os atores mais importantes, achamos mais apropriado apontarmos quem são os atores que têm voz na notícia. Mesmo que não se trate do ator mais importante em uma matéria, uma fonte da sociedade civil, por exemplo, ter espaço contribui para a definição dos sentidos sugeridos na notícia. Como apontam Zhongdang e Kosicki (2001), quem são as fontes do material noticioso é um aspecto importante já que cada ator social tende a empregar em suas falas convenções, normas, valores compartilhados e estabelecidos em sua “comunidade discursiva”, sendo assim, eles reproduzem eles mesmos enquanto um determinado discurso. Como os enquadramentos são construídos através das disputas de sentidos levadas a cabo por diferentes atores sociais, menos do que o indivíduo em si, o discurso que ele representa ao falar, a “comunidade discursiva” que ele reproduz, são importantes para as interpretações sugeridas por uma notícia (ZHONGDANG; KOSICKI, 2001; DRYZEK; NIEMEYER, 2006).

No caso da definição do problema, acrescentaremos mais uma variável que a nosso ver é importante para se entender os sentidos sugeridos por notícias publicadas em veículos impressos – como veremos mais adiante, nossa amostra é composta exclusivamente por material impresso. A rubrica sob a qual a notícia é publicada diz também desses sentidos, já que elas são dispostas em um local ou outro conforme a essência que ela carrega. Uma notícia sobre deficiência que está em um caderno de política não tem o mesmo tipo de abordagem que uma que está no caderno de esportes. Assim, esse elemento também é importante para a definição do que está em questão. Enfim, nosso quadro de elementos de *frame* é descrito na Tabela 3 (p. 84).

Essas variáveis, assim como no caso de Matthes e Kohring (2008), serão indicadas através de *codebooks* anteriores, retirados de outros estudos sobre enquadramento e sobre deficiência, com a ajuda de etapas indutivas. Assim como Gamson e Modigliani (1989), codificaremos as notícias a partir de determinadas variáveis pré-definidas com a ajuda da literatura sobre o assunto e, no decorrer da análise, novas metáforas, exemplos, entre outros elementos acionados, serão adicionados à nossa lista de códigos. Nesse sentido, a opção aqui é parecida com a que faz a abordagem *holística manual*, já que podemos

Elementos dos enquadramentos			
N Í V E L	Organização	Metáforas	
		Exemplos	
		<i>Slogans</i>	
		Imagens	
		Termos	
	Estrutura	Definição do problema	Atores
			Subtópicos
			Rubricas
		Causas	
		Soluções	
		Julgamentos morais	

Tabela 3: Elementos dos enquadramentos que compõem os pacotes interpretativos de nossa análise

dizer que a lista de códigos e a codificação serão feitas em duas etapas: numa primeira, recolhemos elementos da literatura e da leitura sistemática das matérias e, na segunda, a codificação mais quantitativa é empregada. A diferença aqui é que não identificaremos os enquadramentos em si, mas sim variáveis menos abstratas. Os enquadramentos serão gerados numa terceira etapa com o auxílio de algoritmos de agrupamento.

É importante ressaltar que não estamos a indicar que esses são os elementos que devem ser levados em conta em qualquer análise de enquadramento. A opção conceitual que se faz, como bem indicaram Matthes e Kohring (2008), leva-nos para a consideração de determinados aspectos e não de outros. Porém, ainda que se faça uma mesma opção teórica, outros elementos poderiam ser utilizados para se indicar os *frames*. Logicamente que outras características podem ser usadas para gerar os agrupamentos. No nosso caso, fizemos a opção por utilizar elementos já experimentados em outros estudos, com pequenas adições, que, no caso da temática da deficiência, parecem ser pertinentes para se indicar o enquadramento. Caso se opte por analisar os enquadramentos sugeridos em um escândalo político, por exemplo, a rubrica sob a qual as matérias estão pouco ou nada teria a acrescentar. Na sequência, explicaremos com mais detalhes quais os procedimentos adotaremos para o cruzamento dos dados e, conseqüente, definição dos *frames*.

3.2 Novos rumos metodológicos para a *framing analysis*: utilizando a mineração de dados

Como dissemos acima, nossa análise é feita em etapas. Em um primeiro momento, criamos os códigos referentes aos elementos indicados como os definidores do *frame*. Nesse

estágio, contamos com as informações retiradas de outros estudos tanto sobre enquadramento como sobre a temática da deficiência para indicar, por exemplo, slogans e termos frequentes, além de realizarmos a leitura aprofundada de todo o material da análise para a listagem exaustiva dos outros itens de cada elemento. Essa primeira leitura indica as categorias de nosso *codebook*, com o desdobramento de elementos como, por exemplo, “exemplos”, nos diversos exemplos acionados nas notícias. É importante ressaltar aqui que a listagem deve englobar, da forma mais exaustiva possível, todos os itens possíveis, na amostra, de cada elemento. Posteriormente, quando da análise, apenas os itens que tiverem acima de 5% de recorrência serão inseridos no cruzamento dos dados (MATTHES; KOHRING, 2008). Dessa forma, características muito específicas de poucas matérias não modificam os resultados do agrupamento.

Criada a lista de códigos, passamos à codificação quantitativa das matérias. Neste caso, é requisito para a análise que a codificação seja feita de forma binária, já que as informações serão cruzadas por um software de agrupamento. Dessa forma, cada um dos elementos e suas categorias são transformados em algo como, por exemplo, está na rubrica saúde/não está na rubrica saúde. Cada notícia tem uma espécie de ficha em que são catalogados seus elementos e os respectivos itens – para ficar claro, os elementos são os previamente já indicados na seção acima; as categorias ou itens são os desdobramentos desses elementos, como, por exemplo, os diversos subtópicos sobre os quais as notícias tratam.

Depois de codificado todo o material, os dados são processados por um software que utiliza algoritmos de agrupamento. Esses dados são separados por épocas – são sete anos como veremos na seção seguinte –, de forma a gerar os agrupamentos dos elementos por cada ano. Assim, torna-se possível gerar conjuntos de grupos diferentes em diferentes épocas, propiciando que se observe o que chamamos de *trajetória discursiva mediada*. Para tal, é utilizado o *RapidMiner*, software livre de mineração de dados.

A partir dos agrupamentos gerados pelo software, aplicamos outra técnica ou outro algoritmo para a determinação dos padrões frequentes desses grupos (*frequent itemsets mining algorithms*). O software, num primeiro momento, agrupa as notícias com grupos de elementos recorrentes. Posteriormente, ele analisa grupo a grupo para indicar quais os itens são os recorrentes naquele grupo ou quais os itens responsáveis pelo agrupamento daquelas notícias. Dessa forma, ele nos fornece quais são os padrões estabelecidos em cada grupo, de forma que os itens mais recorrentes podem nos apontar as características principais daquele enquadramento. Assim, após o agrupamento e a indicação dos itens

recorrentes, poderemos ter os elementos ou os grupos de elementos que são os definidores de cada pacote encontrado. Passemos então à descrição de como procedemos para definir nossa amostra, que é o tema do próximo capítulo.

4 Mergulho na empiria: amostra e coleta do material

Fazer pesquisa que envolva análise a longo prazo é um grande desafio. Isso porque duas dificuldades básicas se impõem quando das definições mais finas acerca da amostra. Uma primeira diz respeito à enorme dificuldade no Brasil de termos acesso a materiais datados de décadas passadas. E a segunda, que persegue qualquer pesquisador que trabalhe com longos períodos seja em qual país for, é a definição em si de uma amostra representativa desse período. Mas cabe esclarecer melhor esses dois problemas.

O primeiro está relacionado com a precariedade dos acervos brasileiros, especificamente, dizemos aqui dos acervos dos materiais que serão analisados neste trabalho, no caso, jornais de grande circulação do país. A precariedade é percebida principalmente se compararmos o tipo de trabalho que uma pesquisa a longo prazo demanda em outros países e o trabalho que ela demanda no Brasil. Isso porque, aqui, a coleta de qualquer material de publicação anterior à popularização da Internet é uma tarefa bastante árdua. Essa popularização ocorreu juntamente com um processo maior de criação de bancos de dados digitais nos veículos de comunicação brasileiros e a consequente disponibilização dos conteúdos dos jornais e revistas na Web para os assinantes desses veículos. Esse processo, que teve lugar no início da década de 90, possibilita o acesso a essas publicações na íntegra e também a busca, através de palavras-chave, das notícias relacionadas a um determinado tema. Porém, o material publicado por esses mesmos jornais e revistas da década de 80 ou comecinho da de 90 para trás simplesmente tem que ser buscado na própria edição impressa. É aí que outra dificuldade se impõe com relação ao acervo.

Não há muitas opções para se encontrar esse material impresso. Ou se recorre aos acervos dos próprios veículos e aí paga-se uma quantia pela simples pesquisa/acesso às dependências desses acervos. Ou então, recorre-se à Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde encontramos à disposição dos pesquisadores grande parte das publicações jornalísticas do país desde os seus primórdios. Mas por que então chamamos de precário

os acervos brasileiros se é possível a localização desse material? Justamente porque em outros países, aí notadamente, nos EUA, esses jornais antigos já foram digitalizados e são disponibilizados ao público, o que possibilita a busca digital do material publicado relacionado a determinados temas.

Aqui no Brasil, pelo contrário, todo esse período anterior à década de 90 tem que ser pesquisado, trabalhado, manualmente. Ou seja, se estamos em busca de matérias relacionadas ao tema deficiência, é preciso manusear todas as edições, página por página, em busca desse material. Assim, gera-se um trabalho de clipagem manual inexistente em outros lugares e mesmo aqui no Brasil, no caso do material posterior a meados dos anos 90. Enfim, é uma etapa a mais que se coloca para qualquer pesquisa brasileira que envolva material jornalístico anterior ao período digitalizado, e uma etapa bastante trabalhosa, que acaba por aumentar substancialmente o período de desenvolvimento das pesquisas.

Já temos iniciativas que indicam que essa realidade pode se modificar em breve. A Veja começou a disponibilizar na Internet, no início de 2009, como ação de comemoração pelos 50 anos da revista, todas as suas edições na íntegra, desde 1968, quando ela é lançada. A digitalização da revista permite então que se faça a busca por palavras-chave em todo o conteúdo da publicação, o que facilita sobremaneira pesquisas que trabalhem com análises a longo prazo. Porém, a iniciativa da Veja ainda é isolada. Jornais de grande circulação do país, como *O Globo* e *Folha de São Paulo* ainda não disponibilizam digitalmente material anterior à década de 90.

Depois de explicitado o primeiro desafio a se enfrentar ao fazer pesquisa a longo prazo, passemos ao segundo: a definição da amostra. Essa dificuldade, certamente, está presente em qualquer pesquisa. Ela apenas se agudiza quando da análise a longo prazo porque é preciso definir uma amostra que seja representativa, mas também executável no período disponível para desenvolvimento do trabalho. E, com a existência do problema indicado acima, relacionado aos acervos, é preciso mencionar que essa etapa torna-se bastante complexa. Explicaremos mais detidamente o recorte de nosso *corpus* na sequência, mas por ora ressaltamos que definir uma amostra representativa muitas vezes é uma tarefa estatística. Todavia, quando não se tem em mãos o universo total de material passível de análise, ou seja, todas as matérias sobre determinado tema publicadas naquele período de tempo da análise, a situação se complica. E é justamente isto que ocorre quando se analisa material que não está disponível digitalmente.

Quando se tem à disposição a busca digital por palavras-chave, a amostragem pode ser encontrada através de uma porcentagem específica que represente todo aquele universo de

matérias encontradas. Porém, no caso de material que necessite de clipagem manual e cuja pesquisa tem período relativamente curto de duração, torna-se tarefa irrealizável consultar todas as edições, página a página, para descobrir o total de matérias publicadas e aí sim definir uma amostra percentual. Ou seja, pesquisas que têm natureza parecida com a deste trabalho precisam buscar soluções compatíveis com os dois problemas apresentados. É preciso levar em conta que o acesso aos materiais anteriores à década de 90 é difícil e, mesmo quando se encontra tal material, seu manuseio e a localização das notícias são tarefas que demandam bastante tempo para serem realizadas. E, além disso, a solução que muitas vezes é encontrada para a amostragem em pesquisas a longo prazo, o recorte estatístico de porcentagem representativa, também não pode ser utilizado, tendo em vista que se desconhece o universo total de matérias publicadas no período escolhido.

Enfim, postas tais dificuldades, resta-nos então apresentar as soluções encontradas. É o que tentaremos fazer neste capítulo. Explicitaremos nossas escolhas empíricas, a partir das dificuldades expostas, e também detalharemos como realizamos a etapa imediatamente posterior à coleta do material: a codificação. Esse processo tem relação direta com o conteúdo do material encontrado, já que, no nosso caso, optamos por construir o *codebook* da pesquisa a partir dos próprios dados coletados.

4.1 Recorte temporal e definição do *corpus*

Nossa amostra empírica será formada por notícias publicadas nos dois jornais impressos brasileiros de maior tiragem, a *Folha de São Paulo* e *O Globo*, por dois motivos. Primeiro, baseamo-nos no que afirmam Nisbet e Hume (2006) quando optam por analisar a cobertura dada pelo *New York Times* e o *Washington Post* para a temática da biotecnologia: focar o estudo numa espécie de “elite” dos jornais nacionais tem sentido tendo em vista o fato de que as histórias tendem a se espalhar verticalmente, em uma hierarquia de notícias, com editores em nível regional frequentemente se submetendo a esses jornais de “elite” e aos canais de notícias, que estabelecem a agenda midiática. Ou seja, é prática comum nas redações, inclusive no Brasil, a consulta aos principais jornais impressos do país, que acabam por orientar a cobertura de outros veículos, logo, eles dizem de uma “cultura geral de notícias”.

O segundo motivo está relacionado ao fato de os jornais de grande circulação do país integrarem o acervo da Fundação Biblioteca Nacional, e, desta forma, torna-se possível a

recuperação das edições mais antigas dos jornais escolhidos¹. Logicamente, não devemos esquecer o detalhe já apresentado na abertura do capítulo: esse material mais antigo está disponível em microfilmes e terá de ser consultado, página por página, para serem encontradas as matérias relacionadas ao tema do trabalho.

Também faz parte de nossa amostra uma revista semanal informativa, no caso, a *Veja*. Além de ser a revista de maior tiragem do país, a *Veja* é, entre as revistas que atualmente estão em circulação no Brasil no mesmo formato, a mais antiga. Além disso, como já indicado acima, no início de 2009, ela passou a disponibilizar em seu site o acesso completo a todas as edições da publicação, tornando-se, assim, a primeira a digitalizar todo o seu acervo, o que facilita a coleta do material de análise, já que no caso da *Veja* não será necessário utilizar a clipagem manual em nenhum período na amostra.

Com relação ao recorte temporal, optamos por tentar resgatar a história dos conceitos associados à idéia da deficiência, a partir do momento em que a questão passa a ser tematizada publicamente no Brasil. Desta forma, como indicamos acima, nossa análise se estenderá de 1960 – início da década que a bibliografia sobre a questão diz se tratar do período em que começa a tematização pública do assunto – até o ano de 2008. Esse período será completamente coberto pelo jornal *O Globo*, cuja primeira edição é da década de 20 e também pela *Folha de São Paulo*. A revista *Veja* entra na pesquisa a partir do ano de 1968, quando ela é lançada. Porém, seria impossível realizar nossa pesquisa através da seleção de todas as notícias publicadas ao longo de 48 anos acerca da temática deficiência. Sendo assim, passemos então à definição mais fina do recorte temporal, ou à forma exata como iremos definir uma amostra representativa desse período. Indicaremos também como chegamos à escolha de um formato específico de seleção.

4.1.1 *Amostra representativa: analisando uma questão não controversa*

Uma primeira opção para delinear a amostra, que inclusive é muito utilizada pelos estudos de enquadramento, é recortar uma porcentagem estatisticamente representativa no universo de notícias encontrado sobre o tema em questão, no recorte temporal definido. Todavia, esses estudos, muitos realizados nos EUA, podem contar, conforme já mencionamos, com esses acervos digitalizados dos jornais norte-americanos, que já foram catalogados desde a década de 70 e propiciam a busca digital por palavras-chave – a

¹Outra publicação que, inicialmente, aventou-se a possibilidade de fazer parte da amostra seria o *Jornal do Brasil*, dada sua importância no contexto brasileiro nas décadas de 70 e 80. Todavia, a Biblioteca Nacional não possui o acervo completo desta publicação, sendo, por isso, descartada a possibilidade.

plataforma *NexisLexis* citada acima.

A partir de 1994, no caso da *Folha de São Paulo*, e de 1997, no caso de *O Globo*, temos o material desses jornais digitalizados e disponíveis na internet. A *Veja* é a única da amostra que, recentemente, digitalizou seu acervo, porém, sua publicação é semanal e não cobre exatamente todo o período escolhido. Dessa forma, torna-se inviável trabalhar com porcentagens representativas do todo, já que o clipping das matérias sobre deficiência neste período em que não há a digitalização dos conteúdos teria de ser feito manualmente². Conforme indicamos acima, seria um trabalho volumoso e demorado e, por isso, de impossível realização no período de 24 meses.

Uma segunda opção de amostra seria buscar por momentos-chave, como a publicação de leis referentes ao assunto ou eventos notórios, neste período de 48 anos, para viabilizar a pesquisa. Essa é inclusive outra opção recorrente nos estudos sobre os enquadramentos – Gamson e Modigliani (1989), por exemplo, utilizam-se dessa estratégia. Porém, esta opção teve de ser descartada. Primeiro, ao fazermos uma primeira busca no material que foi digitalizado da *Folha de São Paulo* e que compreende o período de 1994 a 2008, não encontramos ocorrências das regulamentações referentes à deficiência. Foram buscadas notícias sobre os decretos, resoluções e declarações nacionais e internacionais mais citados pela bibliografia que trata da deficiência, publicados entre 1994 e 2008. Neste período, a única regulamentação que possui ocorrências é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trata da educação especial, mas não é uma regulamentação específica da temática da deficiência.

Com relação a episódios notórios, a temática da deficiência não é como o tema do poder nuclear, que tem datas marcantes em sua história, quando a controvérsia ganha grande notoriedade. É difícil de estabelecer, no caso da deficiência, os “ciclos de atenção da questão” (DOWNS, 1972). A temática se desenvolve quase que como uma “não controvérsia”, já que não há, aparentemente, lados opostos. Como dito em outra ocasião, a temática, ainda que tenha visibilidade, não pode ser facilmente dividida, por exemplo, em “mocinhos” e “vilões” ou, aqueles que são a favor da inclusão e os que são contra (COSTA, 2008). Os constrangimentos da publicidade impedem que alguns atores venham à público e exponham suas opiniões. Assim, os enquadramentos são ainda mais implícitos.

Poderíamos identificar esses episódios notórios se tivéssemos acesso a todas as notícias

²Levando-se em conta que cada jornal tem 365 edições por ano e que são dois periódicos, teríamos que fazer a clipagem de cerca de 12.410 edições da *Folha de São Paulo* – período entre 1960 e 1994 – e de 13.505 de *O Globo* – período entre 1960 e 1997 – para recortarmos uma porcentagem no universo total de notícias. Logo, não há como optarmos pela tipo de coleta que tem sido utilizada em estudos conduzidos nos EUA.

do período da amostra. Assim, seria possível notar os picos e então delinear a pesquisa a partir disso. Muitos estudos, sobretudo aqueles feitos nos EUA ou sobre jornais estadunidenses, podem desenhar a pesquisa dessa forma, já que através da plataforma *LexisNexis* eles conseguem ter acesso às publicações de diversos veículos impressos digitalizadas. Porém, no Brasil, não temos essa ferramenta. Sendo assim, esta alternativa teve de ser descartada³.

Então, tivemos de recortar o *corpus* de forma que a amostra desse a ver o que buscamos, mas também o recortamos para viabilizar nosso estudo. Optamos por selecionar alguns anos desse período de 48 anos para tentarmos delinear essas transformações nos entendimentos coletivos sobre a temática. Dividimos o *corpus* em períodos de intervalo de oito anos e fizemos a clipagem de dois meses dos respectivos jornais e do ano inteiro da revista em cada um desses anos. É preciso ressaltar aqui que a escolha por esse intervalo de 8 anos entre os anos selecionados levou em conta o número de exemplares para se fazer a clipagem manual. Com a escolha, cinco dos sete anos selecionados têm o acervo não digitalizado, o que totaliza vinte meses de jornais, já que trabalhamos com duas publicações, cerca de 600 edições que foram clipadas manualmente para posteriormente serem analisadas as matérias encontradas.

Enfim, os anos selecionados são: 1960, 1968, 1976, 1984, 1992, 2000 e 2008. A escolha pelos meses será feita de forma a compor um ano e dois meses, começando pelos meses de julho e agosto em 1960 (edições que estão em bom estado de conservação no acervo da Biblioteca Nacional). Dessa forma, a amostra dos jornais será composta pelos seguintes meses dos seguintes anos:

- 1960 (julho e agosto);
- 1968 (setembro e outubro);
- 1976 (novembro e dezembro)⁴;

³Cabe indicar aqui que o fornecimento das opções não escolhidas tem como intuito demonstrar as dificuldades encontradas para se realizar uma pesquisa a longo prazo no Brasil. As adaptações são apostas que se devem às necessidades impostas pela própria natureza do estudo. O objetivo é clarear o caminho para que possíveis futuros trabalhos nesta mesma direção possam ser desenhados tendo por base essas dificuldades.

⁴Tivemos problemas com parte da amostra de *O Globo* de 1º a 15 de novembro de 1976. Esse material constava do banco de dados da Biblioteca Nacional como parte do acervo microfilmado. Contudo, após a definição do recorte da pesquisa, reprodução de todo o restante do material não digitalizado pela Biblioteca Nacional e envio para Belo Horizonte, que os profissionais da instituição identificaram um problema com relação ao rolo de microfilme correspondente a este período. Devido à nossa limitação de tempo e o prazo pedido pela Biblioteca Nacional para reproduzir este período de 15 dias diretamente dos originais, o retiramos da amostra.

- 1984 (janeiro e fevereiro);
- 1992 (março e abril);
- 2000 (maio e junho);
- 2008 (julho e agosto).

A revista *Veja* foi tomada inteiramente, já que em seu site ela disponibiliza uma ferramenta de busca por palavras-chave, o que torna possível a seleção de todas as edições desses mesmos anos. Sendo assim, podemos dividir o material em uma parte que estava digitalizada e a que não estava⁵. Para facilitar a compreensão, ficou assim a divisão:

1. Material não digitalizado:
 - *Folha de São Paulo*: 1960; 1968; 1976; 1984 e 1992.
 - *O Globo*: 1960; 1968; 1976; 1984 e 1992.
2. Material digitalizado:
 - *Folha de São Paulo*: 2000 e 2008.
 - *O Globo*: 2000 e 2008.
 - *Veja*: 1968; 1976; 1984; 1992; 2000; 2008.

Com relação aos jornais, a seleção foi testada, num primeiro momento, em uma coleta/clipagem piloto para verificarmos se dessa forma seria possível encontrarmos notícias sobre a questão. Ela se mostrou adequada, pois encontramos 47 matérias em dois meses de jornais da *Folha de São Paulo*, de 1960.

Agora que já definimos nosso recorte temporal e a forma como a amostra representativa será composta, passemos então à forma como foi feita a clipagem manual, o que foi lido e o que não foi lido, os detalhes que nortearam a seleção de determinadas notícias e não de outras, e também como foi executada a busca no material digitalizado.

4.1.2 *Detalhamento da clipagem manual e da busca por palavras-chave*

Feita a coleta/clipagem piloto, prosseguimos então com a coleta completa do material não digitalizado. Foram clipados manualmente cerca de 600 edições de jornal, o que

⁵A partir de agora, quando formos mencionar o material anterior a 1992 da *Folha de São Paulo* e de *O Globo*, utilizaremos a expressão “material não digitalizado”. Para o conteúdo de *Veja* de todos os anos e da *Folha de São Paulo* e *O Globo* a partir de 2000, utilizaremos a expressão “material digitalizado”

totalizou aproximadamente de 25 mil páginas. Nesse material é preciso ressaltar o método de coleta: foram lidos todos os títulos e subtítulos das matérias e títulos e subtítulos de subseções das matérias. Quando o título e subtítulo não eram o bastante para a identificação da notícia como dizendo respeito ao tema deficiência, foram lidos os *leads*. Em algumas notícias, apenas com a leitura do título e do subtítulo era possível descartá-la⁶. Em outras notícias, era necessário ler o *lead* porque o título em si não explicava claramente sobre o que se referia a matéria⁷. Além dos títulos, subtítulos, títulos de subseções e *leads* também lemos legendas e destaques das notícias, como “olhos” e “boxes”. Logicamente, quando o título indicava a possibilidade da matéria falar sobre a temática, líamos o *lead* e os primeiros parágrafos de subseções para nos certificarmos da pertinência da notícia.

É também preciso ressaltar que estávamos em busca de matérias que tratassem centralmente da questão da deficiência ou sobre uma pessoa com deficiência ou, ainda, sobre um assunto em que a deficiência ou as pessoas com deficiência estivessem diretamente implicadas. O que queremos dizer com isso? Por exemplo, nos anos mais recentes encontramos matérias que falavam sobre o debate acerca da liberação das pesquisas com células-tronco no Brasil. O tema central no caso não era a deficiência, mas quando a matéria falava no primeiro parágrafo sobre as pessoas com deficiência e o envolvimento delas na discussão, ou quando colocava o assunto em destaque em um box ou mesmo numa subseção, a matéria era selecionada para compor o *corpus*, já que nesse caso era possível identificar claramente os itens que indicamos para compor nossos operadores analíticos. Nestes casos, mesmo que o foco da matéria não fosse a questão da deficiência, o nosso foco na análise era a forma como a questão da deficiência era tratada. Então, no caso do elemento de *frame* que chamamos de *solução*, analisamos, nessas matérias, o tipo de solução proposta para o problema da deficiência e não sobre a solução acerca do tema central da notícia. Ou seja, esses textos não foram ignorados porque era possível extrair deles enquadramentos sobre a questão da deficiência. É relevante mencionar que a minoria das matérias selecionadas constituem esse tipo de notícia.

Além disso, também optamos por retirar do *corpus* aquelas notícias que tinham menos de dois parágrafos ou menos de 100 palavras, no caso de notas extensas que não se subdividiavam em parágrafos apesar de trazerem muitas informações sobre a questão. Dessa

⁶Como exemplos podemos citar as seguintes matérias: “Com o Presidente a Solução Sobre o Equipamento do Porta-aviões ‘Minas Gerais’”, publicada em *O Globo*, em 04 de julho de 1960 (p. 3); ou ainda “Diante da polícia pulou a janela e fugiu de pijama”, publicada também em *O Globo*, no mesmo dia (p. 4).

⁷Como, por exemplo, o texto “Reparo às injustiças”, também publicado em *O Globo*, no dia 04 de julho de 1960.

forma, as notícias foram analisadas se tinham ao menos dois parágrafos. Aquelas que não tinham, calculávamos então o número de palavras. As que tinham mais de 100 eram adicionadas à amostra. As com menos, eram ignoradas. Neste caso, cabe indicar que essa escolha de seleção de matérias que tivessem ao menos dois parágrafos ou 100 palavras se deu aleatoriamente, mas com o intuito de manter no *corpus* aquelas notícias mais extensas e que fornecem mais indícios para a codificação.

Também retiramos da amostra determinados cadernos especiais das edições não digitalizadas. Isso porque todo o material de análise estava microfilmado e, no caso de algumas partes específicas dos jornais, o material foi microfilmado na posição invertida da página, o que dificultava a leitura desses trechos. Para exemplificar, é como uma imagem, uma fotografia, que visualizamos no computador e está virada de lado, na posição horizontal, sendo que a fotografia foi retirada na posição vertical. Nos programas de visualização de fotografias, podemos dar um comando, apertar um botão e girar a foto para a vemos na posição correta, o que não é possível em uma máquina de visualização de microfilme. Sendo assim, foram retirados da clipagem os suplementos infantis e agropecuários.

Também foram retiradas da clipagem determinadas seções que demandavam um trabalho demorado e que não teriam notícias que excederiam a regra do mínimo de 100 palavras ou dois parágrafos. São elas: agendas de cinema e teatro (notícias da seção de cultura foram clipadas); seções que continham notas sobre acontecimentos que tinham ocorrido naquela mesma data no passado; horóscopos; páginas de proclames de casamentos ou de notas sobre aniversariantes; ou seções cômicas, com piadas etc. Também foram retiradas seções que não se tratavam de jornalismo, que é o foco de nossa análise, como folhetins ou outros tipos de textos literários. Por fim, também não clipamos especificamente uma seção bastante comum nos jornais das décadas de 60 e 70 e que depois caiu em desuso: a sobre turfe.

Resumidamente, retiramos na clipagem todas aquelas seções e cadernos que demandariam esforço e tempo em vão e também aquelas em que não encontraríamos notícias que cumpriam o requisito referente ao tamanho que criamos para a definição da amostra e nem o requisito de se tratar de jornalismo.

Com relação ao material digitalizado da amostra, as regras referentes ao tamanho e a necessidade de se tratar de jornalismo continuaram valendo. A diferença é que, ao invés de lermos os títulos, subtítulos e informações em destaque de todas as notícias, apenas confirmávamos se as matérias encontradas a partir das palavras-chave selecionadas através da busca digital efetivamente eram matérias em que o tema deficiência era centralmente

abordado ou não. Aquelas que abordavam centralmente ou que discutiam algum aspecto da deficiência ou de pessoas com deficiência que estava diretamente ligado ao assunto em pauta, como no caso da questão da liberação de pesquisas com células-tronco, eram selecionadas. As que apresentavam algum dos termos utilizados na busca mas de forma homônima, como no caso na própria palavra “deficiência”, que é utilizada com outros sentidos, eram ignoradas.

A listagem de palavras-chave utilizadas na busca digital foi construída a partir da clipagem manual do material não digitalizado, que foi feita anteriormente, e também a partir dos termos encontrados na bibliografia sobre o assunto. Como abordamos de forma ampla a deficiência, a lista foi composta por nomenclaturas e termos utilizados para se referir a todos os tipos de deficiência⁸. Foram buscados 155 termos diferentes, já que existe uma multiplicidade de formas de se mencionar a questão.

Sendo assim, chegamos a um total de 364 matérias, assim distribuídas:

Ano/Publicação	O Globo	FSP	Veja	Total por ano
1960	41	47	x	88
1968	32	17	1	50
1976	12	27	8	47
1984	17	14	6	37
1992	17	9	3	29
2000	25	18	5	48
2008	26	24	15	65
Total				364

Tabela 4: Número de notícias que compõem a amostra retiradas de cada publicação.

Como é perceptível, o número de notícias sobre o assunto é maior nos extremos do período selecionado (1960, 1968 e 2008). Os anos intermediários são os que concentram um menor número de matérias. Entretanto, mesmo no ano de 1992, quando temos a menor quantidade de textos, ainda assim é um número razoável e que possibilita o agrupamento a partir das características. Passemos então à codificação do material.

4.2 Codificação: elementos de *frame* e suas variáveis

Como já indicamos no capítulo anterior, nossa análise será feita a partir de operadores analíticos que são os elementos constitutivos dos *frames*. Esses dispositivos que formam o pacote interpretativo foram indicados a partir da opção conceitual feita neste trabalho.

⁸Ver listagem com os termos nos apêndices.

Eles conjugam os indicadores criados por Gamson e Lasch (1980) e retrabalhados por Gamson e Modigliani (1989) e também outros extraídos de Entman (1993, 2004). São esses elementos que, conjuntamente, irão nos apontar os enquadramentos presentes em cada tempo histórico.

Como também já mencionamos, as variáveis que servirão de base para esse cruzamento de dados ou, no caso, o agrupamento das notícias, foram criadas a partir da própria codificação das notícias. Os diversos elementos dos enquadramentos, nomeados na seção 3.1.1 (p. 81), que juntos formam os pacotes interpretativos, foram identificados a partir de repetidas leituras das matérias e deram origem a diferentes *codebooks*, até finalmente chegarmos a um *codebook* final. Neste *codebook* final, as diferentes ocorrências de cada um dos dispositivos foram aglutinadas de forma a permitir a análise comparativa entre os diferentes *frames*.

O que isso quer dizer? Por exemplo, o dispositivo *julgamentos morais* foi sendo construído a partir dos dados obtidos nas notícias. Numa primeira lista de códigos, figuravam 48 tipos distintos de julgamentos morais, que foram surgindo matéria a matéria. Posteriormente, essas 48 variáveis se transformaram em 12. Isso foi possível através da junção de diferentes variáveis que acabavam indicando coisas parecidas. Por exemplo, várias notícias indicavam uma relação entre pessoa com deficiência e sofrimento, ou angústia, aflição, ou mesmo inferioridade, incapacidade, enfim, todas características ou julgamentos negativos acerca da deficiência e das pessoas com deficiência. Eles foram assim agrupados em um mesmo julgamento moral, em que a pessoa com deficiência ou a deficiência são associadas a julgamento, sentimento ou característica negativa.

É importante ressaltar que, em muitos momentos, não foi possível a redução acentuada das variáveis, já que elas não podiam ser unidas por se tratarem de coisas absolutamente distintas. Entretanto, é fundamental dizer que aquelas variáveis que não tiveram a recorrência de, ao menos, 5% em cada ano de análise, foram desconsideradas pelo software no agrupamento das notícias – essa mesma recorrência mínima foi utilizada por Matthes e Kohring (2008). Sendo assim, quando algumas variáveis não podiam ser agrupadas para aumentar a reicindência e, desta forma, elas se tornarem dados relevantes para o agrupamento, elas permaneciam separadas e, então, quando do cruzamento dos dados, elas eram desconsideradas como elementos dispensáveis para a definição dos enquadramentos.

Sendo mais clara, a aglomeração de algumas variáveis em uma só beneficia a análise tendo em vista que torna aquela característica mais relevante e determinante para a definição dos grupos de notícias, uma vez que ela passa a ter maior recorrência. Porém, se

a junção não faz sentido, é preferível deixar a variável como mais uma opção no *codebook* porque a existência de algumas variáveis sem grande recorrência não afeta o resultado dos agrupamentos. Isso porque tudo aquilo que não tivesse recorrência de ao menos 5% em cada ano da análise não era considerado como característica relevante para a definição dos enquadramentos e, por isso mesmo, era descartado pelo software.

Ao final, cada um dos elementos de *frame* teve o seguinte número de variáveis⁹:

Elemento	Número de variáveis
Exemplos	36
Slogans	34
Termos	11
Atores	21
Subtópicos	18
Rubrica	18
Causas	15
Soluções	19
Julgamentos Morais	12

Tabela 5: Número de variáveis em cada elemento dos enquadramentos.

Chamamos a atenção nesta tabela para a ausência de dois elementos que havíamos indicado como definidores dos enquadramentos: as *metáforas* e as *imagens*. No caso do primeiro dispositivo, *metáforas*, criado por Gamson e Lasch (1980) e retrabalhado por Gamson e Modigliani (1989), ele fez parte das fichas de codificação das notícias, entretanto, em função da baixa recorrência, o retiramos do cruzamento dos dados. Uma explicação para tal resultado que pode ser buscada inclusive nos próprios trabalhos de Gamson e Lasch (1980) e Gamson e Modigliani (1989) é o fato de não ser característica do texto jornalístico a utilização recorrente de metáforas. Nos trabalhos de Gamson e Lasch (1980) e Gamson e Modigliani (1989), a fonte principal de análise de metáforas são os *cartoons*, material que fez parte da análise de ambos os trabalhos e não deste. Os autores afirmam inclusive que os *cartoons* políticos são uma rica fonte de metáforas e que eles as utilizam para ilustrar os pacotes interpretativos (GAMSON; LASCH, 1980). A existência ínfima de metáforas nas notícias analisadas aponta para uma utilidade distinta deste elemento nas pesquisas de Gamson e Lasch (1980) e Gamson e Modigliani (1989) e nesta. Este dispositivo pode ser acionado com frequência em charges, tiras cômicas etc., porém o mesmo não ocorre em textos de cunho jornalístico. Daí o motivo da retirada de tal elemento de nosso quadro operacional.

⁹Para a lista completa de variáveis, verificar os apêndices. As variáveis principais, que tiveram relevância no agrupamento dos dados, serão apresentadas à frente, quando da análise dos enquadramentos.

Com relação ao elemento *imagens*, ele foi retirado da análise porque tivemos problemas com relação a uma parte do período digitalizado da amostra. Um das publicações – *O Globo* – não oferece em seu banco de dados digital as imagens que acompanham as notícias do período digitalizado. Por isso, optamos por retirar tal dispositivo de *frame* de nossa análise, já que em parte da amostra não se poderia codificar a presença ou não de determinadas imagens. Enfim, os elementos de *frame* que fizeram efetivamente parte de nossa análise então são: exemplos, slogans, termos, atores, subtópicos, rubrica, causas, soluções e julgamentos morais.

É preciso esclarecer que em cada um desses elementos mais de uma variável poderia figurar, assim como nenhuma poderia se aplicar. Não necessariamente uma notícia aponta claramente uma causa para o problema da deficiência ou uma solução. Algumas matérias não tinham julgamentos morais ou exemplos, etc. Já em outras, eram utilizados dois exemplos, mais de um slogan, várias causas e soluções era apontadas. Enfim, sempre que se fazia claro no texto que existiam mais de uma variável de um mesmo elemento presente, ambas eram marcadas na ficha de codificação.

Ainda com relação à codificação, além da possibilidade de mais de uma marcação por elemento na ficha, é necessário ressaltar que dois dispositivos eram obrigatoriamente preenchidos por apenas uma variável: rubrica e subtópico. Isso porque a rubrica de uma notícia necessariamente era apenas uma, aquela indicada pela seção do jornal onde encontrávamos a matéria. Já o subtópico diz do subtema, do assunto em si que a matéria abordava. Optamos pela indicação de apenas um subtópico pela relevância deste elemento para a definição dos *frames*. Além disso, essa opção levou em conta que a tarefa de definir exatamente uma variável mais importante era mais clara na análise dos *subtópicos* do que na análise das *causas* e *soluções* – os três elementos que se mostrarão, a seguir, os mais reveladores dos pacotes interpretativos. Ou seja, tínhamos três elementos que se mostravam bastante relevantes para a identificação de padrões interpretativos das notícias. No caso das causas e soluções, a indicação de uma variável mais importante entre, por exemplo, cinco apontadas em uma matéria, era uma tarefa que se tornava por demais subjetiva e que fugia ao nosso objetivo de tornar a codificação o mais objetiva possível. Com relação aos subtópicos, era possível delinear claramente o assunto da notícia e, quando ela tratava de mais de um assunto, era mais explícito nas notícias qual o assunto principal dos outros secundários.

A opção por definir apenas um subtópico auxiliou também no agrupamento das notícias pois se tornava mais saliente para o software que aquelas notícias com aqueles

subtópicos específicos eram semelhantes. Quando apontamos mais de uma variável para um mesmo elemento, a diferenciação entre uma notícia e as demais torna-se mais tênue e pode dificultar o cruzamento dos dados. Isso porque o agrupamento das notícias segue uma lógica de proximidade entre um mesmo grupo, mas também esse agrupamento é feito buscando grupos o mais distintos uns dos outros. Sendo assim, foi feita a opção por obrigatoriamente um dos elementos mais relevantes para a definição dos enquadramentos, no caso, o *subtópico*, conter apenas uma marcação de variável. Ainda com relação ao dispositivo *subtópico*, é preciso mencionar que ele era o único elemento obrigatoriamente preenchido em todas as notícias, já que uma matéria pode não conter exemplos, slogans, falas de atores sociais, rubrica (os jornais mais antigos não criavam muitas subdivisões no conteúdo), entre outros elementos, mas nenhuma notícia não tem assunto. Todo texto tem um tema específico, por isso esse elemento se aplicava a todo o material de análise.

Ainda com relação à codificação, é preciso mencionar que nossa unidade de análise foi a notícia. Vários trabalhos têm apontado a utilidade de se fazer análises baseadas em outras unidades, como o parágrafo, já que assim é possível captar a pluralidade interna de um mesmo texto, que poderia ter mais de um enquadramento. Porém, devido à extensão de nosso *corpus*, tornou-se tarefa irrealizável a análise do material de outra forma que não tendo como unidade de análise a notícia. Tentamos solucionar parcialmente este problema da possibilidade de uma multiplicidade de enquadramentos dentro de uma só notícia justamente com a possibilidade de mais de uma marcação de variáveis em vários elementos. Sendo assim, uma mesma notícia poderia apontar duas distintas causas e duas distintas soluções, por exemplo. Porém, este problema foi apenas parcialmente solucionado. Isso porque mesmo com a codificação de mais de uma variável em um elemento específico, ainda assim, ao final, a matéria se encaixava em um grupo específico. Ou seja, ela teria um enquadramento apenas.

Cabe também ressaltar aqui, no elemento *atores*, que não consideramos como fala dos atores sociais apenas aqueles trechos caracterizados pelo uso de aspas. Muitos trabalhos indicam a participação de fontes específicas em uma notícia jornalística através da fala utilizada entre aspas, a citação direta. Porém, optamos por também considerar a presença de um ator social quando o texto faz uso das seguintes expressões: “segundo fulano de tal”; “de acordo com ciclano”; “conforme palavras de tal pessoa”; e “ciclano afirmou que” ou “disse que”. Isso porque a utilização da citação direta, entre aspas, tem muita relação com o estilo de redação de cada jornalista ou mesmo de cada época histórica. Muitas vezes, em uma notícia curta, o jornalista pode optar pela citação indireta – “segundo fulano” – para mencionar uma fala proferida por uma determinada fonte. E, se não considerásse-

mos essas inserções indiretas, muitas participações de determinados atores sociais seriam descartadas. Portanto, faz-se necessária essa ressalva, de que foram consideradas tanto citações diretas quanto aquelas indiretas.

Também é preciso mencionar que fizemos um teste de confiabilidade da codificação da amostra em 10% dos textos. Este teste analisa a codificação feita por dois ou mais codificadores para perceber o nível de concordância entre eles. Alcançamos o índice de 0.70 de concordância, na codificação feita conjuntamente com um codificador externo.

Por fim, devemos ressaltar que um dos elementos, o *termos*, não seguiu exatamente a mesma regra de criação do *codebook* a partir de todas as ocorrências encontradas na amostra. Vejamos nossa lista de variáveis para a categoria *termos*:

1. Termos que indicam inutilidade (inválido | incapacitado | incapaz | aleijado);
2. Termos pejorativos (mongol | mongolóide | mongolismo | ceguinho | mudinho | surdinho | retardo mental | retardado | pernetá);
3. Termos promovidos por movimentos sociais (pessoa deficiente | pessoa portadora de deficiência | portador de deficiência | pessoa com deficiência | atleta deficiente | criança deficiente | pessoa com paralisia cerebral);
4. Termos que remetem à pessoa com deficiência como vítima, o que gera um sentimento de piedade (pessoa confinada | presa | condenada à cadeira de rodas ou às trevas etc. | sofrer de paralisia | privado de andar | atacado de surdez etc.);
5. Termos promovidos em documentos legais (pessoas com necessidades especiais | pessoas especiais | portadores de necessidades especiais | portadores de direitos especiais);
6. Termos promovidos pelo campo da educação (excepcional | criança excepcional);
7. Termos oriundos do campo do trabalho (PPD);
8. Termos técnicos ou oriundos da medicina (deficiência visual parcial, auditiva parcial | baixa visão | visão subnormal | paraplégico | tetraplégico | hemiplégico | amputado | triplégia | surdez | cegueira | débil | débil mental | imbecil | idiota | oligofrenia | anomalia | malformações | deformidade | atrofia | perda de audição | lesão medular | deficiência | criança trissômica | problema auditivo etc.) ;
9. Termos errôneos, a qualquer tempo, do ponto de vista dos movimentos sociais e estudiosos do assunto (surdo-mudo | doença ou doente);

10. Termos que focam a deficiência em si e não a incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência (defeituoso | deficiente | defeito);
11. Termos adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência (surdo | cego | cadeirante | pessoa surda | pessoa cega).

A dinâmica de criação do *codebook* seguiu uma linha distinta com relação à essa categoria pelo seguinte: numa primeira leitura, registramos todos os termos encontrados e, então, a partir da revisão de bibliografia específica sobre deficiência, criamos uma lista de códigos para este elemento. Mas uma lista que não englobava *exatamente* todos os termos encontrados no material empírico, mas sim apenas aqueles que pudessem nos indicar algum dado relevante para a análise. O que queremos dizer com isso? Que sim, a imensa maioria dos termos foi coberto pela lista de 11 categorias de termos que criamos, mas que aqueles poucos termos que não se encaixavam nessas variáveis criadas não traziam informação relevante em termos de enquadramento. Isso porque a categoria *termos* tem como base exatamente a origem do termo e nos auxiliou na definição, por exemplo, de qual campo do conhecimento ou qual área tinha uma determinada prevalência naquele tempo histórico para a definição dos *frames*. Aqueles termos que se desconhece a origem não forneciam elementos que poderiam acrescentar à análise e por isso foram descartados.

Detalhada a forma como foi feito o recorte empírico, a escolha da amostra e a dinâmica da codificação, passemos aos resultados dos agrupamentos e à análise dos dados. No próximo capítulo, apresentaremos os resultados, com a geração dos grupos correspondentes e a definição dos enquadramentos a partir das características das notícias agrupadas.

5 *Agrupando as notícias: resultados empíricos*

Este capítulo apresentará os resultados do agrupamento das notícias realizado a partir dos dados da codificação. Para tal tarefa, optamos por dividir a apresentação e análise dos dados em três distintos eixos analíticos. O primeiro se debruça sobre as transformações nos panoramas de enquadramento ao longo destes 48 anos. Quais enquadramentos são mais recorrentes em cada época e a contextualização dos dados a partir de informações históricas e legais são as discussões que desenvolveremos neste primeiro eixo. O segundo olha para as transformações internas presentes em determinados enquadramentos recorrentes em vários anos. A intenção é perceber se há alguma mudança e, se sim, o que ela nos indica em termos conceituais acerca da noção de *frame*. E, por fim, um terceiro eixo, que olha para os próprios procedimentos metodológicos, realizando uma espécie de meta-análise acerca das opções e apostas feitas neste estudo. O que foi satisfatório e o que não foi, em que medida o trabalho abre novos caminhos ou não para a *frame analysis*, possíveis lacunas e fragilidades do estudo são alguns dos nossos questionamentos neste sentido.

Os resultados serão analisados a partir dos marcos teóricos discutidos neste trabalho, que trata centralmente da própria ideia de *enquadramento* e também de *debate público* e, secundariamente, da noção de *aprendizado social*. Tentaremos lançar mão de exemplos de notícias da amostra para ilustrar os enquadramentos encontrados. O intuito é sim discutir os achados relativos à temática específica deste trabalho, a questão da deficiência, mas também se debruçar num trabalho de meta-análise acerca da própria metodologia empregada. Passemos aos resultados.

5.1 1º Eixo Analítico: Panorama geral de enquadramentos

Antes de iniciarmos a apresentação geral dos enquadramentos encontrados na amostra, é necessário que explicitemos a forma como chegamos ao número de enquadramentos a cada ano. O software utilizado para o manuseio dos dados agrupa as notícias, de acordo com as características apontadas por cada matéria. Esse agrupamento, como indicamos no capítulo anterior, segue uma lógica de reunir matérias com características semelhantes em um mesmo grupo, mas também de criar grupos os mais distintos uns dos outros. Ou seja, não só as características de cada matéria são importantes para a junção desta a outras em um grupo, como também o grau de diferenciação com relação às características das matérias de outros grupos. Sendo assim, o software cria grupos os mais semelhantes internamente e os mais distintos com relação aos outros grupos. Todavia o software não define o número de grupos a ser formado, o que cria um problema, tendo em vista que não sabemos exatamente quantos enquadramentos povoam as notícias da mídia em um determinado ano. E se temos que definir uma quantidade de grupos a ser formado, acabamos por definir o número de enquadramentos que irá aparecer nos resultados de cada ano.

Para solucionarmos tal entrave, optamos, num primeiro cruzamento dos dados, pelo agrupamento em quatro conjuntos de matérias em cada ano. A partir dos resultados encontrados nesta primeira análise, o processo era refeito, aumentando-se o número de grupos ou os reduzindo. Tínhamos como informações para basearmos nossas escolhas em termos de aumentar ou reduzir o número de grupos, a lógica interna dos dados gerados no primeiro cruzamento e também o *background* da leitura e releitura das matérias realizada na etapa de codificação.

Em outras palavras, o primeiro cruzamento dos dados, em que indicamos ao software que agrupasse quatro conjuntos de matérias semelhantes por ano, nos dava indícios da necessidade de mais grupos em um determinado ano ou então da retirada de grupos. Por exemplo, quando o agrupamento gerava um grupo muito pequeno e que não tinha nenhuma das três categorias que mencionamos acima que foram as mais relevantes para a definição dos *frames* (*subtópico*, *causas* e *soluções*) como recorrentes, então tínhamos um indício de que havíamos criado grupos a mais ou tínhamos solicitado ao software que gerasse enquadramentos além dos que efetivamente estavam presentes na amostra. Ou, quando determinado ano gerava dois grupos médios com inúmeras características definidoras, então refazíamos aumentando o número de grupos e, então, verificávamos a

Panorama de enquadramentos

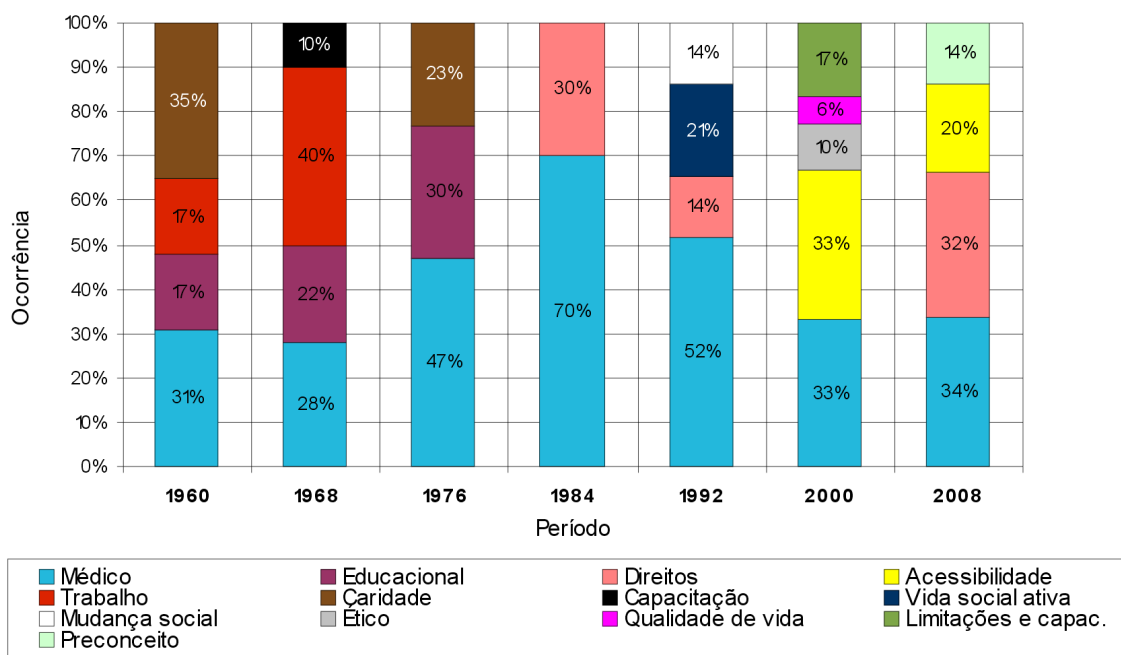


Figura 1: Recorrência de cada enquadramento ano a ano

lógica dos agrupamentos.

Sendo assim, a partir dessas tentativas de redução ou ampliação do número de grupos em cada ano, temos um quadro geral de enquadramentos que tem a formação do gráfico *Panorama de enquadramentos* (Figura 1, p. 105)¹. Apresentamos neste gráfico exatamente os enquadramentos encontrados em cada ano e a porcentagem de recorrência de cada um deles em relação à totalidade de notícias daquele mesmo ano. Na Figura 2 (p. 106), apresentamos a recorrência de cada enquadramento reincidente em mais de um ano da amostra em cada um dos períodos em que eles aparecem.

É preciso dizer que os enquadramentos encontrados são decorrentes dos grupos formados pelo software. Sendo assim, o número de *frames* em cada ano reflete o número de conjuntos que solicitamos ao software que formasse, a partir desse processo de agrupamento e reagrupamento mencionado acima. Assim, cinco *frames* em um ano significam cinco grupos formados no cruzamento dos dados.

¹As porcentagens do gráfico foram arredondadas, por isso a soma dos percentuais pode não dar exatamente 100%.

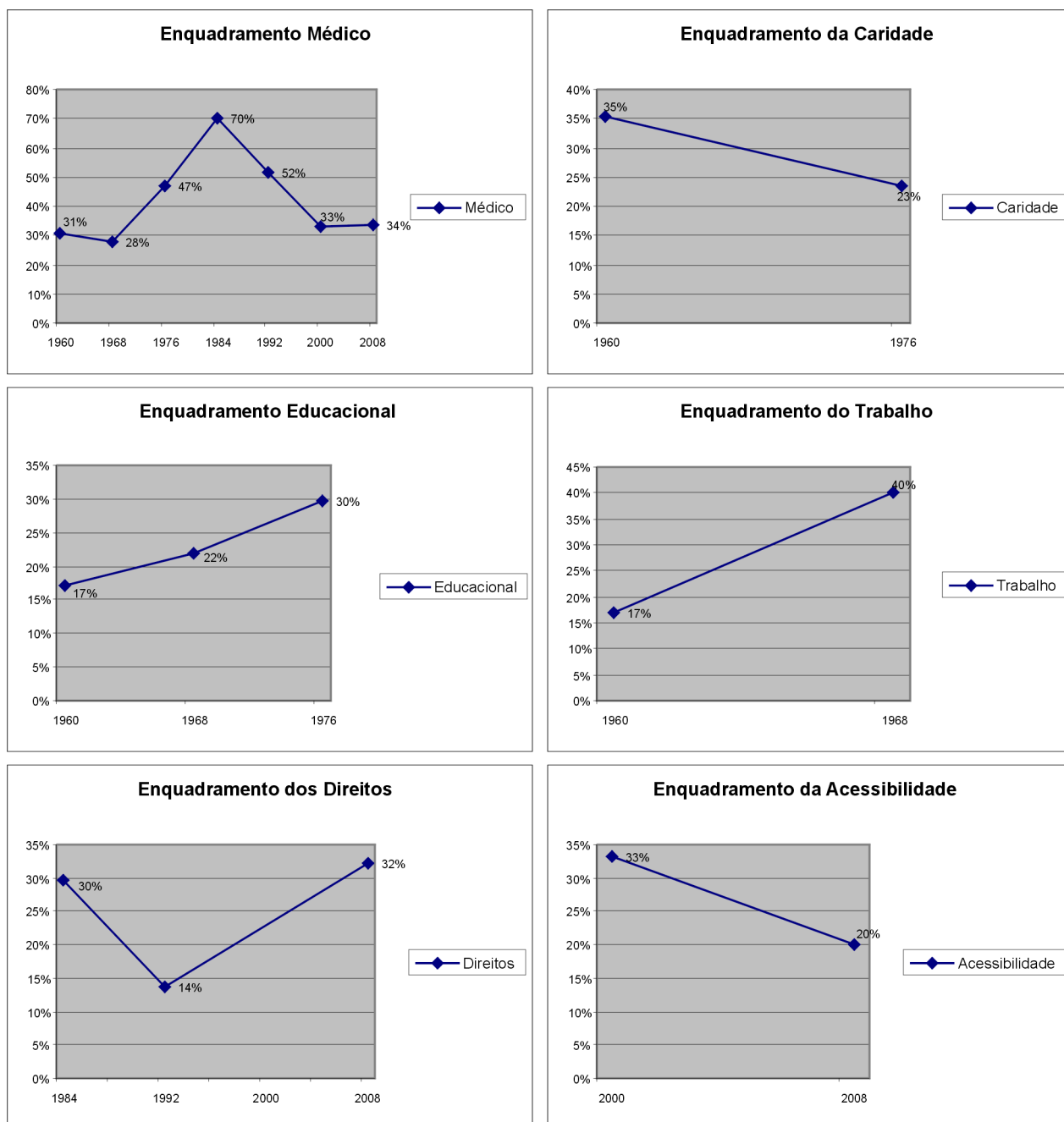


Figura 2: Percentual dos enquadramentos reincidentes em mais de um ano

Os enquadramentos foram apontados a partir das características definidoras de cada grupo. O que isso significa? O software reuniu determinadas matérias em um grupo porque elas continham características em comum, características essas indicadas pelas variáveis dos elementos de *frame* que definimos. Na apresentação que faremos a seguir de todos os enquadramentos encontrados, indicaremos as características responsáveis pelo agrupamento de determinadas notícias de cada grupo em cada ano. Exemplificando, o enquadramento ético foi assim nomeado porque uma série de variáveis, como um tópico específico ou um *slogan* repetidamente utilizado, eram recorrentes entre as matérias reunidas em um grupo no cruzamento dos dados do ano de 2000.

Essa apresentação dos dados será feita a partir dos enquadramentos encontrados nas duas fases que distinguimos no gráfico acima. Como fica bem claro, o período entre 1960 e 1976 é bastante distinto do que vai de 1984 até 2008. A prevalência de determinadas cores no gráfico, que indicam *frames* específicos, ressalta tal diferenciação. Até 1976, o panorama de todos os anos é bem parecido, com as mesmas cores presentes na divisão dos enquadramentos manifestos. Já, a partir de 1984, a composição das linhas de cada ano fica completamente distinta. Novas cores ou novos enquadramentos surgem e o panorama é bastante diferenciado. Por isso, dividimos a *trajetória discursiva mediada* da temática em duas fases, e, assim, detalharemos e analisaremos melhor os resultados do gráfico.

5.1.1 1ª fase: de 1960 a 1976

Na sequência, apresentaremos os enquadramentos majoritários e os minoritários encontrados nesta fase da *trajetória discursiva mediada* da temática². Como ressaltamos, na discussão de cada *frame*, indicaremos as características que demarcam o grupo de notícias que possui aquele enquadramento nos distintos anos em que ele tem recorrência na mídia. Essas características virão acompanhadas da porcentagem de reincidência delas no universo de notícias que compõe aquele grupo. Esse número de notícias de cada grupo também será indicado na apresentação de cada enquadramento. Se somarmos as notícias de distintos enquadramentos presentes em um mesmo ano, encontraremos o número total de notícias deste ano, conforme indicamos no capítulo anterior.

Após a apresentação dos *frames*, faremos uma breve análise do período de 1960 a 1976

²Fizemos uma tentativa de apresentação linear, dos enquadramentos encontrados em cada ano, com o intuito de mostrarmos com um nível bastante elevado de detalhamento esta trajetória. Esta apresentação foi incluída no apêndice C, p. 189, já que para fins de apresentação dos dados ela se mostrou exageradamente exaustiva. Porém, ela pode ser consultada por interessados na aplicação metodológica empregada no estudo.

a partir de dados históricos e legais. Passemos aos enquadramentos.

5.1.1.1 Enquadramento da Caridade

1. Grupo de 1960 - 31 notícias

- *Termos*: Pejorativos. (65%);
 - *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (58%);
 - *Solução*: Está na caridade, na solidariedade das pessoas, através de doações ou de trabalho voluntário. (55%);
 - *Subtópico*: Divulgação | Esclarecimento | Estatísticas | Agradecimentos. (42%);
 - *Slogans*: Expressões que ressaltam a necessidade de se *ajudar* a pessoa com deficiência, como “É preciso carinho e compreensão no cuidado com a pessoa com deficiência”, “a pessoa com deficiência não pode ser abandonada” ou “a pessoa com deficiência pode ser ajudada”. (42%).
-

2. Grupo de 1976 - 11 notícias

- *Subtópico*: Beneficência | Caridade | Voluntariado. (91%);
 - *Rubrica*: Coluna Social. (82%);
 - *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (46%).
-

O enquadramento da caridade está presente em dois anos da amostra: 1960 e 1976. Foi possível identificar a presença de tal *frame* a partir das características definidoras de um grupo formado em cada um desses anos. O primeiro grupo de notícias, que foi agrupado pelo software no cruzamento dos dados de 1960, é composto por 31 matérias. Ele tem as seguintes características definidoras: presença nos textos de termos tanto pejorativos, como mongol e retardado, como pelo termo excepcional, que é uma nomenclatura oriunda do campo da educação³. Os textos desse grupo também tratam, em grande parte, de divulgação de campanhas ou informações estatísticas. A solução encontrada para o problema da deficiência é a caridade, a solidariedade, que se concretiza em doações. Por fim, o slogan que marca esse grupo é justamente o que chama para a participação nessa tarefa de ajudar as pessoas com deficiência.

³Detalhamos a origem de cada termo na seção 1.1.4 (p. 46).

É importante ressaltar nesse sentido, a grande reincidência do termo excepcional mesmo em notícias que não tratam de educação, como as desse enquadramento. Ele demonstra a força discursiva do campo da educação neste período. A presença de termos pejorativos indica uma peculiaridade não só desse grupo deste ano, como veremos adiante, mas uma nomenclatura que era comumente utilizada na década de 60.

No caso específico deste grupo, esses termos pejorativos casam justamente com essa idéia de que a questão é tratada com foco na caridade como solução. O subtópico “Beneficência | Caridade | Voluntariado” não é uma característica recorrente neste grupo apesar de ter havido, em 1960, uma intensa campanha de divulgação da questão da deficiência, que chamava em muitas notícias para a caridade das pessoas. Isso porque, em muitas, o tema central foi enquadrado como divulgação já que as matérias explicitavam que essa era a questão principal.

Contudo, pela solução que marca este grupo, percebemos que a questão central que define o enquadramento neste caso é justamente a caridade, a necessidade de ajudar, como se as pessoas com deficiência fossem grandes necessitados, que não conseguem resolver o próprio problema e que precisam do auxílio da sociedade. E aí os termos pejorativos vêm acompanhando essa noção geral de que a pessoa com deficiência é um retardado, mas um retardado que necessita de ajuda. Eis abaixo um exemplo de trecho de uma notícia que faz parte desse grupo e contém todas as características definidoras dele:

• EXEMPLO 1

Será iniciada amanhã a primeira “Campanha da Criança Retardada”⁴

(*O Globo*, 20 de agosto de 1960)

Com missa, amanhã, às 10 horas, na Igreja da Candelária, será iniciada a primeira “Campanha da Criança Retardada”, oficializada por decreto do Governador do Estado e que terá a finalidade de chamar a atenção do público e das autoridades para os diversos problemas dessas crianças, a educação e o tratamento que devem receber. “A criança retardada pode ser ajudada” – este é o “slogan” da campanha – que, de acordo com o decreto governamental, será promovida durante uma semana, todos os anos – funcionará com escritório no 10º andar do edifício anexo da Câmara dos Vereadores, e os doativos a ela destinados podem ser depositados nos seguintes bancos: Banco do Brasil, Banco do Estado da Guanabara, Almeida Magalhães e Boa Vista, e suas agências. Cada doador terá seu recibo de quitação para efeito de desconto do imposto de renda.

Colaboração – Para ampliar a sua repercussão, a Campanha solicita a colaboração dos pais, responsáveis, parentes, amigos das crianças excepcionais, bem como dos sindicatos, associações, educadores, médicos, assistentes sociais e todos, enfim, interessados no problema. [...]

⁴Foi mantida a ortografia original utilizada em todas as notícias, já que eram as ortografias corretas em cada tempo histórico.

É preciso ressaltar também que ainda que os exemplos dos slogans estejam redigidos com o termo *pessoa com deficiência*, eles, no original, nas notícias, utilizavam-se, em geral, justamente dos termos que são as características recorrentes e definidoras do pacote interpretativo: aqueles que possuem tom pejorativo e excepcional, advindo do campo da educação (como pode-se perceber, inclusive, no exemplo acima). Pelo número de notícias, 31 ou 35% do total de 1960, percebe-se que este era o enquadramento mais proeminente neste ano.

No ano de 1976, identificamos um grupo, a partir das características recorrentes, como sendo o do enquadramento da caridade. Este conjunto é formado por 11 notícias e é marcado por apresentar grande parte de suas matérias (91%) com o subtópico que trata de beneficência e caridade. Também é alta a porcentagem de textos que estão localizados em colunas sociais. E, por fim, ainda é característica definidora deste grupo, a ênfase no problema sob o viés financeiro ou a abordagem do problema como causada pelo déficit de assistência.

É preciso destacar, neste caso, a alta incidência da rubrica “Coluna Social” entre as matérias deste grupo. Esse fato não é exatamente uma novidade, ainda que só em 1976 ele apareça nos dados, nos resultados. Porém, já em 1960 e 1968, muitas notas sobre eventos beneficentes e campanhas povoavam as colunas sociais. Todavia, com a regra imposta para a seleção de textos mais extensos para a análise empírica, grande parte dessas notas não compôs efetivamente a amostra. Em 1976, essas notas são maiores e acabam entrando no *corpus*.

Abaixo, exemplo de trecho de notícia deste grupo:

• EXEMPLO 2

Feira da Bondade: meta para 1976 é 15 milhões...

(*Folha de São Paulo*, 16 de novembro de 1976)

A diretoria da Feira da Bondade, da APAE, acredita que somente chegando à meta de 15 milhões de cruzeiros, que serão levantados com a realização da tradicional feira beneficente e de outras promoções, é que conseguirá levar adiante os trabalhos de educação e assistência desenvolvidos pela associação. O primeiro passo da grande arrancada será amanhã, quando será realizada a noite de gala de inauguração do “Moustache”, que reabre suas portas em benefício da APAE. [...]

Esse enquadramento é o menos compartilhado entre os três deste ano, porém, a distribuição dos grupos é bastante equilibrada, o que o torna bastante significativo, com presença em 23% das notícias.

Como é possível perceber, a força dessa forma de pensamento começa a decair com o

passar dos anos dessa primeira fase. Porém, é importante ressaltar que essa maneira de enquadrar a deficiência era bastante compartilhada e será significativa para analisarmos mais a fundo, como faremos à frente, o contexto geral dessa primeira fase.

5.1.1.2 Enquadramento Educacional

1. Grupo de 1960 - 15 notícias

- *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (93%);
 - *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (87%);
 - *Termos*: Pejorativos. (60%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (60%);
 - *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (53%);
 - *Subtópico*: Educação. (53%);
 - *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (40%);
 - *Slogans*: Expressões que ressaltam a necessidade de se *ajudar* a pessoa com deficiência, como “É preciso carinho e compreensão no cuidado com a pessoa com deficiência”, “a pessoa com deficiência não pode ser abandonada” ou “a pessoa com deficiência pode ser ajudada”. (40%);
 - *Julgamento moral*: A pessoa com deficiência não é normal (há uma contraposição entre a normalidade e a deficiência). (40%);
 - *Atores*: Campo da educação. (40%).
-

2. Grupo de 1968 - 11 notícias

- *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (64%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (64%);
 - *Subtópico*: Educação. (55%).
-

3. Grupo de 1976 - 14 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (86%);
- *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (64%);
- *Subtópico*: Educação. (50%);
- *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (50%);
- *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (50%);
- *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (50%);
- *Rubrica*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (43%).

O enquadramento da educação foi encontrado em três anos da amostra: 1960, 1968 e 1976. É importante ressaltar que ele é muito importante para compreendermos de uma forma geral o panorama mais amplo de entendimentos que povoam a esfera pública nesta primeira fase da *trajetória discursiva mediada* e, por isso, será detalhadamente analisado.

Em 1960, o grupo deste *frame* é composto por 15 matérias (17% do total). Como o enquadramento é o da educação, a indicação de uma solução ligada à medicina pode ser esclarecida pela existência nas matérias deste ano de muitos textos que falam de determinadas associações ou entidades que tratam das pessoas com deficiência. Em muitas dessas matérias, quando se fala da educação, também se fala da questão física, da solução clínica para o problema. Muitas dessas entidades, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por exemplo, oferecem serviços de fisioterapia e atendimento médico, conjuntamente com a educação especial. Esses dois campos, da educação e da saúde, são muito fortes na definição da questão da deficiência na década de 60. Por isso, na hora do agrupamento, como as matérias acabam citando esses tratamentos de saúde que essas entidades educacionais oferecem, essa característica acabou também surgindo como definidora deste grupo. Porém, há de se ressaltar que a recorrência da solução educacional é muito mais marcante (87%), do que a da saúde (60%). Portanto, a variável solução educacional acabou tendo mais relevância na nomeação do *frame*.

É preciso ressaltar também que, embora a solução educacional aponte para o ensino

especial, ou classes especiais no ensino comum, ou classes comuns no ensino regular, ou ainda o ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência, todas essas soluções não estão presentes na mesma proporcionalidade em diferentes períodos da amostra. A junção de soluções educacionais diversas teve como intuito, como já mencionamos no capítulo anterior, na seção 4.2 (p. 96), possibilitar a saliência da variável *solução educacional* como demarcante de um tipo específico de abordagem. Todavia, é importante ressaltar, que os *codebooks* anteriores ao final, onde as soluções estavam destrinchadas, não sintetizadas, são de grande valia para a análise de um ano específico. No caso das soluções educacionais apontadas nas matérias referentes a 1960, a indicação é bastante clara: educação especial, que significa classes especiais em escolas especiais.

Esse detalhe, inclusive, vai ao encontro do slogan também definidor deste grupo que indica a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “readaptação” e “reeducação”. Ou seja, a educação especial se destinava exatamente a isso: preparar as pessoas com deficiência para que elas chegassem o mais perto possível da normalidade. A educação, muitas vezes, se restringia a um treinamento, a uma busca pela proximidade desta condição normal, para que então essas pessoas pudessem viver com os seus. E aí o julgamento moral que distingue a pessoa normal da pessoa com deficiência vai também ao encontro desta perspectiva.

No caso das notícias desse grupo, tivemos a participação de fontes ligadas ao campo educacional em 40% das matérias, o que reforça justamente a força que afirmávamos tinha este campo sobre a definição de sentidos ligados à questão naquela época. Abaixo, exemplo de trecho de notícia que contém grande parte das características definidoras deste grupo:

• **EXEMPLO 3**

“O tratamento da criança retardada requer paciência, disciplina e amor”

(*Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1960)

“Hoje, com os novos recursos terapêuticos e o melhor conhecimento das causas e da natureza do retardamento mental das crianças, muito se pode fazer por elas” – disse à reportagem o prof. Elso Arruda, diretor do Instituto de Psiquiatria do CPN, docente de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina, membro do Conselho Penitenciário do Estado da Guanabara e psicotécnico do Instituto Superior de Orientação Profissional.

“O tratamento do retardado – observou – requer paciência, perseverança, amor e ao mesmo tempo, disciplina serena e energia, mantendo a criança ativa e despertando nela o maior número de interesses. Não encará-la com piedade inativa ou lamentações, mas empenhar-se a fundo para aproveitar o que resta de inatingido pelo mal e recuperar o que for possível”.

Educação – Conforme o caso da criança retardada – prosseguiu o prof. Elso Arruda – pensa-se no tratamento médico ou cirúrgico e na correção dos defeitos, mas, sempre, na educação e treino. A Educação para cultivar as potencialidades intelectuais, sociais e morais da criança, corrigir-lhe as tendências anti-sociais e anormais, pelo ensino e disciplina de hábitos e ministrar-lhe todo o saber e conhecimento possíveis, dentro das possibilidades de cada caso. O treino, no lar, na escola ou em instituições especializadas, visa à introdução de (sic) automatismos úteis, de hábitos higiênicos e alimentares e à correção da marcha, da linguagem e dos órgãos dos sentidos. O programa dos três R (repetição, relaxação e rotina) deve ser rigorosamente seguido. [...]

O grupo do enquadramento da educação de 1968 é definido pela utilização de termos promovidos pelo campo da educação, pela causa educacional e pelo subtópico educação. Ele é compartilhado por 22% dos textos deste período. Ele não apresenta grande diferenças com relação ao ano de 1960, sendo apenas mais homogêneo.

O grupo de 1976 é composto por 14 notícias, 30% dos textos deste ano. Aqui, percebe-se que o tripé educação/trabalho/saúde começa a se dissolver, já que, em 1976, temos a presença apenas dos enquadramentos *educacional* e *médico*, com a não saliência da questão profissional.

A recorrência da rubrica “Cotidiano” ou “Geral” não indica outro tipo de dado que poderia ser útil, visto que a diversidade de estilos de notícias nesta seção é tão elevada que ela não colabora efetivamente para a definição das características de um grupo em relação aos outros. Inclusive, essa variável, *rubrica*, que foi acrescentada em nosso trabalho aos elementos de *frame* já trabalhados por outros autores, mostrou-se útil quando da localização do texto em uma seção não tão diversa como essa. Quando a rubrica era mais específica, como as que tratam de Ciência, Medicina e Saúde ou mesmo a “Coluna Social”, o dado acerca da seção se mostrava relevante para a definição do enquadramento. Todavia, essas seções por demasiado amplas, não trazem efetivamente características a mais que podem ser tidas como efetivamente relevantes para a definição do *frame*.

Por fim, percebe-se que ainda é forte a idéia de integração, já que o slogan da reabilitação/reeducação permanece bastante arraigado nos textos desta época. Todavia, é preciso ressaltar que tem início, nesta fase da amostra, o surgimento de propostas alternativas em termos de educação que não exclusivamente a educação especial, em escolas e classes separadas. Podemos perceber, na notícia abaixo, que a idéia de inserção das pessoas com deficiência em escolas comuns começa a ter início:

• EXEMPLO 4

Excepcionais do Rio passarão ao ensino regular

(*O Globo*, 11 de dezembro de 1976)

Os excepcionais atendidos pelos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Educação de Surdos, escolas residenciais de 1º grau do Rio para deficientes de visão e de audição, passarão gradativamente para o sistema regular de ensino.

A informação foi prestada ontem pela coordenadora do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), do Ministério da Educação, professora Sara Couto César, ao Secretário Geral do MEC, Euro Brandão.

Sara Couto também esclarece que o Cenesp não proporá medidas drásticas ou mudanças que venham a prejudicar os excepcionais das duas instituições. A integração progressiva dos deficientes visuais e auditivos na rede escolar comum, explicou, tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento, nos dois institutos, de atividades profissionalizantes e o atendimento a quem não tenha, de fato, condições de frequentar outras escolas. [...]

Como é perceptível no texto, a noção de inserção escolar aqui ainda está restrita àqueles alunos que têm condições de serem inseridos. Portanto, a idéia de integração ainda permanece mais predominante do que a de inclusão. Além disso, essa matéria ainda é exceção neste ano.

Abaixo, exemplo de tipo de notícia mais comum em 1976 e que compartilha das características dominantes do pacote interpretativo.

• EXEMPLO 5

Nas escolas da APAE, a chance de recuperar o deficiente mental
(*O Globo*, 21 de novembro de 1976)

Necessitada de compreensão, a maioria dos excepcionais cresce em meio à indiferença, ao medo e à hostilidade. As possibilidades de recuperação tornam-se nulas: eles não são preparados para a vida em sociedade e nem aprendem a desempenhar uma função útil na época apropriada. “As pessoas devem entender que o excepcional precisa de carinho e simpatia”, diz a presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, Ignês Félix Pacheco de Britto, que coordena as três unidades da APAE no Rio, das 300 que a entidade possui em todo o país.

- A tendência dos excepcionais que não têm escola especial é tornarem-se, em sua maioria, delinquentes. No Brasil existem cerca de oito milhões de excepcionais e somente um por cento está cadastrado no Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). A verba disponível para o tratamento dos 96.256 excepcionais cadastrados é muito reduzida. [...]

5.1.1.3 Enquadramento do Trabalho

1. Grupo de 1960 - 15 notícias

- *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência

para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (60%);

- *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou na ainda na qualificação para vagas de alto nível. (53%);

- *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (53%);

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (47%);

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (40%);

- *Termos*: Que remetem à pessoa com deficiência como vítima, o que gera um sentimento de piedade. (40%);

- *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (40%);

- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (40%).

2. Grupo de 1968 - 20 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (65%);

- *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou na ainda na qualificação para vagas de alto nível. (50%);

- *Causa*: O problema é visto como de ordem profissional, dizendo respeito ao trabalho. (50%);

- *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (45%);

- *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (45%);

- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (45%);

- *Solução*: Está nas mãos da pessoa com deficiência e de sua família, através do esforço, luta pessoal, tratamento psicológico ou mesmo aceitação da própria condição. (40%);

- *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (40%);

- *Slogans*: Que indicam a necessidade da pessoa com deficiência superar a deficiência. É quase uma busca incessante por cura, por ser normal, ou o mais próximo possível. (40%).

O enquadramento do trabalho foi encontrado em dois anos da amostra: 1960 e 1968. O grupo de 1960 tem 15 notícias, 17% das matérias do período. É preciso esclarecer aqui que a presença de soluções ligadas à educação e à medicina se deve ao mesmo motivo indicado para a presença de solução ligada à medicina no enquadramento *educacional*. Em verdade, aquelas instituições que mencionamos acima que ofereciam educação e atendimento médico, também possibilitavam aos seus frequentadores a participação em treinamentos profissionais. Por exemplo, são muitas as notícias que citam atividades ligadas à terapia ocupacional nestas entidades de apoio à pessoa com deficiência. A terapia ocupacional acaba que é um tratamento que focaliza no físico, na questão corpórea, mas muitas vezes envolve a preparação para uma atividade profissional. Inclusive, neste período, trabalho para a pessoa com deficiência se resumia a isso: atividades menos complexas, em que eles produziam ou artesanato ou montagem de determinados produtos ou mesmo serviços repetitivos, que, depois de treinados, eles davam conta de executar.

Ou seja, o slogan que marca este grupo tem relação com esta noção de trabalho que é empregada: a pessoa com deficiência era treinada, ou, passava por um processo de reabilitação, para que ela conseguisse desenvolver alguma atividade útil. Mas essa atividade, encarada como um trabalho profissional, na verdade, se resumia, muitas vezes, a oficinas protegidas, onde as pessoas com deficiência executavam tarefas não complexas. Em outras palavras, não havia um emprego formal e sim a atividade laborial, remunerada, mas que tinha como intuito apenas tornar aquelas pessoas úteis para a sociedade.

Como afirmamos acima, ainda que, no *codebook* final, as soluções ligadas ao trabalho tenham sido agrupadas (produção, emprego, treinamento profissional, qualificação para vagas de alto nível), nas codificações anteriores é possível identificar que, em 1960, a questão se resumia à produção e treinamento profissional. O trabalho executado por pessoas com deficiência que é mencionado nestas matérias é tido como uma atividade laborial com a finalidade de tornar essas pessoas úteis, apenas isso. O sentido é: vamos dar ocupação a elas, já que o indivíduo deve ser útil à sociedade. Ou seja, é uma noção bem restrita de trabalho.

Assim sendo, ainda que tenhamos a presença de solução ligada à educação e à área da saúde, o marcante neste grupo de notícias é justamente a atividade laborial ou o

treinamento profissional com vistas à reabilitação. É uma preparação da pessoa com deficiência para que ela possa viver como as outras pessoas: tendo atividade de trabalho e sendo útil à sociedade. Essas soluções periféricas neste grupo aparecem como outros tratamentos que a pessoa com deficiência também deve ter.

O problema aqui é visto como causado pela situação corpórea, porque o que muitas vezes impede a execução de uma atividade de trabalho é a própria limitação física. Daí que é preciso treinamento, terapia ocupacional, para que esses indivíduos consigam realizar as tarefas.

São utilizados diferentes tipos de termos e a presença dos termos oriundos da medicina reforça o que já dissemos com relação à educação. Nesta época, os dois grandes campos que tinham proeminência na definição dos sentidos atribuídos à deficiência era a educação e o campo médico ou da saúde. A presença dos termos que remetem à pessoa com deficiência como vítima, digna de pena, acaba que é reflexo da força, no período, do enquadramento da *caridade*. Abaixo, trecho de notícia que tem grande parte das características definidoras deste grupo:

• EXEMPLO 6

Moderno estabelecimento para a reabilitação dos incapacitados

Está sendo construído na Tijuca o Centro de Recuperação e Reabilitação do Acidentado, anexo à Casa de Saúde Santa Teresinha
(*O Globo*, 25 de julho de 1960)

O desenvolvimento crescente e vertiginoso do país fez despertar os nossos meios sociais e industriais para um problema de caráter humano e também econômico, relacionado com o crescimento e a grandeza de uma nação que, como a nossa não pode prescindir da capacidade realizadora de todos os seus cidadãos – a Reabilitação dos Incapacitados.

Mas, a reabilitação dos incapacitados exige estabelecimento próprio, equipado com aparelhamento indispensável à aplicação da técnica cirúrgica e clínica, bem como terapêutica ocupacional, pessoal treinado e habilitado a lidar com o incapacitado para processar a sua readaptação ou reeducação, reabilitando-o e restituindo-o às atividades úteis da sociedade. [...]

Já no grupo de 1968, que tem 20 notícias, ou 40% das matérias do ano, a causa, diferentemente daquela reincidente no grupo de 1960, já deixa de ser majoritariamente a questão física e passa a ser efetivamente a questão profissional. Tem início, assim, uma visão de trabalho que excede um pouco aquela noção de retorno simplesmente às atividades úteis da sociedade. Já se inicia com mais força um encaminhamento a empregos formais, depois, claro, do processo de preparação para o trabalho a que são submetidas as pessoas com deficiência. Por isso, a reincidência da solução médica, já que muitas vezes esses treinamentos contam com sessões de fisioterapia etc.

Esse enquadramento apresenta um “valor organizatório” baixo, para utilizar um termo de Reese (2001), visto que são sugeridas várias soluções, o que, num primeiro momento aparenta uma certa contradição. Muitas matérias reúnem em um só texto vários tipos de tratamento e de solução para a questão. Muitas vezes, as três soluções, trabalho, educação e tratamento médico, aparecem juntas, mesmo quando o assunto principal é especificamente o trabalho, por exemplo.

A solução para o problema passa também a ser apontada como estando nas mãos da própria pessoa com deficiência e de sua família. Isso porque inicia-se uma ampliação do escopo de profissionais que passam a lidar com a questão. Antes, o foco passava muito pelo tratamento físico, seja para o restabelecimento corpóreo ou cura, ou mesmo para a preparação laborial. Ou ainda, pelo âmbito educacional. Agora, o lado psicológico da questão aflora. Começa-se uma tendência a perceber que o problema extrapola apenas o tripé educação/trabalho/saúde. A pessoa com deficiência sai também, nesse sentido, tanto de uma posição de vítima, digna de piedade. Ela também está envolvida no processo de restabelecimento. Por isso a indicação da necessidade de superação. Porém aqui, a superação não é das limitações, mas muitas vezes uma busca por cura mesmo. Superar no sentido de deixar para trás a deficiência. Abaixo, exemplo para ilustrar:

• EXEMPLO 7

Centro recupera quem é incapaz para o trabalho

(*O Globo*, 07 de agosto de 1968)

Com uma média de 365 atendimentos diários, o Centro de Reabilitação Profissional, da Secretaria de Bem-Estar, possibilita a recuperação de pessoas dadas como incapazes para a vida profissional, com o auxílio de aparelhagens, equipamentos e pessoal de primeira categoria. O Centro, anexo ao Ambulatório do INPS de São Francisco Xavier, recebe pacientes da Perícia Médica e da seção de Acidentes de Trabalho e os submete a um perfeito trabalho de recuperação.

O paciente recebe o tratamento adequado à sua deficiência e ao ser considerado apto é levado a fazer estágios em empresas para que possa voltar, em igualdade de condições, à vida profissional. Uma equipe de médicos, psiquiatras, assistentes sociais e outros especialistas, coordenada pelo Dr. Hugomar Pires Vieira, trabalha, diariamente, em dois turnos de atendimento.

Tratamento – Os pacientes enviados ao Centro de Reabilitação passam por um exame físico e psico-sócio-econômico, feito por um médico e um assistente social. Conhecido o resultado, o paciente é encaminhado aos setores de tratamento. De acordo com suas deficiências, passa pelos setores de Fisioterapia, Terapia-Ocupacional, Terapia da Palavra, Psicologia e Educação Básica. Durante o tratamento, o paciente recebe auxílio-transporte e medicamentos.

O levantamento de seu passado, feito por uma equipe especializada, visa a encontrar o

emprego apropriado para o paciente. Para tal existe uma Agência de Colocação de Emprego, encarregada de estudos e pesquisas de trabalho e mão-de-obra, que utiliza recursos da comunidade para treinamento profissional. Um convênio assinado com empresas possibilita um estágio ao recuperado, que poderá ser efetivado, caso assim o deseje a firma que o instruiu. [...]

5.1.1.4 Enquadramento Médico

1. Grupo de 1960 - 27 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (82%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (74%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (67%);
 - *Rubrica*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (63%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (56%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (41%).
-

2. Grupo de 1968 - 14 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (86%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (79%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (71%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (71%);
 - *Rubrica*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (43%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (43%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (43%).
-

3. Grupo de 1976 - 22 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (86%);
- *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (86%);
- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em

si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (86%);

- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (64%).

O enquadramento médico está presente em todos anos da amostra. Mas nesta seção discutiremos, primeiramente, os anos de 1960, 1968 e 1976. A presença deste *frame* foi identificada a partir das características definidoras dos grupos. Como ficou perceptível acima, são essas características, os elementos de enquadramento que definimos, que apontam o *frame* de cada grupo. No caso do enquadramento médico, o grupo de 1960 é formado por 27 notícias (31%), e, como é bem perceptível, esse conjunto é bem estruturado internamente em termos de sentido. Ele tem grande “valor organizatório”. Vejamos um exemplo de matéria deste grupo:

• EXEMPLO 8

Nova técnica para restaurar a vista nas pessoas cegas

(*Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1960)

Na reunião da Associação Americana de Medicina, aqui realizada, dois médicos europeus – drs. Benedetto Strampello, da Itália, e David P. Choyce, da Inglaterra – expuseram os resultados de suas experiências com um novo método para restauração da vista em pessoas cegas ou quase cegas. A operação consiste na implantação de um disco plástico, de cerca de 5 milímetros de diâmetro, na câmara dianteira do olho, entre a cobertura do globo ocular e a íris. É, com efeito, algo semelhante a um cristalino substituto, colocado dentro do olho e não fora, como as lentes de contato.

O dr. Strampelli, que começou a empregar a técnica em 1953, diz que seu processo cirúrgico consiste em cortar um minúsculo pedaço da íris e depois costurar o “cristalino” no lugar, ligando finos fios aos suportes da lente, presos no alto e embaixo. [...]

Em 1968, o conjunto que dá origem ao enquadramento médico conta com 14 notícias (28%). Novamente, percebemos o “valor organizatório” que este enquadramento possui. As porcentagens de recorrência das variáveis demonstram como o conjunto é bastante homogêneo, o que significa que as notícias são bastante parecidas e com uma abordagem realmente muito aproximada. Este campo permanece como um importante definidor dos valores sociais, já que ele é o segundo enquadramento mais compartilhado em 1968. Além disso, ressalta essa força o fato de os termos comumente adotados por profissionais da área da saúde serem utilizados inclusive em matérias que não dizem respeito ao campo médico.

Por fim, cabe ressaltar que a presença da causa educação tem relação com aquele aspecto já apresentado acima: o tripé educação/trabalho/saúde aparece muitas vezes em conjunto em algumas matérias, o que causa uma dificuldade no agrupamento dos textos. Porém, a incidência mais alta da causa física e também todos os outros elementos do pacote nos indicam que se trata do enquadramento médico.

Em 1976, o grupo de notícias deste enquadramento médico tem 22 textos. O “valor organizatório” é mais uma vez bastante alto, o que é perceptível pela porcentagem das notícias do grupo que possuem as características definidoras. Este é o enquadramento dominante neste ano da amostra, com 47% das matérias fazendo parte deste pacote. As notícias deste grupo não apresentam grandes diferenças com relação às dos anos anteriores.

5.1.1.5 Enquadramento da Capacitação

1. Grupo de 1968 - 5 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (60%);
 - *Subtópico*: Divulgação | Esclarecimento | Estatísticas | Agradecimentos. (60%);
 - *Solução*: Está na capacitação de profissionais para tratar, lidar com as pessoas com deficiência. (60%);
 - *Causa*: O foco do problema é a capacitação de profissionais para tratar, assistir, orientar a pessoa com deficiência. É em geral um problema de falta de pessoal capacitado, déficit de pessoal especializado no assunto. (60%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (40%);
 - *Subtópico*: Educação. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “readaptação” e “reeducação”. (40%).
-

O enquadramento da capacitação foi encontrado em 1968 e conta com apenas cinco notícias. Com o amplo compartilhamento da idéia de preparação, reabilitação, era de se esperar que em algum momento surgiria um grupo desse, em que a capacitação dos profissionais responsáveis por esse processo de recuperação é o foco. Se pensarmos que eram predominantes as idéias de educação especial e tratamento especializado, então a

necessidade da capacitação desses profissionais se tornou algo latente a partir do momento em que a divulgação pública da questão se reforça, mais pessoas com deficiência têm acesso ou procuram por tratamento e, conseqüentemente, demanda-se mais profissionais para tal e profissionais com mais conhecimento. A saliência do subtópico educação tem relação justamente com isso, com a necessidade de pessoal capacitado nas escolas especiais.

Essa necessidade de capacitação é indicada por notícias que falam de viagens internacionais em busca de capacitação que o pessoal responsável pelas principais entidades assistenciais do setor fazem, ou sobre a participação desses profissionais em congressos e cursos, sempre em busca deste aperfeiçoamento. Este enquadramento é pouco compartilhado, mas tem total relação justamente com esse contexto de necessidade de preparação da pessoa com deficiência. A caracterização da maioria das notícias como de cunho publicitário, no sentido de divulgação, se deve ao fato delas terem sido assim codificadas em função da própria natureza dessas matérias: são efetivamente notícias de divulgação da entidade da qual o pesquisador que vai fazer um determinado curso faz parte ou de entidade promotora de evento destinado a debater a questão da deficiência. São notícias não muito longas que têm o intuito apenas de tornar público o fato de que a entidade está buscando mais conhecimento para se especializar ainda mais no tratamento da deficiência ou que está sendo ofertado um curso ou realizado um evento para debate e capacitação dos profissionais. Eis um exemplo:

• **EXEMPLO 9**

Secretaria da APAE vai aos EUA para estudo

(*Folha de São Paulo*, 06 de agosto de 1968)

Ruth Ferreira da Silva Telles, primeira secretária das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de São Paulo embarcou em Viracopos pela Pan American World Airways com destino a Chicago para realizar, a convite dos companheiros da Aliança São Paulo-Illinois, viagem de observação e estudos no campo do retardamento mental.

Em Chicago, assistirá à convenção de especialistas no assunto e cumprirá programa organizado por Peggy Spengler, coordenadora da seção de retardo mental do Board of Health de Chicago. Os companheiros da Aliança São Paulo-Illinois, um grupo que visa incrementar os laços de amizade entre os dois Estados-irmãos, é presidido em São Paulo por João Camasso. [...]

Ressaltamos aqui também, a incidência dos termos oriundos da medicina neste ano, reforçando a idéia de que este campo participava amplamente da definição de sentidos nesta fase. Por fim, cabe indicar que apenas 10% dos textos deste ano se encaixam neste grupo.

5.1.1.6 Aprofundando a análise das mudanças nos panoramas gerais de 1960 a 1976

Este é o período de auge, por assim dizer, do que chamamos de tripé educação/saúde/trabalho. Basicamente, podemos dizer que essas eram as únicas alternativas de vida para as pessoas com deficiência. Elas podiam receber tratamento médico, serem educadas em escolas especiais ou passarem por uma reabilitação profissional ou treinamento que lhes possibilitasse atividade laboral. É bastante forte no período que compreende os anos de 1960, 1968 e 1976 estes três enquadramentos.

Mais que simplesmente temas, chamamos os elementos desse tripé de enquadramentos da questão porque cada um deles carrega consigo uma série de associações, sentidos, interpretações sobre a questão, que não se restringe simplesmente a uma temática. O enquadramento da educação, não só se trata de um pacote que tem como tema principal a questão educacional, mas ele delimita as noções ligadas à deficiência a partir do momento que entende que essas pessoas precisam ser educadas para “parecerem normais”; que elas devem passar por esse processo em separado, serem preparadas para conseguirem viver em sociedade; que há uma distinção clara entre o que é normal e a deficiência; enfim, impõe uma série de relações significantes que dizem não só de um subtópico, mas também de uma forma específica de abordar a questão.

O mesmo vale para o enquadramento do trabalho. Há, neste caso, noções como a de que esses indivíduos precisam retornar à produtividade, deixarem de ser um peso morto para a sociedade; para isso, eles precisam ser treinados, reabilitados para, então, desenvolverem uma atividade laboral, que, na maioria das vezes, se restringe à atuação em uma oficina protegida; enfim, é uma noção restrita de trabalho, que apenas se preocupa em devolver a idéia de utilidade a essas pessoas.

Esses enquadramentos podem ser vistos, de alguma forma, como sub-enquadramentos de um enquadramento maior que seria o da integração ou da reabilitação. Eles carregam noções e associações de sentidos que juntas formam o que os estudiosos da temática da deficiência chamam de “paradigma da integração”. Para sermos mais claros, voltaremos no tempo para explicarmos com mais detalhes os fatos que dão origem à noção integracionista e como ela se desenvolve justamente a partir desses sentidos presentes em cada um desses pacotes interpretativos.

Como observamos na seção 1.2 (p. 50), a idéia de integração surge logo após a Segunda Grande Guerra e tem uma intrínseca relação com este fato histórico. O retorno de indivíduos fisicamente debilitados e a escassez de soldados ocasionada pelas milhares

de mortes das duas guerras promovem o aparecimento de programas de educação, saúde e treinamento profissional para que as pessoas com deficiência fossem reintegradas e ao mesmo tempo preenchessem as lacunas na força de trabalho européia. O progresso científico que proporcionou o desenvolvimento de técnicas de reabilitação ainda auxiliou neste processo. Juntamente a isso, a Declaração dos Direitos do Homem estimula a integração não apenas em função da necessidade de produtividade, mas também com base em seus direitos enquanto seres humanos.

Esse processo de integração é um grande passo em termos de mudança de mentalidade visto que temos nos períodos anteriores a isso, uma fase, inclusive com duração milenar, em que as pessoas com deficiência foram consideradas inúteis, um fardo para suas famílias e sem qualquer valor profissional. Em decorrência disso, elas eram inclusive eliminadas em muitas culturas ou abandonadas em ilhas remotas, por exemplo (SASSAKI, 2003). Seguiu-se a esse período, a idéia de segregação institucional, que tem início no século 19 e é praticada justamente até meados da década de 40, quando então surge a idéia de integração. Essa segregação institucional “consistia em o Estado, a família ou a sociedade de um modo geral internar pelo resto da vida as pessoas com deficiência em grandes instituições fechadas, terminais” (VIVARTA, 2003).

Como indica Vivarta (2003), o sucesso dos serviços de reabilitação inspira o movimento da integração, que, neste momento, como aponta os slogans encontrados nos jornais – reabilitação, recuperação, readaptação – e também Vivarta (2003), se tratava muito mais de “reintegração”, já que era aplicado apenas a pessoas que já estavam atuando na sociedade antes de contraírem uma deficiência.

Como podemos perceber, o enquadramento do trabalho tem uma forte ligação com todos esses preceitos do início do processo de integração ou reintegração. Essa reiteração da noção de utilidade, de retorno à produção, tem relação justamente com todo esse processo de mudança de valores e de reafirmação da possibilidade de ser útil à sociedade. O enquadramento da educação auxilia nessa composição de sentidos na medida em que proporciona também para aqueles que não adquiriram a deficiência ao longo da vida a possibilidade de passar por um processo de “normalização” (CORRER, 2003).

Como fica claro nos resultados empíricos, já na década de 60, a prática da integração tem bastante força no Brasil, povoando o horizonte de sentidos compartilhados expressados aqui no material midiático. O que é perceptível, entretanto, é que há uma mudança, de 1960 para 1968 e 1976. Nesses dois anos finais desta fase, esse processo de integração passa efetivamente a se concretizar, no sentido dessas pessoas retornarem a ter opor-

tunidades de conviver nos sistemas sociais gerais. Isso é perceptível pelas mudanças nos enquadramentos do trabalho em 1968 e também pelos dados das matérias que fazem parte do enquadramento da educação de 1976.

Em 1960, a noção de integração das pessoas com deficiência parece parar na preparação, já que o trabalho se resume a oficinas protegidas e a educação às escolas especiais. Em 1968, as matérias que estavam no pacote interpretativo do trabalho começam a apontar para um processo de encaminhamento a empregos formais e, em 1976, há o surgimento, nas notícias do grupo da educação, de propostas de encaminhamento daqueles que tinham condições à rede escolar comum. Como indica Sassaki (1997), no caso da educação, essa idéia é conhecida como princípio do *mainstreaming*, que consistia justamente em levar os alunos com deficiência, o quanto possível, para os serviços regulares de ensino.

Esse foi um avanço em termos de integração, já que a pessoa com deficiência pelo menos estudava na mesma escola que as demais, ainda que se tratasse de uma simples colocação física, sem qualquer acompanhamento ou mudanças na própria escola. Porém, essa prática está associada a um processo de desinstitucionalização no campo da deficiência, já que houve no Brasil, na década de 60, um *boom* de instituições especializadas, como escolas especiais, centros de reabilitação e oficinas protegidas. Ou seja, essas mudanças indicam justamente esse início de uma transformação de valores, transformações essas que dão lugar a novas práticas, já que as velhas práticas passam a não se encaixar mais nessas novas crenças.

O encaminhamento das pessoas com deficiência para empregos formais também segue essa lógica. Em verdade, como afirma Sassaki (1997), essa prática de trabalho ou de atividade laborial em oficinas protegidas é resquício da fase da segregação, quando dominava um certo sentimento paternalista ou piedoso com relação à pessoa com deficiência. Esse encaminhamento a empregos formais, ainda que de baixo escalão, também tem relação com o que afirmamos acima: novos valores acabam por demandar novas práticas, já que as antigas passam a não condizer ou não se encaixam no quadro de sentidos novo que passa a vigorar.

Há que se ressaltar, entretanto, que esse sentimento paternalista e piedoso não desaparece de uma hora para outra. Como é perceptível, o enquadramento da caridade está aí para demonstrar como mudanças de valores não são como linhas retas, em que avançamos para um novo estágio, deixando para trás todas as velhas crenças, sempre em um sentido progressista, de aperfeiçoamentos e aperfeiçoamentos. Como indicamos no início deste trabalho, a idéia de aprendizado parece muito mais apontar para o surgimento de novas

formas de pensamento, de novos sentidos, que passam a disputar lugar com as velhas formas do que efetivamente substituí-las.

Como mostrarão nossos resultados empíricos da próxima fase (1984 - 2008), mesmo a idéia de caridade ou solidariedade, por exemplo, ganha nova roupagem através da prática do voluntariado. Ainda que esta característica não dê nome a um enquadramento neste segundo período, ela será recorrente no *frame* da *qualidade de vida*. E aí não se trata de condenar o voluntariado como se fosse um retrocesso ou o retorno de antigos valores que não devem voltar a ter preponderância sobre as formas de pensamento da sociedade. Trata-se de perceber de que forma esse enquadramento da caridade passa a não apresentar validade em determinados contextos, em determinadas situações. E aí a adoção de uma idéia de voluntariado – que não é uma prática condenável nos dias de hoje, aliás, muito pelo contrário, é um “slogan” que está na moda, por assim dizer – ressalta como um tipo de abordagem ganha novas roupagens e volta a fazer sentido, através dessa nova “cara”.

Não que a idéia de caridade não tenha sentido nos dias de hoje, não é isso que estamos afirmando. Inclusive, a existência de práticas como o Teleton demonstram que ainda permeia os nossos valores essa noção caridosa para com a pessoa com deficiência. Mas o que chama a atenção é justamente essas adequações, essas novas facetas que determinadas formas de pensamento vão adquirindo com o passar do tempo para garantirem sua validade em termos de compartilhamento de valores.

Sendo assim, aquela comparação, feita por Gamson e Modigliani (1989), do discurso à idéia de valor agregado, ganha corpo com os resultados deste estudo. Como já apontamos acima, os autores afirmam que o discurso é sempre o resultado de uma dinâmica, em que novos eventos vão sendo interpretados de tal forma que eles podem criar novos enquadramentos ou fazerem parte de um enquadramento já em curso. Para fazerem parte desses enquadramentos já em curso, os pacotes precisam conter uma interpretação para o evento que seja consistente com o enredo daquele evento. Assim, à medida que as interpretações ainda são válidas, dão sentido para os eventos, os enquadramentos persistem. E, nesse sentido, os pacotes declinam ou ganham proeminência e são constantemente revisados e atualizados para acomodar novos eventos. E é isso que parece ocorrer com relação às pequenas modificações que ocorrem nos enquadramentos do trabalho e da educação e também com o da caridade, que ainda que não tenha recorrência no período posterior a 1976, surgirá como característica definidora do pacote do enquadramento da *qualidade de vida*, no ano de 2000. Como perceberemos mais adiante (seção 5.2, p. 160), o próprio enquadramento médico também passa por esse processo de transformação para se adequar

a novos universos de sentido e novas práticas que começam a ter lugar.

Ainda é preciso ressaltar, com relação a este período, a preponderância dos termos oriundos dos campos da medicina e da educação. Por essa preponderância, percebemos como efetivamente essas duas áreas tinham uma força discursiva bastante significativa em termos de definição dos valores compartilhados pela sociedade. Essa força também é expressa pela participação de atores sociais nas notícias, neste período, se restringir a exatamente atores desses campos.

Esses dados confirmam a importância de se identificar quem são as fontes ouvidas pelos jornalistas para a produção das notícias. Ainda que a noção discursiva empregada no trabalho parta de uma idéia de fluxos comunicativos, que se despreendem de sujeitos singulares e expressam formas interpretativas que povoam a esfera pública – como pressupõe a noção de “comunicação sem sujeito” de Habermas (1997) –, o “quem fala” nos textos tem revelância em função daquela noção de “comunidade discursiva” já mencionada neste trabalho⁵.

Nesse sentido, a participação de vozes restritas aos campos da educação e médico nesta fase da *trajetória discursiva mediada* da questão da deficiência implica que os valores que são reproduzidos são em grande parte aqueles compartilhados por esses atores. Ainda auxilia nesta consideração, o fato de os termos recorrentes serem justamente aqueles que são oriundos destes campos. Ou seja, os valores daquela “comunidade discursiva” se espalham de tal forma, que mesmo aqueles que não fazem parte dela também os replicam.

É notório também neste período, por outro lado, a inexpressiva força dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil na definição desses sentidos. Esses dados confirmam o que alguns autores indicam acerca do fôlego novo que a temática ganha a partir do início de uma mobilização maior por parte dos movimentos sociais a partir de 1979.

Por fim, cabe também ressaltar que esse enquadramento da capacitação acompanha esse *boom* que indicamos acima de instituições especializadas no trato da questão da deficiência. Essa reafirmação da necessidade de treinamentos, capacitação, especialização para lidar com as pessoas com deficiência, posteriormente, terá consequências na medida

⁵Como indicam Zhongdang e Kosicki (2001), os atores sociais empregam, no debate público, normas e convenções estabelecidas e compartilhadas. Os mesmos Zhongdang e Kosicki (2001) apontam que uma das funções do enquadramento é definir os limites ou as fronteiras de uma determinada questão. Aqueles atores que compartilham as mesmas regras e convenções tácitas estariam então em uma mesma “comunidade discursiva” e, nesse sentido, os esforços de enquadramento por parte desses atores acabam por reproduzir eles mesmos enquanto uma comunidade, de valores e convenções compartilhadas. Ou seja, um ator social, quando tem voz em uma notícia, não apenas fala do ponto de vista individual do sujeito que participa pontualmente daquele texto noticioso, mas ele também reproduz os valores e as normas daquela comunidade discursiva da qual ele faz parte. Ele representa um discurso específico.

em que, após afirmar e reafirmar a necessidade de capacitação e especialização dos profissionais que tratam das pessoas que têm deficiência, passa-se a reivindicar, por parte dos movimentos sociais, a inclusão dessas pessoas nos sistemas comuns da sociedade. Essa contradição, de “ontem” se necessitava de um conhecimento altamente especializado para lidar com esse grupo e “hoje” eles têm que ser recebidos e incluídos, por todos, em todos os sistemas, acaba por revelar como a mudança radical de valores é dificilmente processada num âmbito mais amplo. E a regulamentação de tal prática, a inclusão, não consegue mudar do dia para a noite uma série de sentidos compartilhados por décadas.

5.1.2 2ª fase: de 1984 a 2008

A seguir, apresentaremos os resultados do que definimos como a segunda fase da *trajetória discursiva mediada* sobre a questão da deficiência. Como já indicamos no gráfico *Panorama de enquadramentos* (Figura 1, p. 105), há uma clara mudança geral no panorama dos enquadramentos a partir de 1984. É neste ano que vemos surgir o enquadramento dos direitos, o que é bastante significativo para entendermos a nova guinada que o debate sobre a questão toma. Apresentaremos os enquadramentos majoritários e minoritários, assim como fizemos na fase anterior, e também faremos uma análise dos resultados a partir de considerações históricas, legais e conceituais. Vamos aos *frames* deste período.

5.1.2.1 Enquadramento dos Direitos

1. Grupo de 1984 - 11 notícias

- *Subtópico*: Cidadania | Direitos | Questões legais. (81%);
- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (72%);
- *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (63%);
- *Causa*: O problema é visto sob o ponto de vista legal, como problemas com a legislação vigente ou requisição de direitos. (54%);
- *Solução*: Passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (45%);
- *Solução*: A solução está na ação do Estado para resolver problemas, seja através de medidas governamentais ou investimento público. (45%);

- *Rubrica*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (45%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características negativos. (45%);
 - *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (45%).
-

2. Grupo de 1992 - 4 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
 - *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (100%);
 - *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (75%);
 - *Subtópico*: Cidadania | Direitos | Questões legais. (50%)
 - *Subtópico*: Acessibilidade. (50%);
 - *Solução*: Está em levar uma vida comum, fazendo atividades que todos gostam, como lazer, turismo, hobbies, esporte, atividades físicas diversas. (50%);
 - *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (50%);
 - *Ator*: Prestadores de serviços. (50%).
-

3. Grupo de 2008 - 21 notícias

- *Solução*: A solução passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (76%);
 - *Causa*: O problema é visto sob o ponto de vista legal, como problemas com a legislação vigente ou requisição de direitos. (76%);
 - *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (62%);
 - *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (52%).
-

Este enquadramento foi encontrado em três anos da amostra: 1984, 1992 e 2008. Ele apresenta características que não estavam presentes na primeira fase da *trajetória discursiva mediada*. Em 1984, chama a atenção imediatamente nas características desse grupo a promoção do problema a um nível público, aqui entendido no sentido de estatal. A questão passa a ser abordada por um viés que até então era muito tímido e por isso mesmo não aparecia no cruzamento dos dados: o Estado tem responsabilidades com relação à pessoa com deficiência. O surgimento de uma noção de direitos é fundamental para essa

guinada na forma de compreensão da questão. E, aqui, faz-se necessário que citemos que os jornais analisados dessa época acabam por apontar algumas questões interessantes que iremos aprofundar melhor à frente, mas que merecem ser mencionadas para facilitar a compreensão deste enquadramento.

O ano de 1984 é um ano conturbado no cenário político brasileiro. O movimento das Diretas Já tem uma forte atuação exatamente nesta época, sendo que as matérias analisadas foram recolhidas justamente no período em que ocorre algumas das grandes manifestações da época, como o histórico ato que aconteceu na Praça da Sé, em São Paulo, e reuniu mais de 300 mil pessoas. Assim, esse surgimento de uma noção de direito com relação à deficiência ocorre justamente num período de efervescência política em que o sentido de direito estava, por assim dizer, exaltado de forma mais ampla. Vale ressaltar que, em 1981, havia ocorrido o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, decretado pela ONU.

Também percebemos, com a análise dos termos utilizados pelas notícias deste grupo, que a predominância do campo da educação começa a decair com relação às definições interpretativas sobre a questão.

Com relação aos julgamentos morais, a princípio, parece contraditório a recorrência de julgamentos negativos com relação à deficiência e à pessoa com deficiência em um grupo que ressalta os direitos dessas pessoas. Porém é preciso apontar que, nas notícias desse grupo, esses julgamentos negativos que advêm da associação da deficiência sobretudo com o sofrimento e a angústia estão presentes nas matérias para ressaltar que pessoas com deficiência, apesar de passarem por momentos de aflição, principalmente aqueles que adquirem a deficiência no decorrer da vida, posteriormente, se recuperam e precisam ter direitos, não passarem por injustiças. Essa relação estabelecida com o sofrimento também pode ser vista como ainda um resquício de uma forma de interpretação recorrente nos anos anteriores, que encarava a pessoa com deficiência como uma vítima, uma pessoa que sofria.

Abaixo, um exemplo de notícia, publicada na seção de “Cartas dos Leitores”, que indica bem essa mudança de perspectiva, essa nova guinada no rumo que tomará as interpretações sobre a questão:

- **EXEMPLO 10**

- “Deficientes, algo estranho”

- (*Folha de São Paulo*, 12 de janeiro de 1984)

- “Não tenho medo de ser minoria. O trabalho mais eficaz sempre foi feito por minorias.”
(Gandhi)

“Tenho escrito e pedido a colaboração de nossa imprensa escrita e falada, na luta que travamos em benefício dos direitos das pessoas deficientes. Tornei-me deficiente (hemiplégica) por um desses acasos da fatalidade, há quase 9 anos. Depois de muita luta comigo mesma, para atingir a meta de voltar a viver, apesar de deficiente, vi que a batalha maior seria em conseguir, para todos, melhor reabilitação, transporte, trabalho, eliminação de barreiras, lazer etc. Ou seja, a melhoria para essa enorme minoria de 13 milhões de deficientes. E fui à luta e estou vivenciando-a. E como? Fazendo valer nossos direitos em relação a: carros estacionados nas calçadas, nas faixas de pedestres, acesso a transportes que nos levem aos centros de reabilitação, trabalho ou lazer.

“Estes dias, estando eu em companhia de crianças, ao deparar com um carro estacionado na calçada (DSV – até quando?) em frente a um estabelecimento, pedi a quem dirigia que o tirasse da calçada. O senhor me respondeu que não o tiraria e, em meio a palavras inconvenientes retrucou: ‘Você é recalcada por seu defeito e fica reclamando’.

“Fiquei indignada, mas como estava com crianças, deixei para resolver mais tarde e resolvi escrever para simbolizar meu grito. Afinal, se me resignasse ficaria como determinadas pessoas à margem do rio da vida.

“Senti que as pessoas vêm em nós deficientes, algo estranho, uma diferença singular como se faltasse uma peça do mecanismo de raciocínio para completar um preciso julgamento das coisas e dos acontecimentos. E essa peça é a deficiência (que pode acontecer a qualquer um, e ninguém a quer), no sentido que tradicionalmente se coloca a sociedade em relação a nós: só nos cabem ofensas, esmolas e nenhum direito. (Nem mesmo nosso governo nos ampara!)

Mas para mim essa deficiência que grande dor me trouxe, sem remédio no mundo, há de me abrir o raciocínio e o caminho que percorrerei como uma chama que me foi acesa e me fará lutar ainda mais pelos direitos humanos, mas principalmente pelos direitos dos deficientes, com o por todos os meios para defender os 12.999.999 deficientes de meu país.”
– Sra. Cintia de Souza Clausell (Capital, SP)

Em 1992, o grupo do enquadramento do direito conta com quatro notícias (14%). A diferença deste grupo de 1992 para o de 1984 é que agora a questão dos direitos é direcionada para uma temática específica, a acessibilidade. As notícias deste grupo tratam então do direito da pessoa com deficiência a ter acesso a diferentes ambientes, a diferentes produtos, e da necessidade dessas adaptações para que estas pessoas vivam melhor. Por isso a solução está justamente na pessoa com deficiência ter uma vida comum, desempenhando atividades que qualquer pessoa gosta. Para que ela tenha como usufruir disso, faz-se necessário a adaptação dos ambientes e dos serviços às necessidades dela.

A presença do que nomeamos de “prestadores de serviços” se deve a essa busca por acessibilidade passar também por estabelecimentos comerciais e diversos locais e serviços privados. Por isso, muitas vezes, esses prestadores de serviço são ouvidos nas notícias, principalmente quando da oferta, por exemplo, de um serviço adaptado à pessoa com deficiência.

Abaixo, exemplo de uma notícia pertencente a este grupo:

• **EXEMPLO 11**

Deficientes não 'sofrem'

(*Folha de São Paulo*, 12 de março de 1992)

Quando um brasileiro portador de deficiência chega aos EUA – cuja sociedade se esforça para respeitar as diferenças e liberdades individuais – esfrega os olhos e belisca a si mesmo: o sonho é possível? É, particularmente na Flórida.

Todos os banheiros, dos shoppings aos pubs, são adaptados. Nos hotéis, há quartos adaptados. Há rampas nas esquinas, elevadores com sinais em braile, metrô e ônibus com elevadores, vagas reservadas para carros em estacionamentos.

Quem quiser alugar um carro adaptado, encontra locadoras especializadas. Não é preciso ligar antes para saber se os cinemas têm escada: são todos acessíveis. Em Orlando, no complexo Disney, todos os brinquedos são acessíveis. E há cadeiras de rodas para alugar.

No Brasil, quando vejo Ruth Escobar afirmar que seu teatro, sem acesso para cadeiras de rodas, é o mais moderno do país; ou quando a arquiteta Lina Bo Bardi reforma o Masp e, apesar de avisada pelos grupos de deficientes, não o adapta; ou ainda quando o Shopping Paulista, apesar da lei, inaugura quatro cinemas inacessíveis – só pode ter recebido o alvará devido à ineficiência dos fiscais ou corrompendo-os –, é de vomitar. Um dia ainda vou dinamitar esses monumentos pseudomodernos que desprezam parte da população.

Em 2008, o grupo de notícias do enquadramento dos direitos é formado por 21 notícias (32,30%). Merece ser ressaltado o nível de compartilhamento do enquadramento neste ano: este é o segundo maior grupo do período. Abaixo, exemplo de notícia:

• **EXEMPLO 12**

Respeito e inclusão

(*O Globo*, 11 de julho de 2008)

O Congresso Nacional acaba de ratificar a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De forma inédita, e promissora (mais de três quintos votaram sim), essa importante decisão eleva os termos e o conteúdo do tratado à dimensão exclusiva de equivalência constitucional.

Significa dizer que Estado e sociedade serão ainda mais impelidos, e saudavelmente pressionados, para fazerem valer a Lei Maior, que assegura direitos e proclama princípios que dizem respeito a cerca de 15,4% da nossa população, cujas dificuldades cotidianas são tremendas, na dura e complexa busca por qualidade de vida e por inclusão social.

A causa e a bandeira se fortalecem. Um bom exemplo está no plano da expressão “acessibilidade”. Se é certo e de direito que à pessoa com limitação física possam ser oferecidos instrumentos para sua melhor mobilidade pessoal, por outro lado, os Estados partes deverão tomar as medidas concretas para eliminação de obstáculos de toda natureza.

Essa nova abordagem não se atém à superação conquistada pelo próprio indivíduo diante das limitações do meio físico com o qual convive. O foco, agora outro, amplia-se, e o

próprio contexto social passa a ter responsabilidade de agir para derrubar tais barreiras, como que se antecipando na afirmação plena do direito de ir e vir. Em consequência, o poder público será obrigado a reservar verbas orçamentárias para esse fim, através de programas de adaptações de construção civil, progressivamente, até atingirmos o estágio ideal no qual as intervenções físicas já brotarão sob a tutela do “desenho universal”, cujos traços devem contemplar a fruição dos espaços por qualquer indivíduo, os com deficiência, os com mobilidade reduzida (idosos) ...ou não! [...]

5.1.2.2 Enquadramento Médico

1. Grupo de 1984 - 26 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (69%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (57%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (57%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (53%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (46%).
-

2. Grupo de 1992 - 15 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (80%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (73%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (73%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (60%);
 - *Rubricas*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (53%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (47%).
-

3. Grupo de 2000 - 16 notícias

- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (94%);
- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência

em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (94%);

- *Subtópicos*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (81%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (69%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (62%);
 - *Rubricas*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (44%).
-

4. Grupo de 2008 - 22 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (91%);
 - *Subtópicos*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (64%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (59%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (50%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (41%);
 - *Atores*: Pessoas com deficiência. (41%).
-

Como na primeira fase da *trajetória discursiva mediada* da questão, o enquadramento médico é encontrado em todos os anos desta segunda fase. No grupo de 1984, cabe ressaltar que o “valor organizatório” deste grupo cai com relação aos períodos anteriores devido à divisão em apenas dois conjuntos dos textos deste ano. Com isso, matérias que não se encaixariam no outro grupo, mas tinham alguma característica deste agrupamento entraram para o conjunto. Daí que não há uma uniformidade, expressa pela alta porcentagem de quase todas as características definidoras do grupo, como em outros anos.

Abaixo exemplo de notícia deste ano:

• EXEMPLO 13

Perigo medido

Teste americano avalia risco de mongolismo
(Veja, 10 de março de 1984)

Quando uma mulher com mais de 35 anos pergunta ao seu ginecologista se está em condições de ter um filho, geralmente ela ouve do médico que há um certo risco de ela ter

um bebê com alguma anomalia congênita, sobretudo a Síndrome de Down, conhecida popularmente como mongolismo – uma doença resultante de problemas nos cromossomos. Mulheres com menos de 35 anos dificilmente ouvem essa ponderação. Um estudo divulgado pelo Departamento de Saúde do Estado de Nova York mostra agora que o risco existe para todas as mulheres. Começa a ser significativo a partir dos 25 anos – nessa faixa o risco é de 2,1 bebês defeituosos a cada 1.000 nascimentos – e aumenta com a idade, até chegar a 53,7 crianças com problemas por 1.000 nascimentos em mulheres na faixa dos 45 anos. [...]

Em 1992, o grupo do enquadramento médico conta com 15 notícias (52%) e volta a ter um alto “valor organizatório”, com as características definidoras tendo altas porcentagens de recorrência, o que demonstra a homogeneidade dos textos do conjunto. As notícias desse ano são parecidas, no geral, com o exemplo citado de 1984.

O grupo do ano 2000 mantém o mesmo valor organizatório dos outros grupos desse enquadramento, assim como o de 2008. O conjunto de 2000 tem 16 notícias, 33% dos textos deste ano. E o de 2008 tem 22 notícias, 34% das matérias deste período. O ano de 2000 não apresenta alterações relevantes nas características definidoras.

No caso, chama a atenção, em 2008, a recorrência de julgamentos positivos e de falas de pessoas com deficiência, características que até então não haviam sido salientes em outros grupos de outros períodos que originaram o enquadramento *médico* da deficiência. Retornaremos a este ponto nas seções seguintes do capítulo, porém vale ressaltar que fazem parte desse grupo as notícias que tratam do debate acerca da liberação para pesquisas do uso de células-tronco. Estas matérias, que, a princípio, poderiam se encaixar numa perspectiva *ética*, acabaram não se desmembrando deste grupo porque as notícias são dos meses finais deste debate, quando a questão já estava para ser votada no Supremo Tribunal Federal e quando o cunho ético da temática já tinha sido posto um pouco de lado. Esses textos, que foram recolhidos na amostra, se caracterizam mais por uma abordagem médica, dos benefícios das pesquisas para, sobretudo, as pessoas com deficiência, do que efetivamente uma reflexão em torno da questão ética do tema. Essa inserção dessas notícias acaba por auxiliar na maior recorrência de falas de pessoas com deficiência neste grupo. Porém, vale ressaltar, que, de qualquer forma, observa-se neste período uma participação mais efetiva das pessoas com deficiência nas notícias que falam sobre deficiência, inclusive em termos médicos. Isso tem relação com a tendência, nesta fase, de conferir protagonismo às pessoas com deficiência quando da discussão da questão.

Os julgamentos morais positivados advêm de uma série de matérias sobre um atleta sul-africano, Oscar Pistorius, que tentou competir entre atletas sem deficiência nas Olimpíadas. Porém, ele não alcançou o índice necessário e acabou não participando do evento para atletas sem deficiência. Essas notícias entraram neste grupo porque abordam a

questão sob o ponto de vista físico, em todos os sentidos. O problema de Pistorius é corporal, ela não tem as duas pernas. A solução encontrada são modernas próteses de fibra de carbono, que possibilitam que ele tenha resultados superiores aos de outros atletas com deficiência. A questão não se desdobra efetivamente para uma discussão ética ou de direito acerca da vantagem que tais próteses poderiam conferir ao atleta porque ele já havia conseguido na Justiça o direito de disputar as seletivas para as Olimpíadas de Pequim. Em verdade, as notícias que entram na amostra são do período bem próximo do evento quando Pistorius está fazendo sua última tentativa de se classificar. Vem daí a recorrência de julgamentos positivados, já que ele é associado a características positivas, como eficiência, capacidade etc. Vamos a um exemplo de notícia deste ano para concluir a apresentação deste enquadramento:

• **EXEMPLO 14**

A roupa da liberdade

Traje motorizado devolve os movimentos aos paraplégicos. Em dois anos, começará a ser vendido por 20.000 dólares
(Veja, 3 de setembro de 2008)

Um aparelho criado recentemente em Israel acena aos paraplégicos com esperanças concretas de viver menos tempo na cadeira de rodas. O invento, batizado de ReWalk, é um traje motorizado que garante a quem tem paralisia da cintura para baixo realizar movimentos impossíveis – como ficar de pé, caminhar, subir e descer escadas e rampas. Ao contrário das cadeiras de rodas mais modernas, que apenas colocam o corpo na vertical, o ReWalk permite que se ande sobre os próprios pés. Isso é possível graças a uma série de suportes mecânicos acoplados ao corpo, da cintura até o tornozelo. [...]

5.1.2.3 Enquadramento da Acessibilidade

1. Grupo de 2000 - 16 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (94%);
- *Atores*: Pessoas com deficiência. (56%);
- *Subtópico*: Acessibilidade. (50%);
- *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (50%);
- *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (44%);
- *Solução*: A solução está na promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, seja através de ambiente adaptado, materiais e produtos específicos pra eles, enfim, o mundo

se modifica pra possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a distintos locais, serviços etc. (44%).

2. Grupo de 2008 - 13 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (85%);
 - *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (69%);
 - *Solução*: A solução está na promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, seja através de ambiente adaptado, materiais e produtos específicos pra eles, enfim, o mundo se modifica pra possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a distintos locais, serviços etc. (54%);
 - *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (54%).
-

Este enquadramento da acessibilidade é bastante significativo para a compreensão desta segunda fase histórica. Ele foi encontrado em 2000 e 2008. O grupo do ano 2000 tem 16 notícias. Essa idéia de acessibilidade surge em 1992, no esteio das reivindicações por direitos. Ela se fortalece e a separamos do enquadramento dos direitos a partir de 2000, apesar dela manter estreita relação com essa forma de interpretação calcada numa noção de cidadania. A causa e solução que estão relacionadas ao âmbito do direito não são definidoras do pacote interpretativo, mas é preciso dizer que em algumas notícias deste grupo elas estão presentes juntamente com a questão da acessibilidade, reforçando essa ligação entre esses dois enquadramentos. Porém, a questão se desloca de uma noção de direitos, de reivindicação, para uma idéia mais próxima talvez do que chamamos de “politicamente correto” a partir de 2000. O que queremos dizer com isso? Muitas matérias desse grupo se referem à oferta de produtos e ambientes adaptados para as pessoas com deficiência sem passar necessariamente por uma noção de reivindicação. Em verdade, é como se os movimentos sociais e as pessoas com deficiência estivessem “colhendo os louros” de anos de luta, de embate, na busca pelos direitos dessas pessoas. Vejamos alguns exemplos de notícias para ficar mais explícito:

● EXEMPLO 15

Bar tem cardápio em braile

(Folha de São Paulo, 20 de maio de 2000)

Um bar “politicamente correto” está abrindo suas portas no próximo dia 22 em Campinas.

O Virtual Net Bar promete atender a um público diversificado, contando com rampa para deficientes e cardápio em braile. [...]

• **EXEMPLO 16**

Proteção: Seguradora lança produto para deficiente

(*Folha de São Paulo*, 11 de junho de 2000)

A Porto Seguro está oferecendo uma cobertura para deficientes físicos que dirijam carros adaptados. Como diferencial em relação aos planos comuns, a seguradora dá 5% de desconto na assinatura do contrato, oferece carro extra por sete dias em caso de acidente e assistência 24 horas (inclusive para troca de pneus e auxílio em caso de pane). Os segurados terão direito a 3% de desconto na instalação de equipamentos para a adaptação de veículos na rede Cavenaghi. [...]

Como dissemos, não que a noção de direitos desapareça, temos notícias de denúncia de não cumprimento de leis que garantem acessibilidade, porém, percebemos que, há, em 1992, uma reivindicação por direitos, especificamente, pela acessibilidade. Por isso, a nomeação daquele grupo como pertencente ao enquadramento do direito. Em 2000, temos notícias que abordam menos a noção de direitos e mais a oferta desses ambientes e produtos adaptados. E, assim, as características ligadas ao direito e à cidadania não aparecem como definidoras do grupo.

Novamente, é preciso ressaltar que esse enquadramento, esse olhar sobre a questão em termos de acessibilidade, tanto física, quanto em serviços e produtos adaptados, é uma forma de interpretação da questão que vem no esteio do movimento inclusivista. A questão da acessibilidade é uma das bandeiras do ideal da inclusão na medida em que parte do princípio que a sociedade deve se modificar para possibilitar a inclusão da pessoa com deficiência. A questão da acessibilidade passa justamente por isso, pela mudança do ambiente físico ou de produtos, serviços, formas de comunicação, como é o caso do braile, para a inserção da pessoa com deficiência na vida social. Este enquadramento é o mais compartilhado neste período, juntamente com o enquadramento *médico*, com 33,33% das notícias do ano sendo pertencentes a esse grupo.

O grupo gerado em 2008 tem 13 notícias (20%) e características muito semelhantes ao de 2000. Algumas notícias em 2008 também abordam questões legais, mas é importante destacar, que esse grupo, assim como o de 2000, não se trata de um conjunto que expressa a abordagem do *direito* através da temática da acessibilidade. Se assim fosse, não seria um enquadramento distinto. A questão da acessibilidade se tornou uma bandeira de luta de vários movimentos sociais e entidades do terceiro setor e, hoje, a abordagem da acessibilidade carrega consigo um pacote interpretativo bastante específico com relação à deficiência.

A noção de que as pessoas com deficiência podem desenvolver uma vida autônoma e independente está no seio desta abordagem. Portanto, não se trata apenas de uma temática, mas de uma forma específica de olhar para a pessoa com deficiência e para a deficiência em si que é distinta e ao mesmo tempo próxima da questão do direito. Se a perspectiva da acessibilidade surge atrelada ao enquadramento da *cidadania*, ela ganha vida própria quando passa a atribuir autonomia, independência, o que os movimentos sociais chamam de empoderamento, à pessoa com deficiência. Vai além de ter o direito de ir e vir, mas passa pelo fato de que a pessoa que tem uma deficiência não é só cidadão, mas também consumidor, aquele que se diverte, que se locomove por locais distintos, que não precisa ter sempre a tiracolo alguém para lhe auxiliar, já que o mundo não o auxilia. Aqui, o mundo se modifica, à espera da pessoa com deficiência, mas também de qualquer outra pessoa que tenha necessidades especiais, como idosos, obesos, grávidas etc.

Há neste enquadramento um acolhimento da diversidade, que é distinto de apenas requerer um direito. Logicamente, as notícias não se tratam de apenas boas iniciativas e promoção da acessibilidade. Em sua maioria, pelo contrário, elas falam das dificuldades. Mas a preocupação com esta perspectiva já demonstra uma clara mudança de valores da sociedade que não segrega e impõe padrões para que a pessoa com deficiência seja inserida. A perspectiva da necessidade de mudança do ambiente físico das cidades para receber essas pessoas é uma forma de manifestação da noção de inclusão, que aqui já ganha corpo através de um debate específico, no caso, a acessibilidade. Novamente, faremos uso da exemplificação para clarearmos o que estamos indicando de forma abstrata:

• EXEMPLO 17

ACESSO: Particulares também precisam de adaptação

Deficiente auditiva esperou mais de um ano por intérprete
(Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2008)

Quando entrou em fisioterapia na Universidade Metodista, em 2005, Fabíola de Oliveira, 23, deficiente auditiva, foi à coordenação dizer que precisava de um intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), pois não conseguia ouvir os professores. Mas foi só após um ano e meio que ela conseguiu. “Se ela fala apenas com uma pessoa num ambiente fechado, consegue ouvir e responder”, diz a mãe, Terezinha. “Agora, em uma sala de aula, ela tem dificuldade, e a faculdade demorou para entender isso”.

A instituição organizou fóruns com Fabíola, a mãe e professores para debater a questão. “Ela fala muito bem, precisávamos analisar bem o caso”, afirma Elizabete Costa Renders, assessora pedagógica da Metodista, sobre a demora para contratar intérpretes.

Por outro lado, Daniela Bortman, 25, aluna de medicina da Unitau (Universidade de Taubaté), conta que recebeu todo o apoio da faculdade para voltar aos estudos após ter ficado tetraplégica em decorrência de um acidente de carro, em 2006. Segundo ela, adaptações que não existiam foram feitas.

Tatiana Dias, 21, também foi bem-recebida na Unip. Há seis anos, por causa de uma bala perdida, ela ficou paraplégica. Entrou em propaganda e marketing neste ano e diz que, quando pediu um espelho especial no banheiro, foi rapidamente atendida. [...]

• EXEMPLO 18

Chega o tempo da economia de nichos

Produção em massa será substituída pela exploração, em larga escala, de setores específicos. Informação é o motor dessa revolução silenciosa.

(O Globo, 27 de julho de 2008)

O número de páginas vistas mensalmente na internet por uma criança cresceu 33% no último ano. No mesmo período, a participação de mulheres no mercado de trabalho mundial bateu recorde, alcançando 1,2 bilhão. O percentual de idosos no Brasil, por sua vez, aumenta num ritmo maior do que a população. Segundo os especialistas, observar, coletar e trabalhar esses e outros dados setoriais é a tendência do mercado, que vive uma transição da economia de massa para a economia de nicho. [...]

Setores em destaque – [...] Portadores de deficiência: Ainda inexplorado, o grupo de pessoas que têm necessidades especiais requer mais atenção. Com o fortalecimento das leis de inclusão, a expectativa é, inclusive, de que a renda dessas pessoas aumente. Só no Grande Rio, são mais de 800 mil portadores de deficiência.

5.1.2.4 Enquadramento da Vida Social Ativa

1. Grupo de 1992 - 6 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (83%);
- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (67%);
- *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (67%);
- *Subtópico*: Psicologia | Relações interpessoais. (50%);
- *Julgamento moral*: Aproxima-se a pessoa com deficiência da normalidade. (50%);
- *Causa*: O problema é visto sob a ótica da socialização. No caso, o problema seria a falta de contato, falta de interação, de relações entre a pessoa com deficiência e a sociedade. (50%).

Esse enquadramento foi identificado apenas em um ano da amostra, 1992. O grupo que deu origem ao enquadramento tem seis notícias (21%). Percebe-se neste enquadramento

a preocupação com o contato da pessoa com deficiência com as pessoas sem deficiência. Ressalta-se aqui a igualdade de status ou a proximidade da pessoa que tem uma deficiência daquilo que se entende por normalidade. Ela não é mais “o diferente”. Agora ela passa a ser uma pessoa comum, que precisa se relacionar com outras pessoas assim como todo mundo. Aqui, a ênfase é na socialização, na necessidade de uma vida social ativa por parte da pessoa com deficiência.

A diferenciação com relação aos períodos antecedentes fica bem clara se pensarmos no slogan mais recorrente nos anos anteriores a 1984: o da reabilitação, da preparação para a vida em sociedade. Aqui, a vida em sociedade faz parte da rotina da pessoa com deficiência. Ela não precisa ficar se preparando para isso. O viver em sociedade é inclusive, podemos dizer, “parte do tratamento”, na medida em que a socialização, o contato da pessoa com deficiência com o mundo só tem a trazer benefícios para a vida dela. Abaixo, exemplo de trecho de matéria deste conjunto:

• **EXEMPLO 19**

Os cuidados no relacionamento com pessoas cegas

(*O Globo*, 19 de março de 1992)

O Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Cultura, prosseguindo na sua finalidade de educar menores cegos e de visão subnormal e de esclarecer as pessoas que vivem com estes deficientes, traz a público, atualizadas por professores do educandário, noções práticas formuladas por Robert Atkinson, Diretor do Braille Institute of America, Califórnia, que se dedica à reabilitação de deficientes visuais.

Este propósito decorre da constatação, diariamente comprovada, de que a falta de adequada orientação constitui um dos principais fatores responsáveis por erros cometidos, embora baseados na boa intenção, por aqueles que convivem com cegos e portadores de visão subnormal.

1. Não trate as pessoas cegas como seres diferentes somente porque não podem ver. Saiba que elas estão sempre interessadas no que você gosta de ver, ler, de ouvir e falar.
2. Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais mais ou menos acentuadas. [...]

Enfim, como fica perceptível, há uma tentativa de aproximação da pessoa com deficiência da idéia de normalidade. Aqui, a pessoa com deficiência convive com a deficiência e não busca, necessariamente, por cura a todo o mundo. A vida dessas pessoas deixa de se resumir à busca incessante por livrar-se da deficiência para se tornar efetivamente uma vida mais plena, no sentido de ser a vida de alguém que tem uma deficiência mas que também gosta de se relacionar com as pessoas, quer ter amizades etc.

5.1.2.5 Enquadramento da Mudança Social

1. Grupo de 1992 - 4 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (100%);
 - *Solução*: Passa pela mudança social, mudança nos valores, nas atitudes da sociedade para com a deficiência. (75%);
 - *Slogan*: “As pessoas com deficiência podem desempenhar qualquer trabalho/atividade”. (75%);
 - *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (75%);
 - *Julgamento moral*: Aproxima-se a pessoa com deficiência da normalidade. (75%);
 - *Causa*: O foco aqui são as ações da sociedade, as atitudes com relação à deficiência, a forma como a sociedade trata a questão. (75%);
 - *Atores*: Pessoas com deficiência. (75%);
 - *Subtópicos*: Preconceito | Discriminação. (50%);
 - *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou ainda na qualificação para vagas de alto nível. (50%);
 - *Slogans*: Que negam a incapacidade da pessoa com deficiência. (50%);
 - *Exemplos*: Histórias de pessoas com deficiência que seguiram a vida, tiveram conquistas, histórias de sucesso, vencem desafios, mostram que são capazes. Muitas vezes a pessoa com deficiência é mostrada como um super-herói. (50%).
-

O enquadramento da mudança social também só está presente em um ano da amostra, em 1992. O grupo deste *frame* conta com quatro notícias (14%). Como é perceptível, neste grupo, que apresenta características até então não definidoras de nenhum grupo nos períodos anteriores, há, assim como nos enquadramentos do *direito* e no *vida social ativa*, uma tentativa de tratar a pessoa com deficiência como uma pessoa comum, aproximá-la da noção de normalidade. Porém, ressalte-se que, neste caso, a ênfase nas características positivas, em exemplos de superação, em slogans que ressaltam a capacidade e que negam a incapacidade, acaba por gerar uma associação da pessoa com deficiência ao super-herói. Essa transformação da pessoa que tem uma deficiência em praticamente um super-herói

pode muitas vezes acabar por novamente tratá-la como “o diferente”, diferente neste caso porque é um super-herói e não uma pessoa comum.

É marcante neste grupo a recorrência da causa e solução associada à questão social. O problema é localizado nos valores e atitudes das pessoas com relação à deficiência e a solução estaria justamente na mudança desses valores e atitudes. Esse também é o primeiro grupo, cronologicamente, em que se ressalta que o problema está neste nível e talvez isto explique a excessiva utilização de julgamentos, slogans e exemplos que reforcem a capacidade e os aspectos positivos das pessoas com deficiência. A tentativa é de modificar os valores através do reforço das características positivas.

A recorrência desta noção de que o problema está situado em um nível social tem relação com o ideal da inclusão, discutido na seção 1.2 (p. 50). E a reincidência do subtópico do preconceito e da discriminação está em sintonia com essas outras características apontadas como definidoras deste grupo. O preconceito e a discriminação são atitudes que ressaltam a necessidade desta mudança de valores. A solução do âmbito do trabalho acaba surgindo como demarcante deste grupo porque duas das quatro matérias deste conjunto tratam em alguma medida da questão profissional, de preconceitos vividos no trabalho pelas pessoas com deficiência. Todavia, como o foco é a questão da mudança de valores e da valorização da pessoa com deficiência, chamamos este enquadramento de *frame* da *mudança social*. Abaixo, temos exemplo de uma matéria deste grupo:

- **EXEMPLO 20**

Superando as barreiras da deficiência

(*O Globo*, 29 de março de 1992)

Com doses de amor e respeito, os deficientes físicos ganham espaço e vão à luta, provando que a maior barreira, geralmente, está na cabeça; se essa funciona, o corpo atende. Por essa razão, grupos e associações constantemente se formam pelo Brasil, a fim de defendê-los no que diz respeito ao seu moral e à integridade.

Carlos Eugênio Maneschy Barreira, Cleide da Câmara Souza, Luzimar Alvino Sombra e Carlos Alberto Góes são quatro exemplos de deficientes que, conscientes de suas limitações, conseguiram driblar o preconceito, encontrando, em algumas instituições como a Benjamin Constant, a oportunidade para ascender, normalmente, em suas profissões. [...]

5.1.2.6 Enquadramento Ético

1. Grupo de 2000 - 5 notícias

- *Subtópico*: Ética. (80%);
- *Slogans*: Aborto eugênico ou engenia ou slogans ligados a isso, como a reprovação de que alguns merecem ser abortados mais que outros. (80%);
- *Causa*: O problema tem cunho ético. (80%);
- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (60%);
- *Solução*: A solução passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (60%);
- *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (60%);
- *Exemplos*: Mulheres que querem abortar crianças sem cérebro e que recorrem à Justiça. (60%);
- *Atores*: Parentes e amigos de pessoas com deficiência. (40%);
- *Atores*: Campo médico | saúde. (40%).

O grupo do enquadramento ético aparece em 2000 e é formado por cinco notícias (10%). Este grupo surge no ano de 2000 porque o tema do aborto eugênico está fortemente em discussão na realidade brasileira. A autorização da Justiça para o aborto de bebês anencéfalos abre jurisprudência para que outras mulheres grávidas recorram à Justiça para conseguirem tal autorização. A discussão então centra-se na idéia de que estariam abortando hoje as pessoas com deficiência de amanhã. O problema abordado sob o viés ético justamente mostra que a autorização para o aborto de bebês sem cérebro poderia desencadear em um processo em que, ao final, crianças com mutações genéticas ou outras anomalias físicas seriam abortadas com a autorização legal.

Essa questão e este agrupamento marcam o surgimento do enquadramento *ético* da questão. E esse enquadramento marca também uma tendência, já que diversos temas, muitos ligados ao campo médico ou científico, outros ao campo jurídico, começam a ser debatidos, sob um viés ético, nos anos 2000 pela sociedade e também pela mídia. Essa é uma forma nova de se abordar a temática, que surge principalmente devido ao aprimoramento dos conhecimentos científicos, que possibilitam exames e diagnósticos até então impossíveis de se obter, como o mapeamento genético ou a pesquisa com células-tronco etc. Esses mesmos temas são debatidos em alguns momentos sob o viés ético, porém em outros momentos a abordagem é *médica*, a depender da forma como a questão é abordada. Abaixo, exemplo de notícia deste grupo:

• EXEMPLO 21

Justiça dá autorização para aborto

Grávida de feto sem cérebro já pode se internar hoje; professora ainda aguarda permissão (O Globo, 07 de junho de 2000)

A dona de casa Maria Aparecida Aleixo conseguiu ontem, no início da noite, autorização judicial para fazer um aborto. Ela está grávida de seis meses e o feto, segundo os médicos que a atendem, não tem cérebro. A autorização foi dada pela juíza Kátia Cilene da Hora Machado, da 5ª Vara Criminal de Nova Iguaçu. Hoje, assim que pegar cópia da autorização, ela poderá se internar e interromper a gravidez. Esta é a segunda gravidez de Maria Aparecida e todo o enxoval do bebê já estava comprado.

Ontem, Cleide dos Santos Alves, grávida de sete meses, fez aborto com autorização judicial. Na porta da Maternidade Praça Quinze, ela ainda teve que enfrentar a hostilidade de um casal religioso que era contra o aborto mesmo sabendo que o feto não tinha cérebro e que morreria segundos depois de nascer, segundo os médicos.

Outra grávida, a professora Flávia Spinelli, ainda está esperando autorização para tirar o bebê que espera há cinco meses e que, de acordo com os médicos, também não tem cérebro. O pedido de autorização para o aborto foi negado em primeira instância pela juíza em exercício da 29ª Vara Criminal, Maria Luíza de Oliveira Sigaud Daniel, que alegou se tratar de aborto eugênico, ou seja, provocado por ter o feto alguma deficiência, o que é proibido no Brasil. O artigo 128 do Código Penal só considera o aborto legal se houver risco para a gestante ou se a gravidez for resultado de estupro. Flávia recorreu argumentando que, nos últimos cinco anos, juízes de São Paulo e do Rio concederam o direito ao aborto a 184 mulheres em situação semelhante à dela. [...]

5.1.2.7 Enquadramento da Qualidade de Vida

1. Grupo de 2000 - 3 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
- *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (100%);
- *Slogans*: Que reiteram a noção de melhora da qualidade de vida, de uma mudança para melhor e ao crescimento também da própria expectativa de vida. (67%);
- *Solução*: Está nas mãos da pessoa com deficiência e de sua família, através do esforço, luta pessoal, tratamento psicológico ou mesmo aceitação da própria condição. (67%);
- *Solução*: Está na caridade, na solidariedade das pessoas, através de doações ou de trabalho voluntário. (67%);
- *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (67%).

O grupo que dá origem ao enquadramento da qualidade de vida aparece em 2000 e é formado por três notícias (6%). Para esclarecer a lógica deste agrupamento, precisamos ressaltar que duas dessas três notícias falam de entidades que dão assistência a pessoas com deficiência. Essa informação é importante porque ela auxilia na explicação do porquê da variável da solidariedade/caridade voltar a definir um grupo neste ano. Em verdade, nas duas notícias, o foco não é a questão da solidariedade e sim falar de tratamentos que auxiliam na melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Porém, ambas as matérias se referem à necessidade dessas instituições de contar com o trabalho voluntário para conseguirem atuar. Portanto, o foco é na questão da melhora da qualidade de vida, que está expressa no slogan de maior recorrência deste grupo.

É preciso ressaltar que esta noção de melhora da qualidade de vida é nova em termos de enquadramento, visto que nos anos anteriores, principalmente nos antecedentes a 1984, as entidades assistenciais existiam para oferecer tratamentos médicos, educacionais ou treinamento profissional que possibilitassem que as pessoas com deficiência chegassem o mais próximo possível daquela noção de normalidade. Daí aquela idéia de preparação para a vida em sociedade. Todavia, a noção agora é distinta. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Possibilitar que elas tenham uma vida melhor, com a deficiência. Ou seja, ao invés de se pensar em superação da deficiência, pensa-se em superação das limitações, o que possibilita essa melhora da qualidade de vida. Daí o aprendizado de coisas que servem não para aproximar essa pessoa da condição de uma pessoa sem deficiência, mas sim o aprendizado para executar determinadas tarefas que, em verdade, facilitam o dia-a-dia, a rotina daqueles que têm uma deficiência. Por isso, a noção de melhora da qualidade de vida é distinta da de preparação para a vida em sociedade. Daí a recorrência da solução que aponta para o tratamento psicológico ou aceitação da condição da deficiência. Aqui, não se busca incessantemente a cura. Aceita-se a situação e se busca a melhora da condição de vida, que é possível com a deficiência.

É importante ressaltar que esse slogan da qualidade de vida está presente em outras notícias porém outras características acabaram por qualificá-las como pertencentes a outros grupos. Sendo assim, ainda que o grupo apresente apenas três notícias, esse enquadramento não pode ser descartado. Abaixo, exemplo de trecho de notícia deste grupo:

● **EXEMPLO 22**

Tratamento especial para os deficientes

(*O Globo*, 14 de maio de 2000)

Para cada paciente, um tratamento diferenciado. Foi com essa filosofia que a Associa-

ção Fluminense de Reabilitação (AFR) tornou-se referência para adultos e crianças que precisam de cuidados especiais para superar suas limitações. Com uma diretoria formada por voluntários, ela está há 41 anos prestando assistência e promovendo o aperfeiçoamento de profissionais.

Todos os meses, cerca de duas mil pessoas buscam a assistência da entidade, entre elas 500 crianças. Os tratamentos vão desde a simples correção de postura e sessões de massagem até a fisioterapia para pacientes com lesões graves. Atualmente, 238 crianças com paralisia cerebral são atendidas pela AFR.

Os cuidados não se restringem à parte física. Os pacientes também contam com o apoio de psicólogos e terapeutas ocupacionais. Para ajudá-los a viver melhor com a família e superar o estigma da deficiência, assistentes sociais acompanham caso a caso. [...]

5.1.2.8 Enquadramento das Limitações e Capacidades

1. Grupo de 2000 - 8 notícias

- *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (75%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (75%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (50%);
 - *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (50%);
 - *Julgamento moral*: O deficiente é encarado como uma pessoa como outra qualquer, que tem limitações e capacidades (a deficiência é vista como uma característica entre tantas que a pessoa tem). (50%);
 - *Atores*: Pessoas com deficiência. (50%).
-

O enquadramento das limitações e capacidades está presente no ano de 2000, em oito notícias (17%). Neste conjunto, é preciso ressaltar a presença marcante dos termos promovidos por movimentos sociais e também do julgamento moral que identifica a pessoa com deficiência como outra qualquer, que tem limitações e capacidades. Neste caso, diferentemente do enquadramento da *mudança social*, que ressaltava sobremaneira as características positivas das pessoas com deficiência de tal forma que elas eram retratadas como super-heróis, neste grupo, a ênfase é nas limitações e capacidades dessas pessoas. Essa ênfase nas limitações e capacidades, ou na deficiência como uma característica entre

tantas outras, é fruto de intensa luta no campo social e médico para uma abordagem mais positivada da deficiência. Como explicamos na seção 1.1.1 (p. 24), a criação, pela OMS, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), em 2001, é baseada em uma abordagem biopsicossocial, onde as pessoas com deficiência são vistas como tendo certas limitações, mas também capacidades, que podem se desenvolver a depender do ambiente social onde elas estejam inseridas. Essa noção de limitações e capacidades acompanha a modificação mais ampla da idéia de integração para a de inclusão, e, ao contrário do enquadramento da *mudança social*, não transforma a pessoa com deficiência em um super-herói, o que certamente também é problemático, visto que elas voltam a ser vistas como diferentes das sem deficiência.

Percebemos também que a pessoa com deficiência começa a ser tornar mais protagonista de sua própria história, ao ganhar voz nas notícias e figurar como ator definidor deste grupo. A força do campo social ou da sociedade civil organizada no contexto pós anos 90 é reforçada com a recorrência cada vez maior de termos promovidos por estes atores. Percebemos que decai a presença de termos oriundos do campo da educação e aumenta de nomenclatura oriunda dos movimentos sociais. Abaixo, temos um exemplo de matéria deste grupo:

• EXEMPLO 23

Retrato terno e delicado de um menino especial

Antônia Costa faz um depoimento carinhoso sobre o filho portador da Síndrome de Down
O menino, de Antônia Costa. Editora Record, 24 páginas. R\$ 20
 (O Globo, 20 de maio de 2000)

Uma demonstração de coragem, um testemunho de vida, um documento alentador, uma imensa prova de amor. “O menino”, singelo e terno livro de Antônia Costa sobre Felipe, seu filho portador da Síndrome de Down, comporta todas as definições acima. E tantas outras que possam caber num relato emocionado sobre crianças que nascem diferentes, com marcas que carregarão para sempre, mas que são crianças como outra qualquer. Uma criança “especial e única”.

Antônia foi corajosa ao decidir mostrar ao leitor não a história de qualquer criança trissômica - um dos rótulos criados para o conjunto de sintomas, como lembra a autora - mas a história que aconteceu dentro de sua própria casa.

Antônia compôs o livro como uma espécie de diário do filho, recheado de muitas fotos de Felipe com ela, com os três irmãos, com a avó, em festas, em brincadeiras, na escola. Nesse diário, que começou a ser escrito quando Felipe nasceu e que ela só terminou há dois anos, com a morte do filho, aos 15, Antônia consegue informar sem nunca perder o tom carinhoso materno. Explica de maneira simples o que é a Síndrome de Down, fala da dificuldade de algumas pessoas em entenderem essas crianças diferentes e reconstrói a infância de Felipe e o seu desenvolvimento, descrevendo suas travessuras, seu talento dramático, suas teimosias e birras, sua doçura, seu carinho, sua alegria.

Um sopro reconfortante no coração de outros pais – Numa bela passagem, conta como o filho Tiago acreditava que, quando o irmão crescesse, deixaria de ser mongol. “Mas nós dois sabemos que isso é apenas desejo e mágica e que temos que respeitar e acreditar nele e na sua maneira de ser diferente”. E, desabafa, mais adiante: “E eu queria falar para os que não conhecem Felipe, lembrar que ele brinca, anda, sonha, aprende. (...) E que vai encontrar seu lugar nesse admirável mundo louco”.

Por isso, mais que o “último carinho” para Felipe, “O menino” torna-se também um sopro reconfortante no coração de quem, como Antônia, convive diariamente com essas crianças muito especiais, e sabe das alegrias e das dores que surgem neste cotidiano.

5.1.2.9 Enquadramento do Preconceito

1. Grupo de 2008 - 9 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (56%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (56%);
 - *Subtópico*: Trabalho. (56%);
 - *Slogans*: Marginalização, preconceito e discriminação. (44%);
 - *Rubricas*: Trabalho | Emprego. (44%).
-

O enquadramento do preconceito está presente nas notícias do último ano da amostra, 2008. O grupo que dá origem a este *frame* é composto por nove notícias (14%). Neste grupo, vemos o retorno do tema do trabalho às definições dos conjuntos. Porém, não chamaremos este enquadramento de do *trabalho* porque, neste caso, a questão do trabalho é apenas o tema central, e não efetivamente o enquadramento. Nos anos anteriores a 1984, em que a questão do trabalho aparece como enquadramento, temos uma forma específica de abordar a temática que não se restringe ao tema. A idéia de preparação, de reabilitação para o trabalho e também a noção de que aquelas pessoas tinham que ter alguma utilidade fornecem efetivamente uma forma interpretativa específica de se abordar a temática. Neste caso, a forma específica parece ser fornecida mais pelo slogan do preconceito do que pelo tema. Isso porque falar de preconceito e de discriminação, seja qual for o subtópico, parece indicar mais um pacote interpretativo, uma forma específica de se abordar a questão do que o tema do trabalho, que aqui apenas complementa o pacote.

As denúncias ou discussões em torno da questão da discriminação apontam justamente para o problema das atitudes da sociedade com relação à pessoa com deficiência. E, em 2008, o ambiente que ganha mais espaço de discussão na mídia sob essa perspectiva é justamente o ambiente do trabalho. Isso acontece em grande parte em função do debate mais intenso em torno da Lei de Cotas. Apesar de a Lei ser de 1991, a fiscalização efetiva do cumprimento das cotas começa a se intensificar gradualmente a partir dos anos 2000. E, por isso, o assunto acaba ganhando espaço do noticiário. O fato da maioria das empresas não cumprir a regra e argumentar que tentam, sem sucesso, a contratação de pessoas com deficiência, abre caminho para o debate acerca do que efetivamente está ocorrendo. Uma das formas de abordagem, então, é a questão do preconceito, de como essas pessoas são recebidas no ambiente de trabalho, porque elas são, algumas vezes, dispensadas por, em teoria, não atenderem aos requisitos do cargo etc. Abaixo, exemplo de notícia deste grupo:

• **EXEMPLO 24**

Qualificados, deficientes relatam dificuldades

Funções aquém da formação e preconceitos são empecilhos

(Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2008)

Escassez de oportunidades e preconceito são obstáculos relatados por pessoas com deficiência que buscam trabalho. Mesmo no caso de profissionais qualificados, ter diploma universitário ou curso superior em andamento não reduz as dificuldades.

Falta de acessibilidade, atribuição de funções aquém das suas habilidades e desrespeito são alguns dos problemas encontrados por profissionais ouvidos pela Folha.

A biblioteconomista Helena Maranhão, 27, que teve paralisia cerebral e fala e se movimenta com dificuldade, diz ter sido isolada do público em seu último emprego, em uma biblioteca de São Paulo.

Lá, onde trabalhou por três meses, a carteira de trabalho registrava “auxiliar de serviços gerais”. Mesmo desempenhando uma função mais qualificada – Maranhão fazia pesquisa para novas aquisições –, a profissional conta que teve de ficar em uma sala fechada. “Se a empresa tivesse preparo, eu estaria no balcão, em contato com os usuários”.

Moradora do Itaim Bibi (zona oeste), Maranhão tem acesso a tratamento médico e a um acompanhante para voltar para casa depois do serviço. Mas, na empresa em que trabalhou e de que foi demitida por “não atender às expectativas”, ela não tinha acesso a um teclado especial, o que agilizaria seu trabalho. Apesar de concorrer a vagas reservadas a deficientes, a profissional recebe ligações que mostram o despreparo de recrutadores. “Perguntam se estou bêbada. Nunca pensam que é a minha voz normal”, diz. [...]

5.1.2.10 Aprofundando a análise das mudanças nos panoramas gerais de 1984 a 2008

Essa segunda fase começa em 1984 porque é neste ano que vemos surgir um enquadramento que será fundamental para a explicação da *trajetória discursiva* da questão nesta segunda metade da amostra: o dos direitos. Em 1984, temos um panorama até então inédito em termos de enquadramento: primeiro, o *frame médico* atinge um patamar altíssimo, desequilibrando a até então equilibrada balança dos enquadramentos; segundo, ainda que haja essa preponderância do pacote interpretativo da medicina, ainda assim vemos surgir, com alguma força, um enquadramento novo e que terá ressonância em todos os outros anos da amostra.

Para contextualizarmos essas mudanças, vamos recorrer novamente a informações históricas e também dados legais. Primeiro, é importante ressaltar que, em 1981, a Organização das Nações Unidas decretou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Pode parecer um acontecimento apenas simbólico, sem maiores repercussões, mas não é. Houve uma intensa movimentação e esforço, por parte de entidades governamentais e não governamentais de sinalizar para a necessidade de se reconhecer com firmeza os direitos das pessoas com deficiência.

Antes disso, em 1975, a ONU já havia aprovado a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes e, também em 1981, foi criada a *Disabled People's International*. Conhecida no Brasil como Organização Mundial das Pessoas com Deficiência, essa entidade aproveitou a inauguração para divulgar sua Declaração de Princípios. Tal declaração tinha como tema central o conceito de *equiparação de oportunidades*, que, segundo o documento é o

processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habilitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitas acessíveis para todos (MANUAL..., 2003).

Ainda tivemos, em 1982, a adoção do Programa Mundial de Ação Concernente às Pessoas com Deficiência, que foi adotado através de resolução da ONU e estabelecia as diretrizes para ações nacionais, internacionais, pesquisa e controle e avaliação do programa. Por fim, ainda temos a Declaração de Cave Hill, de 1983, que foi adotada unanimemente durante o Programa Regional de Capacitação de Líderes, da *Disabled People's International*, e que se trata de um dos primeiros documentos internacionais a defender a igualdade de oportunidades, a autodeterminação, além de fazer outras reivindicações. Enfim, há uma série de regulamentações no plano internacional que incidem sobre o contexto brasi-

leiro e também têm importância para compreendermos o surgimento desse enquadramento dos direitos.

Esse enquadramento surge em um primeiro momento não exatamente atrelado ao ideal de inclusão, mas sim como uma colocação efetiva do problema num nível do Estado. Aliás, a ocorrência de julgamentos negativos ressalta que essa noção de direitos não era exatamente uma noção inclusiva, já que a pessoa com deficiência era vista como alguém que sofria, que passava por uma situação difícil, mas que precisava ter direitos. E aí nesses momentos corria-se o risco dessa noção acabar caindo num assistencialismo simplista.

É preciso também mencionar que esse surgimento deste enquadramento faz parte de um processo que vai se revelando melhor nos anos posteriores e também quando pensamos nos enquadramentos do período entre 1960 e 1976. Por isso, a análise a longo prazo é tão útil para percebermos certas transformações. Transformações estas que não são reveladas por análises pontuais, como a que foi feita pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), já mencionada na seção 1.2 (p. 50), e que apontou que os valores inclusivos eram pouco trabalhados pela mídia no período da amostra da pesquisa – ano de 2002. Além disso, o estudo indicou que muitos sentidos ainda relacionados ao modelo da integração ganhavam mais espaço no noticiário que o “ideal inclusivo”. Os resultados deste trabalho vão justamente em uma direção oposta à pesquisa da Andi e esta contradição merece ser melhor esclarecida.

A pesquisa da ANDI foi conduzida tendo como parâmetro de análise justamente esse “ideal inclusivo”, o que significa que o estudo traçou critérios para a análise do material que funcionam como requisitos deontológicos. Ou seja, eles criaram uma série de requisitos, baseados no “ideal inclusivo”, que as notícias teriam que supostamente alcançar. Este tipo de análise, que traça padrões muitas vezes rígidos e que partem de uma noção bastante radical de mudança social – a idéia de inclusão –, tende quase sempre a encontrar um resultado muito aquém das expectativas dos pesquisadores. Além disso, o fato de os pesquisadores terem um viés militante em torno da causa inclusiva também acaba por levar a uma análise que reprova certos resultados na medida em que eles não condizem exatamente com o que idealmente se traçou como inclusão.

A integração, como já explicitamos, pressupõe um processo de preparação das pessoas com deficiência para a vida em sociedade. Por isso, fala-se em uma inserção parcial e condicional, neste caso. A integração para funcionar trabalha com uma idéia de concessão dos sistemas – escola, trabalho etc –, com transformações superficiais. Mesma a noção de direito é restrita às pessoas com deficiência.

Já o ideal inclusivo parte da idéia de inserção total e incondicional e pressupõe uma ruptura nesses mesmos sistemas. Isso porque o ideal inclusivo exige transformações profundas, mudanças que beneficiariam toda e qualquer pessoa. Ou seja, ele trabalha sob a “ética da diversidade” (WERNECK, 2003), em que não há um grupo específico que ganha com determinadas medidas, mas sim a noção de que todos ganham com medidas que acolhem a diversidade ou respeitam as necessidades de qualquer pessoa – com deficiência, gestantes, idosos, adoentados etc. É uma noção de direitos de *todas* as pessoas, com e sem deficiência.

O movimento inclusivo tem posições radicais como, por exemplo, a exigência de que todos devem frequentar escolas e turmas comuns, independente da deficiência e do grau de severidade que têm. Isso porque para eles o sistema de ensino regular tem de estar preparado para lidar potencialmente com a diversidade de alunos que tem o direito de se matricular. Essa questão, que está longe de ser unanimidade entre grupos que defendem as pessoas com deficiência, mostra como a inclusão é um ideal que também não representa exatamente os valores compartilhados por todos que têm uma deficiência ou mesmo pelas entidades que os representam – a APAE, por exemplo, não concorda com essa posição de que todas as pessoas com deficiência devem estar no ensino regular e não no especial. Pelo contrário, é uma espécie de movimento específico, que tem bastante força e repercussão entre as pessoas com deficiência, mas que não é exatamente um ideal completamente compartilhado intra-muros, entre essa coletividade.

Esse modelo carrega uma série de interpretações e conceitos sobre a questão da deficiência, como autonomia, vida independente, empoderamento, equiparação de oportunidades, acessibilidade etc. Além das características já citadas, Vivarta (2003) ainda afirma que o ideal da inclusão traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para *todos*. Ele também valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.), além de não tentar disfarçar as limitações porque elas são reais. O ideal não se caracteriza *apenas* pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente e também parte da certeza de que *todos* somos diferentes e, assim, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais” – o que existe são pessoas com deficiência. Por fim, o modelo inclusivo utiliza o adjetivo *inclusivo* quando se busca qualidade para *todas* as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.).

Essa série de condições para definir o que é inclusão e o que não é cria um entrave

na análise feita pelo estudo da Andi, na medida em que para ser inclusivo o conteúdo noticioso precisava cumprir rigorosamente a praticamente todos esses valores, embutidos numa forma bastante ampla e radical de pensamento, que é o ideário da inclusão. Essa necessidade de uma odebiência integral a todos os valores acaba por obscurecer a presença de alguns sentidos ligados à inclusão, na medida em que eles não aparecem de forma tão bem articulada e obedecendo tantas regras. Além disso, a análise pontual também ajuda a obscurecer a presença desses valores pois eles não têm como se destacar por se diferenciarem dos panoramas de sentidos encontrados em outros anos. Ou seja, a exigência de obediência a um padrão por demais elevado levou o estudo da Andi a não perceber como os valores inclusivos, ainda que não com esse grau de radicalidade e com uma recorrência tão ampla, começam a ganhar algum espaço na mídia.

E aí cabe nos questionar até que ponto “culpar” a mídia por uma cobertura que não seria de qualidade, do ponto de vista desses padrões, como a pesquisa da Andi dá a entender em alguns pontos, é uma atitude pertinente. Partindo do pressuposto que, neste trabalho, optamos por uma noção que olha para a mídia e para a sociedade em uma relação de circularidade ou de imbricamento, nos parece que atribuir culpa à mídia por não abordar a inclusão da maneira correta não seria pertinente. O ideal da inclusão, definido por seus próprios promotores como radical, parece não ser compartilhado na íntegra pela mídia e nem pela sociedade. Seriam então efetivamente estes valores por completo só compartilhados pelo grupo dos defensores da inclusão?

O movimento inclusivo argumenta que a inclusão precisa ganhar mais espaço porque ela constitui o marco legal advogado pelas Nações Unidas, ratificado pelo Brasil e integrado à Constituição Federal (VIVARTA, 2003; FÁVERO, 2004). Ou seja, esses valores estão decretados no papel, eles chegaram ao âmbito do poder decisório que definiu sua aplicação. Porém, a mídia está em relação de imbricamento com o social, com o que é efetivamente compartilhado socialmente, e talvez por isso ela não dê a ver os valores inclusivos na íntegra e em sua radicalidade em seus produtos. E, aqui, precisamos fazer claramente uma distinção entre aquilo que é compartilhado socialmente, o que chamamos de “cultura pública” de uma temática, e o que está regulamentado, no âmbito da tomada de decisão.

Como já apontamos acima, Kanra (2009) propõe a divisão do processo deliberativo em duas fases: a de tomada de decisão e a de aprendizado social. Isso porque, para o autor, esses dois momentos se distinguem pelo tipo de orientação que permeia o processo, por uma lógica completamente distinta. Segundo Kanra (2009), a tendência dos delibera-

cionistas em tratar a deliberação como um procedimento de tomada de decisão acaba por obscurecer o fato de que há uma outra importante fase da deliberação que é a orientada para o aprendizado social e para o entendimento. A consideração de Kanra (2009), que se apóia na noção de “fusão de horizontes” de Gadamer para sua proposição, tem como intuito criar nas deliberações formais este outro momento, que seria o de discussão orientada para o entendimento, que promove então o que chamamos de aprendizado social.

Neste trabalho, vamos além dessa divisão proposta pelo autor. Aqui falamos de aprendizado social, mas nossa tentativa é descolar essa noção necessariamente dos processos deliberativos e, principalmente, daqueles mais formais, que são o foco de Kanra (2009). Isso porque não analisamos efetivamente um debate deliberativo. Para isso, lançamos mão da diferenciação que Peters (2008) faz entre *cultura pública* e deliberação.

Retomando a discussão que fizemos acima, o autor afirma que cultura pública diz respeito àqueles símbolos e sentidos que circulam publicamente ou são acessíveis publicamente, relacionados ou endereçados a um público ampliado. Essa cultura, diz Peters (2008), pode se articular de forma discursiva ou apresentativa. Para ele, sentidos discursivos são aqueles articulados na linguagem escrita ou falada e que podem ser contestados. Já os apresentativos são representados por símbolos não linguísticos, práticas simbólicas ou por usos não literais, figurativos e poéticos da linguagem. O foco de Peters (2008) em seu trabalho, assim como também é o nosso, são os sentidos discursivos.

O autor afirma que, na cultura pública discursiva, existem muitos elementos que estão circulando de alguma forma entre o público em geral – é aquilo que ele chama de *interpretações gerais*. E existem aquelas que pertencem de certa forma a uma coletividade, a uma forma específica de vida de um grupo, que ele chama de *interpretações coletivas* ou *auto-entendimento coletivo*. São espécies de identificações culturais, que são comuns em um grupo e que, em algum momento, podem se tornar compartilhadas, aceitas por aqueles que não são daquele grupo.

A tentativa de Peters (2008) é justamente relacionar essa *cultura pública* com o processo deliberativo. Segundo o autor, a deliberação envolve sim a parte discursiva da cultura, mas nem tudo o que é discursivo é necessariamente deliberação. Como já apontamos acima (seção 1.1.3, p. 33), a deliberação é um tipo bastante específico de comunicação e é justamente isso que o autor ressalta ao fazer a diferenciação entre deliberação e cultura discursiva. Nesse sentido, ele diz que no material jornalístico mesmo existem aqueles formatos que ressaltam a argumentação, como editoriais e artigos de cunho mais opinativo. E aquela parte, mais informacional, que não pode ser considerada como efetivamente

deliberação.

Entretanto, o fato desse material informacional, de cunho jornalístico, e que é justamente o que compõe grande parte de nossa amostra, não se tratar de deliberação, não retira a importância dele para a cultura pública. Peters (2008) mostra claramente que os momentos deliberativos se relacionam com a cultura pública. Todavia ele afirma que nem só de deliberação vive a cultura pública. Textos que não têm caráter argumentativo também oferecem insumos para a mudança da cultura pública. Além disso, a experiência prática pode testar certos valores, transformando-os ou reafirmando-os, sem que necessariamente essas mudanças tenham lugar nos processos deliberativos.

Ou seja, a cultura pública se relaciona com os momentos deliberativos. Idéias e interpretações que são parte do repertório cultural funcionam como um *background* e como uma fonte para a deliberação pública. Nos debates, algumas partes desses repertórios culturais são articuladas e outras se mantêm como idéias implícitas no horizonte. Nesse sentido, a deliberação pública tem efeitos na cultura pública, assim como a própria cultura pública é articulada e reproduzida pela deliberação. Contudo a cultura pública não é afetada apenas pelas formas deliberativas da comunicação discursiva. A cultura pública não se reproduz e se transforma apenas através da deliberação. Aquele material que circula pela esfera pública, nos noticiários, mas não tem características argumentativas, também transforma a cultura pública. Além disso, a própria experiência prática, do cotidiano, também reforça ou coloca em xeque certos valores.

O processo de mudança de cultura pública é complexo e não pode, por isso, se restringir apenas à noção de deliberação. Se a própria noção de deliberação precisa ser desmembrada em tomada de decisão e aprendizado social, não parece lógico tomar a tomada de decisão, o que acontece no nível institucional ou do centro do poder decisório como efetivamente o que povoa a cultura pública. A defesa de uma noção de direito e de uma intervenção pontual para a conquista de tais direitos não leva necessariamente a mudanças no nível da cultura pública, como parece ocorrer com o ideal inclusivo. Ainda que a tomada de decisão e as deliberações formais, que têm lugar em diversos locais, ampliem os valores debatidos sobre uma questão, valores esses que podem ter sido levados em conta para a tomada de decisão, isso não corresponde necessariamente à uma mudança na cultura pública tomada como um todo.

A diferenciação que Peters (2008) faz de cultura pública geral e cultura coletiva pode ajudar a explicar esse não aparecimento efetivo ou por completo dos valores inclusivos na mídia. Isso porque a mídia, menos que proliferadora de crenças que povoam culturas

coletivas, ela é mais uma divulgadora das crenças mais gerais, que não necessariamente estão ligadas a um grupo específico. Logicamente que, em alguns momentos, esses valores são publicados, visto que aqueles que participam de uma coletividade de valores têm voz na mídia e difundem seus valores. Mas, na maioria das vezes, por seu caráter intrínseco, a mídia faz parte do que chamamos de senso comum, aqui não visto como algo pejorativo, e sim que diz respeito ao conhecimento ampliado da sociedade.

Sendo assim, parece que os valores inclusivos são bastante compartilhados por uma identidade coletiva específica, que nem é exatamente composta por todas as pessoas com deficiência e suas entidades representativas. Estes valores, em seu sentido completo, não ultrapassaram ainda os muros dessa coletividade, ainda que tenham sido instituídos legalmente. Isso porque a simples mudança legal, a tomada de decisão num sentido, não tem como consequência a mudança automática da cultura pública geral. E é aí que está a crítica dos movimentos inclusivistas. Porém, a imposição desses valores, como sendo “verdades” intrínsecas também traz problemas para o compartilhamento geral dessas crenças na medida em que “sentidos discursivos normativos”, para utilizar os termos de Peters (2008), podem ser facilmente criticados como errôneos ou incompreensíveis.

Ou seja, parece-nos que o fato de que esses sentidos discursivos normativos podem ser contestados demonstra que a idéia de inclusão, radical tal como pensada pelos movimentos, não necessariamente deve ser tida como verdade absoluta ou mesmo a mídia tem a obrigação de compartilhá-la. Em outras palavras, são valores, compartilhados coletivamente, que têm respaldo legal, mas que não necessariamente correspondem a uma verdade absoluta. Não estamos aqui questionando ou nos colocando como contrários à inclusão e sim problematizando o fato deste “ideal” ser um construto discursivo social e não uma “verdade” incontestável.

Se a inclusão radical é um caminho, outros modos, valores, crenças podem também surgir no horizonte de possibilidades para a temática da deficiência. Uma multiplicidade de culturas coletivas pode propor caminhos e valores a serem compartilhados. Agora, resta saber se esses valores alcançarão o nível de cultura pública geral, sendo compartilhados amplamente, a ponto de ganharem espaço no ambiente midiático. Os resultados de nosso estudo apontam que alguns dos sentidos difundidos pelos movimentos inclusivistas já têm sido compartilhados de uma forma geral, entretanto, o compartilhamento integral, inclusive da vertente mais radical do modelo, ainda parece se restringir a esta coletividade.

Contudo o fato desses valores não estarem presentes em sua totalidade, completude, na mídia, não significa que não observamos um processo de profunda modificação na cultura

pública relativa à deficiência. Não podemos dizer que só haverá aprendizado social quando a sociedade compartilhar efetivamente todos os valores inclusivos. Se pensássemos assim, não se trataria de um aprendizado social fruto do debate, do entendimento das pessoas, de ganhos epistêmicos gerados discursivamente. Seria um processo de simples convencimento por parte dos movimentos inclusivistas com relação ao restante da sociedade. Todavia, esta não é a noção de aprendizado social que nos baseamos neste trabalho.

A noção aqui trabalhada tem relação justamente com essas mudanças na *cultura pública*, que não necessariamente levam a um ideal ou a outro. Ao não avaliarmos o material sob o viés da deliberação, acabamos por perder, como referência avaliativa dessas transformações em termos ético-morais, os requisitos normativos que governam os processos deliberativos. Porém, isso não significa que apenas a existência de mudanças na cultura pública possa ser vista como um processo de aprendizado social. Como então avaliar se transformações na cultura pública efetivamente significam um processo de aprendizado social? Quais os parâmetros para isso? Já que situamos nossa pesquisa num nível em que não necessariamente analisamos material discursivo deliberativo, quais os padrões então que devemos utilizar para aferirmos tal aprendizado?

A noção de aprendizado social, ainda que não associada diretamente a processos deliberativos, não pode perder de vista que busca mais um aperfeiçoamento ético-moral do que efetivamente a dominância de novos valores. A simples modificação ou mudança de dominância de um enquadramento para outro não significa necessariamente que podemos falar em aprendizado social. É necessário o aperfeiçoamento ético-moral, já que como indicamos acima, esses valores que permeiam a cultura pública podem ter efeitos, serem articulados em processos deliberativos que culminam em decisões mais legítimas e mais justas.

No caso dos enquadramentos encontrados com relação à deficiência, esse aperfeiçoamento pode ser percebido através daqueles *frames* que têm um caráter mais reivindicatório. Com relação ao enquadramento médico, por exemplo, não há muito como avaliarmos isso. Mas no caso dos enquadres que propõem a reabilitação, ou mesmo os que requisitam direitos, ou ainda os de denúncia de preconceito, nos parece bastante claro que, em termos de valores, há uma modificação importante que parece avançar em termos ético-morais. Há uma noção de respeito e de estima que parecem indicar uma *evolução moral*, para utilizar os termos de Axel Honneth. Sobretudo com relação ao âmbito legal e a busca por respeito, em termos de reivindicações por novas regulamentações e posteriormente pelo cumprimento efetivo de tais leis, presentes nas matérias do agrupamento dos direitos

(HONNETH, 2003).

Enfim, os resultados encontrados neste período indicam que podemos perceber um aperfeiçoamento ético-moral com relação aos valores presentes na cultura pública relacionada à deficiência no Brasil nas últimas décadas. Temos sentidos sendo compartilhados que apontam para uma noção clara de direitos, que ganha força sobretudo a partir de 1988, com a nova Constituição Brasileira e, com uma série de decretos e regulamentações que vieram na sequência apontando claramente para um respeito maior com relação a esse grupo.

No tocante ao compartilhamento efetivo, por parte da sociedade, dos valores inclusivos, que estão presentes no marco legal brasileiro e também internacional, não há uma assimilação por completo ou na íntegra de todos os pressupostos do ideal. O que não significa que alguns valores relacionados à inclusão não ganhem espaço na mídia e na cultura pública geral. Os resultados do trabalho apontam que alguns desses valores, sobretudo os relacionados à acessibilidade, como autonomia, vida independente e equiparação de oportunidades já têm espaço na mídia e nas interpretações gerais, sendo compartilhados para além dos muros das interpretações coletivas das entidades e grupos pró-inclusão. Sob nosso ponto de vista, o não compartilhamento na íntegra dos valores inclusivos não significa uma falta de avanço ético-moral ou mesmo um problema relacionado ao conteúdo da mídia. O ideal da inclusão é um ideal, um discurso, defendido por um grupo específico e que, apesar de válido legalmente, não se transformará em amplamente compartilhado de uma forma automática, como se este fosse o único caminho a seguir. O modelo inclusivo aponta valores ético e moralmente defensáveis, mas sua faceta radical tem encontrado dificuldades para adentrar a cultura pública ampliada.

5.2 2º Eixo Analítico: Mudanças internas nos enquadramentos recorrentes em vários anos

Como já indicamos em alguns trechos da análise feita nas seções anteriores, podemos perceber, no material que compõe este trabalho, que não só os panoramas de enquadramento dos anos se modificam, como também, internamente, os pacotes interpretativos vão se adaptando, se rearrajando para dar conta de permanecerem no horizonte de *frames* compartilhados socialmente.

Apontamos acima que o enquadramento da caridade, por exemplo, apesar de não voltar a ocorrer posteriormente a 1976, ganha uma roupagem nova quando da ocorrência

dos valores relacionados à idéia de caridade no grupo do enquadramento da qualidade de vida. Mas outros enquadramentos com mais recorrência em vários anos são mais produtivos para a análise dessas mudanças internas.

Olhando para o resultado dos panoramas, imediatamente salta aos olhos o enquadramento médico. Presente em todos os anos da amostra, ele é responsável por grande parte das notícias em todos os períodos. No ano em que teve menor recorrência, ele apareceu em 28% das notícias – 1968. Esse dado é bastante significativo em termos de predominância simbólica deste campo sobre os entendimentos sociais acerca da questão. Além disso, é interessante mencionar o fato dos grupos de matérias de cada ano serem sempre bastante homogêneos, o que podemos inferir a partir das altas porcentagens de ocorrência das variáveis definidoras do grupo em todos os anos.

Mas como é possível um enquadramento perdurar por tanto tempo e se manter fazendo sentido? Os valores presentes em 1960 continuam compartilhados ou houve alguma mudança significativa internamente nos elementos que compõem o pacote interpretativo? Porque sabemos que é o mesmo enquadramento, já que os mesmos elementos continuam a ocorrer ano a ano. Mas pequenas diferenças podem nos indicar melhor como se dá esse ajustamento para a adequação a novos fatos e eventos que desafiam dia após dia o potencial de um enquadramento para dar conta de uma realidade.

A principal transformação que percebemos neste sentido diz respeito às soluções propostas para o problema. Como já mencionamos, apesar do *codebook* final englobar as soluções médicas e da área da saúde, tratamentos físicos no geral, todos em uma só variável, os *codebooks*⁶ anteriores nos permitem explorar melhor quais as diferentes soluções propostas para a questão. E temos, ao longo do período da amostra, uma mudança gradual das soluções propostas. Na primeira fase da análise (1960-1976), temos a predominância da indicação da intervenção cirúrgica em busca de cura, de tratamentos de reabilitação, como fisioterapia e terapia ocupacional, como as soluções para o problema. Na segunda fase (1984-2008), esse quadro se reverte e passam a predominar as soluções como prevenção, diagnóstico precoce ou pesquisa científica. Ou seja, de uma solução corretiva, que busca solucionar o problema depois que ele ocorre, passamos a uma solução preventiva que tenta descobrir quais as causas biológicas e genéticas para evitar a reincidência de casos.

⁶Como indicamos acima, a construção da lista de códigos, ou *codebooks* como muitos estudos dizem, é na verdade um processo de construção e reconstrução. Ao todo, fizemos quatro listas de códigos que foram sendo sintetizadas para chegarmos ao *codebook* final. Essas outras listas não foram descartadas e nem as fichas de codificação referentes a elas. Aproveitamos essas informações para identificarmos algumas mudanças não perceptíveis nos códigos finais.

Indicar essa mudança não significa falar que nas notícias mais recentes só se pensa em prevenção, diagnóstico precoce e pesquisa científica, mas significa apontar uma tendência. E essa tendência acaba mantendo o enquadramento como fazendo sentido em um contexto histórico diferente. Temos nos anos mais recentes da pesquisa a proposição de soluções cirúrgicas ou de soluções que procuram proporcionar a cura, porém, hoje, percebe-se que, depois de tantos anos e anos de esperanças frustradas de possibilidade de cura de determinadas deficiências, faz mais sentido pensar em se evitar o problema do que efetivamente apenas curá-lo. Além disso, muitos desses tratamentos corretivos buscam trazer mais qualidade de vida para as pessoas com deficiência do que exatamente a cura.

Essas mudanças, assim como indicamos no caso do enquadramento da caridade, demonstram claramente a idéia apontada por Gamson e Modigliani (1989) do discurso como um processo de valor agregado. Novos eventos e mesmo o fato recorrente da medicina não encontrar cura para algumas deficiências que se acreditava ela poderia encontrar mais rapidamente, torna a busca por uma solução preventiva mais pertinente ao novo contexto histórico. Além disso, a impulsão que ganha a pesquisa genética no início da década de 90, com o projeto Genoma Humano, também auxilia nessa mudança de perspectiva interna do enquadramento médico. Novos eventos, novas explicações, um melhor conhecimento das causas e de como se desenrolam certas deficiências leva à percepção de que pensar simplesmente na cura em alguns casos não faz mais sentido. Vai ao encontro desses novos eventos e descobertas justamente mudar o foco, ainda que não completamente, para uma solução preventiva. Nesse sentido, diríamos que não mudar o foco mas ampliar as possibilidades de solução torna-se recorrente.

Outro enquadramento que podemos perceber que passa por mudanças internas importantes é o dos direitos. Como apontamos, em 1984, quando ele surge, ele tem, em alguns momentos, um caráter um pouco assistencialista. O Estado, que agora tem obrigações para com este grupo, precisa conceder certos direitos porque eles já são pessoas que sofrem, que passam por dificuldades, e que precisam ter o amparo do Estado. Apesar de essa mudança ser bastante significativa, já que inicia-se uma percepção mais ampla de que o problema da deficiência não se restringe às pessoas com deficiência e suas famílias, esse tom assistencialista vai contrastar com uma nova transformação que aponta para uma questão de busca de direitos específicos, no caso da ocorrência do enquadramento do direito à acessibilidade, em 1992.

Essa mudança é importante porque a tendência, a partir do amadurecimento dessa noção de direito assistencialista, é justamente se pensar em direitos específicos, ligados a

determinados âmbitos da vida. A partir de 2008, percebe-se uma mudança de perspectiva na medida em que se passa a uma reivindicação clara de cumprimento de direitos já adquiridos. Menos que reivindicar direitos aleatoriamente sem especificidade como em 1984, em 2000, passa-se a cobrar o efetivo cumprimento desses direitos, que já passaram a ser assegurados legalmente.

Novamente, percebe-se que há uma adequação de alguns fatores característicos dos enquadramentos, porém permanece a idéia central, que é a de abordar a temática pelo viés do direito. Ou seja, como afirmam Gamson e Modigliani (1989), realmente, os enquadramentos parecem implicar mais em uma faixa de posições do que em uma singular, precisa, permitindo um nível de controvérsia entre aqueles que compartilham um mesmo *frame*. E permitindo inclusive mudanças internas, que tornam um grupo que compartilha um enquadramento em um período diferente dos grupos que compartilham o mesmo enquadramento em outro período.

Ou seja, menos que características idênticas, a noção de enquadramento permite um nível de contrérsia ou de não compartilhamento por completo, por assim dizer. Essa característica parece reforçar a utilidade de ferramentas como a que utilizamos, a *cluster analysis*, ou o agrupamento das notícias por um software em razão do compartilhamento de alguns elementos e não necessariamente de todos. Como percebemos, a ocorrência das variáveis definidoras dos agrupamentos não precisa ser de 100% para que notícias tenham um enquadramento similar. Essa possibilidade de uma faixa de posições parece ir ao encontro de nossa aposta metodológica, o agrupamento a partir de elementos de *frame* definidores dos sentidos. E é justamente sobre essas apostas metodológicas que refletiremos a seguir. Em nosso 3º eixo analítico, buscamos analisar as escolhas em termos de procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

5.3 3º Eixo Analítico: meta-análise acerca da aplicação metodológica dos elementos do enquadramento

Este trabalho teve uma preocupação bastante explícita com os procedimentos metodológicos adotados para analisar os enquadramentos sobre a temática específica do estudo, a deficiência. Esta preocupação advém justamente dos apontamentos feitos no capítulo 3 (p. 74) acerca das indefinições tanto conceituais quanto metodológicas das pesquisas que envolvem a *frame analysis*. Trabalhamos com uma amostra volumosa que já exigia por si só uma estratégia para que conseguíssemos gerar dados com validade e confiabilidade

suficientes para a análise. A reunião de amostra volumosa e necessidade de se pensar estratégias metodológicas que solucionassem satisfatoriamente os entraves metodológicos da *frame analysis* foram os dois grandes desafios desta pesquisa. Por isso, esta última seção, que se propõe a avaliar brevemente as apostas feitas neste estudo.

Optamos por uma definição conceitual (2.2.2, p. 67) que teve influencia também sobre nossas definições metodológicas (3.1.1, p. 81). A junção dos elementos de *frame* de Entman (2004, 1993), que foram retrabalhados por Matthes e Kohring (2008) – definição do problema (*atores e subtópico*), *causas*, *soluções* e *julgamentos morais* – aos de Gamson e Modigliani (1989) e Gamson e Lasch (1980) – *exemplos* e *slogans* – precisa ser analisada. Além disso, a inclusão de mais dois elementos de enquadramento que acreditariamos seria interessante para a análise da temática da deficiência – *rubrica* e *termos* – também necessita da avaliação do ponto até onde foram úteis para os propósitos do trabalho.

Quanto à junção de diferentes elementos propostos por autores distintos, ela mostrou-se bastante adequada para o tipo de abordagem que propomos. Ressaltamos, ao longo da análise empírica, a importância dos elementos *subtópico*, *causas* e *soluções* para a definição dos pacotes de enquadramento. Entman (1993) é muitas vezes apontado como um autor que se encaixa na vertente mais restrita de enquadramento, que se preocupa com a formatação dos textos, com a disposição das mensagens (MAIA et al., 2008; ZHONGDANG; KOSICKI, 2001). E Gamson e Modigliani (1989) como autores que optam por uma noção mais ampla e cultural de *frame*. O que nosso trabalho parece revelar é que os elementos de enquadramento definidos por Entman (1993) de forma ainda incipiente, e retrabalhados pelo próprio Entman (2004) e ainda por Matthes e Kohring (2008), auxiliam sim quando de uma definição de *frame* mais ampla, que tem respaldo na cultura e busca por valores e entendimentos compartilhados em um nível mais abstrato.

Os elementos de Entman (2004, 1993) que, num primeiro momento, parecem dizer de opções feitas individualmente pelos atores midiáticos em termos de formatação – sobretudo no trabalho de 1993 –, se revelaram importantes quando não tomamos esses mesmos elementos como opções individuais e sim como em relação com um contexto mais amplo. Quando casados, sobretudo com a variável *slogan*, revelaram ser de grande valia para percepção dos valores presentes em cada conjunto de notícias agrupado pelo software. E, assim, ressaltaram a necessidade de efetivamente associarmos tanto elementos que têm a função de perceber valores mais culturais com outros que teriam um apego mais textual na *frame analysis*. Mas se acabamos de afirmar que esses tais elementos que focalizam no aspecto textual têm uma relação com valores culturais, porque então a necessidade de

acrescentarmos outros elementos que também dizem de interpretações e entendimentos mais amplos?

Essa questão pode ser respondida com o exemplo do elemento *subtópico*. Ele foi efetivamente bastante pertinente para a análise dos pacotes interpretativos. Como podemos perceber nos resultados finais, os enquadramentos médico e dos direitos, por exemplo, se manifestam claramente já no próprio tema, no subtópico. Porém, se fizéssemos a opção por apenas levar em conta esses elementos criados por Entman (2004, 1993) acabaríamos definindo como enquadramento grupos que em verdade eram apenas temáticos. Como já explicamos acima, o enquadramento não se resume ao tema, ainda que o subtópico tenha bastante relevância para a definição dos pacotes interpretativos. Isso porque a abordagem de uma questão ou de outra geralmente tem bastante relação com o *frame* adotado na notícia. Ou seja, uma questão relacionada à medicina, por exemplo, dificilmente poderia ser enquadrada por outro *frame* que não o médico. Porém, outros grupos foram melhor definidos pelos slogans contidos no grupo de notícias do que pelos subtópicos, como o *frame* do preconceito de 2008.

O grupo que deu origem ao enquadramento do preconceito, de 2008, tinha como subtópico recorrente o trabalho, o que poderia levar-nos a definir o *frame* como do trabalho. Porém, não havia ali uma forma específica de se abordar a questão que estivesse efetivamente relacionada com o subtópico como em 1968. O que definia o enquadramento entre aquelas notícias era o slogan, que indicava como recorrentes entre os textos daquele grupo expressões como “marginalização”, “preconceito” e “discriminação”. Ou seja, os elementos pensados por Entman (2004, 1993) parecem indicar variáveis que não dizem apenas de opções individuais e da formatação das mensagens como, principalmente, o primeiro trabalho de Entman, o de 1993, fazia supor. Se se parte do pressuposto que mesmo as escolhas dos agentes midiáticos são feitas tendo por pano de fundo esse *background* cultural, esses elementos são importantes para a definição dos *frames*. Todavia, isso não retira a importância de elementos como os pensados por Gamson e Modigliani (1989) para auxiliar na definição dos pacotes interpretativos. E, nesse sentido, o elemento *slogan* se mostrou bastante significativo para a construção dos valores e sentidos definidores dos enquadramentos.

Outro ponto que merece ser discutido é a inserção das variáveis *rubrica* e *termos* entre os elementos de enquadramento que compuseram a análise. Essa inserção, como já indicamos, foi feita em função da potencialidade que ambas apresentavam à primeira vista para indicar, compor certos significados. E essa potencialidade se confirmou, todavia com

algumas ressalvas.

Primeiro, a variável rubrica, como já apontamos acima, pareceu ser mais pertinente para a análise quando a seção era mais específica, como a de “ciência”, a de “emprego”, do que quando era muito ampla, pouco específica, como a “Cotidiano” ou “Gerais”. De qualquer forma, o elemento rubrica colaborou para o agrupamento das notícias do enquadramento médico e também para demonstrar o que chamamos de “valor organizatório” de um *frame*. No caso do enquadramento médico, a alta ocorrência de vários itens dos elementos, entre eles a rubrica que tratava de medicina, saúde e tecnologia, demonstrou esse alto valor organizatório do *frame*, o que até pode explicar o porquê dele perdurar por tanto tempo.

Com relação aos termos, a inserção dessa variável foi importante não tanto para a análise comparativa entre os enquadramentos de um mesmo ano, mas indicou, na análise comparativa entre os diferentes anos, quais os atores ou os campos que tinham mais força discursiva para a definição dos valores associados à deficiência em cada período. Com a ocorrência de determinados termos, pudemos perceber o peso que tinha sobre os entendimentos compartilhados socialmente os campos da educação e da saúde na primeira fase da análise. Além disso, esse elemento também foi importante porque deu a ver a guinada que a questão toma a partir de 1984, com a mudança dos enquadramentos predominantes no panorama de *frames* e a participação mais efetiva dos movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil organizada na definição dos sentidos sobre a temática.

Dessa forma, as duas variáveis foram importantes, no contexto deste trabalho, com este tema específico, para a percepção da *trajetória discursiva mediada* da questão. Como já ressaltamos, não apostamos em uma matriz de elementos de *frame* que funcione para qualquer temática em qualquer veículo de comunicação. Valores e crenças compartilhadas podem ganhar expressão através de muitos dispositivos. Mas cabe ressaltar que esses elementos podem ser de utilidade para outras pesquisas que envolvam outras temáticas.

Por fim, é preciso mencionar que o único elemento de enquadramento que não teve uma participação tão efetiva para a definição de diversos grupos de *frame* foi o *exemplo*. Ele foi importante para fornecer informações relevantes acerca do grupo de notícias do enquadramento da mudança social de 1992, mas, no geral, não foi uma variável recorrente. Isso talvez se deva ao fato de que foi bastante difícil agrupar diferentes exemplos em um *codebook* final mais enxuto. O exemplo é uma variável bastante ampla e, na maioria das vezes, é complicado igualar um exemplo a outro para colocarmos ambos em uma só variável

para que ela se torne mais recorrente e, assim, saliente para a composição dos grupos. Acreditamos que ainda carece de uma melhor aplicação tal elemento e uma tentativa de junção de vários itens em apenas alguns. Esse processo pode ter sua confiabilidade assegurada através da codificação de toda a amostra por múltiplos codificadores. Assim, seria testado o agrupamento de vários exemplos em poucos itens e o risco da junção de exemplos distintos em uma só variável seria reduzido.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de analisar as interpretações públicas construídas discursivamente sobre o tema da deficiência na mídia impressa brasileira. Interessava-nos apreender o debate público sobre a temática de 1960 em diante, visto que essa é a época que a bibliografia sobre a questão indica como o início da tematização pública sobre o assunto. Assim, nos debruçamos sobre notícias publicadas em três dos mais importantes veículos de comunicação brasileiros, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e a revista semanal *Veja*, no período de 1960 a 2008. O intuito era explorar o que chamamos de *trajetória discursiva mediada* do tema e também um possível processo de aprendizado social ou de evolução moral no debate que cerca o assunto.

Para realizar o estudo, partimos da noção de cultura pública trabalhada por Peters (2008), conceito que diz dos sentidos e símbolos que circulam publicamente e que estão relacionados a um público ampliado, ou, dito de outra forma, elementos significantes que são endereçados ou fazem parte do horizonte de sentidos do público em geral. Peters (2008) aponta que esses sentidos podem se articular de forma discursiva, através da linguagem, ou de forma apresentativa, por meio de símbolos não linguísticos. Neste trabalho, analisamos a cultura pública que tem expressão linguística, aquilo que está disponível publicamente no formato discursivo. Especialmente, nosso foco foi o material jornalístico.

Partimos então da noção de enquadramento para tentarmos apreender justamente esse processo de modificação da cultura pública. Com esse objetivo, fizemos uma tentativa de fundir duas correntes teóricas que trabalham diferentemente com este mesmo conceito para compreendermos os distintos discursos publicizados e como eles se transformam historicamente no decorrer da trajetória discursiva mediada da questão. Reunimos uma perspectiva tida como mais textual e outra entendida como mais cultural para apreendermos no material selecionado para a análise um possível processo de *aprendizado social*, ou uma evolução moral no *debate público* sobre o assunto. Para isso, adotamos um quadro metodológico que parte da idéia de que os enquadramentos se materializam através de diversos elementos, e que através desses elementos é possível apontar os *frames* indiretamente.

O estudo a longo prazo acerca dos enquadramentos sobre uma temática é sempre uma tarefa complexa. Diante de diversos obstáculos, optamos por esse procedimento metodológico que apreende os *frames* a partir de determinados elementos e também por um recorte amostral que fosse significativo, mas, ao mesmo tempo, exequível no tempo da pesquisa. Essas escolhas foram apostas que acabaram efetivamente dando a ver aquilo que buscávamos. A opção pela divisão dos enquadramentos tinha o objetivo de aumentar o grau de validade e confiabilidade do trabalho, já que, conforme afirmam Matthes e Kohring (2008), “elementos singulares dos enquadramentos alcançam uma confiabilidade maior em comparação com enquadramentos holísticos, abstratos” (p. 264). O método que apostamos revelaria grupos de artigos que compartilham um certo padrão de elementos de enquadramento. E esses grupos foram encontrados através do agrupamento, a partir desses elementos de *frame*, realizado por um software de mineração de dados, o RapidMiner.

É preciso ressaltar com relação ao ganho em objetividade do método, indicado ao longo do estudo, que não se trata de uma objetividade absoluta, em que não há a perspectiva do pesquisador em nenhum momento da análise. O intuito aqui foi de experimentalmente produzir uma análise que se baseasse não em variáveis amplamente subjetivas e complexas de se indicar, mas sim em variáveis mais claramente diferenciáveis e mais simplificadas. Por isso, a opção pela geração indireta dos enquadramentos, através de elementos mais explícitos do que o próprio *frame*. Todavia, essa opção não retira da análise a subjetividade, inerente à pesquisa em ciências sociais. A construção das variáveis, ainda que seguida da codificação de um codificador externo para conferir maior validade, ainda assim tem claramente aspectos subjetivos. Além disso, o próprio agrupamento das notícias, em que o pesquisador precisa indicar ao software o número de grupos em cada ano, apresenta também esse caráter subjetivo. Contudo, nos parece que a construção do processo da *frame analysis* através de procedimentos de apreensão indireta dos enquadramentos é uma alternativa concreta para o aprimoramento do próprio método.

Também é preciso mencionar que nesse trabalho fizemos uma tentativa de descrever detalhadamente todo o processo que permeia a aplicação metodológica e empírica da *frame analysis*. Isso porque uma das grandes dificuldades impostas ao estudo foi justamente desenhar essa etapa, já que grande parte dos trabalhos que tratam do assunto não detalham finamente como o processo de codificação e cruzamento dos dados é feito. Esta foi claramente uma opção feita na pesquisa, de dar a ver o que está por trás dos resultados encontrados.

Nesse sentido, é preciso mencionar algumas das apostas que se mostraram interessantes tanto do ponto de vista teórico conceitual quanto metodológico. A opção de reunir elementos mais textuais, apontados por Entman (1993, 2004), aos mais culturais, de Gamson e Modigliani (1989), se mostrou adequada tanto em termos conceituais, já que a noção de *frame* não pode ser reduzida nem a uma coisa nem a outra, mas também em termos metodológicos. A transformação dos elementos apontados por esses estudos como fundamentais para a compreensão dos enquadramentos em elementos de nosso quadro metodológico viabilizou, claramente, que os resultados da pesquisa pudessem ser alcançados. Foi de fundamental importância essa junção para delinearmos a trajetória mediada sobre o assunto.

Além disso, os elementos (*rubrica* e *termos*) que adicionamos à nossa matriz de enquadramento ou ao nosso pacote interpretativo também auxiliaram na apreensão dessas formas de interpretação da questão. A adição de elementos não propostos por outros autores demonstra que menos que sugerirmos uma matriz de elementos de enquadramento fixa, acreditamos que os *frames* podem se materializar de diferentes formas, em diferentes dispositivos, a depender do meio em que são veiculados, do assunto em questão etc.

Por fim, a partir dos resultados encontrados, pudemos traçar duas fases historicamente datadas nessa trajetória discursiva mediada do tema da deficiência. Uma que se estende de 1960 a 1976, em que temos a presença predominante dos enquadramentos médico, da educação, da caridade e do trabalho e, minoritariamente, o da capacitação. E outra fase, de 1984 a 2008, que tem como enquadramento marcante e significativo o dos direitos.

A primeira fase, como apontamos acima, é o período em que é amplamente compartilhada a idéia de integração ou normalização das pessoas com deficiência. A segunda, além de indicar a mudança para uma perspectiva de direitos, também tem a significativa manifestação no material analisado dos *frames* médico e da acessibilidade, além dos secundários, mas nem por isso menos importantes, enquadramentos da vida social ativa, da mudança social, ético, da qualidade de vida, das limitações e capacidades e do preconceito.

Nesse sentido, cabe ressaltar a diferença que já apontamos ao longo do trabalho, entre interpretações gerais e interpretações coletivas. As interpretações gerais, segundo Peters (2008), dizem daqueles elementos, sentidos, que circulam entre o público em geral. Já as interpretações coletivas são aqueles sentidos que pertencem de algum modo a um grupo, a uma coletividade. O ideal da inclusão, pensado como os movimentos sociais o pensam, parece se tratar muito mais um tipo de interpretação coletiva do que efetivamente uma interpretação amplamente compartilhada. Isso porque os valores inclusivos, que es-

tão presentes no marco legal brasileiro e também internacional, não foram assimilados pelo público em geral de uma forma completa, ou seja, na íntegra, no formato como eles são pensados idealmente pelas entidades da sociedade civil. Os resultados do trabalho apontam que alguns desses valores, sobretudo os relacionados à acessibilidade, como autonomia, vida independente e equiparação de oportunidades já têm espaço na mídia e nas interpretações gerais, sendo compartilhados para além dos muros das interpretações coletivas das entidades e grupos pró-inclusão. Porém, há uma distinção clara entre o “ideal inclusivo” e os “valores inclusivos”.

É importante compreender tal diferenciação porque muitas vezes as entidades da sociedade civil esperam que a sociedade como um todo compartilhe em alto nível os valores e crenças trabalhados internamente e divulgados externamente. Porém, aqueles que não estão diretamente engajados com as causas, que não estão diretamente envolvidos com o assunto, não dão conta de articular de forma tão bem elaborada os valores defendidos por esses grupos. Isso porque, em geral, as pessoas não convivem na experiência cotidiana com estas questões. Os resultados do trabalho indicam que a diferenciação entre interpretações gerais e coletivas é útil para compreender que os ideais defendidos por entidades da sociedade civil não são necessariamente iguais aos valores que efetivamente são compartilhados pelos cidadãos como um todo. Ainda que alguns valores coletivos possam se tornar gerais, nem sempre este processo ocorre e cabe também questionar se efetivamente tal processo deve ocorrer.

O discurso dos movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil não é único. A temática da deficiência engloba uma série de subquestões, como, por exemplo, as diferentes deficiências. Cada deficiência tem diversas instituições que se ocupam de oferecer tratamentos, apoio às famílias, suporte àqueles que têm tal deficiência para as atividades sociais e também em debater, questionar e pressionar tanto a sociedade quanto os governos para que diferentes medidas sejam tomadas com relação ao assunto. Nesse sentido, os significados e valores construídos internamente nesses diferentes grupos são distintos em alguns aspectos, semelhantes em outros e ganham assentimento em maior ou menor grau do público em geral.

Parece-nos, dessa forma, que a diferenciação entre interpretações gerais e coletivas é interessante analiticamente para compreendermos essa distinção entre o “ideal da inclusão” e os “valores inclusivos”, mas ela também pode ser problematizada, na medida em que é complexo identificar até que ponto um sentido é compartilhado de forma geral e de forma coletiva. Existem múltiplas interpretações coletivas acerca do assunto e, muitas vezes,

pequenas “parcelas” dessas interpretações são compartilhadas amplamente, de forma que coletivo e geral se misturam, sendo de difícil apreensão em determinados contextos o tipo de interpretação em jogo. Todavia, esse fato não invalida tais conceitos na análise aqui feita, já que eles clareiam os resultados empíricos e possibilitam a compreensão dessas distinções entre o discurso proposto pelas entidades da sociedade civil e o discurso público disponível na sociedade como um todo, em especial, aquele publicizado nos meios de comunicação.

Neste trabalho, indicamos que a mídia, por seu caráter intrínseco, está relacionada com a sociedade de uma forma mais ampla, acompanhando, de certa forma, os valores mais gerais que permeiam a cultura pública. Entretanto, nem só de valores gerais vive a mídia. As interpretações coletivas também estão presentes neste espaço. Os meios de comunicação dão voz a diferentes discursos, de distintos atores sociais. Sendo assim, muitas vezes o que é do domínio coletivo desses grupos acaba ganhando espaço midiático e pode chegar ao conhecimento ampliado da sociedade. Ou seja, os valores que pertencem a um grupo específico também podem estar presentes no conteúdo da mídia, quando atores sociais representam discursivamente tais valores e daí eles podem ou não se tornar compartilhados amplamente. Mas esse processo precisa ser melhor analisado para compreendermos até que ponto o público como um todo debate efetivamente questões como a da deficiência ou se ele apenas dá assentimento a certos valores propagados por esses grupos especializados no tema. Cabe questionarmos se o público, que não se envolve efetivamente com o assunto, que não o vivencia no cotidiano, participa da discussão ampliada da temática e contribui para o aprimoramento moral dos temas ou se o papel da sociedade é, por exemplo, apenas avaliar e selecionar entre as interpretações disponíveis a mais significativa, ou aquela mais pertinente àquele momento histórico.

De qualquer forma, cabe ressaltar a importância desses grupos coletivos para a discussão ampliada da temática. Fica bastante evidente nos resultados que, a partir do momento que os movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil começam a surgir e ganham força no cenário internacional e nacional, o panorama de enquadramentos sobre a temática da deficiência se modifica e se pluraliza em termos de interpretações. Esses grupos têm um papel decisivo na promoção e publicização de diferentes perspectivas, que inovam historicamente na forma como as questões são pensadas pela sociedade. Sendo assim, o trabalho não se constitui em uma crítica ao “ideal inclusivista” e à insistência das entidades na necessidade de compartilhamento bem elaborado, na íntegra, dos valores inclusivos num nível macro, pelo público em geral. Pelo contrário, é a defesa e promoção que tais instituições fazem em torno de diferentes perspectivas acerca dos assuntos

de interesse público que possibilita o processo que aqui indicamos como aprimoramento ético-moral ou aprendizado social.

Apenas é preciso ressaltar, como já o fizemos, que o fato do ideal inclusivo não ser compartilhado em sua totalidade pelo público em geral não invalida a idéia de um processo de aprendizado social ou evolução moral acerca do tema. Assim como também a simples modificação ou mudança de dominância de um enquadramento para outro não significa necessariamente que podemos falar em aprendizado social. É necessário o aperfeiçoamento ético-moral, já que como indicamos acima, esses valores que permeiam a cultura pública podem ter efeitos, serem articulados em processos deliberativos que culminam em decisões mais legítimas e mais justas.

No caso do trabalho em questão, pudemos perceber um aperfeiçoamento ético-moral através daqueles *frames* que têm um caráter mais reivindicatório, como no caso dos enquadres que propõem a reabilitação, ou mesmo os que requisitam direitos, ou ainda os de denúncia de preconceito. Nesses casos, parece-nos bastante claro que, em termos de valores, há uma modificação importante que parece avançar em termos ético-morais. Há uma noção de respeito e de estima que parecem indicar uma *evolução moral*. Sobretudo com relação ao âmbito legal e a busca por respeito, em termos de reivindicações por novas regulamentações e posteriormente pelo cumprimento efetivo de tais leis, presentes nas matérias do agrupamento dos direitos. Entretanto, ressaltamos que a questão do aprendizado social precisa ser melhor trabalhada futuramente, já que, em termos analíticos e conceituais, essa dimensão ficou subexplorada. É preciso indicar mais claramente os indícios desse aperfeiçoamento e mesmo como medi-lo ou como identificar um processo como aprendizado social. Questões como “quais são os elementos que levam a esse processo” e “que tipo de intervenção dos atores sociais são mais propícias a desencadear tais aperfeiçoamentos” são algumas que ficam em aberto.

Referências

- AMIRALIAN, M. et al. Conceituando a deficiência. *Revista de Saúde Pública*, p. 97–103, 2000.
- BARTEL, N.; GUSKIN, S. L. Handicap as a social phenomenon. In: CRUICKSHANK, W. M. (Ed.). *Psychology of exceptional children and youth*. 3 ed.. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1972.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press, 1963.
- CAL, D. G. R. Deliberação, mídia e o "politicamente correto": considerações sobre o caso do trabalho infantil doméstico no Pará. In: COMPOLÍTICA. *Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Salvador, 2006.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. de. *A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras - um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho*. Belo Horizonte: Tese de doutorado - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- CASTRO, M. C. P. S. Dilemas para a constituição do espaço público brasileiro: controvérsias midiáticas. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. E. (Ed.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 139–152.
- CERIGNONI, F. N.; RODRIGUES, M. P. *Deficiência: uma questão política?* São Paulo: Paulus, 2005.
- CHAMBERS, S. *Reasonable democracy: Jurgen Habermas and the politics of discourse*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (Ed.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997. p. 67–92.
- CORRER, R. *Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade*. Bauru: EDUSC, 2003.
- COSTA, A. C. S. Debatendo questões sensíveis: os testemunhos e a publicização do não-reconhecimento velado. In: UFMG. *Anais da VI Jornada de Comunicação e Democracia*. Belo Horizonte, 2008.
- D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. *Journal of Communication*, v. 52, n. 4, p. 870–888, 2002.

DENTLER, R. A.; ERIKSON, K. T. The functions of deviance in groups. *Social Problems*, n. 7, p. 98–107, 1959.

DOWNS, A. Up and down with ecology - the "issue-attention" cycle. *The Public Interest*, v. 28, p. 28–50, 1972.

DOWNS, D. Representing gun owners. frame identification as social responsibility in news media discourse. *Written Communication*, v. 19, p. 44–75, 2002.

DRYZEK, J. S. *Discursive democracy: politics, policy, and political science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *The politics of the earth: environmental discourses*. New York: Oxford University Press, 1997.

_____. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Ed.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 24, 2004. p. 41–62.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. Discursive representation. In: UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. *Anais do Rethinking Democratic Representation Workshop*. Vancouver, 2006.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

_____. *Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

ERIKSON, K. T. Notes on the sociology of deviance. *Social Problems*, n. 9, p. 307–314, 1962.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: Conceitos, usos e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, p. 187–193, 2005.

FÁVERO, E. A. G. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FIGUEIRA, E. *Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil*. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FRANCA, V. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: FRANCA, V.; GUIMARAES, C. (Ed.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61–88.

FREIDSON, E. Disability as social deviance. In: SUSSMAN, M. B. (Ed.). *Sociology and rehabilitation*. Washington: American Sociological Association, 1965. p. 71–99.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, p. 1–37, 1989.

GAMSON, W. A. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- GAMSON, W. A.; LASCH, K. E. The political culture of social welfare policy. In: TEL AVIV UNIVERSITY. *Pinhas Sapir International Conference on Development - Social Policy Evaluation: Health, Education, and Welfare*. Israel, 1980.
- GARCÊZ, R. L. de O. *O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na Internet*. Belo Horizonte: Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- GIORDANO, B. W. *(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações*. São Paulo: Annablume, 2000.
- GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Ed.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-162.
- GUHUR, M. de L. P. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 1, n. 2, p. 75-83, 1994.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade - vol.II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. O espaço público - 30 anos depois. *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas do Unicentro Newton Paiva*, v. 12, p. 7-28, 1999.
- _____. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? *Communication Theory*, n. 16, p. 411-426, 2006.
- HERTOG, J. K.; MCLEOD, D. M. A multiperspectival approach to framing analysis: a field guide. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 139-161.
- HONNETH, A. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. In: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 155-211.
- IYENGAR, S. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Illinois: University of Chicago Press, 1991.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choices, values and frames. *American Psychologist*, v. 39, p. 341-395, 1984.
- KANRA, B. Binary deliberation: enhancing the role of social learning in deliberative democracy. In: UNIVERSITY OF KASSEL. *Interpretative Policy Analysis - IPA2009*. Germany, 2009.

- KITSUSE, J. I. Societal reaction to deviant behavior: problems of theory and method. *Social Problems*, n. 9, p. 247–256, 1962.
- MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. (Ed.). *Mídia.BR(Livro da XIII Compós)*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 9–38.
- _____. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. E. (Ed.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153–179.
- _____. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. E. (Ed.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 11–46.
- _____. Mediated deliberation: dilemmas and tensions in consolidating democracy in brazil. In: TULANE UNIVERSITY. *Seminar Media and democratization in Latin America*. New Orleans, USA, 2007.
- _____. A deliberação nos media: apontamentos conceituais. *Comunicação & Sociedade*, v. 50, p. 81–101, 2008.
- _____. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Ed.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 165–194.
- MAIA, R. C. M. et al. Mídia e enquadramentos em ambientes competitivos: troca pública de razões. In: UFBA. *Anais da V Jornada de Comunicação e Democracia*. Salvador, 2008.
- MAIA, R. C. M.; MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F. Interações mediadas e deliberação pública. In: PRIMO, A. et al. (Ed.). *Comunicação e interações. Livro da Compós*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2008. p. 93–110.
- MANUAL da Mídia Legal 2: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Rio de Janeiro, 2003.
- MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, v. 58, n. 2, p. 258–279, 2008.
- MERCER, J. R. Social system perspective and clinical perspective: frames of reference for understanding career patterns of persons labelled as mentally retarded. *Social Problems*, n. 13, p. 18–34, 1965.
- _____. *Labelling the mentally retarded: clinical and social system perspectives on mental retardation*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MILLER, M. M. Frame mapping and analysis of news coverage of contentious issues. *Social Science Computer Review*, v. 15, p. 367–378, 1997.
- NISBET, M. C.; HUGE, M. Attention cycles and frames in the plant biotechnology debate: managing power and participation through the press/policy connection. *Press/politics*, v. 2, n. 11, p. 3–40, 2006.

OEA. *Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência*. Guatemala, 1999.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, p. 127–135, 1996.

OMS. *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças*. [S.l.], 1989.

_____. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. [S.l.], 2003.

PARSONS, T. *The social system*. New York: Free Press, 1951.

PETERS, B. On public deliberation and public culture. In: WESSLER, H. (Ed.). *Public Deliberation and Public Culture: The writings of Bernhard Peters, 1993-2005*. Basingstoke (Hampshire): Palgrave Macmillan, 2008. p. 68–118.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p. 74–104.

PRIESTLEY, M. Constructions and creations: idealism, materialism and disability theory. *Disability and Society*, v. 13, n. 1, p. 75–94, 1998.

REESE, S. D. Prologue - framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 7–31.

SANTOS, M. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 2, n. 3, p. 21–29, 1995.

SASSAKI, R. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003. p. 12–16.

SCHEUFELE, D.; TEWKSBURY, D. Framing, agenda setting and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, v. 57, p. 9–20, 2007.

SCOTT, R. *The making of blind men*. New York: Russell Sage Foundation, 1969.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, v. 50, p. 93–109, 2000.

SHAH, D. V. et al. News framing and cueing of issue regimes: explaining clinton's public approval in spite of scandal. *Public Opinion Quarterly*, v. 66, p. 339–370, 2002.

SIMON, A.; XENOS, M. Media framing and effective public deliberation. *Political Communication*, v. 17, n. 4, p. 363–373, 2000.

- TANKARD, J. W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 95–106.
- VASH, C. L. *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação*. São Paulo: Pioneira, 1988.
- VIVARTA, V. *Mídia e Deficiência*. Brasília: Andi e Fundação Banco do Brasil, 2003.
- WARREN, M. E. Institutionalizing deliberative democracy. In: *Deliberation, Participation and Democracy. Can the people govern?* New York: Palgrave MacMillan, 2007. p. 272–288.
- WERNECK, C. *Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano*. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- WRIGHT, B. *Physical disability: a psychological approach*. New York: Harper e Row, 1960.
- ZHONGDANG, P.; KOSICKI, G. M. Framing as a strategic action in public deliberation. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 35–65.

APÊNDICE A – Lista de palavras-chave utilizadas na busca digital

•AACD; aleijada; aleijadas; aleijado; aleijados; amputada; amputadas; amputado; amputados; anormais; anormal; APAE; autismo; autista; braile; cadeirante; cadeirantes; cambaia; cambaias; cega; cegas; cego; cegos; cegueira cegueta; ceguetas; ceguinha; ceguinhas; ceguinho; ceguinhos; coxo; coxos; débeis; débil; debilóide; debilóides; defeituosa; defeituosas; defeituoso; defeituosos; deficiência; deficiências; deficiente; deficientes; discapacidade; discapacidades; down; excepcionais; excepcional; incapacitada; incapacitadas; incapacitado; incapacitados; incapaz; incapazes; insuficiente; insuficientes; inválida; inválidas; inválido; inválidos; invisuais; invisual; libras; manca; mancás; manco; mancos; maneta; manetas; mongois; mongol; mongolismo; mongolóide; mongolóides; muda; mudas; mudez mudinha; mudinhas; mudinho; mudinhos; mudo; mudos; mutiladas; mutiladas; mutilado; mutilados; nanismo; paralisada; paralisadas; paralisado; paralisados; paralisia; paralisias; paralítica; paralíticas; paralítico; paralíticos; paraolimpíada; paraolimpíadas; paraolímpico; paraolímpicos; paraolímpica; paraolímpicas; paraplégica; paraplégicas; paraplégico; paraplégicos; pernetas; pernetas; Pestalozzi; pitosga; pitosgas; retardada; retardadas; retardado; retardados; síndrome; síndromes; surda; surdas; surdez; surdinha; surdinhas; surdinho; surdinhos; surdo; surdos; talidomida; tetraplégica; tetraplégicas; tetraplégico; tetraplégicos; adolescente especial; adolescentes especiais; adulto especial; adultos especiais; atraso mental; baixa visão; cadeira de rodas; criança especial; crianças especiais; mutações genéticas; necessidade educacional especial; necessidade educativa especial; necessidade especial; necessidades educacionais especiais; necessidades educativas especiais; necessidades especiais; pessoa especial; pessoas especiais; portador(es,a,as) de direitos especiais; surda-muda; surdas-mudas; surdo-mudo; surdos-mudos; visão subnormal.

APÊNDICE B – Codebook final

EXEMPLOS
100 Pessoas com deficiência que passaram por tratamentos médicos ou de saúde, com outros profissionais. Ou seja, exemplos de pessoas que tratam a deficiência em si, o próprio corpo, tentando se aproximar fisicamente das condições de uma pessoa sem deficiência.
101 Pessoas com deficiência que passaram por tratamentos educacionais ou outros treinamentos para se comportarem ou se aproximarem da “normalidade”. Serem o mais próximo possível das pessoas sem deficiência.
102 Exemplos dramáticos, carregados de muito sofrimento, causado pela deficiência e cujo final, por assim dizer, não é feliz. Não há algo como a redenção ou a superação.
103 Histórias de pessoas com deficiência que seguiram a vida, tiveram conquistas, histórias de sucesso, vencem desafios, mostram que são capazes. Muitas vezes a pessoa com deficiência é como um super-herói.
104 Histórias de pessoas que buscaram em atividades alternativas, como música, arte, literatura, o sentido para viver melhor.
105 Histórias de pessoas que com treinamento conseguem trabalhar, serem produtivas, mas não de forma competitiva e sim em empregos de menor complexidade, que exigem menos formação e conhecimento. Em geral, cargos de baixo escalão.
106 Histórias de pessoas que tiveram a qualidade de vida melhorada através de ambientes ou tecnologias adaptadas, como uma cadeira de rodas equipada ou um outro instrumento.
107 Pessoas que se envolvem em campanhas, beneficência, voluntariado, buscam a solidariedade.
108 Personagens com deficiência que têm algo cômico, estranho, peculiar, curioso.
109 Trabalhadores com deficiência dispensados de empresas que se preocupam apenas com o rendimento.
110 Exemplo de empresa que emprega técnica para a prevenção de acidentes.
111 Exemplo de como a deficiência auditiva pode prejudicar a inteligência.
112 Exemplos de pesquisas científicas para prevenção ou para descobrir as causas ligadas à deficiência.
113 Pessoas com deficiências que procuram estudar, adquirir conhecimento, se tornarem competitivas.
114 Exemplo de pessoas com deficiência em situações de fragilidade, “perdidos”, sendo “passados para trás”, enfim, personagens que demonstram claramente a vulnerabilidade da deficiência.
115 Exemplo de pessoa com deficiência que é impedida de fazer algo comum em sua vida pessoal, como se casar.
116 Pessoas com deficiência que lutam por seus direitos, se recusam a aceitar injustiças.
117 Produtos midiáticos ou simbólicos que retratam as pessoas com deficiência de uma forma errônea, distorcida, degradante.
118 Exemplos de pais de pessoas com deficiência e suas preocupações com relação à assistência dessas pessoas ou de pais compreensivos, que comemoram as pequenas conquistas dos filhos.

119	Histórias de pessoas que podem ou vão evitar ter filhos porque eles podem nascer com graves deficiências.
120	Exemplos de como o aborto eugênico ou baseado em histórico familiar pode ser um grande erro.
121	Exemplos de pessoas que passaram por situações de preconceito.
122	Exemplo da deficiência vista como um castigo para alguém.
123	Exemplo de casos milagrosos, de pessoas que se curaram.
124	Exemplo de pessoas com deficiência independentes, autônomas, que têm uma vida social ativa ou que passam por tratamentos que se preocupam com a socialização delas. Procuram trabalhar isso.
125	Histórias de pessoas com deficiência vistas como pessoas comuns, com características, limitações, capacidades.
126	Mulheres que querem abortar crianças sem cérebro e que recorrem à Justiça.
127	Atletas.
128	Personagens que têm qualificação e mesmo assim enfrentam dificuldades no ambiente de trabalho.
129	Pessoas com deficiência que têm sucesso profissional, em trabalho qualificado, de prestígio.
130	Exemplos de empresas, escolas, pessoas com deficiência que não têm problemas com acessibilidade.
131	Exemplos de desrespeito e descumprimento de leis relacionadas à deficiência.
132	Desvalorização das conquistas de pessoas com deficiência, como, por exemplo, a desvalorização de nossos resultados nas paraolimpíadas.
133	Personagens que tiveram problemas com acessibilidade.
134	Exemplos absurdos de acontecimentos históricos, como o extermínio de milhares de pessoas com deficiências promovido pelos nazistas.
135	Exemplos positivos de imagem de pessoas com deficiência em produtos midiáticos ou simbólicos.

SLOGANS

100	Que ressaltam a necessidade de se ajudar a pessoa com deficiência, com expressões como “é preciso carinho e compreensão no cuidado com a pessoa com deficiência”, “a pessoa com deficiência não pode ser abandonado”, “a pessoa com deficiência pode ser ajudado”.
101	Que indicam a necessidade da pessoa com deficiência superar a deficiência. é quase uma busca incessante por cura, por ser normal, ou o mais próximo possível.
102	Que indicam a necessidade ou a idéia de preparação para viver na sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “readaptação”, “reeducação”.
103	Que reiteram a idéia de diversidade, de respeito às diferenças, de convívio entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, num processo de socialização.
104	Que indicam a idéia de superação das limitações, de encarar os desafios, de que a vida não acaba com a deficiência, etc.
105	Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta por injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc.
106	Que negam a incapacidade da pessoa com deficiência.
107	Que reiteram a noção de melhora da qualidade de vida, de uma mudança para melhor e ao crescimento também da própria expectativa de vida.

108 Utilização do termo “criança-problema”.
109 Utilização da frase “não se deve fazer distinção entre a pessoa com deficiência e a criança normal”.
110 Slogans que apontam para utilização ou não de determinadas expressões como “excepcional não é depreciativo”, “não deve-se dirigir-se a uma pessoa por ceguinho”.
111 “As pessoas com deficiência podem desempenhar qualquer trabalho/atividade”.
112 “As pessoas com deficiência podem desempenhar trabalhos/ atividades adequados ao seus estados”.
113 Slogans que focam na produtividade das pessoas com deficiência, no trabalho deles para serem úteis à comunidade.
114 “Defeito físico não prejudica a inteligência” - tentativa de se distinguir outras deficiências da mental.
115 Pessoa com deficiência é diferente de doente.
116 Slogans que indicam um estado de solidão das pessoas com deficiência, como “eles dificilmente podem viver com os seus” ou eles vivem em “um mundo à parte”.
117 Pessoa com deficiência = doente.
118 Slogans que falam de ambientes adaptados que acabam por promover uma segregação ao contrário, como “cidade para pessoas com deficiência”, “estádio para pessoas com deficiência”.
119 Slogans que indicam uma esperança, a expectativa de que no futuro as deficiências podem ser resolvidas, através de avanços na ciência, em tecnologia, etc.
120 Slogans que indicam que a pessoa com deficiência frequenta ou deve frequentar a rede regular/comum de ensino.
121 Slogans que indicam que outras deficiências podem causar deficiência mental, “retardo” mental, como “a surdez pode causar deficiência intelectual”.
122 Slogans que reiteram a idéia de “Desenvolvimento de potencialidades e habilidades” ou de qualificação para tornar as pessoas com deficiência competitivas no mercado de trabalho. É uma noção de habilitação, qualificação, excelência.
123 Aborto eugênico ou engenhia ou slogans ligados a isso, como a reprovação de que alguns merecem ser abortados mais que outros.
124 Apoiar e confiar na pessoa com deficiência.
125 Mercado especializado / nicho de mercado.
126 Poticamente correto.
127 Inclusão.
128 Marginalização, preconceito, discriminação.
129 Acessibilidade; desenho universal.
130 Vida independente.
131 Prótese pode dar vantagem à pessoa com deficiência.
132 Preocupação com a inclusão é para perdedores; ética é para perdedores; Negação dos valores morais ligados à inclusão.
133 Afirmação de que não há preconceito ou marginalização dos pessoa com deficiências.

TERMOS
100 Termos que indicam inutilidade (inválido incapacitado incapaz aleijado)
101 Termos pejorativos (mongol mongolóide mongolismo ceguinho mudinho surdinho retardo mental retardado pernetá)
102 Termos promovidos por movimentos sociais (pessoa deficiente pessoa portadora de deficiência portador de deficiência pessoa com deficiência atleta deficiente criança deficiente pessoa com paralisia cerebral)
103 Termos que remetem à pessoa com deficiência como vítima, o que gera um sentimento de piedade (pessoa confinada, presa, condenada a cadeira de rodas, às trevas, etc sofrer de paralisia privado de andar atacado de surdez etc)
104 Termos promovidos em documentos legais (pessoas com necessidades especiais pessoas especiais portadores de necessidades especiais portadores de direitos especiais)
105 Termos promovidos pelo campo da educação (excepcional criança excepcional)
106 Termos oriundos do campo do trabalho (PPD)
107 Termos técnicos ou oriundos da medicina (deficiência visual parcial, auditiva parcial baixa visão visão subnormal paraplégico tetraplégico hemiplégico amputado triplegia surdez cegueira débil débil mental imbecil idiota oligofrenia anomalia malformações deformidade atrofia perda de audição lesão medular deficiência criança trissômica problema auditivo etc)
108 Termos errôneos, a qualquer tempo, do ponto de vista dos movimentos sociais e estudiosos do assunto (surdo-mudo doença ou doente)
109 Termos que focavam a deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência (defeituoso deficiente defeito)
110 Termos adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência (surdo cego cadeirante pessoa surda pessoa cega)

ATORES
100 Campo médico saúde
101 Campo da educação
102 Associações Sindicatos etc.
103 Pessoa com deficiência
104 Campo esportivo
105 Campo da assistência social
106 Campo científico (com exceção de médicos, profissionais da saúde e educadores)
107 Ligados ao executivo do Estado
108 Ligados ao Judiciário Especialistas em direito

109 Legislativo
110 Artistas Mundo Artístico
111 Parentes e amigos de pessoas com deficiência
112 Membro de seita, religião etc.
113 Cidadão comum sem identificação
114 Empregadores
115 Prestadores de serviços
116 Discriminador
117 Candidatos a cargos públicos
118 Força policial
119 Campo da economia
120 Campo do design arquitetura engenharia civil

SUBTÓPICO
100 Medicina Saúde Ciência Tecnologia
101 Educação
102 Beneficência Caridade Voluntariado
103 Divulgação Esclarecimento Estatísticas Agradecimentos
104 Esportes
105 Psicologia Relações interpessoais
106 Trabalho
107 Acessibilidade
108 Cidadania Direitos Questões legais
109 Histórias de vida
110 Tratamentos multidisciplinares (que envolvam além de médicos, profissionais da saúde e educação)
111 Economia Finanças pessoais Recursos financeiros
112 Religião Crença Milagres Castigos
113 Preconceito Discriminação
114 Curiosidades Humor
115 Violência Crimes
116 Cultura
117 Ética

RUBRICA
100 Cursos
101 Feminino Jornal da Família
102 Ciência Tecnologia Saúde Medicina
103 Esportes
104 Cultura TV Literatura Música Cinema
105 Coluna Social
106 Serviço Social Social Razão Social Utilidade Pública
107 Educação
108 Curiosidades Humor
109 Turismo
110 Internacional
111 Cartas Tira-dúvidas
112 Trabalho Emprego
113 Geral Cotidiano Grande Rio Bairros Interior
114 Economia
115 Política País Brasil
116 Veículos
117 Editorial Opinião Artigo Coluna

CAUSAS
100 Foco no aspecto físico O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo.
101 O problema é visto como de foro íntimo da pessoa com deficiência e sua família Foco na questão psicológica Ou na falta de atitude ou esforço dela com relação à deficiência Ou nas relações dela com a família.
102 O problema é visto como de ordem educacional.
103 O problema é visto como de ordem profissional, dizendo respeito ao trabalho.
104 O problema é visto como procedente da capacitação de profissionais para tratar, assistir, orientar a pessoa com deficiência. Capacitação de pessoal que entenda de deficiência.
105 Foco na questão financeira e no déficit de assistência.
106 O problema é visto sob o ponto de vista legal, como problemas com a legislação vigente ou requisição de direitos.
107 O problema é visto como de cunho público, que diz respeito ao Estado, à ação do governo.

108 O problema é visto sob o ponto de vista da informação. Leigos, a sociedade precisa não tem informações sobre as deficiências.
109 O foco aqui são as ações da sociedade, as atitudes com relação à deficiência, a forma como o social trata a questão.
110 O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente.
111 O problema é atribuído à pobreza, que, por exemplo, leva a uma péssima alimentação e que causa uma deficiência.
112 O problema é visto sob a ótica da socialização. No caso, o problema seria a falta de contato, falta de interação, de relações entre a pessoa com deficiência e a sociedade.
113 A causa aqui é vista como castigo divino ou tem relações com religião, fé, crenças etc.
114 O problema tem cunho ético.

SOLUÇÕES
100 Solução está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa.
101 Solução está na educação, seja através do ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência.
102 A solução está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional; na qualificação para vagas de alta nível.
103 A solução passa pela informação, divulgação de informações referentes à deficiência para as pessoas.
104 A solução está na caridade, na solidariedade das pessoas através de doações ou de trabalho voluntário.
105 Passa pela mudança social, mudança nos valores; nas atitudes da sociedade para com a deficiência.
106 A solução está na ação do Estado, do governo para resolver o problema, seja através de medidas ou investimento público.
107 A solução está nas mãos da pessoa com deficiência e de sua família, através do esforço, luta pessoal, tratamento psicológico ou mesmo aceitação da própria condição.
108 A solução passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, concessão efetivamente de direitos já adquiridos, etc.
109 A solução está na promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, seja através de ambiente adaptado, materiais e produtos específicos pra elas, enfim, o mundo se modifica pra possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a distintos locais, serviços, etc. Se encaixa aqui também os cães-guias, já que se trata de um animal que recebe treinamento específico e se adapta para possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a diferentes ambientes.
110 A solução passa pela orientação jurídica.
111 A solução está na assistência social.
112 A solução está no mundo espiritual, na religião, na fé.
113 A solução passa por levar uma vida comum, fazendo atividades que todos gostam, como lazer, turismo, hobbies, esporte, atividades físicas diversas.

114 A solução está no protesto, na publicização pública através de manifestação.
115 A solução passa pelo aborto eugênico.
116 A solução passa pelo contato da pessoa com deficiência e a sociedade, pela socialização da pessoa com deficiência, por uma vida social ativa.
117 A solução está em explorar artisticamente, na literatura ou em outros produtos simbólicos a própria deficiência.
118 A solução está na capacitação de profissionais para tratar, lidar com pessoas com deficiência.

JULGAMENTOS MORAIS
100 Deficiência ou pessoas com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características negativos.
101 Julgamentos e características que colocam a pessoa com deficiência numa posição de fragilidade.
102 Deficiência ou pessoas com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivas.
103 A pessoa com deficiência não é normal (há uma contraposição entre normal e pessoa com deficiência).
104 Aproxima-se a pessoa com deficiência da normalidade (são seres humanos).
105 Pessoa com deficiência, na posição de filho, é vista como um encargo).
106 Julgamento acerca dos pais de pessoas com deficiência: super-heróis.
107 Dissociação deficiência e pobreza.
108 Associação deficiência e pobreza.
109 Julgamento de que a deficiência é algo indesejável.
110 A pessoa com deficiência é encarada como uma pessoa como outra qualquer, que tem limitações e capacidades (a deficiência é vista como uma característica entre tantas que a pessoa tem).
111 Pessoa com deficiência > aborto > moralmente repugnante pensar que alguns merecem ser abortados mais que outros.

APÊNDICE C – Apresentação detalhada dos enquadramentos, ano-a-ano

C.1 Resultados de 1960

Como já afirmamos, o número total de matérias no ano de 1960 é de 88. Os conjuntos de notícias deste ano, já no primeiro agrupamento, apresentaram lógica. Além disso, nenhum grupo ficou demasiado pequeno e nenhum com junção de variáveis de categorias em excesso e destoantes do *background* da leitura e releitura dos textos. Abaixo, apresentamos as características de cada um dos quatro grupos formados, ou seja, as variáveis de diferentes categorias (*exemplos, slogans, termos, atores, subtópicos, rubrica, causas, soluções e julgamentos morais*) responsáveis pela reunião de determinadas notícias em um grupo. Essas características serão exploradas na sequência para a definição dos enquadramentos presentes neste período da amostra. Também indicamos ao lado a porcentagem de recorrência daquele determinada variável naquele grupo e o número de textos que compõem cada conjunto. Ainda ressaltamos que a ordem de apresentação dos grupos é aleatória.

1. Grupo 1 - 31 notícias

- *Termos*: Pejorativos. (65%);
 - *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (58%);
 - *Solução*: Está na caridade, na solidariedade das pessoas, através de doações ou de trabalho voluntário. (55%);
 - *Subtópico*: Divulgação | Esclarecimento | Estatísticas | Agradecimentos. (42%);
 - *Slogans*: Expressões que ressaltam a necessidade de se *ajudar* a pessoa com deficiência, como “É preciso carinho e compreensão no cuidado com a pessoa com deficiência”, “a pessoa com deficiência não pode ser abandonada” ou “a pessoa com deficiência pode ser ajudada”. (42%).
-

2. Grupo 2 - 15 notícias

- *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (93%);
 - *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (87%);
 - *Termos*: Pejorativos. (60%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (60%);
 - *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (53%);
 - *Subtópico*: Educação. (53%);
 - *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (40%);
 - *Slogans*: Expressões que ressaltam a necessidade de se *ajudar* a pessoa com deficiência, como “É preciso carinho e compreensão no cuidado com a pessoa com deficiência”, “a pessoa com deficiência não pode ser abandonada” ou “a pessoa com deficiência pode ser ajudada”. (40%);
 - *Julgamento moral*: A pessoa com deficiência não é normal (há uma contraposição entre a normalidade e a deficiência). (40%);
 - *Atores*: Campo da educação. (40%).
-

3. Grupo 3 - 15 notícias

- *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (60%);
- *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou na ainda na qualificação para vagas de alto nível. (53%);
- *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (53%);
- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo.

(47%);

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (40%);
 - *Termos*: Que remetem à pessoa com deficiência como vítima, o que gera um sentimento de piedade. (40%);
 - *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (40%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (40%).
-

4. Grupo 4 - 27 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (82%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (74%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (67%);
 - *Rubrica*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (63%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (56%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (41%).
-

C.1.1 1º Grupo: enquadramento da *caridade*

O primeiro grupo de notícias, composto por 31 matérias, se caracteriza pela presença nos textos de termos tanto pejorativos, como mongol e retardado, como pelo termo excepcional, que é uma nomenclatura oriunda do campo da educação¹. Os textos desse grupo também tratam, em grande parte, de divulgação de campanhas ou informações estatísticas. A solução encontrada para o problema da deficiência é a caridade, a solidariedade, que se concretiza em doações. Por fim, o slogan que marca esse grupo é justamente o que chama para a participação nessa tarefa de ajudar as pessoas com deficiência.

É importante ressaltar nesse sentido, a grande reincidência do termo excepcional mesmo em notícias que não tratam de educação, como as desse grupo. Ele demonstra a força discursiva do campo da educação neste período. A presença de termos pejorativos indica uma peculiaridade não só desse grupo, como veremos adiante, mas uma nomenclatura que era comumente utilizada na década de 60. Aliás, em muitos momentos,

¹Detalhamos a origem de cada termo na seção 1.1.4 (p. 46).

perceberemos que o elemento *termos* será importante não tanto na análise pontual dos grupos de um ano específico, mas sim quando da análise comparativa entre os diferentes anos.

No caso específico deste grupo, esses termos pejorativos casam justamente com essa idéia de que a questão é tratada com foco na caridade como solução. O subtópico “Beneficência | Caridade | Voluntariado” não é uma característica recorrente neste grupo apesar de ter havido, em 1960, uma intensa campanha de divulgação da questão da deficiência, que chamava em muitas notícias para a caridade das pessoas. Isso porque, em muitas, o tema central foi enquadrado como divulgação já que as matérias explicitavam que essa era a questão principal.

Contudo, pela solução que marca este grupo, percebemos que a questão central que define o enquadramento neste caso é justamente a caridade, a necessidade de ajudar, como se as pessoas com deficiência fossem grandes necessitados, que não conseguem resolver o próprio problema e que precisam do auxílio da sociedade. E aí os termos pejorativos vêm acompanhando essa noção geral de que a pessoa com deficiência é um retardado, mas um retardado que necessita de ajuda. Sendo assim, chamaremos este *frame de enquadramento da caridade*. O exemplo 1 (p. 109) faz parte deste grupo.

É preciso ressaltar também que ainda que os exemplos dos slogans estejam redigidos com o termo *pessoa com deficiência*, eles, no original, nas notícias, utilizavam-se, em geral, justamente dos termos que são as características recorrentes e definidoras do pacote interpretativo: aqueles que possuem tom pejorativo e excepcional, advindo do campo da educação. Pelo número de notícias, 31 ou 35%, percebe-se que este era o enquadramento mais proeminente no ano de 1960.

C.1.2 2º Grupo: enquadramento educacional

O segundo grupo de notícias, composto por 15 matérias, se caracteriza por apontar a causa do problema como de ordem educacional. Há uma alta porcentagem (93%), inclusive, de recorrência desta causa nos textos. A solução que indica para a questão as notícias deste conjunto é justamente a educação. Também é alta a porcentagem (87%) desta variável. Os termos pejorativos novamente aparecem, assim como no primeiro grupo, mas também é recorrente a utilização dos termos que dizem da deficiência em si, como deficiente e defeituoso. Outra nomenclatura que caracteriza esse conjunto de matérias são os termos que são adotados informalmente e que são os mais utilizados pelas próprias pessoas com deficiência. Há a indicação de uma outra solução, que estaria na medicina,

na área da saúde, através da solução clínica, física da questão, com cirurgias, próteses etc.

O subtópico dominante é o da educação. O slogan que indica a necessidade de preparação da pessoa com deficiência para a vivência em sociedade, como a própria noção de integração pressupõe, é bastante marcante. Além disso, ainda há a presença do slogan definidor do primeiro grupo: o que ressalta a necessidade de ajudar as pessoas com deficiência para resolver o problema. Há também a presença do julgamento moral que diferencia claramente a pessoa com deficiência das pessoas “normais”. Ainda há nessas matérias uma clara contraposição entre o que é a normalidade e a deficiência, que aqui é encarada como algo que foge a esta situação. Por fim, os atores do campo da educação, como pedagogos, professores, pesquisadores dessa área, têm voz nestas notícias.

Analisemos parte a parte essas características. A indicação de uma solução ligada à medicina pode ser esclarecida pela existência nas matérias deste ano de muitos textos que falam de determinadas associações ou entidades que tratam das pessoas com deficiência. Em muitas dessas matérias, quando se fala da educação, também se fala da questão física, da solução clínica para o problema. Muitas dessas entidades, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por exemplo, oferecem serviços de fisioterapia e atendimento médico, conjuntamente com a educação especial. Essa solução, física, médica, é inclusive a determinante do grupo 4, que ainda exploraremos mais detalhadamente. Esses dois campos, da educação e da saúde, são muito fortes na definição da questão da deficiência na década de 60. Por isso, na hora do agrupamento, como as matérias acabam citando esses tratamentos de saúde que essas entidades educacionais oferecem, essa característica acabou também surgindo como definidora do grupo 2. Porém, há de se ressaltar que a recorrência da solução educacional é muito mais marcante (87%), do que a da saúde (60%). Portanto, a variável solução educacional acabará tendo mais relevância na nomeação do *frame*.

É preciso ressaltar também que, embora a solução educacional aponte para o ensino especial, ou classes especiais no ensino comum, ou classes comuns no ensino regular, ou ainda o ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência, todas essas soluções não estão presentes na mesma proporcionalidade em diferentes períodos da amostra. A junção de soluções educacionais diversas teve como intuito, como já mencionamos no capítulo anterior, na seção 4.2 (p. 96), possibilitar a saliência da variável *solução educacional* como demarcante de um tipo específico de abordagem. Todavia, é importante ressaltar, que os *codebooks* anteriores ao final, onde as soluções estavam destrinchadas, são de grande valia para a análise de um ano específico. No caso das solu-

ções educacionais apontadas nas matérias referentes a 1960, a indicação é bastante clara: educação especial, que significa classes especiais em escolas especiais.

Esse detalhe, inclusive, vai ao encontro do slogan também definidor deste grupo que indica a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “readaptação” e “reeducação”. Ou seja, a educação especial se destinava exatamente a isso: preparar as pessoas com deficiência para que elas chegassem o mais perto possível da normalidade. A educação, muitas vezes, se restringia a um treinamento, a uma busca pela proximidade desta condição normal, para que então essas pessoas pudessem viver com os seus. E aí o julgamento moral que distingue a pessoa normal da pessoa com deficiência vai também ao encontro desta perspectiva.

A recorrência de diferentes termos, neste caso, acaba por dificultar a composição efetiva do enquadramento. Novamente, esses dados parecem apontar mais uma tendência em termos de mudança no panorama dos enquadramentos em geral ano a ano do que caracterizar e também diferenciar efetivamente enquadres específicos de um ano com relação aos outros deste mesmo ano.

No caso das notícias desse grupo, tivemos a participação de fontes ligadas ao campo educacional em 40% das matérias, o que reforça justamente a força que afirmávamos tinha este campo sobre a definição de sentidos ligados à questão naquela época. O exemplo 3 (p. 113) faz parte deste grupo.

Enfim, chamaremos este enquadramento de *educacional*. Ainda que ele não tenha tanta proeminência quanto o da *caridade* e o referente ao grupo 4, que são os mais recorrentes nas matérias, ainda assim é forte a presença de tal enquadre: 15 notícias ou cerca de 17% dos textos deste ano.

C.1.3 3º Grupo: enquadramento do *trabalho*

No grupo 3, também é característica recorrente o slogan que indica a necessidade de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade. As soluções com mais reincidência aqui indicadas para o problema estão no trabalho, na produção, ou na educação. A causa em si é atribuída ao aspecto físico, corpóreo. São utilizados termos técnicos, oriundos da medicina, além de nomenclatura que remete à piedade ou aqueles que são adotados informalmente pelas pessoas com deficiência. Também é mencionada uma outra solução que estaria na medicina.

É preciso esclarecer aqui que a presença de soluções ligadas à educação e à medicina se deve ao mesmo motivo indicado para a presença de solução ligada à medicina no enquadramento *educacional*. Em verdade, aquelas instituições que mencionamos acima que ofereciam educação e atendimento médico, também possibilitavam aos seus frequentadores a participação em treinamentos profissionais. Por exemplo, são muitas as notícias que citam atividades ligadas à terapia ocupacional nestas entidades de apoio à pessoa com deficiência. A terapia ocupacional acaba que é um tratamento que focaliza no físico, na questão corpórea, mas muitas vezes envolve a preparação para uma atividade profissional. Inclusive, neste período, trabalho para a pessoa com deficiência se resumia a isso: atividades menos complexas, em que eles produziam ou artesanato ou montagem de determinados produtos ou mesmo serviços repetitivos, que, depois de treinados, eles davam conta de executar.

Ou seja, o slogan que marca também este grupo tem relação com esta noção de trabalho que é empregada: a pessoa com deficiência era treinada, ou, passava por um processo de reabilitação, para que ela conseguisse desenvolver alguma atividade útil. Mas essa atividade, encarada como um trabalho profissional, na verdade, se resumia, muitas vezes, a oficinas protegidas, onde as pessoas com deficiência executavam tarefas não complexas. Em outras palavras, não havia um emprego formal e sim a atividade laborial, remunerada, mas que tinha como intuito apenas tornar aquelas pessoas úteis para a sociedade.

Como afirmamos acima, ainda que, no *codebook* final, as soluções ligadas ao trabalho tenham sido agrupadas (produção, emprego, treinamento profissional, qualificação para vagas de alto nível), nas codificações anteriores é possível identificar que, em 1960, a questão se resumia à produção e treinamento profissional. O trabalho executado por pessoas com deficiência que é mencionado nestas matérias é tido como uma atividade laborial com a finalidade de tornar essas pessoas úteis, apenas isso. O sentido é: vamos dar ocupação a elas, já que o indivíduo deve ser útil à sociedade. Ou seja, é uma noção bem restrita de trabalho.

Assim sendo, ainda que tenhamos a presença de solução ligada à educação e à área da saúde, o marcante neste grupo de notícias é justamente a atividade laborial ou o treinamento profissional com vistas à reabilitação. É uma preparação da pessoa com deficiência para que ela possa viver como as outras pessoas: tendo atividade de trabalho e sendo útil à sociedade. Essas soluções periféricas neste grupo aparecem como outros tratamentos que a pessoa com deficiência também deve ter.

O problema aqui é visto como causado pela situação corpórea, porque o que muitas

vezes impede a execução de uma atividade de trabalho é a própria limitação física. Daí que é preciso treinamento, terapia ocupacional, para que esses indivíduos consigam realizar as tarefas.

São utilizados diferentes tipos de termos e a presença dos termos oriundos da medicina reforça o que já dissemos com relação à educação. Nesta época, os dois grandes campos que tinham proeminência na definição dos sentidos atribuídos à deficiência era a educação e o campo médico ou da saúde. A presença dos termos que remetem à pessoa com deficiência como vítima, digna de pena, acaba que é reflexo da força, no período, do primeiro enquadramento que apontamos acima: o da *caridade*. O exemplo 6 (p. 118) faz parte deste grupo.

Enfim, chamaremos este *frame* de enquadramento do *trabalho*. Esta forma específica de interpretação está presente, assim como o enquadramento *educacional*, em 17% das notícias.

C.1.4 4º Grupo: enquadramento *médico*

Por fim, temos o último grupo, formado por notícias que, em sua grande parte (82%), apresentam como causa para o problema da deficiência o aspecto físico, ou seja, ele é de natureza corpórea. É alta a recorrência do subtópico “Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia” (74%). A solução indicada para o problema que é marcante como característica do grupo está na medicina, na área da saúde. Boa parte das notícias está localizada em uma seção ou caderno, enfim, uma rubrica ligada à ciência, saúde, tecnologia ou medicina (63%). Os termos mais utilizados são aquelas oriundos da medicina e os atores que têm voz nas matérias são os do campo médico ou da saúde.

Como é bem perceptível, esse grupo, que totaliza 27 matérias, é bem estruturado internamente em termos de sentido. Eles têm grande “valor organizatório”, para utilizar um termo de Reese (2001). Todas as características marcantes do conjunto apontam exatamente para um enquadramento *médico*. Esse *frame* é bastante importante para compreendermos toda a *trajetória discursiva* da questão porque ele, como veremos, estará presente em todas as fases do debate público acerca do assunto. Esta forma de interpretar a questão é bastante saliente, já que cerca de 31% dos textos da amostra deste ano formam este conjunto. O exemplo 8 (p. 121) faz parte deste grupo.

C.1.5 Resumo dos enquadramentos de 1960

Como indicamos acima, o ano de 1960 tem como principais formas de interpretação da questão da deficiência os seguintes enquadramentos: da *caridade*, *educacional*, do *trabalho* e *médico*. O *frame* mais proeminente e, logo, mais compartilhado socialmente é o da caridade, cujo conjunto de matérias é o maior, com 31 textos. Segue-se a esse, o também amplamente compartilhado, enquadramento médico da questão, com 27 notícias. Com o mesmo nível de proeminência, temos os enquadramentos do *trabalho* e *educacional*, cada um com 15 matérias.

Cabe ressaltar aqui que, apesar dos enquadramentos do trabalho e o educacional, tomados individualmente serem menos compartilhados que o da caridade e o médico, eles têm características muito próximas, ligadas à idéia de *reabilitação* ou de *integração*, noção discutida na seção 1.2 (p. 50). Ou seja, ainda que os mantenhamos separados, é preciso apontar que eles podem ser vistos como sub-enquadramentos de um enquadramento maior que seria expresso pela idéia contida no slogan presente nos dois conjuntos de matérias: o que indica a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade. A idéia de educação com vistas à busca pela “normalidade” e a noção de trabalho como atividade laborial, para que a pessoa seja útil, trazem com elas essa associação com a noção de integração. As pessoas se preparam para então serem aceitas. Elas precisam se adaptar para chegarem o mais próximo possível do “normal” e então terem condições de viverem minimamente em sociedade.

Enfim, retornaremos a esse panorama geral de 1960 quando na análise comparativa ano a ano. Passemos aos resultados de 1968.

C.2 Resultados de 1968

Como já indicamos acima, o número total de matérias no ano de 1968 é 50. Os conjuntos de notícias deste ano, já no primeiro agrupamento, assim como os de 1960, apresentaram lógica. Nenhum grupo ficou demasiado pequeno e nenhum com junção de variáveis de categorias em excesso e destoantes do *background* da leitura e releitura dos textos. Abaixo, apresentamos em uma tabela as características de cada um dos quatro grupos formados. Também indicamos ao lado a porcentagem de recorrência daquele determinada variável naquele grupo e o número de textos que compõem cada grupo.

1. Grupo 1 - 20 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (65%);
 - *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou na ainda na qualificação para vagas de alto nível. (50%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem profissional, dizendo respeito ao trabalho. (50%);
 - *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (45%);
 - *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (45%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (45%);
 - *Solução*: Está nas mãos da pessoa com deficiência e de sua família, através do esforço, luta pessoal, tratamento psicológico ou mesmo aceitação da própria condição. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade da pessoa com deficiência superar a deficiência. É quase uma busca incessante por cura, por ser normal, ou o mais próximo possível. (40%).
-

2. Grupo 2 - 5 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (60%);
 - *Subtópico*: Divulgação | Esclarecimento | Estatísticas | Agradecimentos. (60%);
 - *Solução*: Está na capacitação de profissionais para tratar, lidar com as pessoas com deficiência. (60%);
 - *Causa*: O foco do problema é a capacitação de profissionais para tratar, assistir, orientar a pessoa com deficiência. É em geral um problema de falta de pessoal capacitado, déficit de pessoal especializado no assunto. (60%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (40%);
 - *Subtópico*: Educação. (40%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (40%).
-

3. Grupo 3 - 14 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (86%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (79%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (71%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (71%);
 - *Rubrica*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (43%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (43%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (43%).
-

4. Grupo 4 - 11 notícias

- *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (64%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (64%);
 - *Subtópico*: Educação. (55%).
-

C.2.1 1º Grupo: enquadramento do trabalho

O primeiro grupo caracteriza-se pela recorrente utilização de termos oriundos da medicina e aqueles promovidos pela campo da educação. A solução mais recorrente apontada é o trabalho, mas também são marcantes as soluções ligadas à educação e à área da saúde. Ainda há uma última solução que aponta para o esforço pessoal daquele que tem uma deficiência e de sua família para que o problema seja resolvido. A causa indicada mais saliente é a de ordem profissional. Por fim, neste grupo, são recorrentes dois slogans, o da reabilitação ou preparação para viver em sociedade e um outro que ainda não havia aparecido nos resultados de 1960, que aponta para a necessidade da pessoa com deficiência superar a deficiência, buscar ser o mais próximo possível do “normal”.

Esse enquadramento apresenta um “valor organizatório” menor do que o enquadramento *médico* de 1960, por exemplo, visto que são sugeridas várias soluções, o que, num primeiro momento aparenta uma certa contradição. Porém, o que afirmamos acerca do enquadramento do trabalho e do educacional de 1960 também vale para este: muitas matérias reúnem em um só texto vários tipos de tratamento e de solução para a questão. Muitas vezes, as três soluções, trabalho, educação e tratamento médico, aparecem juntas, mesmo quando o assunto principal é especificamente o trabalho, por exemplo.

Há que se ressaltar que no caso deste grupo, a causa, diferentemente daquela reincidente no enquadramento do *trabalho* em 1960, já deixa de ser majoritariamente a questão física e passa a ser efetivamente a questão profissional. Tem início, assim, uma visão de trabalho que excede um pouco aquela noção de retorno simplesmente às atividades úteis da sociedade. Já se inicia com mais força um encaminhamento a empregos formais, depois, claro, do processo de preparação para o trabalho a que são submetidas as pessoas com deficiência. Por isso, a reincidência da solução médica, já que muitas vezes esses treinamentos contam com sessões de fisioterapia etc.

A solução para o problema passa também a ser apontada como estando nas mãos da própria pessoa com deficiência e de sua família. Isso porque inicia-se uma ampliação do escopo de profissionais que passam a lidar com a questão. Antes, o foco passava muito pelo tratamento físico, seja para o restabelecimento corpóreo ou cura, ou mesmo para a preparação laborial. Ou ainda, pelo âmbito educacional. Agora, o lado psicológico da questão aflora. Começa-se uma tendência a perceber que o problema extrapola apenas o tripé educação/trabalho/saúde. A pessoa com deficiência sai também, nesse sentido, tanto de uma posição de vítima, digna de piedade. Ela também está envolvida no processo de restabelecimento. Por isso a indicação da necessidade de superação. Porém aqui, a superação não é das limitações, mas muitas vezes uma busca por cura mesmo. Superar no sentido de deixar para trás a deficiência.

Enfim, esse enquadramento, ainda que tenha algumas modificações com relação ao enquadramento do trabalho de 1960, será chamado também de *frame* do *trabalho*. Essas alterações em um mesmo tipo de enquadramento servirão de base para a análise que a frente acerca do aprendizado social decorrente deste processo de debate, que culmina não só na criação de novos enquadramentos, desaparecimento de alguns, mas também em transformações internas em um mesmo pacote interpretativo. O exemplo 7 (p. 119) faz parte deste grupo.

Enfim, esse é o enquadramento mais recorrente nas notícias de 1968. Exatamente 40% das matérias compartilham este pacote interpretativo.

C.2.2 2º Grupo: enquadramento da *capacitação*

Este grupo, que contém apenas cinco notícias, é definido pela recorrência de termos que focam a deficiência em si e de termos oriundos da medicina. O subtópico predominante é o da divulgação, mas também há saliência do subtópico da educação. A solução apontada para o problema é a capacitação de profissionais para tratar e lidar com as

pessoas com deficiência, solução esta que segue a causa predominante: a falta de pessoal capacitado, o déficit de pessoal especializado no assunto. Por fim, também é forte o slogan da preparação, reabilitação da pessoa com deficiência.

Com amplo compartilhamento da idéia de preparação, reabilitação, era de se esperar que em algum momento surgiria um grupo desse, em que a capacitação dos profissionais responsáveis por esse processo de recuperação é o foco. Se pensarmos que eram predominantes as idéias de educação especial e tratamento especializado, então a necessidade da capacitação desses profissionais se tornou algo latente a partir do momento em que a divulgação pública da questão se reforça, mais pessoas com deficiência têm acesso ou procuram por tratamento e, conseqüentemente, demanda-se mais profissionais para tal e profissionais com mais conhecimento. A saliência do subtópico educação tem relação justamente com isso, com a necessidade de pessoal capacitado nas escolas especiais.

Essa necessidade de capacitação é indicada por notícias que falam de viagens internacionais em busca de capacitação que o pessoal responsável pelas principais entidades assistenciais do setor fazem, ou sobre a participação desses profissionais em congressos e cursos, sempre em busca deste aperfeiçoamento. Este enquadramento é pouco compartilhado, mas tem total relação justamente com esse contexto de necessidade de preparação da pessoa com deficiência. A caracterização da maioria das notícias como de cunho publicitário, no sentido de divulgação, se deve ao fato delas terem sido assim codificadas em função da própria natureza dessas matérias: são efetivamente notícias de divulgação da entidade da qual o pesquisador que vai fazer um determinado curso faz parte ou de entidade promotora de evento destinado a debater a questão da deficiência. São notícias não muito longas que têm o intuito apenas de exatamente tornar público o fato de que a entidade está buscando mais conhecimento para se especializar ainda mais no tratamento da deficiência ou que está sendo ofertado um curso ou realizado um evento para debate e capacitação dos profissionais. O exemplo 9 (p. 123) faz parte deste grupo.

Ressaltamos aqui também, a forte incidência dos termos oriundos da medicina neste ano. Como podemos perceber, esta característica foi definidora tanto do enquadramento do *trabalho*, quanto deste, que chamaremos de da *capacitação*. Por fim, cabe indicar que apenas 10% dos textos deste ano se encaixam neste grupo.

C.2.3 3º Grupo: enquadramento *médico*

Este conjunto, com 14 notícias, tem como causa proeminente a questão física (86%) e, logo, a solução está na medicina ou na área da saúde (71%). Há uma alta recorrência

do subtópico da Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia (79%), assim como dos termos técnicos e oriundos do campo da medicina (71%). A rubrica predominante é a da Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina (43%) e ainda temos como característica deste grupo a participação de atores do campo médico ou da saúde em 43% das matérias. Por fim, também há a incidência nos textos da atribuição do problema à questão educacional.

Novamente, percebemos o “valor organizatório” que este enquadramento possui. As porcentagens de recorrência das variáveis demonstram como o conjunto é bastante homogêneo, o que significa que as notícias são bastante parecidas e com uma abordagem realmente muito aproximada. Este campo permanece como um importante definidor dos valores relacionados à deficiência nesta época, já que ele é o segundo enquadramento mais compartilhado. Além disso, como já mencionamos ao explicarmos os dois grupos anteriores deste ano, os termos comumente adotados por profissionais da área da saúde têm força inclusive em matérias que não dizem respeito ao campo médico.

Por fim, cabe ressaltar que a presença da causa educação tem relação com aquele aspecto já apresentado acima: o tripé educação/trabalho/saúde aparece muitas vezes em conjunto em algumas matérias, o que causa uma dificuldade no agrupamento dos textos, já que no processo de codificação ambas as causas, física e educacional, foram marcadas na ficha. Porém, a incidência mais alta da causa física e também todos os outros elementos do pacote nos indicam que se trata do enquadramento *médico*, que mais adiante exploraremos com detalhes se se modificou ou não com o passar dos anos. Este grupo contém 28% dos textos deste ano. Abaixo, exemplo de trecho de notícia deste grupo:

●EXEMPLO 25

Nôvo braço: engenharia bioquímica produz braço artificial sofisticado
(*Veja*, 9 de outubro de 1968)

Um braço artificial, operado eletronicamente e que funciona comandado pelo cérebro (como um braço comum), é a novidade anunciada no mês passado por médicos e engenheiros do Massachusetts General Hospital, em Boston, nos Estados Unidos. Segundo o Dr. Melvin Glimcher, um dos inventores do “braço de Boston”, “êste é o membro mais sofisticado que o homem produziu até agora”.

Cotovêlo volitivo – Rudolph Paquin, 59 anos, e Parker Rand, de 20, que perderam o braço esquerdo em acidente industrial, demonstraram o nôvo braço fazendo-o dobrar no cotovêlo em vários ângulos, apenas pensando no que queriam. Também aumentaram ou diminuíram a velocidade dos movimentos à vontade. Daí o nome dêsse braço: cotovêlo volitivo (que age de acôro com a vontade).

Muitos amputados não usam os braços mecânicos convencionais porque a dificuldade de manejá-los é maior que a utilidade. Diz o Dr. Glimcher, professor de Cirurgia Ortopédica da Escola de Medicina da Universidade de Harvard e chefe do serviço ortopédico do Mas-

sachusetts Hospital, que o “cotovêlo volitivo é quase um braço natural”, permitindo agir com naturalidade. [...]

C.2.4 4º Grupo: enquadramento *educacional*

Por fim, temos o grupo definido pela utilização de termos promovidos pelo campo da educação, pela causa educacional e pelo subtópico educação. Este grupo não precisa de maiores explicações pois ele se trata do enquadramento *educacional* já presente no ano de 1960. Ele é compartilhado por 22% dos textos deste período. Abaixo, exemplo de trecho de notícia deste grupo:

•EXEMPLO 26

CEE regulamenta a distribuição de verbas para os excepcionais

(*Folha de São Paulo*, 11 de setembro de 1968)

O Conselho Estadual de Educação aprovou, em sua sessão plenária de ontem, o projeto de resolução que dispõe sobre a concessão de subversões provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP, e destinadas às entidades que se dedicam à educação de excepcionais.

De acordo com a resolução serão destinados, anualmente, àquelas entidades, pelo menos 10% dos recursos do FNEP, que são colocados à disposição do Estado pelo governo federal.

Como requerer – As verbas serão distribuídas conforme plano de aplicação a ser elaborado pelo CEE, após exame dos pedidos formulados pelas instituições interessadas, e de acordo com a natureza do serviço e número de crianças excepcionais atendidas pelas entidades, no campo educacional. [...]

C.2.5 **Resumo dos enquadramentos de 1968**

Como explicitamos detalhadamente acima, o ano de 1968 tem um panorama geral de enquadramentos composto pelos seguintes *frames*: do *trabalho*, da *capacitação*, *médico* e *educacional*. O mais recorrente é o do trabalho, que é formado por 20 textos. Na sequência, temos o médico, com 14 notícias e o educacional, com 11 notícias. O menos compartilhado é o *frame* da capacitação, com apenas cinco textos.

É importante destacarmos neste conjunto de notícias que, apesar dos enquadramentos do trabalho, educacional e da capacitação estarem separados, podemos, assim como

indicamos com relação aos resultados de 1960, olhá-los como sub-enquadramentos de um enquadramento maior que seria aquele que indica a necessidade de preparação da pessoa com deficiência para a vida em sociedade. Como mencionamos acima, o enquadramento do trabalho, por exemplo, apresenta algumas modificações importantes para compreendermos um início de mudança da perspectiva de trabalho para as pessoas que têm deficiência. Mesmo o enquadramento educacional também contém distinções ao não figurar entre suas características definidoras justamente o slogan da reabilitação. Contudo, a permanência da idéia de “reabilitação”, próxima do ideal da integração, é bastante clara nos textos que compõem a amostra deste ano. A busca por um certo grau de “normalidade” ainda está no horizonte das pessoas com deficiência.

C.3 *Resultados de 1976*

O agrupamento das matérias de 1976 foi o primeiro que teve de ser refeito. Isto porque, como apontamos acima, havíamos optado por indicar ao software a divisão das matérias de cada ano em quatro grupos. Entretanto, quando da separação das matérias de 1976 em quatro conjuntos, um deles não apresentava nenhuma lógica interna, principalmente em razão das características dadas como demarcantes do grupo. Aquele conjunto de notícias continha apenas *termos* e *atores* em comum.

Como já apontamos acima, os três elementos de *frame* que se mostraram mais determinantes para a percepção de um conjunto de textos como efetivamente compartilhando um mesmo enquadramento foram o *subtópico*, a *causa* e a *solução*. Isso não significa que se um grupo não tivesse algum desses elementos em comum, ele não forneceria um enquadramento efetivamente. Outras variáveis, em conjunto, poderiam formar um grupo que não compartilhasse nenhum subtópico, causa ou solução. Inclusive, perceberemos adiante que a variável slogan também foi muito importante para a definição dos *frames*. Porém, os elementos *termos* e *atores* se mostraram secundários para a classificação de um conjunto como efetivamente um grupo que compartilhasse um enquadramento. Por isso, reduzimos o número de grupos de 1976 de quatro para três para testarmos a logicidade dos grupos formados.

A divisão em três conjuntos se mostrou satisfatória, já que todos os grupos formados apresentavam lógica interna. Abaixo, listamos as características definidoras de cada grupo e, logo em seguida, exploramos detalhadamente cada um deles.

1. Grupo 1 - 11 notícias

- *Subtópico*: Beneficência | Caridade | Voluntariado. (91%);
 - *Rubrica*: Coluna Social. (82%);
 - *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (46%).
-

2. Grupo 2 - 14 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (86%);
 - *Termos*: Promovidos pelo campo da educação. (64%);
 - *Subtópico*: Educação. (50%);
 - *Solução*: A solução está na educação, seja através de ensino especial, seja através de classes especiais no ensino comum, seja através de classes comuns no ensino regular, ou ainda através de ensino de excelência, que desenvolva as potencialidades da pessoa com deficiência. (50%);
 - *Slogans*: Que indicam a necessidade ou a noção de preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como as idéias de “integração”, “recuperação”, “reabilitação”, “re-adaptação” e “reeducação”. (50%);
 - *Causa*: O problema é visto como de ordem educacional. (50%);
 - *Rubrica*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (43%).
-

3. Grupo 3 - 22 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (86%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (86%);
 - *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (86%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (64%).
-

C.3.1 1º Grupo: enquadramento da caridade

O primeiro grupo, formado por 11 notícias, é marcado por apresentar grande parte de suas matérias (91%) com o subtópico que trata de beneficência e caridade. Também é alta a porcentagem de textos que estão localizados em colunas sociais. E, por fim, ainda

é característica definidora deste grupo, a ênfase no problema sob o viés financeiro ou a abordagem do problema como causada pelo déficit de assistência.

Ou seja, vemos o retorno do enquadramento da *caridade* aos enquadramentos marcantes das notícias. É preciso destacar, neste caso, a alta incidência da rubrica “Coluna Social” entre as matérias deste grupo. Esse fato não é exatamente uma novidade, ainda que só em 1976 ele apareça nos dados, nos resultados. Porém, já em 1960 e 1968, muitas notas sobre eventos beneficentes e campanhas povoavam as colunas sociais. Todavia, com a regra imposta para a seleção de textos mais extensos para a análise empírica, grande parte dessas notas não compôs efetivamente a amostra. Em 1976, essas notas são maiores e acabam entrando no *corpus*. O exemplo 2 (p. 110) faz parte deste grupo.

Esse enquadramento é o menos compartilhado entre os três deste ano, porém, a distribuição dos grupos é bastante equilibrada, o que o torna bastante significativo, com presença em 23% das notícias.

C.3.2 2º Grupo: enquadramento *educacional*

Este segundo grupo de 1976, composto por 14 notícias, é marcado pela presença de termos que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência, como deficiente, e também por termos promovidos pelo campo da educação, como excepcional. O subtópico predominante é educação e a causa e solução estão localizadas neste âmbito também. O slogan demarcante do conjunto de notícias é o da reabilitação/integração e, por fim, 43% dos textos estão localizados na rubrica “Cotidiano”, “Geral” ou outras próximas, que têm o mesmo tipo de matérias mas são nomeadas diferentemente a depender da publicação.

Novamente, não há muito o que esclarecer com relação a este enquadramento, já que se trata do *frame* educacional também presente em 1960 e 1968. Percebe-se que o tripé educação/trabalho/saúde começa a se dissolver, já que em 1976 temos a presença apenas dos enquadramentos *educacional* e *médico* – será abordado a seguir –, com a não saliência da questão profissional. Não há um enquadramento do *trabalho* e os grupos não apresentam aquele “valor organizatório” baixo que acabava dando a ver que a questão profissional estava presente mesmo em outros grupos.

A recorrência da rubrica “Cotidiano” ou “Geral” não indica outro tipo de dado que poderia ser útil, visto que a diversidade de estilos de notícias nesta seção é tão elevada que ela não colabora efetivamente para a definição das características de um grupo em

relação aos outros. Inclusive, essa variável, *rubrica*, que foi acrescentada em nosso trabalho aos elementos de *frame* já trabalhados por outros autores, mostrou-se útil quando da localização do texto em uma seção não tão diversa como essa. Quando a rubrica era mais específica, como as que tratam de Ciência, Medicina e Saúde ou mesmo a “Coluna Social”, o dado acerca da seção se mostrava relevante para a definição do enquadramento. Todavia, essas seções por demasiado amplas, não trazem efetivamente características a mais que podem ser tidas como efetivamente relevantes para a definição do *frame*.

Por fim, percebe-se que ainda é forte a idéia de integração, já que o slogan da reabilitação/reeducação permanece bastante arraigado nos textos desta época. Todavia, é preciso ressaltar que tem início, nesta fase da amostra, o surgimento de propostas alternativas em termos de educação que não exclusivamente a educação especial, em escolas e classes separadas. Podemos perceber, no exemplo 4 (p. 114), que a idéia de inserção das pessoas com deficiência em escolas comuns começa a ter início.

É perceptível no texto, a noção de inserção escolar aqui ainda está restrita àqueles alunos que têm condições de serem inseridos. Portanto, a idéia de integração ainda permanece mais predominante do que a de inclusão. Além disso, essa matéria ainda é exceção neste período.

Um exemplo de tipo de notícia mais comum deste ano e que compartilha das características dominantes do pacote interpretativo é o de número de 5 (p. 115). Este grupo é formado por 30% dos textos deste período.

C.3.3 3º Grupo: enquadramento *médico*

Este terceiro grupo, que tem 22 notícias, reúne características do já presente em outros anos, enquadramento *médico*. Ele é definido pela recorrência dos termos técnicos ou oriundos da medicina e do subtópico que inclui temas de medicina, saúde, ciência e tecnologia. O problema é abordado pelo viés físico e a solução, seguindo a lógica, está na intervenção médica.

Não há muito o que explicar com relação a este enquadramento, apenas ressaltamos a ocorrência dele em todos os períodos da amostra. Além disso, este grupo sempre apresenta um “valor organizatório” bastante alto que podemos perceber pela porcentagem das notícias do grupo que possuem as características definidoras. Este é o enquadramento dominante neste ano da amostra, com 47% das matérias fazendo parte deste pacote. Abaixo, exemplo de trecho de notícia deste grupo:

●**EXEMPLO 27**

Olho eletrônico

(*Veja*, 9 de junho de 1976)

O revolucionário invento consta basicamente de uma diminuta câmara de TV acoplada à lateral de uma armação de óculos e de uma larga cinta crivada por mais de 1.000 eletrodos e suficientemente elástica para ser usada em torno do abdome sem maiores incômodos. Esse aparelho eletrônico, desenvolvido por pesquisadores da Califórnia e apresentado num recente seminário médico sobre a prevenção da cegueira em Reston, EUA, permite que um cego atinja talvez o ponto mais próximo do que se entende por visão. Guiado por tal sistema, ele consegue efetivamente caminhar sem atropelos por entre os móveis de uma casa, dispensando o tradicional recurso da bengala – e com a decisiva vantagem de distinguir os diferentes objetos à sua frente. Com a prática, aprenderá mesmo a reconhecer objetos de dimensões mais reduzidas, como telefones, copos e até talheres. [...]

C.3.4 Resumo dos enquadramentos de 1976

O ano de 1976 tem o panorama de enquadramentos composto pelos seguintes *frames*: da *caridade*, *educacional* e *médico*. O enquadramento mais recorrente é o médico, com 22 notícias, seguido pelo da educação, com 14, e, logo atrás, vem o da caridade, com 11.

Percebemos neste ano o retorno do enquadramento da caridade, presente em 1960, mas sem aparição em 1968. Sendo assim, notamos que essa perspectiva continua viva nos valores compartilhados pela sociedade, ainda que não tenha tido saliência especificamente em 1968. Este ano nos aponta que o tripé educação/saúde/trabalho começa a se desfazer, com a não ocorrência do *frame* do trabalho. Também é importante ressaltar que, neste ano, com relação ao enquadramento educacional, inicia a proposição de soluções distintas a da educação especial em separado.

C.4 *Resultados de 1984*

O ano de 1984 é o que possui o menor número de enquadramentos encontrados na amostra. Refizemos o agrupamento mais de uma vez porque nem com quatro e nem com três conjuntos foi possível encontrar lógica interna em todos os grupos. Também fizemos tentativas com mais grupos, mas também não apresentava logicidade a divisão em cinco grupos. Apenas com dois grupos, encontramos conjuntos de notícias com características

significativas entre as variáveis recorrentes. Portanto, em 1984, as 37 notícias foram divididas em dois grupos, que apresentamos abaixo:

1. Grupo 1 - 26 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (69%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (57%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (57%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (53%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (46%).
-

2. Grupo 2 - 11 notícias

- *Subtópico*: Cidadania | Direitos | Questões legais. (81%);
 - *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (72%);
 - *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (63%);
 - *Causa*: O problema é visto sob o ponto de vista legal, como problemas com a legislação vigente ou requisição de direitos. (54%);
 - *Solução*: Passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (45%);
 - *Solução*: A solução está na ação do Estado para resolver problemas, seja através de medidas governamentais ou investimento público. (45%);
 - *Rubrica*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (45%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características negativos. (45%);
 - *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (45%).
-

C.4.1 1º Grupo: enquadramento *médico*

O primeiro grupo deste ano, que conta com 26 notícias, não necessita de muito detalhamento porque é o agrupamento que nomeamos de *frame médico*. A causa recorrente é

a física, os termos adotados são oriundos da medicina, o subtópico mais recorrente é o que trata de questões relativas à saúde, ciência e tecnologia, a solução está na área da saúde e os atores que participam das matérias são do campo médico. Este enquadramento é o mais recorrente neste período, com 70% das matérias.

Cabe ressaltar que o “valor organizatório” deste grupo cai com relação aos anos anteriores devido à divisão em apenas dois conjuntos dos textos deste ano. Com isso, matérias que não se encaixariam no outro grupo, mas tinham alguma característica deste agrupamento entraram para o conjunto. Daí que não há uma uniformidade, exprimida pela alta porcentagem de quase todas as características definidoras do grupo, como em outros anos. O exemplo 13 (p. 135) faz parte deste grupo.

C.4.2 2º Grupo: enquadramento dos *direitos* ou da *cidadania*

Este grupo apresenta algumas características definidoras que aparecem pela primeira vez na amostra. O subtópico dominante (81%) é o que trata de questões ligadas à cidadania, direitos e questões legais. Os termos recorrentes são aqueles que focam a deficiência em si. Os slogans marcantes deste grupo são aqueles que ressaltam a noção de direitos, cidadania, luta contra injustiças etc. A idéia de “luta por direitos” é a mais recorrente no caso dos slogans que indicam essa noção de cidadania. As causas atribuídas à questão mais reincidentes nas matérias são aquelas que apontam o problema sob o ponto de vista legal e também aqueles que indicam que o problema também passa por uma questão financeira e de déficit de assistência. As soluções indicadas nas matérias são as mudanças legais ou concessão efetiva de direitos já adquiridos ou então a ação do Estado para resolver o problema, seja através de medidas governamentais ou de investimento público. Por fim, boa parte das matérias está localizada na seção “Cotidiano” ou “Geral” das publicações e o julgamento moral predominante é aquele que associa a deficiência e as pessoas com deficiência a características, sentimentos e julgamentos negativos, como solidão, aflição, incapacidade, sofrimento etc.

Chama a atenção imediatamente nas características desse grupo a promoção do problema a um nível público, aqui entendido no sentido de estatal. A questão passa a ser abordada por um viés que até então era muito tímido e por isso mesmo não aparecia no cruzamento dos dados: o Estado tem responsabilidades com relação à pessoa com deficiência. O surgimento de uma noção de direitos é fundamental para essa guinada na forma de compreensão da questão. E, aqui, faz-se necessário que citemos que os jornais analisados dessa época acabam por apontar algumas questões interessantes que iremos aprofundar

melhor à frente, mas que merecem ser mencionadas para facilitar a compreensão deste enquadramento.

O ano de 1984 é um ano conturbado no cenário político brasileiro. O movimento das Diretas Já tem uma forte atuação exatamente nesta época, sendo que as matérias analisadas foram recolhidas justamente no período em que ocorre algumas das grandes manifestações da época, como o histórico ato que aconteceu na Praça da Sé, em São Paulo, e reuniu mais de 300 mil pessoas. Assim, esse surgimento de uma noção de direito com relação à deficiência ocorre justamente num período de efervescência política em que o sentido de direito estava, por assim dizer, exaltado de forma mais ampla. Nas próximas seções, iremos explorar melhor essa questão, mas cabe ressaltar que este ano será o marco, o divisor histórico de compreensão das formas de interpretação da questão existentes nestes últimos 50 anos. Vale ressaltar que, em 1981, havia ocorrido o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, decretado pela ONU.

Também percebemos, com a análise dos termos utilizados pelas notícias deste grupo e do primeiro grupo de 1984, que a predominância do campo da educação começa a decair com relação às definições interpretativas sobre a questão.

Com relação aos julgamentos morais, a princípio, parece contraditório a recorrência de julgamentos negativos com relação à deficiência e à pessoa com deficiência em um grupo que ressalta os direitos dessas pessoas. Porém é preciso apontar que, nas notícias desse grupo, esses julgamentos negativos que advêm da associação da deficiência sobretudo com o sofrimento e a angústia estão presentes nas matérias para ressaltar que pessoas com deficiência, apesar de passarem por momentos de aflição, principalmente aqueles que adquirem a deficiência no decorrer da vida, posteriormente, se recuperam e precisam ter direitos, não passarem por injustiças. Essa relação estabelecida com o sofrimento também pode ser vista como ainda um resquício de uma forma de interpretação recorrente nos anos anteriores, que encarava a pessoa com deficiência como uma vítima, uma pessoa que sofria.

O exemplo 10 (p. 131) é um exemplo de notícia, publicada na seção de “Cartas dos Leitores”, que indica bem essa mudança de perspectiva, essa nova guinada no rumo que tomará as interpretações sobre a questão.

Enfim, chamaremos este enquadramento delineado a partir deste segundo grupo de *frame* do *direito* ou da *cidadania*. Este enquadramento é compartilhado por 30% das notícias deste ano.

C.4.3 Resumo dos enquadramentos de 1984

O panorama de enquadramentos do ano de 1984 possui apenas dois *frames*: o *médico* e o dos *direitos* ou da *cidadania*. O mais recorrente é o médico, com 26 matérias. O grupo cujas características indicaram a existência de um enquadramento dos direitos possui 11 matérias.

O surgimento neste período da amostra de um *frame* que coloca o problema da deficiência no âmbito do Estado é importante para compreendermos as mudanças que decorreram na questão a partir de 1992. Como veremos adiante, essa transformação na forma de compreender o tema se torna um marco histórico em nossa *trajetória discursiva*, com o esmorecimento do tripé educação/trabalho/saúde e o fortalecimento discursivo do campo social, dos movimentos sociais e das entidades do terceiro setor para as definições interpretativas da temática.

C.5 Resultados de 1992

No ano de 1992, apesar de já haver logicidade na primeira divisão em quatro grupos, fizemos tentativas com três e cinco conjuntos para a conferência da melhor opção. Optamos pela divisão em quatro grupos pois desta forma houve maior lógica interna. As características definidoras de cada conjunto se mostraram mais coerentes para a criação de um pacote interpretativo mais coeso. Vamos aos resultados:

1. Grupo 1 - 4 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
- *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (100%);
- *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (75%);
- *Subtópico*: Cidadania | Direitos | Questões legais. (50%)
- *Subtópico*: Acessibilidade. (50%);
- *Solução*: Está em levar uma vida comum, fazendo atividades que todos gostam, como lazer, turismo, hobbies, esporte, atividades físicas diversas. (50%);
- *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (50%);

- *Ator*: Prestadores de serviços. (50%).
-

2. Grupo 2 - 15 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (80%);
 - *Subtópico*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (73%);
 - *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (73%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (60%);
 - *Rubricas*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (53%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (47%).
-

3. Grupo 3 - 6 notícias

- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (83%);
 - *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (67%);
 - *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (67%);
 - *Subtópico*: Psicologia | Relações interpessoais. (50%);
 - *Julgamento moral*: Aproxima-se a pessoa com deficiência da normalidade. (50%);
 - *Causa*: O problema é visto sob a ótica da socialização. No caso, o problema seria a falta de contato, falta de interação, de relações entre a pessoa com deficiência e a sociedade. (50%).
-

4. Grupo 4 - 4 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
- *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (100%);
- *Solução*: Passa pela mudança social, mudança nos valores, nas atitudes da sociedade para com a deficiência. (75%);
- *Slogan*: “As pessoas com deficiência podem desempenhar qualquer trabalho/atividade”. (75%);
- *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (75%);
- *Julgamento moral*: Aproxima-se a pessoa com deficiência da normalidade. (75%);
- *Causa*: O foco aqui são as ações da sociedade, as atitudes com relação à deficiência, a forma como a sociedade trata a questão. (75%);

- *Atores*: Pessoas com deficiência. (75%);
 - *Subtópicos*: Preconceito | Discriminação. (50%);
 - *Solução*: Está no trabalho, na produção, no emprego, no treinamento profissional ou ainda na qualificação para vagas de alto nível. (50%);
 - *Slogans*: Que negam a incapacidade da pessoa com deficiência. (50%);
 - *Exemplos*: Histórias de pessoas com deficiência que seguiram a vida, tiveram conquistas, histórias de sucesso, vencem desafios, mostram que são capazes. Muitas vezes a pessoa com deficiência é mostrada como um super-herói. (50%);
-

C.5.1 1º Grupo: enquadramento do *direito à acessibilidade*

Este grupo, que conta com quatro notícias, tem como termos definidores tanto aqueles que focam a deficiência em si, como deficiente, como aqueles promovidos por movimentos sociais, como pessoa deficiente. Todas as quatro notícias têm esses dois tipos de nomenclatura. O problema é visto como causado pela falta de adaptações no meio ambiente, o que dificulta o acesso da pessoa com deficiência à alguma atividade ou serviço. As notícias ou dizem respeito ao subtópico que trata de questões relacionadas à cidadania e direitos ou à acessibilidade. A solução apontada para resolver o problema passa pela pessoa com deficiência levar uma vida comum, podendo desempenhar atividades que qualquer pessoa, com ou sem deficiência, gosta de fazer, como turismo, lazer, hobbies, esporte, atividades físicas diversas etc. O slogan mais recorrente é o que ressalta a noção de direitos e cidadania. Por fim, é recorrente a participação nas notícias de atores enquadrados como “prestadores de serviços”.

Podemos perceber que este grupo é um desdobramento do enquadramento do *direito* presente no ano de 1984. A diferença é que agora a questão dos direitos é direcionada para uma temática específica, a acessibilidade. As notícias deste grupo tratam então do direito da pessoa com deficiência a ter acesso a diferentes ambientes, a diferentes produtos, e da necessidade dessas adaptações para que estas pessoas vivam melhor. Por isso a solução está justamente na pessoa com deficiência ter uma vida comum, desempenhando atividades que qualquer pessoa gosta. Para que ela tenha como usufruir disso, faz-se necessário a adaptação dos ambientes e dos serviços às necessidades dela.

A presença do que nomeamos de “prestadores de serviços” se deve a essa busca por acessibilidade passar também por estabelecimentos comerciais e diversos locais e serviços privados. Por isso, muitas vezes, esses prestadores de serviço são ouvidos nas notícias,

principalmente quando da oferta, por exemplo, de um serviço adaptado à pessoa com deficiência. O exemplo 11 (p. 133) faz parte deste grupo.

Enfim, chamaremos o enquadramento apontado pelas características deste grupo de do *direito à acessibilidade*. Este pacote interpretativo é pouco compartilhado neste período da amostra, com apenas 14% das notícias deste ano. Porém, é interessante notar como a questão do direito passa a ganhar contornos mais práticos, através da reinvidicação por questões específicas.

C.5.2 2º Grupo: enquadramento *médico*

Este grupo, formado por 15 notícias, é o já conhecido conjunto que define o enquadramento *médico* da deficiência. A causa está na questão física. Os subtópicos dizem de temas da medicina, da área da saúde, de ciência ou tecnologia. A solução está na intervenção médica ou na área da saúde. Os termos recorrentes são aqueles oriundos do campo médico. As notícias estão localizadas nas seções de ciência, tecnologia, saúde ou medicina das publicações. E, por fim, quem tem voz nessas matérias são os atores do campo médico ou da saúde.

Este grupo, como na maioria dos anos da amostra, tem um alto “valor organizatório”, com as características definidoras tendo altas porcentagens de recorrência, o que demonstra a homogeneidade dos textos do conjunto. Retomaremos as características desse enquadramento quando da análise das mudanças internas de cada *frame*. Como mencionamos acima, os *codebooks* anteriores ao final serão utilizados para percebermos diferenciações que o *codebook* final, mais condensado, não nos permite dar a ver. Abaixo, exemplo de notícia deste grupo:

•EXEMPLO 28

Debilidade mental seria mais comum nos homens

(*O Globo*, 15 de abril de 1992)

A debilidade mental seria mais comum nos homens do que nas mulheres. A afirmação faz parte de um estudo do professor Heinrich Zanki, do Departamento de Biologia Humana da Universidade de Kaiserslautern. Segundo ele, a forma de debilidade mais comum nos homens é a oligofrenia, uma deficiência que limita a inteligência. A síndrome de Down ou mongolismo também é mais frequente nos homens.

As causas da debilidade mental estão relacionadas a problemas genéticos e a distúrbios do metabolismo, explica Zanki. A maior parte das pessoas que sofrem do mal, que afeta cerca de três por cento da população da Alemanha, é do sexo masculino. [...]

Este enquadramento é o mais compartilhado neste período da amostra, com 52% das

notícias.

C.5.3 3º Grupo: enquadramento da *vida social ativa*

Esse grupo, que tem seis notícias, é demarcado pela utilização de termos técnicos ou oriundos da medicina, por aqueles que focam na deficiência em si e também por aqueles adotados informalmente pelas pessoas com deficiência. O subtópico predominante é o que trata de assuntos que dizem respeito à psicologia e às relações interpessoais da pessoa com deficiência. É recorrente neste conjunto a utilização do julgamento moral que aproxima a pessoa com deficiência da noção de normalidade. Ou seja, ela começa a ter o mesmo status que a pessoa sem deficiência. Por fim, o problema aqui é visto pela ótica da socialização. A causa seria então a falta de contato, de interação, de relações entre a pessoa com deficiência e o restante da sociedade.

Este enquadramento também é novo, visto que não havia aparecido no agrupamento de nenhum dos anos anteriores da amostra. Percebe-se nele a preocupação com o contato da pessoa com deficiência com as pessoas sem deficiência. Ressalta-se aqui a igualdade de status ou a proximidade da pessoa que tem uma deficiência daquilo que se entende por normalidade. Ela não é mais “o diferente”. Agora ela passa a ser uma pessoa comum, que precisa se relacionar com outras pessoas assim como todo mundo. Assim como no primeiro enquadramento deste ano, o do *direito à acessibilidade*, percebemos essa tentativa de tratar a pessoa com deficiência como uma pessoa qualquer, uma pessoa comum. Aqui, a ênfase é na socialização, na necessidade de uma vida social ativa por parte de pessoa com deficiência.

A diferenciação com relação aos períodos antecedentes fica bem clara se pensarmos no slogan mais recorrente nos anos anteriores a 1984: o da reabilitação, da preparação para a vida em sociedade. Aqui, a vida em sociedade faz parte da rotina da pessoa com deficiência. Ela não precisa ficar se preparando para isso. O viver em sociedade é inclusive, podemos dizer, “parte do tratamento”, na medida em que a socialização, o contato da pessoa com deficiência com o mundo só tem a trazer benefícios para a vida dela.

Enfim, chamaremos o enquadramento proveniente das características deste agrupamento de *frame* da *vida social ativa*. Ele está presente em 21% das notícias. O exemplo 19 (p. 142) faz parte deste grupo.

C.5.4 4º Grupo: enquadramento da *mudança social*

Este grupo, que conta com quatro notícias, é caracterizado pela recorrência de termos que focam a deficiência em si. Em todas as notícias, as pessoas com deficiência são associadas a características, sentimentos ou julgamentos positivos, tais como eficiente e alegre. Em 75% das matérias, ou três das quatro que compõem o grupo, há a utilização de julgamentos morais que aproximam a pessoa com deficiência da noção de normalidade. Com relação às soluções, a mais recorrente é a que indica a necessidade de mudança social, de valores, das atitudes da sociedade para com a deficiência. Ainda há a recorrência da solução ligada ao trabalho, ao âmbito profissional, em 50% das notícias.

Este conjunto é caracterizado pela utilização de slogans que reafirmam a capacidade ou negam a incapacidade da pessoa com deficiência. A causa mais recorrente acompanha a solução mais recorrente e indica que o problema está nas ações da sociedade, nas atitudes e na forma como as pessoas tratam a questão. O subtópico principal é o que engloba matérias em que o preconceito ou a discriminação é o tema central. As próprias pessoas com deficiência têm voz em 75% das notícias. Três das quatro matérias estão em seções como “Cotidiano” e “Gerais”. E, por fim, ainda é recorrente neste grupo a menção a exemplos de histórias de pessoas com deficiência que seguiram a vida, tiveram conquistas, histórias de sucesso, em que elas vencem desafios e mostram que são capazes. Muitas vezes, essa excessiva exacerbação da capacidade da pessoa com deficiência acaba por transformá-la em um super-herói.

Como é perceptível, neste grupo, que apresenta características até então não definidoras de nenhum grupo nos períodos anteriores, há, assim como nos enquadramentos do *direito à acessibilidade* e no *vida social ativa*, uma tentativa de tratar a pessoa com deficiência como uma pessoa comum, aproximá-la da noção de normalidade. Porém, ressalte-se que, neste caso, a ênfase nas características positivas, em exemplos de superação, em slogans que ressaltam a capacidade e que negam a incapacidade, acaba por gerar uma associação da pessoa com deficiência ao super-herói. Essa transformação da pessoa que tem uma deficiência em praticamente um super-herói pode muitas vezes acabar por novamente tratá-la como “o diferente”, diferente neste caso porque é um super-herói e não uma pessoa comum.

É marcante neste grupo a recorrência da causa e solução associada à questão social. O problema é localizado nos valores e atitudes das pessoas com relação à deficiência e a solução estaria justamente na mudança desses valores e atitudes. Esse também é o primeiro grupo em que se ressalta que o problema está neste nível e talvez isto explique

a excessiva utilização de julgamentos, slogans e exemplos que reforcem a capacidade e os aspectos positivos das pessoas com deficiência. A tentativa é de modificar os valores através do reforço das características positivas.

A recorrência desta noção de que o problema está situado em um nível social tem relação com o ideal da inclusão, discutido na seção 1.2 (p. 50). E a reincidência do subtópico do preconceito e da discriminação está em sintonia com essas outras características apontadas como definidoras deste grupo. O preconceito e a discriminação são atitudes que ressaltam a necessidade desta mudança de valores. A solução do âmbito do trabalho acaba surgindo como demarcante deste grupo porque duas das quatro matérias deste conjunto tratam em alguma medida da questão profissional, de preconceitos vividos no trabalho pelas pessoas com deficiência. Todavia, como o foco é a questão da mudança de valores e da valorização da pessoa com deficiência, chamaremos este enquadramento de *frame* da *mudança social*. Ele é compartilhado por 14% das notícias deste ano. O exemplo 20 (p. 144) faz parte deste grupo.

C.5.5 Resumo dos enquadramentos de 1992

O panorama de enquadramentos de 1992 é composto pelos seguintes *frames*: do *direito à acessibilidade*, *médico*, da *vida social ativa* e da *mudança social*. O enquadramento mais compartilhado é o *médico*, presente em 15 notícias. Na sequência, temos o da *vida social ativa*, com seis matérias. Por fim, temos o do *direito à acessibilidade* e o da *mudança social*, cada um com quatro textos em seu grupo.

Como já havíamos indicado na apresentação dos dados de 1984, aquele seria um ano histórico na *trajetória discursiva* da questão da deficiência. Em 1992, temos o surgimento de dois novos *frames* – *vida social ativa* e *mudança social* – que reforçam a modificação de valores pela qual passa a sociedade. Se antes a pessoa com deficiência era preparada para o convívio mínimo com aqueles que não têm deficiência, agora ela reivindica direitos, precisa de contato social e também precisa ser vista com outros olhos que não os do preconceito e da discriminação.

C.6 *Resultados de 2000*

O agrupamento das notícias do ano de 2000 teve de ser feito uma vez. A divisão em quatro conjuntos criou um grupo sem logicidade interna. Uma segunda tentativa, com cinco grupos, definiu cinco conjuntos com características internas que não se contradiziam e que indicavam satisfatoriamente os pacotes interpretativos. Sendo assim, passemos aos dados de 2000:

1. Grupo 1 - 5 notícias

- *Subtópico*: Ética. (80%);
- *Slogans*: Aborto eugênico ou engenia ou slogans ligados a isso, como a reprovação de que alguns merecem ser abortados mais que outros. (80%);
- *Causa*: O problema tem cunho ético. (80%);
- *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (60%);
- *Solução*: A solução passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (60%);
- *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (60%);
- *Exemplos*: Mulheres que querem abortar crianças sem cérebro e que recorrem à Justiça. (60%);
- *Atores*: Parentes e amigos de pessoas com deficiência. (40%);
- *Atores*: Campo médico | saúde. (40%).

2. Grupo 2 - 3 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (100%);
- *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (100%);
- *Slogans*: Que reiteram a noção de melhora da qualidade de vida, de uma mudança para melhor e ao crescimento também da própria expectativa de vida. (67%);
- *Solução*: Está nas mãos da pessoa com deficiência e de sua família, através do esforço, luta pessoal, tratamento psicológico ou mesmo aceitação da própria condição. (67%);
- *Solução*: Está na caridade, na solidariedade das pessoas, através de doações ou de trabalho voluntário. (67%);
- *Causa*: O foco do problema é a questão financeira, o déficit em assistência. (67%).

3. Grupo 3 - 16 notícias

- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (94%);
 - *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo. (94%);
 - *Subtópicos*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (81%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (69%);
 - *Atores*: Campo médico | saúde. (62%);
 - *Rubricas*: Ciência | Tecnologia | Saúde | Medicina. (44%).
-

4. Grupo 4 - 8 notícias

- *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (75%);
 - *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (75%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (50%);
 - *Rubricas*: Geral | Cotidiano | Grande Rio | Bairros | Interior. (50%);
 - *Julgamento moral*: O deficiente é encarado como uma pessoa como outra qualquer, que tem limitações e capacidades (a deficiência é vista como uma característica entre tantas que a pessoa tem). (50%);
 - *Atores*: Pessoas com deficiência. (50%).
-

5. Grupo 5 - 16 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (94%);
 - *Atores*: Pessoas com deficiência. (56%);
 - *Subtópico*: Acessibilidade. (50%);
 - *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (50%);
 - *Termos*: Adotados informalmente e preferidos pelas pessoas com deficiência. (44%);
 - *Solução*: A solução está na promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, seja através de ambiente adaptado, materiais e produtos específicos pra eles, enfim, o mundo se modifica pra possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a distintos locais, serviços etc. (44%).
-

C.6.1 1º Grupo: enquadramento ético

Este grupo, formado por cinco notícias, tem como característica a alta reincidência do subtópico que aborda questões de ordem ética. Os slogans marcantes deste grupo são frases e expressões que falam de aborto eugênico ou eugenia. O problema é encarado como dizendo respeito a uma questão ética. São utilizados termos técnicos ou oriundos da medicina. A solução apontada para o problema é a mudança legal e são ouvidos tanto profissionais do campo médico quanto parentes e amigos de pessoas com deficiência. A maior parte das notícias está em seções como “Cotidiano” e “Gerais”. E, por fim, é recorrente neste grupo a menção a exemplos de mulheres que querem abortar crianças sem cérebro e que recorrem à Justiça para adquirirem tal direito.

Este grupo surge no ano de 2000 porque o tema do aborto eugênico está fortemente em discussão na realidade brasileira. A autorização da Justiça para o aborto de bebês anencéfalos abre jurisprudência para que outras mulheres grávidas recorram à Justiça para conseguirem tal autorização. A discussão então centra-se na idéia de que estariam abortando hoje as pessoas com deficiência de amanhã. O problema abordado sob o viés ético justamente mostra que a autorização para o aborto de bebês sem cérebro poderia desencadear em um processo em que, ao final, crianças com mutações genéticas ou outras anomalias físicas seriam abortadas com a autorização legal.

Essa questão e este agrupamento marcam o surgimento do primeiro enquadramento *ético* da questão. E esse enquadramento marca também uma tendência, já que diversos temas, muitos ligados ao campo médico ou científico, outros ao campo jurídico, começam a ser debatidos, sob um viés ético, nos anos 2000 pela sociedade e também pela mídia. Essa é uma forma nova de se abordar a temática, que surge principalmente devido ao aprimoramento dos conhecimentos científicos, que possibilitam exames e diagnósticos até então impossíveis de se obter, como o mapeamento genético ou a pesquisa com células-tronco, a possibilidade de se saber com detalhes a condição física dos fetos etc. Esses mesmos temas são debatidos em alguns momentos sob o viés ético, porém em outros momentos a abordagem é *médica*, a depender da forma como a questão é abordada.

Esse enquadramento é compartilhado por cinco das 48 notícias deste período, ou 10%. O exemplo 21 (p. 145) faz parte deste grupo.

C.6.2 2º Grupo: enquadramento da *qualidade de vida*

Este grupo, formado por três notícias, tem como características recorrentes: a utilização de termos que focam a deficiência em si; a localização das notícias em seções de “Cotidiano” e “Gerais”; a presença de slogans que reiteram a noção de melhora da qualidade de vida; a indicação de soluções como o tratamento psicológico e a solidariedade das pessoas, neste caso, através de voluntariado; e, por fim, o apontamento da causa do problema como sendo o déficit de assistência ou a questão financeira.

Para esclarecer a lógica deste agrupamento, precisamos ressaltar que duas dessas três notícias falam de entidades que dão assistência a pessoas com deficiência. Essa informação é importante porque ela auxilia na explicação do porquê da variável da solidariedade/caridade voltar a definir um grupo neste ano. Em verdade, nas duas notícias, o foco não é a questão da solidariedade e sim falar de tratamentos que auxiliam na melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Porém, ambas as matérias se referem à necessidade dessas instituições de contar com o trabalho voluntário para conseguirem atuar. Portanto, o foco é na questão da melhora da qualidade de vida, que está expressa no slogan de maior recorrência deste grupo.

É preciso ressaltar que esta noção de melhora da qualidade de vida é nova em termos de enquadramento, visto que nos anos anteriores, principalmente nos antecedentes a 1984, as entidades assistenciais existiam para oferecer tratamentos médicos, educacionais ou treinamento profissional que possibilitassem que as pessoas com deficiência chegassem o mais próximo possível daquela noção de normalidade. Daí aquela idéia de preparação para a vida em sociedade. Todavia, a noção agora é distinta. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Possibilitar que elas tenham uma vida melhor, com a deficiência. Ou seja, ao invés de se pensar em superação da deficiência, pensa-se em superação das limitações, o que possibilita essa melhora da qualidade de vida. Daí o aprendizado de coisas que servem não para aproximar essa pessoa da condição de uma pessoa sem deficiência, mas sim o aprendizado para executar determinadas tarefas que, em verdade, facilitam o dia-a-dia, a rotina daqueles que têm uma deficiência. Por isso, a noção de melhora da qualidade de vida é distinta da de preparação para a vida em sociedade. Daí a recorrência da solução que aponta para o tratamento psicológico ou aceitação da condição da deficiência. Aqui, não se busca incessantemente a cura. Aceita-se a situação e se busca a melhora da condição de vida, que é possível com a deficiência.

O enquadramento da *qualidade de vida* é compartilhado por apenas 6% das matérias. É importante ressaltar que esse slogan da qualidade de vida está presente em outras no-

tícias porém outras características acabaram por qualificá-las como pertencentes a outros grupos. Sendo assim, ainda que o grupo apresente apenas três notícias, esse enquadramento não pode ser descartado. O exemplo 22 (p. 147) faz parte deste grupo.

C.6.3 3º Grupo: enquadramento *médico*

Este grupo, que não precisa de grandes detalhamentos, é o que dá origem ao enquadramento *médico* da deficiência. Ele é marcado pela recorrência da solução médica; pela causa física; pelos subtópicos e rubricas medicina, saúde, ciência e tecnologia; pela reincidência dos termos técnicos ou oriundos da medicina; e pela presença de atores do campo da saúde nas notícias.

Como em todos os anos, este enquadramento tem um alto “valor organizatório”. As porcentagens são altas e as mesmas características definidoras se repetem ano-a-ano. Esse *frame* é um dos mais compartilhados deste ano, com 33% das notícias. Abaixo exemplo deste grupo:

●EXEMPLO 29

Grupo decifra cromossomo da síndrome de Down

Dados poderão resultar em novas formas de tratamento da doença
(Folha de São Paulo, 9 de maio de 2000)

O cromossomo humano 21 já tem sua sequência de DNA totalmente conhecida, anunciou ontem o consórcio público do Projeto Genoma Humano.

Esse cromossomo é importante porque uma cópia extra na célula provoca a síndrome de Down, a causa genética mais frequente de retardamento mental, que afeta 1 em cada 700 recém-nascidos.

O cromossomo 21 é o segundo cromossomo a ter seu sequenciamento finalizado. O primeiro foi o cromossomo 22, completado em dezembro do ano passado, também pelo consórcio público.

O final do sequenciamento revelou que ele contém 225 genes, 127 conhecidos e 98 que ainda terão sua função determinada. Em comparação ao cromossomo 22, que tem 545 genes e quase o mesmo tamanho, o 21 parece ter grandes pedaços que aparentemente não servem para nada. “A sequência completa e a listagem dos seus genes deverão permitir o desenvolvimento de novos tratamentos para os pacientes com síndrome de Down”, disse Yoshiyuki Sakaki, diretor do grupo japonês do Projeto Genoma Humano, em entrevista à Folha. [...]

C.6.4 4º Grupo: enquadramento das *limitações e capacidades*

Este grupo, formado por oito notícias, tem como características definidoras a recorrência de termos promovidos por movimentos sociais e de termos técnicos ou oriundos da medicina. Dois julgamentos morais são definidores do conjunto: aqueles que relacionam deficiência ou a pessoa com deficiência à julgamentos ou características positivas e aqueles em que a pessoa com deficiência é encarada como uma pessoa qualquer, que tem limitações e capacidades, ou seja, a deficiência é uma característica entre tantas outras. Por fim, grande parte das notícias está localizada em seções de “Cotidiano” e “Gerais” e também é recorrente nos textos a presença de vozes das próprias pessoas com deficiência.

Neste conjunto, é preciso ressaltar a presença marcante dos termos promovidos por movimentos sociais e também do julgamento moral que identifica a pessoa com deficiência como outra qualquer, que tem limitações e capacidades. Neste caso, diferentemente do enquadramento da *mudança social* de 1992, que ressaltava sobremaneira as características positivas das pessoas com deficiência de tal forma que elas eram retratadas como super-heróis, neste grupo, a ênfase é nas limitações e capacidades dessas pessoas. Essa ênfase nas limitações e capacidades, ou na deficiência como uma característica entre tantas outras, é fruto de intensa luta no campo social e médico para uma abordagem mais positivada da deficiência. Como explicamos na seção 1.1.1 (p. 24), a criação, pela OMS, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), em 2001, é baseada em uma abordagem biopsicossocial, onde as pessoas com deficiência são vistas como tendo certas limitações, mas também capacidades, que podem se desenvolver a depender do ambiente social onde elas estejam inseridas. Essa noção de limitações e capacidades acompanha a modificação mais ampla da idéia de integração para a de inclusão, e, ao contrário do enquadramento da *mudança social* de 1992, não transforma a pessoa com deficiência em um super-herói, o que certamente também é problemático, visto que elas voltam a ser vistas como diferentes das sem deficiência.

Percebemos também que a pessoa com deficiência começa a ser tornar mais protagonista de sua própria história, ao ganhar voz nas notícias e figurar como ator definidor deste grupo. A força do campo social ou da sociedade civil organizada no contexto pós anos 90 é reforçada com a recorrência cada vez maior de termos promovidos por estes atores. Percebemos que decai a presença de termos oriundos do campo da educação e aumenta de nomenclatura oriunda dos movimentos sociais. O exemplo 23 (p. 149) faz parte deste grupo.

Este enquadramento é compartilhado por 17% das notícias.

C.6.5 5º Grupo: enquadramento da *acessibilidade*

Este último grupo do ano 2000 tem 16 notícias e tem como características definidoras: a utilização de termos que focam a deficiência em si e também aqueles utilizados informalmente pelas pessoas com deficiência; a presença de pessoas com deficiência como fontes das matérias; a recorrência do subtópico da acessibilidade, com a causa do problema atribuída à questão do ambiente físico e à falta de adaptações e a solução indicada passando justamente pela promoção da acessibilidade, através de mudanças neste ambiente.

Como percebemos, esse enquadramento, que surge em 1992 no esteio das reivindicações por direitos, se fortalece e passa a ser o mais compartilhado em 2000, juntamente com o enquadramento *médico*. Apesar da causa e solução que está relacionada ao âmbito do direito não serem definidoras do pacote interpretativo, é preciso dizer que em algumas notícias deste grupo elas estão presentes juntamente com a questão da acessibilidade. Porém, a questão se desloca de uma noção de direitos, de reivindicação, para uma idéia mais próxima talvez do que chamamos de “politicamente correto”. O que queremos dizer com isso? Muitas matérias desse grupo se referem à oferta de produtos e ambientes adaptados para as pessoas com deficiência sem passar necessariamente por uma noção de reivindicação. Em verdade, é como se os movimentos sociais e as pessoas com deficiência estivessem “colhendo os louros” de anos de luta, de embate, na busca pelos direitos dessas pessoas. Os exemplos 15 e 16 (p. 138 e p. 139) fazem parte deste grupo.

Como dissemos, não que a noção de direitos desapareça, temos notícias de denúncia de não cumprimento de leis que garantem acessibilidade, porém, percebemos que, há, em 1992, uma reivindicação por direitos, especificamente, pela acessibilidade. Em 2000, temos notícias que abordam menos a noção de direitos e mais a oferta desses ambientes e produtos adaptados. E, por isso, as características ligadas ao direito e à cidadania não aparecem como definidoras do grupo.

Novamente, é preciso ressaltar que esse enquadramento, esse olhar sobre a questão em termos de acessibilidade, tanto física, quanto em serviços e produtos adaptados, é uma forma de interpretação da questão que vem no esteio do movimento inclusivista. A questão da acessibilidade é uma das bandeiras do ideal da inclusão na medida em que parte do princípio que a sociedade deve se modificar para possibilitar a inclusão da pessoa com deficiência. A questão da acessibilidade passa justamente por isso, pela mudança do ambiente físico ou de produtos, serviços, formas de comunicação, como é o caso do braile, para a inserção da pessoa com deficiência na vida social. Este enquadramento é o mais compartilhado neste período, juntamente com o enquadramento *médico*, com 33%

das notícias do ano sendo pertencentes a esse grupo.

C.6.6 Resumo dos enquadramentos de 2000

Temos em 2008 cinco enquadramentos nas notícias que compõem a amostra. São eles: *ético*, da *qualidade de vida*, *médico*, das *limitações e capacidades* e da *acessibilidade*. Os dois mais compartilhados são os da acessibilidade e médico, cada um com 16 notícias em seu grupo. O enquadramento das limitações e capacidades está presente em oito matérias. O *frame* ético tem cinco textos e o da qualidade de vida tem três.

É interessante como enquadramentos mais próximos do ideal da inclusão ganham mais espaço neste período. Tanto o da acessibilidade quanto o das limitações e capacidades podem ser associados à idéia de inclusão na medida em que ressaltam o protagonismo da própria pessoa com deficiência diante das atividades diárias e de sua vida. A aproximação da noção de deficiência a de uma característica entre tantas outras que a pessoa tem – limitações e capacidades – e a idéia de empoderamento – inscrito na idéia de acessibilidade – podem ser vistos como sub-enquadramentos desse ideal maior que seria o da inclusão. A manutenção desses grupos em separado é benéfica apenas para ressaltar características que se os reuníssemos não ficariam salientes.

O enquadramento da qualidade de vida também pode ser visto de alguma maneira como derivado do *frame* médico. Porém, a busca incessante por cura é interrompida e pensa-se mais em como ter qualidade de vida também tendo a deficiência. É como um ditado médico bastante popular, “ao invés de se viver a deficiência, vive-se com a deficiência”. Essa noção também tem relação com essa nova abordagem que olha para a deficiência como uma característica, ressaltando os benefícios da diversidade e a possibilidade de ser feliz sem se curar da deficiência.

O enquadramento ético, como já ressaltamos, é fruto de avanços científicos que acabam trazendo à tona novos questionamentos com relação a novas práticas possibilitadas por esses progressos.

C.7 Resultados de 2008

O cruzamento dos dados de 2008 foi feito quatro vezes. Ainda que com quatro grupos a divisão apresentasse logicidade, testamos a composição com três, cinco, seis e

sete grupos. Porém optamos pelo primeiro agrupamento que se mostrou o mais adequado. Vamos aos resultados:

1. Grupo 1 - 21 notícias

- *Solução*: A solução passa por mudanças legais, como edição de novas leis ou modificação das já existentes, ou pela concessão de direitos já adquiridos etc. (76%);
 - *Causa*: O problema é visto sob o ponto de vista legal, como problemas com a legislação vigente ou requisição de direitos. (76%);
 - *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (62%);
 - *Slogans*: Que ressaltam a noção de direitos e de cidadania, de reconhecimento, de luta contra injustiças, ou que falam de leis, de políticas afirmativas etc. (52%);
-

2. Grupo 2 - 9 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (56%);
 - *Termos*: Técnicos ou oriundos da medicina. (56%);
 - *Subtópico*: Trabalho. (56%);
 - *Slogans*: Marginalização, preconceito e discriminação. (44%);
 - *Rubricas*: Trabalho | Emprego. (44%).
-

3. Grupo 3 - 13 notícias

- *Termos*: Que focam na deficiência em si e não na incapacidade para certas atividades das pessoas com deficiência. (85%);
 - *Termos*: Promovidos por movimentos sociais. (69%);
 - *Solução*: A solução está na promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, seja através de ambiente adaptado, materiais e produtos específicos pra eles, enfim, o mundo se modifica pra possibilitar o acesso da pessoa com deficiência a distintos locais, serviços etc. (54%);
 - *Causa*: O problema tem relação com o ambiente físico, materiais e produtos, locomoção e falta de acesso. A causa tem relação com a falta de adaptações no meio ambiente. (54%).
-

4. Grupo 4 - 22 notícias

- *Causa*: Foco no aspecto físico. O problema é visto como físico, corporal, a deficiência em si. Ou tecnológico, no sentido de falta de próteses, transplantes etc. A questão continua sendo física, já que essas são tecnologias que são utilizadas como extensões do corpo.

(91%);

- *Subtópicos*: Medicina | Saúde | Ciência | Tecnologia. (64%);
- *Solução*: Está na medicina, na área da saúde, através de cirurgias, próteses, transplantes ou então na ciência, através de pesquisa. (59%);
- *Atores*: Campo médico | saúde. (50%);
- *Julgamento moral*: Deficiência ou a pessoa com deficiência sendo associadas a julgamentos, sentimentos ou características positivos. (41%);
- *Atores*: Pessoas com deficiência. (41%).

C.7.1 1º Grupo: enquadramento dos *direitos* ou da *cidadania*

Este grupo é formado por 21 notícias e é composto por características que dão origem ao já conhecido enquadramento dos *direitos* ou da *cidadania*. A solução definidora do conjunto é a que passa por mudanças legais e a causa do problema é atribuída justamente a esse âmbito, legal, de direitos. Os termos recorrentes são aqueles promovidos por movimentos sociais e os slogans mais salientes neste grupo são aqueles que ressaltam a noção de direitos e cidadania, de luta contra injustiças.

Merece ser ressaltado o nível de compartilhamento do enquadramento: este é o segundo maior grupo do período, com uma diferença de apenas uma notícia para o maior. Das 65 matérias que compõem a amostra de 2008, 21 pertencem a esse grupo, ou 32%. O exemplo 12 (p. 133) faz parte deste grupo.

C.7.2 2º Grupo: enquadramento do *preconceito*

Este segundo grupo é caracterizado por notícias que utilizam termos que focam a deficiência e termos técnicos oriundos da medicina. O subtópico predominante é o do trabalho, assim como a rubrica. E, por fim, os slogans recorrentes dizem da marginalização, preconceito e discriminação.

Neste grupo, vemos o retorno do tema do trabalho às definições dos conjuntos. Porém, não chamaremos este enquadramento de do *trabalho* porque, neste caso, a questão do trabalho é apenas o tema central, e não efetivamente o enquadramento. Nos anos anteriores a 1984, em que a questão do trabalho aparece como enquadramento, temos uma forma específica de abordar a temática que não se restringe ao tema. A idéia de preparação, de reabilitação para o trabalho e também a noção de que aquelas pessoas tinham que ter

alguma utilidade fornecem efetivamente uma forma interpretativa específica de se abordar a temática. Neste caso, a forma específica parece ser fornecida mais pelo slogan do preconceito do que pelo tema. Isso porque falar de preconceito e de discriminação, seja qual for o subtópico, parece indicar mais um pacote interpretativo, uma forma específica de se abordar a questão do que o tema do trabalho, que aqui apenas complementa o pacote.

As denúncias ou discussões em torno da questão da discriminação apontam justamente para o problema das atitudes da sociedade com relação à pessoa com deficiência. E, em 2008, o ambiente que ganha mais espaço de discussão na mídia sob essa perspectiva é justamente o ambiente do trabalho. Isso acontece em grande parte em função do debate mais intenso em torno da Lei de Cotas. Apesar de a Lei ser de 1991, a fiscalização efetiva do cumprimento das cotas começa a se intensificar gradualmente a partir dos anos 2000. E, por isso, o assunto acaba ganhando espaço do noticiário. O fato da maioria das empresas não cumprir a regra e argumentar que tentam, sem sucesso, a contratação de pessoas com deficiência, abre caminho para o debate acerca do que efetivamente está ocorrendo. Uma das formas de abordagem, então, é a questão do preconceito, de como essas pessoas são recebidas no ambiente de trabalho, porque elas são, algumas vezes, dispensadas por, em teoria, não atenderem aos requisitos do cargo etc. Das matérias deste período, 14% compartilham este enquadramento, que chamaremos de do *preconceito*. O exemplo 24 (p. 151) faz parte deste grupo.

C.7.3 3º Grupo: enquadramento da *acessibilidade*

O terceiro grupo gerado em 2008 é aquele que dá origem ao que chamamos de enquadramento da *acessibilidade*. São características desse conjunto a utilização recorrente de termos que focam a deficiência em si e também de termos promovidos por movimentos sociais. A causa do problema é vista sob a ótica ambiental, da falta de adaptações e acesso a locais, serviços, produtos etc. E a solução apontada é justamente a promoção de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

É importante ressaltar com relação ao enquadramento da *acessibilidade*, que, apesar dele ter se desmembrado do enquadramento do *direito* e ter ganhado, em 2000, contornos do que chamamos de “politicamente correto” ou a visão das pessoas com deficiência como consumidores e, conseqüentemente, a exploração desse nicho de mercado por parte de prestadores de serviços, ainda assim temos notícias em todos os grupos desse enquadramento que ressaltam uma noção de direito.

Mas é também importante destacar, que esse grupo não se trata de um conjunto que

expressa a abordagem do *direito* através da temática da acessibilidade. Se assim fosse, não seria um enquadramento distinto. A questão da acessibilidade se tornou uma bandeira de luta de vários movimentos sociais e entidades do terceiro setor e, hoje, a abordagem da acessibilidade carrega consigo um pacote interpretativo bastante específico com relação à deficiência.

A noção de que as pessoas com deficiência podem desenvolver uma vida autônoma e independente está no seio desta abordagem. Portanto, não se trata apenas de uma temática, mas de uma forma específica de olhar para a pessoa com deficiência e para a deficiência em si que é distinta e ao mesmo tempo próxima da questão do direito. Se a perspectiva da acessibilidade surge atrelada ao enquadramento da *cidadania*, ela ganha vida própria quando passa a atribuir autonomia, independência, o que os movimentos sociais chamam de empoderamento, à pessoa com deficiência. Vai além de ter o direito de ir e vir, mas passa pelo fato de que a pessoa que tem uma deficiência não é só cidadão, mas também consumidor, aquele que se diverte, que se locomove por locais distintos, que não precisa ter sempre a tiracolo alguém para lhe auxiliar, já que o mundo não o auxilia. Aqui, o mundo se modifica, à espera da pessoa com deficiência, mas também de qualquer outra pessoa que tenha necessidades especiais, como idosos, obesos, grávidas etc.

Há neste enquadramento um acolhimento da diversidade, que é distinto de apenas requerer um direito. Logicamente, as notícias não se tratam de apenas boas iniciativas e promoção da acessibilidade. Em sua maioria, pelo contrário, elas falam das dificuldades. Mas a preocupação com esta perspectiva já demonstra uma clara mudança de valores da sociedade que não segrega e impõe padrões para que a pessoa com deficiência seja inserida. A perspectiva da necessidade de mudança do ambiente físico das cidades para receber essas pessoas é uma forma de manifestação da noção de inclusão, que aqui já ganha corpo através de um debate específico, no caso, a acessibilidade. Os exemplos 17 e 18 (p. 140, p. 141) fazem parte deste grupo.

Este grupo tem 13 notícias ou 20% dos textos deste período.

C.7.4 4º Grupo: enquadramento *médico*

O último grupo de 2008 não precisa de detidas explicações, pois se trata do grupo que origina o enquadramento *médico* da deficiência. Ele é caracterizado pela recorrência da causa física e solução médica; pela reincidência de rubricas ligadas à saúde e pela participação de atores do campo médico nas notícias; também é característica deste conjunto de 2008 a saliência de julgamentos morais que relacionam a deficiência e a pessoa com

deficiência a características e julgamentos positivados e também é marcante a recorrência de falas de pessoas com deficiência nas matérias.

No caso, chama a atenção a recorrência de julgamentos positivos e de falas de pessoas com deficiência, características que até então não haviam sido salientes em outros grupos de outros períodos que originaram o enquadramento *médico* da deficiência. Retornaremos a este ponto nas seções seguintes do capítulo, porém vale ressaltar que fazem parte desse grupo as notícias que tratam do debate acerca da liberação para pesquisas do uso de células-tronco. Estas matérias, que, a princípio, poderiam se encaixar numa perspectiva *ética*, acabaram não se desmembrando deste grupo porque as notícias são dos meses finais deste debate, quando a questão já estava para ser votada no Supremo Tribunal Federal e quando o cunho ético da temática já tinha sido posto um pouco de lado. Esses textos, que foram recolhidos na amostra, se caracterizam mais por uma abordagem médica, dos benefícios das pesquisas para, sobretudo, as pessoas com deficiência, do que efetivamente uma reflexão em torno da questão ética do tema. Essa inserção dessas notícias acaba por auxiliar na maior recorrência de falas de pessoas com deficiência neste grupo. Porém, vale ressaltar, que, de qualquer forma, observa-se neste período uma participação mais efetiva das pessoas com deficiência nas notícias que falam sobre deficiência, inclusive em termos médicos. Isso tem relação com aquela tendência já mencionada de conferir protagonismo às pessoas com deficiência quando da discussão da questão.

Os julgamentos morais positivados advêm de uma série de matérias sobre um atleta sulafricano, Oscar Pistorius, que tentou competir entre atletas sem deficiência nas Olimpíadas. Porém, ele não alcançou o índice necessário e acabou não participando do evento para atletas sem deficiência. Essas notícias entraram neste grupo porque abordam a questão sob o ponto de vista físico, em todos os sentidos. O problema de Pistorius é corporal, ele não tem as duas pernas. A solução encontrada são modernas próteses de fibra de carbono, que possibilitam que ele tenha resultados superiores aos de outros atletas com deficiência. A questão não se desdobra efetivamente para uma discussão ética ou de direito acerca da vantagem que tais próteses poderiam conferir ao atleta porque ele já havia conseguido na Justiça o direito de disputar as seletivas para as Olimpíadas de Pequim. Em verdade, as notícias que entram na amostra são do período bem próximo do evento quando Pistorius está fazendo sua última tentativa de se classificar. Vem daí a recorrência de julgamentos positivados, já que ele é associado a características positivas, como eficiência, capacidade etc. O exemplo 14 (p. 137) faz parte deste grupo, que é o mais numeroso, com 34% de recorrência entre as matérias.

C.7.5 Resumo dos enquadramentos de 2008

O panorama de enquadramentos de 2008 é composto por quatro *frames*: o dos *direitos*, o do *preconceito*, o da *acessibilidade* e o *médico*. O mais recorrente é o médico, com 22 notícias, seguido de perto pelo dos direitos, com 21. O enquadramento da acessibilidade tem 13 textos e o do preconceito, nove.

O enquadramento dos direitos volta a permear os *frames* presentes no noticiário e com bastante força, demonstrando que essa é uma tendência bastante significativa de 1984 em diante. A noção de inclusão permanece bastante saliente através do enquadramento da acessibilidade e também do do preconceito. As denúncias de existência de discriminação só são possíveis graças ao compartilhamento cada dia maior das noções inclusivistas. A existência de leis, de direitos concedidos e também de valores inclusivos tornam essas situações de preconceito em situações noticiosas, na medida em que “saltam”, chamam a atenção, no cotidiano brasileiro. Não que essas situações de preconceito sejam raras, mas o fato delas ganharem espaço na mídia já as tiram do nível de normalidade, de prática comum e conforme os valores.

Esse documento foi editado em

L^AT_EX 2_ε